

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**O COMUNISMO E A PAZ: INTELECTUAIS FRANCESES E BOLCHEVISMO ATÉ A DÉCADA DE  
1950**

Miguel Mendonça de Alvarenga

Orientador: Alex Sandro Calheiros de Moura

Brasília, julho de 2012

Miguel Mendonça de Alvarenga

**O COMUNISMO E A PAZ: INTELECTUAIS FRANCESES E BOLCHEVISMO ATÉ A DÉCADA DE  
1950**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do  
Prof. Dr. Alex Sandro Calheiros de Moura

**Brasília, julho de 2012.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Data: 10/07/2012**

**Local: Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília**

**Professor Dr. Alex Sandro Calheiros de Moura**

---

**Professora Dra. Priscila Rossinetti Ruffini**

---

**Professor Dr. Silvio Rosa Filho**

---

A Karl Marx que, para Sartre, fundou a filosofia insuperável de  
nosso tempo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha irmã pela inestimável ajuda com o francês nas dúvidas mais insanáveis.

Agradeço às minhas avós, sem as quais esse trabalho não teria sido possível.

Aos meus pais pelo carinho e incentivo.

Agradeço aos membros da banca pelas sugestões.

Agradeço à Professora Dra. Priscila Ruffinoni por toda a ajuda e atenção.

E um agradecimento especial ao meu orientador: Prof. Dr. Alex Calheiros, que me deu a idéia de fazer uma tradução que visa preencher essa lacuna no debate do existencialismo marxista no Brasil e sem o qual esse trabalho também não teria sido possível.

“É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”

J. Chasin

**SUMÁRIO**

	<b>Pág.</b>
Resumo	8
<b>I. Capítulo I: Algumas considerações sobre os Intelectuais francófonos e o comunismo entre 1914 e 1956</b>	<b>10</b>
<b>II. Capítulo II: Noções da filosofia de Sartre e relações Com o marxismo, a dialética e o comunismo</b>	<b>24</b>
<b>III. Capítulo III: Capítulo 3: Algumas considerações sobre a filosofia de Merleau-Ponty e suas relações com o pensamento de Sartre.</b>	<b>36</b>
Bibliografia	46
Tradução	49

## Resumo

Neste trabalho, pretendo contextualizar o livro *Os Comunistas e a Paz*, de Jean-Paul Sartre, que não possui nenhuma tradução no Brasil. Foi escrito em 1952, como uma coletânea de artigos do autor para a célebre revista que passou a dirigir após a Liberação: *Les temps modernes*. É um livro importante, pois marca o início do engajamento sartriano na causa comunista e a ruptura com Merleau-Ponty, que via, no livro, uma traição ao ideal de uma esquerda independente do Partido Comunista Francês. Para tanto, reconstituirei o fundo de cultura que animava a esquerda francesa na primeira metade do século XX, naquilo que Lottman denominou “*Rive Gauche*”, ou margem esquerda. O conjunto dos escritores, artistas e políticos em Paris, de 1930 a 1950. Depois, discutirei um pouco a filosofia de Sartre em sua dimensão existencialista, dialética, comunista; finalmente, discutirei, brevemente, o cerne ou a essência da crítica dirigida por Merleau-Ponty, bem como as cartas que levaram à ruptura entre os dois, até então, amigos próximos. No primeiro capítulo, é abordado o período e o processo de formação do comunismo francês, da Revolução Russa à guerra, e todo o contexto subsequente, da Guerra Fria, que engendrou a indignação de Sartre, quando da prisão de Duclos e a redação do livro. No segundo capítulo, introduzo alguns elementos da filosofia de Sartre e, no terceiro, a crítica que Merleau-Ponty faz ao autor, crítica que passa a se delinear mais claramente em seu pensamento a partir da redação do livro em tela. Aí (neste capítulo), são apresentadas as divergências dos autores no que concerne a questões ontológicas de implicação política, à noção de engajamento (central na filosofia dos dois) e podem-se vislumbrar as conseqüências, para a filosofia contemporânea francesa do livro traduzido.

### Abstract

In this work, I contextualize the book *The Communists and Peace*, by Jean-Paul Sartre, which has no translation in Brazil. It was written in 1952 as a collection of articles by the author for the famous magazine he directed after the Liberation, *Les Temps Modernes*. It is an important book because it marks the beginning of Sartrean engagement in the communist cause and the break with Merleau-Ponty, who saw in the book a betrayal of the ideal of an independent left from the French Communist Party. To this end, I will try to reconstruct the culture that animated the French left in the first half of the twentieth century, what Lottman called "Rive Gauche", or the left margin. The group of writers, artists and politicians in Paris, from 1930 to 1950. Then I discuss some of Sartre's philosophy in its existential, dialectical, communist dimensions, and finally I discuss briefly the core or essence of the criticism directed by Merleau-Ponty, as well as the letters that led to the rupture between both, even then close friends. The first chapter addresses French Communism's process of formation, from Russian Revolution to the Second World War, and all the subsequent context of Cold War, which has brought the wrath of Sartre and the writing of the book in reason of the arrest of Duclos. In the second chapter, I introduce some elements of Sartre's philosophy, and in the third, the criticism that Merleau-Ponty directed to the author, a criticism that became clearer in his mind from the writing of the book on screen. Then (this chapter) presents differences of the authors regarding ontological questions of political implication, the notion of engagement (central for both). In this chapter might be foreseen the consequences for contemporary French philosophy of the book translated.

## Capítulo I

### **Algumas considerações sobre os intelectuais francófonos e o comunismo entre 1914 e 1956**

O Partido Comunista Francês (PCF) foi o único na Europa que conseguiu uma existência mais ou menos contínua desde 1920. Foram a sua atuação na Resistência e a derrota dos nazistas em Stalingrado que conferiram tanto prestígio ao comunismo na Europa (sobretudo) e no mundo do pós-guerra e da década de 1950. Movimento internacional que se constituiu como o principal espantalho dos governos ocidentais após o discurso de Churchill (1946) – no Westminster College, em Foulton, que deu origem à expressão “cortina de ferro”, para designar a cisão entre Ocidente e União Soviética – e da ascensão do feroz e reacionário Truman (substituindo o prudente Roosevelt e autorizando o uso da bomba atômica contra o Japão, bem como alimentando o que seria a Guerra Fria, a despeito das tentativas de Roosevelt de incluir a União Soviética na diplomacia da época e de se aproximar de Stálin, para evitar a confrontação).

Ao contrário do Partido Comunista Alemão (o segundo maior da época atrás do russo), completamente aniquilado pelos nazistas a partir de 1933 e do italiano, jogado para fora de cena pelo fascismo, entre 1926 e 1943-44; ao contrário do Partido Comunista Espanhol (PCE), que teve apenas três anos de atividade real na República espanhola ou do inglês, que nunca impactou a vida política de seu país, hegemonizada pelos trabalhistas. Ao contrário de todos esses partidos, o PCF, de 1920 a 1968, pautou a política francesa continuamente, inclusive como um dos principais líderes da Resistência Francesa contra os nazistas, junto aos gaullistas.

O PCF destaca-se no movimento comunista internacional, juntamente com o PCI (Partido Comunista Italiano), pela forte presença dos intelectuais em suas fileiras, devido, mesmo, ao papel do intelectual e da alta cultura nessas sociedades. Diferente do anti-intelectualismo anglo-saxão ou, mais claramente, stalinista. De fato, o stalinismo plantou uma semente de anti-intelectualismo em todo o movimento operário internacional, desde a década de 1920. Dois dos principais traços de sua ideologia se contrapõem ao intelectual: o praticismo, que tem sua origem em um politicismo. Para ser provocativo, vale dizer que o stalinista leva ao paroxismo a noção arendtiana da “dignidade da política”, transformando-a em uma verdadeira sacralidade. O homem de ação é o verdadeiro herói, não o intelectual. Outro elemento dessa ideologia é o obreirismo, que implica a crença em uma suposta superioridade do “saber operário”, do homem do povo, sobre o saber burguês do homem de letras. Nesse diapasão (não somente nele, claro) devem ser compreendidas as campanhas maoístas de reeducação dos intelectuais pelo trabalho, quando pensadores chineses eram conduzidos por guardas vermelhos a fazendas coletivas, onde eram ressocializados. Se quiséssemos um terceiro elemento, seria o coletivismo dessa ideologia, que, naturalmente, não reserva nenhum lugar ao homem, ao humanismo, ao indivíduo, ao ser racional. O indivíduo é subsumido pela classe e pela história, eis tudo.

Nos anos 1930, o Partido Comunista tornou-se uma força importante na Câmara dos Deputados.

En 1936, soixante-douze députés communistes étaient élus par 1487000 suffrages (14,9% des voix) et en 1938, le nombre de ses membres s'élevait à 350000 (CAUTE, 1967, p. 16),

mas o apogeu mesmo se deu entre 1944 e 1947. Em novembro de 1946, 180 deputados comunistas foram eleitos por 26% do eleitorado, o que não era muito diferente de países como Itália e Grécia, recém-saídos da luta anti-fascista; e mesmo do Reino Unido, de alguma forma, onde Clement Atlee pôs fim à hegemonia conservadora com seu Partido Trabalhista, que estava em algum ponto à direita dos comunistas e bem à direita do que é hoje o trabalhismo britânico. Em 1947, o PCF contava com mais de 1000000 de militantes (dado oficial) . A partir disso, o Partido foi decrescendo em termos de membros e de eleitores. Ainda que em matéria de filiação excedessem em muito os outros partidos, foram sendo ultrapassados em matéria de eleitorado, sobretudo pelos gaullistas. Nas eleições de 1951 (contexto do livro que traduzo) e de 1956, o PCF levava 25% do eleitorado, 3% a menos do que François Hollande nas eleições francesas de 2012. A partir de 1958, passam a sofrer duras derrotas para os gaullistas e chegam a 1962 com apenas 6% do eleitorado.

Para Caute, entre os principais motivos de atração do PCF sobre os intelectuais, estariam sua rejeição (do Partido) de compromisso com a política parlamentar, a impressão que tinham (os intelectuais) de incorruptibilidade, aliada a um idealismo constante, e de uma intransigência suprema (do Partido); mas, para ele, o fator decisivo para o crescimento do comunismo intelectual era mesmo a implantação profunda de suas redes na estrutura social da nação. Já o aumento da classe intelectual teve seus principais motivos no desenvolvimento da economia capitalista e da tecnologia industrial. O que, em um período de crescimento econômico e otimismo, como o da *Belle Époque*, pôde promover intelectuais menos radicais – dado que seguros de sua posição sócio-econômica –, em épocas mais instáveis, como a que vai de 1929 ao imediato pós-guerra, é um caldeirão de extremismo esquerdista ou reacionário. Assim, ele (o intelectual) acaba se solidarizando com as classes mais desfavorecidas, da qual é cada vez mais parte, até sócio-economicamente mesmo.

A partir de comentários, sobretudo, ao livro de David Caute, farei uma breve história das relações dos intelectuais franceses com o comunismo. Em 1914, mesmo entre os intelectuais, aqueles que se mostravam intransigentes, pacifistas e marxistas revolucionários formavam apenas uma pequena minoria. Para muitos comunistas da época, a própria Guerra Mundial era vista como uma guerra para por fim à guerra, ou como uma luta contra o militarismo, o imperialismo e a monarquia (alemães), como pensava H. Barbusse. O célebre jornalista Victor Serge foi um dos poucos, de acordo com Caute, que considerou incompreensível a capitulação dos socialistas, sindicalistas e, mesmo, dos anarquistas. Lembrava o caso Dreyfus e alertava para os perigos do militarismo francês. Guilbeaux era outro nome importante entre os pacifistas. Do lado alemão, é importante citar Karl Liebknecht, então deputado do *Reichstag* e primeiro a votar contra os créditos de guerra. Aplaudido por Lênin, tornou-se, por seu voto, o principal herói da esquerda internacional, mais admirado que o próprio Lênin, e não demorou a ser preso pelo governo alemão.

Com atuação durante a Primeira Guerra Mundial, é preciso citar a Associação Republicana de Antigos Combatentes (ARAC), que envolvia nomes como Raymond Lefebvre, Vaillant-Couturier e

Georges Bruyère. Esse grupo agregava nomes importantes da esquerda da época em torno do projeto de lutar contra as “vontades arbitrárias da aliança dos ricos”. Embora esquerdista, esse grupo não reconhecia a importância de Lênin e do leninismo, ao contrário de Guilbeaux e Martinet. Entretanto, não demorou a cair sob controle comunista. Interessante ressaltar a divisão que grassava na classe operária francesa de então. Victor Serge lembra que a Revolução Russa e o abandono da Guerra pela Rússia não foram bem recebidos na classe operária francesa. Para ele, ao contrário, era a encarnação de sonhos há muito ansiados. Lefebvre e Guilbeaux também receberam-na bem. O entusiasmo com a Revolução Russa foi maior entre os intelectuais e mesmo os que sempre hesitaram quanto ao comunismo, sendo vistos como idealistas, celebraram-na. Nomes como Jean-Richard Bloch e Longevin.

Muitos intelectuais francófonos foram para a Rússia, tais como: Guilbeaux, Jacques Sadoul, Lefebvre e Victor Serge. Este último – homem de vasta cultura e importante até hoje para a reflexão marxista – apoiou o terror vermelho como única arma disponível contra o terror branco e considerou a ditadura do proletariado, tal como concebida em termos leninistas, provisoriamente necessária, constituindo-se como um dos principais apoletas do bolchevismo.

Para David Cauter, a política reacionária dos governos britânicos e francês, além do conservadorismo dos socialistas majoritários, impediu a cisão entre os revolucionários leninistas e os idealistas de esquerda, que haviam formado uma aliança no início da guerra. Essa aliança de intelectuais denunciava: “*la coalition féroce de la finance internationale qui cherchait à maintenir la classe ouvrière dans son esclavage séculaire*” (CAUTE, 1967, p. 83).

O fim da I Guerra Mundial viu um aumento expressivo nas fileiras do Partido Socialista (sempre que utilizo esse nome, refiro-me à SFIO, Seção Francesa da Internacional Operária). Nos dois anos que se seguiram ao fim do conflito, o Partido viu sua militância crescer de 34000 para 1330000 membros, o que não o impediu de ser derrotado nas eleições de 1919, passando de uma representação de 103 a 68 deputados. O radicalismo crescente do Partido mostrou-se em fevereiro de 1920, quando a maioria (4330 a 337 votos) decidiu sair da II Internacional. Os anarco-sindicalistas também foram atraídos pelo bolchevismo

En août 1920, Amédée Dunois écrivait: La guerre nous a fait sentir les limites de l’action économique proprement dite et l’importance immense de l’État” (CAUTE, 1967, p. 86).

Alguns dos intelectuais que foram mais ativos na campanha para a adesão da SFIO ao Komintern (III Internacional Comunista) foram Boris Souvarine, Vaillant-Couturier, Lefebvre, Martinet, Barbusse, Georges Pioch, Noël Garnier e Jacques Sadoul. Anatole France (1844-1924) foi o primeiro intelectual de renome internacional a dar seu apoio ao novo partido em 1921, o que lhe trouxe violentas críticas.

Como meu tema é o livro *Os Comunistas e a Paz*, vale lembrar a apologia que Barbusse fazia da política externa soviética em seus primeiros onze anos de existência. O intelectual apontava a renúncia à geopolítica czarista na Turquia e no Irã, o chamado (já naquela época) ao desarmamento

geral e os pactos de não-agressão de Tchitcherine com a Turquia, Alemanha, Lituânia, Pérsia (Irã) e outros estados

Dans les onze années de l’histoire des Soviets, déclarait-il, aucune mesure n’a été prise qui ne fût pas dirigée vers la réalisation effective de la paix” (apud CAUTE, 1967, p. 94).

Enquanto isso, as potências imperialistas ocidentais assinavam pactos, como o de Locarno e Briand-Kellogg que, no entender de Barbusse e de outros intelectuais, provavam que o imperialismo ocidental continuava o mesmo.

Os chamados idealistas (precursores de algumas posições como as que Sartre adotará no futuro) estavam mais próximos dos comunistas do que dos socialistas. Rolland não era comunista, mas criticava, por exemplo, a aliança dos socialistas alemães com os *Freikorps* (milícia fascista) e com as potências ocidentais, para reprimir os comunistas. Assim como Paul Longevin, um físico amigo de Einstein, pronunciava-se a favor das revoluções russa e alemã. Guéhenno e Duhamel, apesar de elogiarem de alguma forma o comunismo russo, não se submetem a ele, por acreditarem que o socialismo francês deveria continuar independente e francês.

Após a fundação do PCF, muitos de seus intelectuais foram expulsos ou saíram ainda na década de 1920. As duas principais ondas de afastamentos se deveram a discordâncias no que concernia às relações do Partido com a III Internacional e com o trotskismo.

Um dos que foram para a oposição ao marxismo oficial foi Victor Serge e o mais notável é que o fez vivendo na União Soviética. O pensador constatava

que la guerre civile avait détruit les libertés démocratiques et que la bureaucratie stalinienne avait perverti la Révolution. A la pensée marxiste, on avait substitué des formules stéréotypées; l’atmosphère spirituelle avait changé du tout au tout. Avant son premier emprisonnement, qui eut lieu en 1928, Serge avait été exclu du parti (CAUTE, 1967, p. 108).

Agora, escreverei um pouco sobre o Partido nas décadas entre 1930 e 1950, mais ou menos. Um traço lembrado por Caute, que me chama a atenção é a presença de certo romantismo revolucionário, de um culto ao herói, tal como popularizado por Malraux. Sartre chegava a comparar os intelectuais do Partido a uma ordem de cavalaria que designaria em suas fileiras “les héros permanents de notre temps” (apud CAUTE, 1967, p. 193). Também não é estranho a esse romantismo revolucionário um discurso dos intelectuais do partido (sobretudo os mais velhos) sobre família, religião, moral e pátria. Thorez se aproximou dos católicos em 1936 (época da Frente de Esquerda, de Léon Blum, contra a ascensão do fascismo na França), e Vaillant-Couturier escreveu, no mesmo ano “Le capitalisme détruit la famille, la disperse, la sabote”. Aragon se justificava, dizendo que os escritos de Engels sobre a família não constituíam um ataque a essa instituição enquanto tal. Garaudy dizia que os comunistas não desejavam privar a França de nenhuma de suas “dimensões espirituais”. Ainda se discute sobre o imediato pós-guerra ter sido ou não uma oportunidade perdida para os comunistas. Em outubro de 1945, o Partido ganhou mais de cinco milhões de votos e 161

assentos na Câmara, tornando-se o maior partido parlamentar. Ainda assim, ganhou apenas cinco assentos no governo e nenhum deles era dos mais prestigiados: o Ministério do Interior e o das Relações Exteriores. Havia o peso das tropas norte-americanas na França ocupada; a chantagem do governo norte-americano, que condicionava o Plano Marshall à ausência dos comunistas em posições decisivas; a pressão dos soviéticos, que acolhiam de Gaulle e buscavam a estabilização das áreas de influência, frustrando, segundo alguns, as revoluções francesa e italiana. Assim, em janeiro de 1945, Thorez aprovou a dissolução das unidades armadas da Resistência; Fajon denunciou a tagalerice revolucionária; o Partido desencorajou greves e pediu o aumento da produtividade.

Voltando ao contexto cultural, Winock data da publicação de *Retour de l'URSS*, de Andre Gide, o fim da hegemonia desse autor como mestre de corrente cultural na França. A guerra e a ocupação teriam acentuado seu retraimento. Durante a guerra o autor tinha estado indeciso, mas acabou por apoiar a “França livre” de De Gaulle. A revista que passa a expressar as idéias desse movimento é *L'Arche* da qual também faziam parte Camus, Blanchot, Jacques Lassaigne e Jean Amrouche, como redator-chefe (tratava-se de um escritor argelino da época). *Les Lettres Françaises* também publicam artigo de Gide em 1944, com resposta crítica de Aragon, que constituía para Bernanos “o processo verbal da execução moral – à espera da outra – de Andre Gide pelo Partido” (apud WINOCK, 2000, p. 509). Bernanos considerava que o PCF exercia uma influência ditatorial sobre a cultura francesa. Entre as críticas a Gide estavam

Ter estudado alemão durante a ocupação; ter pretendido que, em 1940, nove entre dez franceses estariam dispostos a aceitar a hegemonia alemã ‘desde que lhes trouxesse abastança’, de ter escrito também, na mesma época: Compor com o inimigo de ontem não é covardia, é sabedoria” (WINOCK, 2000, p. 510).

O próprio Bernanos admitia que Gide pudesse ter esposado um “petainismo moderado”. Também é verdade que, em outubro de 1942, Gide havia anotado em seu caderno que o Marechal parecia-lhe “conduzir o melhor que pode uma jogada difícil” (apud WINOCK, 2000, p. 508). Bernanos também revida lembrando o apelo do PCF à confraternização entre o povo alemão e o francês em 1940, contra a “guerra imperialista” e contra De Gaulle.

No fim de sua vida, Gide ainda teve a oportunidade de conhecer e de se tornar amigo de Sartre, que admirava desde a publicação de *O Muro*, em 1938, pela NRF. Em 1941, Sartre e Simone de Beauvoir haviam procurado Gide e Malraux para que se juntassem a eles na Resistência Francesa. Ambos recusaram. Além de *O Muro*, Gide também se manifestou sobre *A Questão Judaica* (*Réflexions sur la question juive*), livro de Sartre sobre o anti-semitismo. O velho escritor considerava o livro insuficientemente fundamentado, histórica e psicologicamente.

Winock considera o elogio de Sartre a Gide, quando da morte do autor, uma verdadeira passagem de bastão. Aqui, chegamos ao momento do texto em que enfocarei mais diretamente Sartre e suas relações com o meio cultural francês nas décadas de 1940 e 1950. Um filósofo a princípio anarquista, libertário e pacifista. De acordo com ele, foi em 1939 que compreendeu que era

um ser social, mas seu aprisionamento pelos nazistas parece ter sido mais determinante. Foi em 1941 que se libertou e ingressou na Resistência, no grupo “Socialismo e Liberdade”, uma alternativa tanto ao gaullismo quanto ao comunismo. O grupo era constituído, na época, por nomes como Jean-Toussaint Desanti, sua mulher Dominique e Maurice Merleau-Ponty. O grupo se mantinha isolado. Redigiram uma constituição pouco realista e, por não estarem integrados a um movimento mais amplo, acabaram se dissolvendo, sem saber o que fazer. A maior parte do grupo se aproximou dos comunistas nesse momento e Sartre passou a ser professor de liceu (ensino médio na França). Sua atuação foi um pouco apagada na Resistência, tendo, mesmo, dado um artigo a um jornal colaboracionista. Simone, demitida por ter se relacionado com uma aluna, aceitou um cargo na rádio de Vichy.

*Huis Clos* (Entre Quatro Paredes) foi um marco importante na carreira de Sartre. Uma obra que estreou antes do desembarque norte-americano na Normandia e que uniu a imprensa, na época, quanto à reprovação. Os colaboracionistas por considerarem-na imoral e os resistentes pelo seu pessimismo. Apesar disso, a peça foi um sucesso.

É neste momento que as posições políticas de Sartre tornaram-se mais proeminentes, tendo escrito, por exemplo, a peça *Les Mouches*, em que satirizava os nazistas. Foi nessa época que “descobriu o calor da convivência com os homens” e passou a se identificar menos com sua personagem Roquentin de *A Náusea*. O movimento *Combat* foi um dos mais significativos da Resistência. Organizaram ações de sabotagem e paramilitares e também tinham a participação expressiva de intelectuais da época. Claude Bourdet, Camus, Pascal Pia (antigo mentor de Camus e editor de *Combat*) são alguns dos colaboradores mais próximos do movimento. Sartre e Simone de Beauvoir também participaram. Raymond Aron juntou-se mais tarde, como direita do grupo. Na “*Rive Gauche*”, Aron era o sociólogo conservador, weberiano.

Quando do fim da Guerra, as publicações comunistas eram as mais numerosas, dada a estrutura controlada pelos comunistas. Também houve numerosas transferências de publicações de outros lugares para Paris: Max-Pol Fouchet trouxe Fontaine da Argélia; *L'Arche*, revista rival patrocinada por Gide, também transferiu-se para Paris; o editor argelino Edmond Charlot veio com a sua empresa e logo rivalizava com os Gallimard na qualidade de seus autores e na importância dos livros que publicava.

René Tavernier veio de Lyon com *Confluences*, e Pierre Seghers, de Villeneuve-lès-Avignon, com *Poésie*. Convocado pelo Partido Comunista para editar *Ce Soir*, Louis Aragon convidou Jean Cassou a voltar e dirigir a revista mensal do partido, *Europe*; ausente, só Romain Rolland, seu fundador, que morreu a 30 de dezembro de 1944. O conselho editorial foi ampliado para incluir veteranos da Resistência e simpatizantes do PC como Vercors (LOTTMAN, 1987, p. 316).

As posições de Sartre sobre engajamento, que começaram a se delinear em *Les Temps Modernes*, quando do fim da guerra, suscitaram um vivo debate sobre a relação entre literatura e política, uma polêmica que encontra em Sartre (*Que é a Literatura?*) e em Paulhan dois paradigmas

opostos do fazer literário. Para Sartre, a literatura deve ser, necessariamente, engajada, pois “As palavras são ‘pistolas carregadas’, portanto convém mirar com segurança e não atirar ao acaso, como uma criança” (WINOCK, 2000, p. 518). É a ideia de situação. O escritor não escapa a seu tempo e cada palavra que escreve tem um efeito. Toda literatura, mesmo a de ficção, é “utilitária”, engaja. Completamente diferente de Paulhan, para quem a literatura era não apenas uma idéia não menos elevada, mas inteiramente distinta das preocupações sociais e políticas. Era a “arte pela arte”, o belo autônomo, como em Aristóteles.

Ao contrário do que se pensa, o poder da esquerda intelectual não é absoluto na França do pós-guerra. A direita “maurrasiana” sobrevive de alguma forma e tem em Pierre Boutang um de seus nomes mais expressivos. Em 1947, escreve com Bernard Pingaud um livro crítico a Sartre, intitulado *Sartre é um possesso?* É a partir desse ano que a direita sai do escuro a que havia sido condenada pela Libertação. Os “petainistas” voltam à luz e surgem nomes como Paul Malliavin, diretor da revista *Écrits de Paris*; Jacques Chastenot, ex-diretor do *Temps*; Henry Bordeaux etc.

A *Academia Francesa* continuou a ser um pólo da direita intelectual “maurrasiana”. Paulhan, por sua vez, além de sua polêmica com Sartre, também protagonizou a rejeição aos expurgos do CNE. Sofreu, assim, duros ataques de Vercors, Martin-Chauffier, Benda. Nos anos cinquenta, a dominação dos intelectuais de esquerda enfrenta dois tipos de contestação. Paulhan tentando esvaziar o NRF de suas conotações políticas e outra, muito menor (pelo menos até a guerra da Argélia), que é a da chamada direita dos “hussardos” (a “Távola Redonda”, de Laudenbac; os romances de Nimier, de Blondin, de Laurent). Mauriac também acabou se aproximando deste último grupo até que as guerras de libertação das colônias geraram novos embates, que o enviaram à esquerda e que puseram fim à tendência literária apolítica dos “hussardos”.

*Les Lettres Françaises* também foi uma importante publicação da época. A primeira após a Libertação, estreou em nove de setembro, como órgão do Comitê Nacional de Escritores (CNE). Seu manifesto trazia nomes como Georges Duhamel, François Mauriac e Paul Valéry, além de Camus, Éluard, Guéhenno, Michel Leiris, Jean Lescure, Paulhan, Queneau, Sartre, Aragon, Benda, Cassou, Malraux e Roger Martin Du Gard.

O que Lottman chama de *Rive Gauche* (esse conjunto de intelectuais de esquerda habitando Paris às margens do Sena entre 1930 e 1950) dividiu-se, de acordo com ele, em duas seções no pós-guerra. A grande maioria desejava varrer os defensores das ideologias pró-nazistas e colaboracionistas da França, mas uma minoria (alguns até por laços com os acusados) era a favor do esquecimento, entre eles o católico Mauriac. Os que defendiam mais contundentemente o expurgo eram, de um lado, os comunistas e de outro os idealistas de *Combat*, liderados por Camus. Pretendeu-se que fossem duros com a editora Gallimard, por colaboracionismo, mas isso não ocorreu e muitos colaboracionistas não foram punidos, como não o foram as pessoas que sustentaram a autocracia burguesa bonapartista no Brasil, a partir da infame Lei da Anistia, de 1979. Na verdade, os editores que tinham servido ao fascismo estavam até em uma situação melhor do que as editoras da

Resistência (como as *Éditions Minuit*). Em um momento de escassez de bens, aquelas tinham estocado muito papel ao longo de suas atividades. Essas careciam dele.

*Les lettres françaises* era um campo de combate entre as posições mais duras, que muitas vezes culminavam em fuzilamentos, e as mais brandas com os colaboradores. Sartre e Simone aprovaram a lista negra da CNE. Mesmo a publicação católica de esquerda *Esprit* defendia a punição dos inimigos do país. Mauriac foi quem passou a se opor, a partir de certo ponto, polemizando com Camus.

Lottman lembra que foram executadas importantes figuras da imprensa e do rádio, mas os escritores foram poupados. Nenhum foi fuzilado (até porque se esconderam enquanto ardia a febre de vingança dos franceses). Entretanto, escritores e jornalistas foram punidos “com toda a força da lei”, no dizer de Lottman, enquanto foi-se de extraordinária tolerância para com advogados, generais, almirantes, industriais e donos de jornais.

Durante o ano de 1947 (ano em que começa a Guerra Fria), o PCF viu-se cada vez mais isolado. Votando contra o governo, foram cassados pelo presidente do Conselho, Ramadier. Além disso, a Rússia rejeitou o Plano Marshall, os socialistas se aproximaram dos americanos e o PCF dos russos. Aragon, o célebre poeta, então um dos mais famosos pensadores do Partido, lamentava publicamente o desperdício do que considerava a oportunidade do comunismo francês em 1944.

1948 foi um ano importante para a polarização ideológica na França e no mundo. O ano em que houve a cisão no movimento sindical francês entre os que apoiavam os comunistas e os que eram financiados pelos EUA, por meio da central sindical AFL-CIO. Era a época em que os comunistas criticavam implacavelmente o Plano Marshall. Charles Tillon, ex-ministro do Armamento, denunciava a subordinação das forças armadas e da independência da França aos EUA.

O partido norte-americano sabota nossa reconstrução industrial para evitar a crise dos trustes americanos, em troca de dólares que não resolvem nada” (WINOCK, 2000, p. 562).

Interessante mencionar alguns eventos mais ou menos notáveis da época. O primeiro era a tolerância do governo polonês para com os católicos, pelo menos antes do endurecimento da Guerra Fria, a partir de 1947-8. Outro era o êxito alcançado pelos soviéticos em países como a Bulgária, segundo Marcel Willard (intelectual do PCF à época), em termos de distribuição de terras, progressos da educação, destruição dos monopólios e dos elementos fascistas.

A resistência dos partisanos gregos do ELAS e do EAM, liderados por Markos e Beloyannis, contra a invasão imperialista anglo-americana também foi celebrada e suscitou esperanças em intelectuais do PCF, como P. Eluard e J. Varloot. Homens que não acreditaram na falta de apoio que a União Soviética deu ao levante grego. Os russos chegaram, mesmo, a declarar Markos (um dos líderes partisanos) traidor.

O que foi dito sobre Garaudy e seu percurso intelectual posterior poderia levar a crer que ele não fosse crítico do catolicismo à época, mas a verdade é que denunciava, por exemplo, o cardeal

Mindszenty por pagar 140000 dólares para espalhar a subversão contra o regime esquerdista na Hungria.

Caute escreveu em seu livro que a Europa do imediato pós-guerra deveria escolher entre o feudalismo autêntico e o feudalismo bastardo. De qualquer forma, dependeriam política e economicamente de alguma das duas superpotências. Se os socialistas, de Gaulle, Blum etc. se aliavam aos EUA, o governo tcheco era obrigado a abandonar o Plano Marshall, por intervenção russa.

No cenário do pós-guerra, surgiram dois grupos culturais mais importantes, que propunham uma alternativa tanto ao stalinismo quanto ao capitalismo. Os idealistas católicos reunidos em torno da publicação do *Esprit* e os existencialistas marxistas, em torno da revista *Les Temps Modernes*. Ambos eram marxistas e ansiavam a revolução emancipatória da classe universal (o proletariado) e de toda a humanidade. Uma vez perguntado se entraria na Resistência diante de uma hipotética ocupação soviética da França, Sartre dissera que jamais poderia levantar a mão contra o proletariado. Frente às revelações novas sobre os campos de trabalho soviéticos e à expulsão de Tito pelo Kominform; Sartre, David Rousset, Gérard Rosenthal e Albert Camus fundaram o *Rassemblement Démocratique Révolutionnaire* (RDR). Esse grupo constituiria uma Terceira Força, mas não sobreviveu à bipolarização da época. O RDR pretendia uma revolução emancipada da dominação comunista. Realizou um primeiro comício em 1948, ano em que ganhou impulso e se expandiu, mas o partido acabou por divergências entre Sartre e Rousset sobre o financiamento do caixa por americanos. *L'Observateur* acabou se tornando o principal jornal a expressar as idéias do RDR e, apesar do neutralismo, pendia para a URSS no contexto. Claude Bordet esclarecia

O neutralismo serve à política russa na exata medida em que a URSS, neste momento, teme a guerra mundial e é a isso que nos prestamos muito espontaneamente” (apud WINOCK, 2000, p. 627).

O jornal era contrário à CECA (Comunidade Econômica do Carvão e do Aço) e ao chanceler Adenauer. Nomes importantes do processo que daria origem à União Europeia mais tarde. Em 1950, Sartre e Merleau-Ponty consideravam o comunismo russo “decadente”, mas acreditavam que sua concepção de conjunto e seu propósito continuavam carregados de promessas. Há uma linha de continuidade entre esse idealismo e o da década de 1920, de Rolland, por exemplo.

Como os antigos, os novos idealistas pensavam que o maior serviço que um intelectual poderia prestar ao comunismo era o da crítica amistosa. Muitas vezes, os católicos de esquerda estavam teoricamente mais próximos do PCF que os existencialistas, tidos como revisionistas, apesar de divergirem mais em questões práticas.

O rompimento entre Iugoslávia e União Soviética foi impactante à época. A primeira fissura no bloco soviético. Os mais próximos ao Comitê Central e à direção da imprensa do Partido apoiaram Moscou, como sempre, mas o silêncio imperava para a maioria, inclusive Paul Éluard, que visitara e defendera a Iugoslávia. Sartre se perguntava:

Si Tito régnait par la terreur contre l'Histoire (c'est-à-dire contre la situation yougoslave objective) qui pouvait prouver que le Politburo soviétique ne faisait pas la même chose? (CAUTE, 1967, p. 211).

A esquerda “idealista” tendia a apoiar a Iugoslávia, uma vez que o país aparecia como uma espécie de terceira via entre a URSS e os EUA. A ruptura entre Stálin e Tito também trouxe conseqüências importantes para os que estavam próximos ao comunismo, mas tinham preservado alguma independência quanto à criação cultural, tais como Robert Antelme, Dyonis Mascolo, Edgar Morin e Marguerite Duras. Havia aqueles que, como Pierre Courtade, eram céticos quanto ao stalinismo na vida privada (de acordo com Winock), mas, em público, defendiam a propaganda comunista, pelos grandes favores que recebiam do Partido. Edgar Morin foi um dos poucos comunistas que ficaram desconcertados com a condenação de Tito. Ele, Robert Antelme e Dyonis Mascolo. Pierre Courtade chegou a fazer esse incrível retrato de Tito:

Sedento de poder, embriagado pelas concepções hitleristas da ‘superioridade racial’, Tito ambiciona tornar-se o campeão da velha política expansionista da ‘Grande Sérvia’ e submete à sua ditadura todos os povos dos Bálcãs que lhes forem doados pelo Departamento de Estado [...] Tito reuniu o bando dos Trotski, dos Doriot, dos Mussolini... (apud WINOCK, 2000, p. 588).

Winock elenca alguns motivos para o fascínio que o PC exercia sobre os “corações puros”: oferecia um sistema de compensações para os cínicos, apresentava-se como o futuro da humanidade para os crédulos e se beneficiava dos efeitos que a Segunda Guerra ainda produzia na cabeça dos franceses. Escreve o autor poeticamente:

Os ex-resistentes não querem romper com o Partido dos Fuzilados; os resistentes da última hora compensam sua adesão tardia; e os que ficaram na expectativa, assim como a nova geração, jovem demais para ter lutado, também entram para o partido ou o acompanham nas lutas, para se justificarem a seus próprios olhos. Estão na guerra, afinal. O próprio radicalismo da Guerra Fria, adotado pelo Partido Comunista, tem seus encantos para os jovens sedentos de brio revolucionário, em busca de inimigo para derrotar e da fraternidade que os aquece na vigília do combate. As barreiras impostas pelo Partido também atraem os amantes da disciplina e da moral: entram para o PCF em busca de uma regra, como outros entram para o convento ou para a Legião Estrangeira. Cada qual cultiva suas motivações, declaradas ou escritas. A paixão, a emoção, a sensibilidade, o mimetismo, todas as razões do coração escondem a razão. Contudo, muitos são arrancados do sonho, descerram os olhos conforme os fatos e as revelações sobre o ‘socialismo real’. A cisão de Tito constitui a primeira brecha; por ela, alguns olhares lúcidos lançam-se sobre o comunismo stalinista. Quase simultaneamente, a verdade quanto aos campos soviéticos desperta outras certezas (WINOCK, 2000, p. 594).

A denúncia dos campos de trabalho forçado na URSS também trouxe reações distintas no seio da esquerda. David Rousset, antigo colaborador de Sartre no RDR, juntou provas e demonstrou o poder que a polícia secreta soviética tinha de condenar a até cinco anos de trabalho forçado

peças consideradas “socialmente perigosas”. Camus considerava que os campos soviéticos não eram mais aceitáveis que os nazistas; alguns ficavam em silêncio; outros achavam se tratar de mera propaganda anticomunista; Sartre ponderava que a única questão que importava era saber se, denunciando os campos, trabalhava-se por ou contra a humanidade. Entretanto, ele e Merleau-Ponty corroboram a acusação de Rousset, em 1950, e estimam entre 10 a 15 milhões de detentos. Um cidadão a cada vinte.

Os ditos idealistas iam, progressivamente, afastando-se do comunismo. Claude Aveline considerava total e “inumana” a submissão do Partido à URSS. Um pilar de sua ideologia estava abalado, a crença de que a França seria o país melhor preparado para parir um novo socialismo, síntese do coletivismo soviético com o humanismo francês. A adesão total e acrítica do PCF a Moscou tirava-lhe a esperança nesse sentido. O afastamento também foi alimentado pelo furor dos ataques comunistas às suas posições, como quando Casanova (que coordenava a política cultural do PCF) acusou Cassou – muito admirado entre os comunistas – de ter tomado o partido de Rousset e Mauriac, anticomunistas. O próprio Cassou negava. Os próximos alvos das calúnias comunistas foram Nizan, Gide, Malraux, Sartre e Koestler. Kanapa dizia, por exemplo, de Gide, referindo-se a seu *Retour de l'URSS*, que ele não tinha gostado dos bolcheviques por não serem pederastas. Malraux foi vítima dos ataques de Aragon, que o acusava (sem razão) de ser omissivo em relação ao fascismo. Pierre Harvé chama-o de cortesão de De Gaulle e compara sua oratória à de Hitler. Sartre, pela sua influência sobre os jovens, também era alvo dos comunistas. Garaudy escreveu:

Chaque classe a la littérature qu'elle mérite. La grande bourgeoisie agonisante se délecte avec les obsessions érotiques de (Henry) Miller ou les fornications intellectuelles de Jean-Paul Sartre” (CAUTE, 1967, p. 220).

A imprensa soviética evocava os “mestres imperialistas” de Sartre. Os soviéticos consideravam Sartre um agente da propaganda norte-americana.

1951 e 1952 (ano em que Sartre escreveu *Os Comunistas e a Paz*) foram importantes para a esquerda na França. Foi a época do chamado Movimento da Paz, quando, no contexto da Guerra da Coreia, muitos acharam que os EUA desejavam atomizar a URSS. Uma época de forte anti-americanismo na França, sobretudo entre os intelectuais de esquerda. O que deu início ao movimento foi a fundação da revista *Defense de la Paix*, dirigida por Pierre Cot e com Claude Morgan como redator-chefe. O movimento sensibilizou personalidades como Gérard Philipe, Autant-Lara, Yves Montand, Simone Signoret, Noël-Noël. Sartre chegou a recusar os direitos de produção de *Les Mains Sales*, sob o pretexto que faziam da peça um instrumento de propaganda da Guerra Fria.

O começo dos anos de 1950 foi, de acordo com Cauter, uma época boa para os comunistas, devido ao macartismo nos EUA, que lhes deu munção. Georges Cogniot lembrava que, em 1946, existiam, na América, 800 organizações trabalhando pelo racismo e pelo nacionalismo.

Outro evento significativo na época, que é mencionado na troca de cartas que culminou com a ruptura entre Sartre e Merleau-Ponty é a ida do general Ridgway (vindo da Coreia) para Paris, no

intuito de assumir o comando da OTAN. Uma campanha do PCF foi lançada, acusando-o de ter tomado a iniciativa da guerra bacteriológica. Foi na mesma época em que André Stil (redator-chefe do tradicional periódico comunista L'Humanité) e Jacques Duclos (chefe do PCF) foram presos sob alegações ridículas. No caso de Duclos, sua imunidade parlamentar sendo violada. Sartre reage a isso com ferocidade em *Os Comunistas e a Paz*. Esse era o cenário da expansão do macartismo para a França. Os intelectuais também se mobilizaram contra a intervenção norte-americana no Irã (contra Mossadegh) e na Guatemala, tendo enviado carta com numerosas assinaturas, protestando junto à ONU.

Nesse contexto, é interessante escrever um pouco sobre Raymond Aron, também. O maior dos intelectuais conservadores da segunda metade do século XX francês. Um homem que, em seus próprios termos, havia sido intoxicado pela política e que se recusou a assumir uma cátedra em Toulouse para ficar mais próximo a ela em Paris. Esse, que foi um dos amigos mais próximos de Sartre, também foi, de acordo com Winock, um dos primeiros intelectuais a tomar um partido na Guerra Fria, enquanto muitos buscavam uma terceira via. Assume o tom moderado que não condiz com sua época, mas toma uma posição claramente a favor do Ocidente, não porque considerasse

o bloco ocidental como o campo do Bem soberano, mas porque não alimenta nenhuma dúvida quanto à natureza enganosa e tirânica do comunismo stalinista” (WINOCK, 2000, p. 568).

Sua luta ideológica não era contra Marx, mas contra o marxismo, ao contrário da de Hannah Arendt, por exemplo, que incluía o profeta de Trêves, como fica patente em seu livros: *Da Revolução, Condição Humana etc.*

Aron via três condições para se desmascarar os objetivos dos partidos comunistas:

primeiro, o restabelecimento dos grandes equilíbrios econômicos, financeiros e monetários; donde, em segundo, a restauração de um poder de Estado; terceiro, a luta contra a ideologia comunista, decidida no próprio terreno das idéias e da propaganda (WINOCK, 2000, p. 568).

Politicamente, Aron optava pelo general De Gaulle, apesar de não ser bonapartista como ele. Rejeitando o que chamava de “mito da revolução” e “mito da sociedade sem classes”, o sociólogo atacava com violência os intelectuais de esquerda. Assim, Aron acusava-os

de traírem seus próprios valores quando se deixam dominar, ao mesmo tempo, por uma doutrina do século 19, que a História desmentiu, por um Estado cuja natureza totalitária deveriam considerar odiosa e por um partido que é seu representante e executante em nosso país (WINOCK, 2000, p. 568).

Winock lembra a disposição de Aron em lutar contra o imperialismo soviético, comprometido, no longo prazo, com a conquista do planeta. O sociólogo dizia que “a única maneira de evitar a guerra total é ganhar a guerra restrita”. E defendia, mesmo, o rearmamento da Alemanha, para fazer frente ao expansionismo soviético. Winock lembra que Stálin tentava apenas se defender com o bloco

de democracias populares do Pacto de Varsóvia e alerta para o exagero de Aron. Entretanto, o ensaísta não toca em uma questão que me parece central. Os movimentos de libertação nacional, e toda a disputa política maior da Guerra Fria, não eram conduzidos como marionetes pelas superpotências. O golpe de 1964, no Brasil, não se deve apenas às conspirações da embaixada norte-americana contra o presidente João Goulart. Assim como a invasão da Coreia do Sul pelos norte-coreanos ou a luta dos vietcongues no Vietnã não se devem apenas às determinações de Moscou. Os movimentos políticos sempre refletiram determinações sócio-econômicas intrínsecas às sociedades onde ocorreram e, embora os fatos mais decisivos da história contemporânea tenham ocorrido no hemisfério norte, também há uma história em curso no hemisfério sul. Sendo assim, o argumento de Aron contra o imperialismo soviético perde um pouco de força, dado que o comunismo transcende a diplomacia ou o militarismo soviéticos. Provas disso são as próprias cisões no movimento comunista internacional a partir de 1956, com a China quase entrando em guerra contra a Rússia e dando início a uma clivagem significativa no bloco comunista que perdurou até o fim da Guerra Fria. Aron também escreveu, entre 1952 (ano da publicação de *Os Comunistas e a Paz*) e 1955 o livro *O ópio dos intelectuais*. Esse livro, extremamente ácido, caiu como uma bomba no cenário intelectual francês da época e além da execração pública por parte dos pares (ou ímpares) em publicações como o *Le Monde* (apesar da acolhida que teve junto à direita e, sobretudo, no exterior), o livro quase lhe custou a sonhada cátedra de sociologia na Sorbonne. Sofreu forte oposição dos comunistas e simpatizantes, especialmente do departamento de geografia (Pierre George, Jean Dresch etc.). Os sociólogos durkheimianos também se opuseram, sob a liderança de Georges Gruvitch. Tudo isso fez com que Aron só fosse eleito no terceiro turno. Fato que também abriu as portas para que ocupasse posto no *Collège de France* no futuro. Um pequeno trecho, para se ter idéia do teor do polêmico livro:

O fim sublime justifica os meios odientos. Moralista contra o presente, o revolucionário é cínico na ação, fica indignado com as brutalidades policiais, o ritmo desumano da produção, a severidade dos tribunais burgueses, a execução de suspeitos cuja culpabilidade não seja demonstrada a ponto de não haver dúvidas. Nada, exceto uma humanização total, saciará sua sede de justiça. Mas decide aderir a um partido, o mais impiedoso possível, contra a desordem estabelecida, e então perdoará, em nome da Revolução, tudo o que denuncia incessantemente. O mito revolucionário faz uma ponte entre a intransigência moral e o terrorismo. (apud WINOCK, 2000, p. 633).

Interessante mencionar a posição de Mounier também. O intelectual era o principal nome da citada revista *Esprit*. Mounier buscava uma terceira via, sobretudo no intuito de evitar uma terceira guerra mundial. Ao contrário de Aron, não tomou o partido de um dos lados e escreveu:

Nem a América, apesar do egoísmo de seus produtores, nem a URSS, apesar dos excessos de sua polícia e dos endurecimentos de seu socialismo, representam um anti-humanismo deliberado comparável ao nazismo. Encontramos diante de uma democracia doente de dinheiro e de um socialismo doente de Estado (WINOCK, 2000, p. 587).

Esse humanismo virá, para ele, de uma Europa socialista, que conciliará a economia planificada com a defesa do homem e da liberdade democrática. Esse tipo de posição, neutra, tinha uma base social significativa na França, onde 42% das pessoas achavam que o país deveria apoiar o Ocidente, 4% que deveria apoiar o Leste e 43% que deveria permanecer neutra. Esses dados são de uma pesquisa do IFOP de 1952. Em 1955 a neutralidade chegou ao pico de 57%.

Antes disso, a Guerra da Coreia já tinha acirrado os ânimos, com Aron defendendo, claramente, uma intervenção norte-americana (que nem tinha ocorrido ainda) contra os norte-coreanos e os comunistas e simpatizantes defendendo a tese da agressão sulista, assumida pela União Soviética, que usou esse pretexto para não solicitar aos norte-coreanos o recuo ao paralelo 38. A posição desses últimos se fortaleceu quando os sul-coreanos, com apoio da ONU ultrapassaram o paralelo 38. A partir desse momento, os comunistas agitam a bandeira da paz com mais força do que nunca. Isso também é o hùmus do livro de Sartre que traduzo. Como os soviéticos tinham desenvolvido a bomba nuclear um ano antes, em 1949, usam a possibilidade de um conflito nuclear como mote de uma “campanha internacional pela paz”. De acordo com estimativas exageradas do PCF, 14 milhões de franceses assinaram o apelo de Estocolmo pela paz, que foi, de qualquer forma, um sucesso. Pablo Picasso desenvolveu sua famosa pomba, que se tornou o símbolo universal da paz; Frédéric Joliot-Curie, vencedor do Prêmio Nobel de Química e professor do prestigiado *Collège de France* estão entre as celebridades que aderiram ao movimento. A noção de paz tornou-se o mote das campanhas e do discurso comunista na época. É também a época da instalação das bases da OTAN na França, que suscita reações como a de Jean-Pierre Chabrol “O novo ocupante se conduz de tal maneira que traz à população as lembranças de 1940-1944” (apud WINOCK, 2000, p. 625). Em 1951, o PCF lançava sua campanha contra a “guerra bacteriológica”, acusando os EUA de jogarem insetos contaminados com bactérias na Coreia. A acusação gerou dúvidas em três bacteriologistas do Instituto Pasteur. Também é a época da prisão de Jacques Duclos, secretário do PCF, preso por transportar pombos no carro! Também é a época da visita do general Ridgway e da violenta manifestação contra ela, que culminou na morte de duas pessoas. Fatos cruciais para que Sartre abandonasse o neutralismo e tomasse o partido da União Soviética na Guerra Fria.

Mas a posição neutralista também ganha corpo nessa época. Muitos escreveram para o jornal *Le Monde* em favor dessa posição. Entre eles, o filósofo neotomista Étienne Gilson. Também havia o semanário *L'Observateur*, lançado em 1950 por Claude Bourdet, Roger Stéphane e Gilles Martinet, além das já citadas revistas *Esprit* e *Les Temps Modernes*.

Essas são algumas considerações sobre um período turbulento do século XX, que permitem situar a filosofia do existencialismo marxista em seu contexto histórico. Uma época em que, no dizer de Raymond Aron: “A paz era impossível e a guerra improvável”.

## Capítulo 2

### Noções da filosofia de Sartre e relações com marxismo, dialética e comunismo

Nesta primeira parte pretendo expor brevemente as noções fundamentais da filosofia sartriana em sua primeira fase, a da ontologia fenomenológica. Os conceitos de ser-em-si, má-fe, ser-para-si. Também é de interesse uma breve discussão sobre a categoria do ser-para-outro, pois essa categoria é um dos laços de continuidade no pensamento do filósofo entre a fase existencialista e a marxista. A tese é que a noção de ser-para-outro pode ser entendida como um reconhecimento germinal da existência da sociabilidade como dado da estrutura ontológica da realidade humana; ainda que essa teoria da sociabilidade compareça de forma ainda muito inicial em o *Ser e o Nada*, dando conta apenas do que poderíamos chamar de díades, em uma linguagem sociológica. Essas considerações, em sua primeira grande obra, giram em torno de um desenvolvimento de sua psicologia fenomenológica, da década de 1930, agora sob o influxo da ontologia heideggeriana. Se Sartre abandona o projeto de uma psicologia filosófica, erigida a partir da fenomenologia, rumo a uma ontologia existencialista, é sobre o homem, em sua relação com o mundo e com outros homens, que escreve, sobretudo na terceira parte, intitulada *O para-outro*; e no terceiro capítulo desta, em que o autor nos fala sobre as relações concretas com o outro. É neste ponto de sua obra que aparece a conceituação de noções como Amor, Linguagem, Masoquismo, Indiferença, Desejo, Ódio, Sadismo e em que podemos ver a força da tematização antropológica, psicológica, psicanalítica (ou como se queira chamar essa teorização da realidade humana) no interior da ontologia sartriana. Mais do que isso: a importância que o outro e a problemática da alienação assumem nessa filosofia. Por isso resisto a considerar essa obra como uma robinsonada do século XVIII, para lembrar uma divertida imagem do Marx dos *Grundrisse*. Não consigo ver no primeiro Sartre o indivíduo isolado, em derrilção, para usar um termo de Lukács, que nele percebem alguns, sobretudo marxistas. A liberdade absoluta de Sartre não é apresentada como desprovida de fundamento social, muito pelo contrário: para o autor o homem não é um *ens causa sui*, como o deus de Spinoza, mas tem é no *olhar do outro* o seu fundamento, aquilo mesmo que o impede de tornar-se deus, substância que seria causa de si mesma. Desde o primeiro ato de sua existência, o homem tem sua liberdade fundamentada pelo olhar do outro e tem o para-outro como estrutura fundamental de sua realidade humana. O que, no seio de sua fase “solipsista”, atesta a dificuldade da caracterização do pensamento sartriano por meio desse adjetivo. É no momento mesmo da elaboração de sua fase “subjetivista” que o autor rechaça a compreensão do homem como ser isolado.

Já na parte I da Introdução podemos perceber uma outra linha de continuidade. Na controvérsia sobre o individualismo metodológico, talvez a noção de série, quando Sartre escreve sobre a ideia de fenômeno, também nos diga algo sobre a continuidade entre suas duas fases, no que concerne à forma de pensar indivíduo e sociedade. A sociedade talvez possa ser considerada essa série, esse objeto, cujo indivíduo é um aspecto.

O objeto acha-se totalmente neste aspecto e totalmente fora dele. Totalmente *dentro*, na medida em que se manifesta *neste* aspecto: indica-se a si mesmo como estrutura da aparição, ao mesmo tempo razão da série... Por último, a essência está radicalmente apartada da aparência individual que a manifesta porque, por princípio, a essência é o que deve poder ser manifestado por uma série de manifestações individuais (SARTRE, 2008, p. 18).

Começemos pelos seus conceitos mais fundamentais. No capítulo VI da Introdução, o autor afirma que

o fenômeno do ser não é o ser. Mas indica o ser e o exige... o fenômeno de ser revela-se imediatamente à consciência. Temos a todo instante aquilo que Heidegger denomina uma compreensão pré-ontológica, ou seja, não acompanhada de determinação em conceitos ou elucidação. Agora, trata-se de consultar esse fenômeno e tentar determinar o sentido do ser” (SARTRE, 2008, p. 36).

O autor faz dois alertas:

1- que o ser da consciência é radicalmente outro que o do fenômeno e seu sentido exigirá uma elucidação particular.

2- Que a elucidação do sentido do ser Em-si só pode ser provisória.

O autor distingue dentro do ser em-si duas regiões absolutamente distintas: o ser do *cogito pré-reflexivo* e o ser do fenômeno. Se são duas regiões incomunicáveis, como ambas podem ser colocadas sob a mesma rubrica?

A essência não está no objeto, mas é o sentido do objeto, a razão da série de aparições que o revelam. Porém, o objeto não remete ao ser como se fosse uma significação: seria impossível, por exemplo, definir o ser como uma *presença* – porque a *ausência* também revela o ser, já que não estar aí é ainda ser. O que significa então a passagem do ôntico ao ontológico, conforme Heidegger?

Com toda certeza posso transcender essa mesa ou cadeira para seu ser e perguntar sobre o ser-mesa ou o ser-cadeira. Mas, neste instante, desvio os olhos do fenômeno-mesa para fixar o fenômeno-ser, que já não é condição de todo desvelar – mas sim ele mesmo desvelado, aparição, e, como tal, necessita por sua vez de um ser com base no qual possa desvelar-se (SARTRE, 2008, p. 20).

No que concerne ao conhecimento, Sartre também parece ter encontrado um ser que escapa ao conhecimento e o fundamenta, definido pelo autor como:

um pensamento que não se dá como representação ou como significação dos pensamentos expressados, mas é captado diretamente enquanto é (SARTRE, 2008, p. 29).

O ser do fenômeno reside em seu *percipi*, naquilo mesmo que é percebido. É o esse ser, ou percipi que faz com que Sartre não seja idealista.

A mesa está frente ao conhecimento e não poderia ser assimilada ao conhecimento que dela se tem, caso contrário seria consciência, ou seja, pura imanência, e desapareceria *como mesa* (SARTRE, 2008, p. 29).

Outras afirmações importantes do capítulo:

Dizer que a consciência é consciência de alguma coisa significa que não existe ser para a consciência fora dessa necessidade precisa de ser intuição reveladora de alguma coisa, quer dizer, um ser transcendente. Não apenas a subjetividade pura, se dada previamente, não lograria se transcender para colocar o objetivo, como também uma subjetividade “pura” se esvaneceria. O que se pode chamar propriamente de subjetividade é a consciência (de) consciência” (SARTRE, 2008, p. 34).

Dizer que a consciência é consciência de alguma coisa é dizer que deve se produzir como revelação-revelada de um ser que ela não é e que se dá como já existente quando ela o revela.

Entenda-se, o ser transfenomenal dos fenômenos, não um ser numênico que se mantivesse oculto atrás dele. O ser que a consciência implica é o ser desta mesa, deste maço de cigarros, desta lâmpada, do mundo em geral. A consciência exige apenas que o ser do que *aparece* não exista *somente* enquanto aparece. O ser transfenomenal do que existe *para a consciência* é, em si mesmo, *em si*” (SARTRE, 2008, p. 35).

Falemos agora um pouco sobre o ser-em-si. Nessa parte da introdução Sartre começa a discorrer sobre o “fenômeno de ser” ao qual tinha aludido. Não se pode despojar um existente de seu ser, contudo, a consciência sempre pode ultrapassar o existente, não em direção a seu ser, mas ao *sentido* desse ser. Como todo fenômeno primeiro, o fenômeno de ser revela-se imediatamente à consciência

Diz-se que o ser é em-si, pois ele não se remete a si, tal como a consciência (de) si: é este si mesmo. O em-si é uma síntese, mas a mais indissolúvel de todas: síntese de si consigo mesmo. Os trânsitos, os vir-a-ser, tudo que permite dizer que o ser não é ainda o que será e já é o que não é, tudo é negado por princípio. Porque o ser é ser do devir e, por isso, acha-se para-além do devir. Desconhece, pois, a alteridade; não se coloca jamais como outro a não ser si mesmo; não pode manter relação alguma com o outro. O ser escapa à temporalidade, pois mesmo quando um ente é destruído “A plena positividade do ser se restaurou sobre seu desabamento... Ele era, e agora outros seres serão – eis tudo” (SARTRE, 2008, p. 39).

Após os breves comentários a noção de ser em-si, vamos apresentar o conceito de Má-Fé, tal como exposto no capítulo 2 da primeira parte de *O Ser e o Nada*.

O ser humano não nega apenas o mundo. Ele também é o ser que pode tomar atitudes negativas em relação a si. Sartre define a consciência como:

um ser para o qual, em seu próprio ser, ergue-se a questão de seu ser enquanto este ser implica um outro ser que não si

mesmo... (ou) um ser para o qual, em seu próprio ser, acha-se a consciência do nada de seu ser” (SARTRE, 2008, p. 92).

Sartre dá quatro exemplos de como a negação vem ao mundo pelas mãos da consciência:

- Na proibição ou veto, quando o ser humano nega uma transcendência futura. Trata-se da nadificação de uma possibilidade que outra realidade humana projeta como sua possibilidade. Assim o Não surge no mundo, e é como o escravo vê o amo, ou o prisioneiro tentando fugir vê o sentinela que o vigia. Os guardiães, vigilantes, carcereiros seriam exemplos de homens cuja realidade social é unicamente a do Não.
- Outros trazem o Não na própria subjetividade e se constituem como pessoa em negação perpétua. Seria o homem de ressentimentos de Scheler.
- Condutas mais sutis, como a ironia, quando

o homem nadifica, na unidade de um só ato, aquilo mesmo que diz; faz crer para não ser acreditado; afirma para negar e nega para afirmar; cria um objeto positivo que, no entanto, não possui outro ser senão seu nada (SARTRE, 2008, p. 92).

A que mais nos interessa: a má-fe, atitude que, ao mesmo tempo, é essencial à realidade humana e de tal ordem que a consciência volte sua negação para si, em vez de dirigi-la para fora. A diferença entre essa e a mentira é que nela a negação incidiria sobre a própria consciência, enquanto na mentira incidiria sobre o transcendente. Desta maneira complexa nosso autor descreve o mentiroso:

O ideal do mentiroso seria, portanto, uma consciência cínica, que afirmasse em si a verdade, negando-a em suas palavras e negando para si mesma esta negação. Mas essa dupla atitude negativa recai em um transcendente: o fato enunciado é transcendente, porque não existe, e a primeira negação incide sobre uma *verdade*, ou seja, um tipo particular de transcendência. Quanto à negação íntima que opero correlativamente à afirmação da verdade para mim, recai em *palavras*, isto é, sobre um acontecimento do mundo. Além disso, a disposição íntima do mentiroso é positiva; poderia ser objeto de um juízo afirmativo: o mentiroso pretende enganar e não tenta dissimular essa intenção ou mascarar a translucidez da consciência; ao contrário, refere-se a ela quando se trata de decidir condutas secundárias, exerce explicitamente um controle regulador sobre todas as atitudes (SARTE, 2008, p. 93).

Assim, não há dificuldade em conceber o mentiroso fazendo com toda lucidez o projeto da mentira, dono de inteira compreensão da mentira e da verdade que altera. Na má-fé, e isso muda tudo, eu mesmo escondo a verdade de mim mesmo. Não se trata mais da dualidade enganador-enganado, mas da unidade de uma consciência.

De acordo com o pensador, na má-fé, o enganador conhece muito bem a verdade, o que é necessário para poder ocultá-la cuidadosamente de si mesmo, o enganado. Isso se dá na estrutura unitária de um só projeto. Sartre continua a problematizar mostrando que se o ser da consciência é

consciência de ser, como ele assume, então aquele que se afeta de má-fé deve ter consciência da mesma. Este é o problema de tentar mentir a si mesmo, a mentira retrocede e fica arruinada pela própria consciência de mentir-me. No final do parágrafo, Sartre termina por expressar sua dificuldade de por um lado rechaçar a existência da má-fé e por outro de compreendê-la. Na psicanálise, a explicação para o fenômeno viria sob a hipótese de uma censura, concebida como linha de demarcação entre enganador e enganado, restaurando-se assim o dualismo. Em Freud há uma cisão na massa psíquica entre o *id* e o *eu*. Sou o *eu*, mas não sou o *id*. A psicanálise, por meio dessas noções introduziria em nossa subjetividade mais profunda a estrutura intersubjetiva do *mit-sein*. Sartre parece não negar a existência da censura, mas renuncia a todas as metáforas que representam a repressão como choque de forças cegas e admite que a censura deve *escolher* e, para escolher, deve *representar-se*.

Mas não basta que distinga as tendências malignas; é necessário, além disso, que as apreenda como algo *que deve ser reprimido*, o que subentende, ao menos, uma representação da própria atividade (SARTRE, 2008, p. 98).

Para Sartre não ganhamos nada com a psicanálise, porque ela, para suprimir a má-fé, estabeleceu entre inconsciente e consciência uma consciência de má-fé. Sartre cita Stekel, em seu trabalho sobre a mulher frígida, quando escreve “Toda vez que pude levar o bastante longe minhas investigações, comprovei que o núcleo da psicose era consciente” (apud SARTRE, 2008, p. 100). Ao invés de recorrer a um complexo de Édipo, nosso autor explica a patologia dessas mulheres como, por exemplo, pessoas que se tornaram frígidas por decepção conjugal, ou seja, lograram mascarar o prazer logrado pelo ato sexual.

Na segunda parte do capítulo, nosso autor pretende responder à seguinte pergunta: “Que há de ser o homem em seu ser para poder ser de má-fé?” Para alcançar seu objetivo, passa a examinar mais de perto condutas de má-fé e tenta uma descrição, com o intuito de estabelecer com nitidez suas condições de possibilidade. É aqui que apresenta sua célebre imagem da jovem que dissimula o caráter sexual do encontro diante do pretendente, que deve saber dirigir-se a ela ao mesmo tempo como uma pessoa, uma liberdade, de maneira respeitosa e espiritualizada, e como um corpo desejado, desejo que ele não pode tornar explícito para não causar-lhe horror e humilhação, mas que não pode ser totalmente oculto, para não transformar sua atitude em mero respeito sem encanto. Nessa parte também apresenta a famosa metáfora do garçom. Por meio desse trecho fica mais claro o que Sartre entende por má-fé. Essa tentativa de escamotear a própria liberdade, ou o fato de sermos aquilo que não é e não sermos aquilo que é. Essa tentativa de escapar ao nada e de constituir a si mesmo como em-si. Escreve o francês:

Tento realizar o ser-Em-si do garçom, como se não estivesse justamente em meu poder conferir a meus deveres e direitos de estado seu valor e urgência, nem fosse de minha livre escolha levantar toda manhã às cinco ou continuar deitado, com risco de ser despedido do emprego. Como se, pelo fato de manter existindo esse papel, eu não transcendesse de ponta a ponta o ser-Em-si que pretendo ser ou não me constituísse como um *mais além* de minha condição. Todavia, não resta

dúvida que, em certo sentido, *sou* garçom – caso contrário, poderia designar-me diplomata ou jornalista. Porém, se o sou, não pode ser à maneira do ser-Em-si, e sim *sendo o que não sou* (SARTRE, 2008, p. 107).

Contra uma maneira comum de apreender a vida psíquica, nosso autor mostra que não há um determinismo causal que constitui o fluxo da consciência como série de estados físicos. As “tendências” na mente

se realizam com meu concurso, e não são forças da natureza, mas sou eu quem lhes confere sua eficácia com uma perpétua decisão sobre seu valor (SARTRE, 2008, p. 110).

A má-fé supõe a liberdade. Nos mostra Sartre que

Se eu fosse um homem triste ou covarde, assim como esse tinteiro é tinteiro, sequer seria concebível a possibilidade de má-fé. Não apenas não poderia escapar ao meu ser, como sequer poderia imaginar poder escapar. Mas, se a má-fé é possível, a título de simples projeto, é porque, justamente, não há diferença tão aguda entre ser e não ser, quando se trata de meu ser (SARTRE, 2008, p. 113).

A *mauvaise foi* não é uma forma de cinismo, nem de evidência, mas uma forma de fé e sua condição de possibilidade é que a realidade humana, em seu ser mais imediato, na intra-estrutura do *cogito* pré-reflexivo, seja o que não é e não seja o que é. Além disso, o projeto de má-fé é ele mesmo de má-fé. Não é possível projetar a má-fé e tornar-se de má-fé apenas ao fim do esforço de persuadir a si mesmo “Para dizer a verdade, não me persuadi: na medida em que pude estar persuadido, estive assim sempre” (SARTRE, 2008, p. 115).

Falemos um pouco sobre o ser-para-si. A segunda parte de *O Ser e o Nada* é importante para a compreensão do pensamento de Sartre e de sua concepção antropológica em particular, pois é nela que se apresenta sua teorização sobre o *pour soi*. É aí que a realidade humana vai ocupar o centro das atenções no livro em análise. Ao contrário do em si, o para-si não é idêntico a si mesmo.

Desta mesa, posso dizer que é pura e simplesmente esta mesa. Mas, de minha crença, não posso me limitar a dizer que é crença: minha crença é consciência (de) crença (SARTRE, 2008, p. 122).

Para Sartre, nem a crença, nem o prazer, nem a alegria podem existir antes de ser conscientes; a consciência é a medida de seu ser.

Sartre interpreta de maneira interessante o cogito cartesiano. Diz ele que na segunda prova sobre a existência de deus, Descartes apresenta um desnível entre o ser que ele é e o ser perfeito. É essa ideia mesma de perfeição que serve de prova para o moderno. Não poderia conceber o perfeito se não houvesse o ser perfeito que fosse condição de possibilidade da minha noção de perfeito. Sartre vê nesse desnível entre consciência imperfeita e ideia de perfeição não a prova da existência de deus, mas a prova de que o para-si ou de que a consciência não é *ens causa sui*, não é causa de si mesma, pois se o fôsse, teria se produzido conforme essa ideia. Não haveria desnível.

Em outras palavras: um ser que fosse seu próprio fundamento não poderia sofrer o menor desnível entre o que ele é e o que ele concebe, pois se produziria a si conforme sua compreensão do ser e só poderia conceber-se como é. Mas esta apreensão do ser como falta de ser é, antes de tudo, uma captação pelo *cogito* de sua própria contingência (SARTRE, 2008, p. 129).

Nessa parte Sartre dá indícios do que será sua teoria do desejo. O mesmo não poderia ser um estado psíquico, um ser cuja natureza é ser o que é.

Um ser que é o que é, na medida em que o consideramos como sendo o que é, de nada precisa para se completar. É interessante o exemplo que Sartre dá para afastar-se dos positivistas: citando a sede, mostra-nos que a mesma acarreta certos fenômenos, como espessamento coagulante do líquido sanguíneo, mas não podemos reduzir a sede a isso. É um bom exemplo, pois trata-se supostamente de uma necessidade “fisiológica”. Fato é que a coagulação sanguínea e os outros fenômenos que ela acarreta constituem um conjunto que é “um estado positivo do organismo que nos remete apenas a si mesmo, exatamente como o espessamento de uma solução cuja água se evapora não pode ser tomado como desejo de água manifestado pela solução (SARTRE, 2008, p. 138).

Neste momento do texto, pretendo inserir a filosofia de Sartre em sua discussão com a dialética e o marxismo. Interessante aqui é apontar a convivência, no pensamento do filósofo, entre duas metodologias filosóficas distintas: a razão analítica e a razão dialética, o método progressivo e o método regressivo. Uma filosofia inspirada pelo kantismo e fenomenologia de um lado e pelo hegelianismo de outro. Algo que não é novo no pensamento do filósofo, ao contrário do que esperariam aqueles que o concebem como um curso fraturado em duas partes. Fato é que, de uma forma menos explicitada do que em *Questão de Método*, a convivência entre esses dois métodos já se apresenta no que é tido como a fase existencialista de Sartre, sendo o próprio *Ser e o Nada* um repositório de dois grandes afluentes filosóficos: Hegel e Heidegger; como o é, de forma diferente, a hermenêutica de Gadamer. Sartre não passa de forma abrupta de uma filosofia da subjetividade para uma filosofia da história, sendo inadequada a caracterização dessa passagem como conversão. Na verdade, é possível detectar as continuidades entre os dois pólos tanto na primeira fase quanto na segunda e as escolhas epistemológicas do primeiro Sartre, ainda que, provavelmente, de modo não intencional, preparam o terreno para o que seria sua transição para uma crítica da razão da dialética. A mudança maior não é, assim, um afastamento do existencialismo em prol de uma aproximação ao marxismo, mas uma transfiguração do que de dialético há no pensamento de Sartre, de uma linguagem marcadamente hegeliana, desde as lições aprendidas com Kojève, para uma dialética da história de inspiração marxista.

É notável o fato que, ao contrário de autores como Marcuse, Adorno e seus colegas “frankfurtianos”, Sartre não critica o stalinismo aproximando-se de Hegel e afastando-se de Marx. Para o existencialista, o problema é que o stalinismo, muito pelo contrário, é um tipo de escolástica e de idealismo. Sua concepção de história seria quase teológica e se aproximaria da hegeliana, quando subsumiria o indivíduo na história e pensaria ter encontrado o seu *télos* (da história). Sartre, ao

contrário, propõe uma dialética em que o *télos* se situa no indivíduo, absolutamente livre – à maneira existencialista – e a história passa a ser compreendida em sua totalidade, à maneira hegeliano-marxista, sem o que sequer poderíamos falar em dialética, naturalmente. A problematização das relações entre o uno e o múltiplo é central para esse tipo de filosofia, como se sabe. Por que falar em dialética se a teoria recaísse apenas sobre o indivíduo isolado, como em Feuerbach e no liberalismo? A totalidade proposta por Sartre não é, entretanto, uma que o autor chamaria de totalidade-totalizada, em que a realidade está pronta, dada, com começo, meio e fim traçados previamente e cabendo ao filósofo apenas conhecê-la, como um astrônomo que contempla o curso imutável dos astros. Algo como, parodiando Kant: “O céu estrelado sobre mim e a história acabada diante de mim”. A totalidade proposta por Sartre é uma totalidade em totalização, uma em que a finalidade não está nela mesma, mas na cabeça e, sobretudo, na práxis de cada um dos homens que a produzem em situação, em sociedade, em um conjunto prático, para se usar uma expressão da *Crítica da Razão Dialética*. O indivíduo em Sartre não é um momento do absoluto, como em Hegel, ou uma abstração burguesa, como no stalinismo. É, antes disso, o criador de sua própria existência, o demiurgo de sua própria sociedade e história em uma situação que ele não escolhe. O indivíduo é aquilo que põe uma teleologia no mundo. Nisso e em outros aspectos, há um grande acordo entre Sartre e Marx. E vale lembrar que Sartre entusiasmou-se muito com a leitura dos *Manuscritos de Paris*, que é, como se sabe, uma das principais obras marxianas de juventude. A teorização do todo e o recurso à dialética devem-se a uma questão de heurística. Sartre reconhecia a fertilidade de um método que compreende a realidade em suas diversas mediações, a partir das relações que se estabelecem entre suas determinações particulares e o todo. Uma teoria que não tenha esse escopo mais amplo do ser em tela é incapaz de abandonar uma perspectiva parcial e abstrata, de sair da certeza sensível, como diria Hegel. A principal fraqueza de um método puramente analítico, de talhe kantiano. É, sobretudo, para aprofundar suas reflexões sobre o homem situado que o francês buscará a dialética.

Sobre a dialética sartriana é interessante a aproximação com a hermenêutica que dela faz Aron. Para o autor trata-se de uma “crítica da razão histórica”, como no pensamento de Dilthey. Como nos pensadores alemães, do talhe de Rickert, Weber, Simmel, Windelband, Dilthey; estaria presente em Sartre uma espécie de teoria compreensiva, que buscaria os sentidos das ações humanas. Muito mais do que uma descrição de realidades empíricas. A explicitação teleológica de uma conduta se impõe nesse tipo de teoria. Para Aron,

El método regresivo-progresivo, vaivén entre lãs condiciones y el proyecto, no presenta ninguna originalidad radical respecto al método comprensivo, espontáneamente utilizado por los historiadores o los etnógrafos cuando, unos y otros, se afanan por captar o reconstituir las experiencias vividas. Una conducta, una obra, una decisión no entrega su o sus significaciones sino por referencia, tanto a La situación en la que se encuentra el autor, como al proyecto por medio del cual el mismo autor define su situación, rebasándola. El proyecto transforma la situación que lo condiciona” (ARON, 1975, p. 22).

O que haveria de original no pensamento de Sartre, seria, então, uma ênfase maior sobre o projeto. O existencialista atacaria os sociólogos que o ignoram ou desconhecem, que não levam em conta a humanidade dos homens, o “ser de projeto”. O escritor, no entanto, estabelecerá uma distinção entre a inteligibilidade e a compreensão. Como Dilthey, visa os conceitos, os universais que lhe permitem a totalização e a inteligência do mundo histórico. Sartre concebe os universais prático-inertes com a ajuda dos quais a história segue sendo inteligível; mas apenas fragmentos dela são, de fato, compreensíveis, dado que, no mais das vezes, os homens não sabem a história que fazem, não sendo, assim, possível a compreensão teleológica de suas práxis.

É importante dizer tudo isso, também, devido ao fato de que o marxismo, desde a II e a III Internacional, sempre fora interpretado em uma chave positivista ou materialista, sempre objetivista.

A verdade é que a *Crítica da Razão Dialética* expressa, intelectualmente, o reordenamento que caracteriza o mundo pós-staliniano. Da mesma forma que a *Crítica da Razão Pura* supunha a física moderna, newtoniana, e *O Capital* supõe o capitalismo, o marxismo sartriano supõe o stalinismo nas palavras de Sartre:

...tampoco ella puede aparecer antes de los abusos que han obscurecido la noción misma de racionalidad dialéctica y que han producido um nuevo divorcio entre la *práxis* y el conocimiento que la aclara. La Crítica, en efecto, toma su sentido etimológico y nace de la necesidad real de separar lo verdadero de lo falso, de limitar el alcance de las actividades totalizantes para darles su validez. Dicho de otra manera, la experiencia crítica no puede tener lugar *en nuestra historia* antes de que el idealismo staliniano haya esclerosado a la vez las prácticas y los métodos epistemológicos. No puede tener lugar sino como expresión intelectual del reordenamiento que caracteriza a este *one world* que es el nuestro, el período poststaliniano (apud ARON, 1975, p. 32).

Não foi por acaso que o livro se constituiu, ao lado do pensamento de Marcuse, em uma das principais referências filosófica de maio de 1968. Como aponta Aron, se o Sartre saído da Resistência e do início da década de 1950 (contexto histórico de *Os comunistas e a paz*) está marcado por um tipo de relação com o comunismo mais próximo ao soviético, conferindo um papel maior ao partido, *Crítica da Razão Dialética* já traz a marca histórica da desestalinização, uma ênfase maior no movimento social: grupos em fusão, passagem da série à classe etc. Muito embora, como lembra o professor Luciano Donizetti em *Sartre: entre a liberdade e a história*, o existencialista criticasse, desde 1947, em seu *Materialismo e Revolução*, o stalinismo. Tendo começado, mesmo, sua carreira na esquerda denunciando o marxismo oficial. Depois disso, o filósofo aproximou-se do PCF (Partido Comunista Francês), nunca tendo se filiado a ele, nem se considerado marxista; afastou-se do partido em 1956, quando da invasão da Hungria; aproximou-se, novamente, ao longo da década seguinte e rompeu definitivamente em 1968, chegando a chamar o partido de fascista. Nessa época, apoiou o movimento estudantil e se aproximou dos maoístas (fundando, com Serge July, o periódico – na época – radical *Libération*), defendendo a Revolução Cultural, sobretudo no que concernia à possibilidade de participação dos trabalhadores na política chinesa de então e no papel revolucionário

que a China ainda desempenharia em relação ao quietismo burocrático de Moscou. Posição questionável, levando em conta toda a ajuda militar que os soviéticos davam aos vietcongues, Cuba e países africanos.

Seria a negação da liberdade, constitutiva da própria humanidade, que daria origem à história. Essa negação é concebida por Sartre como a escassez, um princípio negativo, que se contraporia à positividade, à liberdade, ao projeto, totalização. É interessante notar aqui, com Aron, uma das maiores discordâncias da formulação dialética sartriana com a filosofia de Marx e dos marxistas, que têm no excesso o foco de suas análises. O excesso de valor, de mais-valia que é extraído dos trabalhadores pelos capitalistas, o excesso de produção a que tende o capitalismo, até o ponto de uma crise sistêmica, quando o valor não pode mais ser realizado e simplesmente não há mais consumidores para o excesso de produção. Condição que o capitalismo acaba por ultrapassar mediante uma imensa destruição de capital, através de guerras sistêmicas, como a Segunda Guerra Mundial ou grandes depressões, como a de 1929 e a corrente, iniciada em 2008. O próprio Sartre se pergunta se sua filosofia concorda ou não com a do marxismo. Ao que dá duas respostas: de um lado concorda, pois, conforme a ideologia alemã, não se faz socialismo saindo da miséria. Como indica Aron:

La necesidad crea la penuria y ésta la lucha; El desarrollo de las fuerzas productivas, la victoria sobre la escasez, crean las condiciones indispensables del socialismo (ARON, 1975, p. 48).

Por outro lado, há uma grande divergência. O marxismo parte do que Lukács chamaria de ser social. Não do indivíduo sartriano, nem do liberal, em luta contra a escassez e o meio natural. Para aquela filosofia, a sociabilidade, determinada historicamente, seria o ponto de partida. Apesar, claro, de Sartre discordar em pontos fundamentais da concepção liberal. Em Sartre há uma dialética da história e não uma concepção do indivíduo isolado, atomizado. A práxis também unifica os homens em Sartre, seja no prático-inerte, seja no grupo em fusão, quando se constitui como dialética constituinte. Para o existencialista, a escassez seria pressuposto da luta de classes. Para Engels (e Marx, provavelmente) seria a dissolução de uma comunidade primitiva, em que a propriedade era coletiva, o princípio da luta de classes e da violência na história. Marx e Engels viam, inclusive, no capitalismo, um estímulo ao excesso populacional provocado pelo aumento da fertilidade humana e, relativamente, pelo aumento da produtividade do trabalho, que exige cada vez menos trabalhadores para gerar o mesmo valor. Aron chega a relacionar essa ênfase no excesso como causa da falta de preocupação dos marxistas com a superpopulação da China na época.

Interessante notar aqui o otimismo de Sartre com o progresso, ao contrário dos frankfurtianos e de Heidegger por exemplo.

Salvaguada de la libertad original, la escasez preserva también las oportunidades Del porvenir. Si la escasez há suscitado la guerra de todos contra todos, la lucha de clases; si el hombre ha devenido el enemigo del hombre por falta de recursos para todos, el desarrollo de las fuerzas productivas puede triunfar progresivamente sobre la escasez y, em

consecuencia, sobre la lucha de clases y la explotación del hombre por el hombre (ARON, 1975, p. 46).

Enquanto viger a escassez no mundo, Sartre esposará uma filosofia que concorda com a máxima tornada famosa por Hobbes do “homem lobo do homem”. A violência é definida pelo autor como estrutura da ação humana sob o reino do maniqueísmo e dentro do marco da escassez ou ainda:

La violencia es la inhumanidad constante de las conductas humanas em tanto que escasez interiorizada, en pocas palabras, lo que hace que cada um vea em cada uno a Otro, y al principio del mal (apud ARON, 1975, p. 48).

Marx dizia que o homem faz sua história em condições dadas. Sartre interpreta isso em termos de materialidade trabalhada, práxis objetivada. Uma forma de o operário sentir o peso dessas circunstâncias é quando a máquina lhe impõe seu ritmo, quando ele se torna servidor dela, que altera as próprias relações de produção e lhe tira o emprego, tornando-o inútil.

Outro conceito importante da dialética sartriana é o de “coletivo”, que denominaria os conjuntos que recebem sua unidade do exterior e que deixam os indivíduos efetivamente separados uns dos outros, solitários na massa, como o mercado, a opinião pública, o sistema econômico.

De uma maneira condensada, poder-se-ia resumir o movimento de uma revolução nas seguintes etapas, de acordo com o pensamento de Sartre: Em primeiro lugar, a multidão consegue realizar plenamente a agrupação antítese da série: o grupo. O que o distingue do coletivo é fato de que ele é uma práxis comum, é formado por indivíduos que “persiguen lo mismo objetivo, vibran con las mismas emociones, actuan con un mismo sentimiento” (ARON, 1975, p. 66). Mais importante do que a tomada de consciência da alienação e da impotência, é o perigo de morte, a violência, que leva um coletivo a tornar-se um grupo. O momento da tomada da Bastilha seria a liberdade plena, em que não haveria chefe, nem organização, apenas a esperança contra a violência prosaica, inscrita no prático-inerte.

Esse momento dura pouco e para que o grupo se mantenha, faz-se necessário o juramento, para evitar a traição. Trata-se de um grupo a um só tempo fraternal e terrorista. Fraternal, pois cada um se reconhece no outro e reconhece ao outro a possibilidade de reconhecer-se nele. Terrorista, pois autoriza ao grupo perpetuar o juramento de todos e eliminar sem piedade os traidores reais.

O segundo momento da dialética constituída pela práxis (dialética constituinte) é a organização. O grupo se organiza visando à eficiência, mas corre o risco de se dissolver organizando-se, não por traição (principal ameaça do grupo em fusão), mas pela constituição nascente de uma burocracia, que recoloca a tópica do prático-inerte e da opressão difusa nessa materialidade. Burocracia que faz com que o funcionário deixe de expressar seu ser na práxis comum que é a essência do grupo em fusão e se torne, apenas, mais um quadro na hierarquia, com seus próprios projetos que não são mais o projeto comum do grupo.

Também é interessante a descrição que Aron faz da concepção sartriana de Estado. Nela, aparecem de forma mais acabada as tendências latentes no grupo que se organiza e institucionaliza:

Esto explica al mismo tiempo por qué entre el estado burgués y el estado proletario, a veces el primero parece ser el menos opresivo, el menos violento. El Estado, grupo soberano con función específica, no se explica sin burocracia, sin una organización jerarquizada, petrificada en una institución. Aun cuando en el nivel inferior la burocracia se halle en contacto con las masas, no estaría en capacidad de servir de mediación, pues, por un lado, separa las series de un grupo soberano, y por el otro éste tiene por objeto, por fin político, mantener las series en la impotencia y la alteridad. “En el mundo del Otro, que es el mundo del gobierno” (p. 625), no existe comunicación auténtica entre praxis de gobernados y praxis de grupo soberano. La jerarquía burocrática deviene el universo diabólico de la sospecha: “... A cada grado de la jerarquía, cada uno es soberanía posible sobre los agentes del grado inferior o tercero regulador posible (tomando la iniciativa de la agitación y de la formación de un grupo); y por temor de hacerse sospechoso a sus superiores” (p. 626). Frente a sus iguales, se obliga a la inercia (por fidelidad a su juramento) para obtener la de los otros. “... Disuelve en él su individualidad orgánica como factor incontrolable de multiplicidad, se funde con sus pares en la unidad orgánica del superior, sin encontrar otra garantía contra su existencia individual que la libre individualidad de otro” (p. 626). La burocracia indica la forma extrema de la petrificación institucional del grupo soberano, supresión total de la humanidad salvo en la cúspide de la jerarquía; la afirmación de la soberanía práctica del hombre sobre el hombre y el mantenimiento concertado del estatuto práctico-inerte en la base implican necesariamente la mineralización del hombre a todos los niveles, salvo al nivel del príncipe. La experiencia crítica conduce a la interpretación dialéctica del stalinista (ARON, 1975, p. 80).

### Capítulo 3:

#### Algumas considerações sobre a filosofia de Merleau-Ponty e suas relações com o pensamento de Sartre.

Neste capítulo, tentarei tecer um breve comentário sobre a filosofia de Merleau-Ponty, sobretudo no que concerne às cartas que o filósofo trocou com Sartre no início da década de 1950 e que culminaram com a ruptura entre os velhos amigos. Outro escrito do autor que discutirei com mais cuidado é *As aventuras da dialética*, importante obra merleau-pontiana sobre política e marxismo.

A professora Marilena Chauí, em seu comentário às cartas entre os dois autores, periodiza a relação entre os dois filósofos em três épocas: a primeira seria imediatamente posterior à atividade política da Resistência e teria como marco o citado (no segundo capítulo) grupo “Socialismo e Liberdade”. É o momento da revista *Les temps modernes*, em que Sartre figurava como diretor e Merleau-Ponty como diretor político e editorialista; a segunda seria a da ruptura e teria como marcos o texto *Elogio da Filosofia* (pelo lado de Merleau-Ponty) e *Os Comunistas e a Paz* (pelo de Sartre), que traduzo; a terceira estaria plasmada no restante da obra merleau-pontiana e nos ensaios preparatórios à *Crítica da Razão Dialética* (na de Sartre).

Nessa época (1950-1953), o mundo não tinha mais medo de Deus, mas temia bastante uma guerra nuclear. O lema do século XIX: “Deus está morto” era apropriado e repetido pela juventude beatnik. Como na época da Revolução Francesa, em que se podia ver a multidão carregando um prelo à Bastilha, esse foi um tempo de grande proliferação de publicações. Muita gente querendo persuadir muita gente. Atmosfera proporcionada pela efervescência política da época.

Nesse momento, a tópica do engajamento ocupava uma posição central no debate entre Merleau-Ponty e Sartre. Os dois se apresentam como intelectuais engajados, mas com concepções distintas do que possa significar o termo. Marilena Chauí elenca alguns motivos para a ruptura entre os dois filósofos ou, ao menos, elementos que a propiciaram:

a exigência de Camus, aceita por Sartre, de que Merleau-Ponty não compusesse a mesa da assembléia fundadora da Reunião Democrática Revolucionária (RDR), movimento antiamericanista e anticomunista; a conferência de Merleau-Ponty sobre as relações entre filosofia e política; a publicação, em *Les temps modernes*, do primeiro artigo de Sartre da série *Os Comunistas e a Paz*, com réplica de Lefort e tréplica de Sartre; a duríssima conversa entre Merleau-Ponty e Sartre, quando o primeiro anuncia que publicará sua conferência sobre as relações entre filosofia e política e exporá suas divergências com Sartre e este anuncia a censura que imporá à publicação de tal artigo (que iria transformar-se no capítulo “Sartre e o ultrabochevismo”, em *As aventuras da dialética*, de Merleau-Ponty). O núcleo da desavença é a súbita e inexplicável mudança da posição de Sartre, que passou do anticomunismo à defesa incondicional dos comunistas, desavença que já se anunciava quando, nos anos precedentes, Merleau-Ponty,

diferentemente de Sartre, recusou-se a assinar inúmeros manifestos comunistas e anticomunistas porque, segundo ele, tendiam, na realidade, a reforçar a corrida armamentista da URSS, sob a aparência de pacifismo (do lado anticomunista) e de defesa da revolução proletária (do lado comunista) (CHAUI, 2002, p. 261).

O principal argumento de Sartre para defender o PCF, que ele desenvolve no livro que traduzo é que, quando atacado, um partido comunista deve ser defendido por todas as esquerdas. No livro, Sartre lembra que o PCF ganhava mais de 6 milhões de votos à época e que esse fato não poderia ser desprezado. Era o mais poderoso partido a representar o proletariado francês e a única esperança para essa classe. Sem o partido comunista, não haveria proletariado. Sem ele, não haveria nem classe universal, nem emancipação humana.

Merleau-Ponty, ao contrário, associa a própria crise da idéia de revolução ao bolchevismo, na medida em que os PCs substituiriam a idéia marxiana de “desenvolvimento da consciência de classe” pelo conceito bolchevique de “interesses do partido”. Em sua crítica a Sartre, Ponty aponta para os pontos em que o existencialista teria se afastado de Marx (como no que concerne às mediações entre a subjetividade e a objetividade) e lembra o fato de o autor ter se aproximado dos comunistas sem nunca se dizer marxista.

No curso da polêmica, é importante frisar, como faz a Marilena Chauí, que, em momento nenhum, Sartre filiou-se ao Partido Comunista e, todo o tempo, manteve aberta a linha editorial de *Les temps modernes* a “todas as tendências de esquerda”, mas afirmando, enfaticamente, que o PCF não poderia ser excluído, dado o fortalecimento, em curso, da direita. Merleau-Ponty, por sua vez, viu nisso a morte do projeto neutralista que havia animado a revista.

Como chave para compreender a diferença entre a concepção de engajamento nos dois filósofos, cito Chauí:

Nas cartas da querela que separará os amigos, Sartre cobra de Merleau-Ponty não engajar-se verdadeiramente. Merleau-Ponty cobra de Sartre a entrega a um engajamento às cegas, que o deixa ao sabor dos acontecimentos. (CHAUI, 2002, p. 264).

Como já disse no capítulo 2, a Segunda Guerra Mundial foi um divisor de águas para a filosofia de Sartre. Mas também o foi para Merleau-Ponty e, no seu entender, para todos os franceses, no que concerne à forma como concebiam o humanismo e aderiam a ele. Sartre lembra, por exemplo, em *Questões de Método*, que toda sua formação ocorrera sob o humanismo burguês, espiritualista e idealista, que vigiam na França. Para ele, mesmo antes da guerra, já era possível sentir o esfacelamento desse humanismo, por meio do existencialismo por exemplo. De maneira idealista e individualista, propunha que a existência é um escândalo. Marx, por sua vez, era completamente execrado no ambiente universitário francês da década de 1920, a que Sartre se refere. Diz ele que a aversão à dialética era tão grande que nem Hegel era conhecido e que os estudantes comunistas nunca citavam Marx em seus trabalhos, uma vez que seriam fatalmente reprovados nos exames se o fizessem.

Merleau-Ponty também se referia ao esfacelamento do otimismo humanista e da boa-consciência francesa com a guerra, que

trouxe a evidência bruta e irrecusável do peso das relações sociais porque estas não são relações imediatas entre consciências, mas relações mediatizadas pelas coisas e pelas instituições... Na universidade, professores ensinavam que guerras nascem de mal-entendidos que podem ser dissipados ou de acasos que podem ser conjurados pela paciência e pela coragem (CHAUÍ, 2002, p. 269).

Interessante, também, é a correlação que Chauí estabelece entre “a política cartesiana” dos intelectuais e professores, o solipsismo e a total falta de compreensão da história. Assim, as pessoas que exerciam essa “política da liberdade das consciências individuais” igualaram, por exemplo, chefes e povo no colaboracionismo “como se fosse a mesma coisa optar pela colaboração e não poder recusar trabalhar e prestar serviço aos ocupantes” (CHAUÍ, 2002, p. 270).

Mas esse tipo de idealismo universitário era um dos dois pilares da crítica de Merleau e de Sartre ao pensamento político de sua época. A outra era ao que o primeiro chamava de “mecanicismo dialético” e que o segundo denominava “escolástica da totalidade”, ambos se referindo a uma filosofia da história “esclerosada pela cisão entre uma teoria idealista e uma práxis empirista” (CHAUÍ, 2002, p. 266). Esses termos adjetivam o marxismo oficial dos PCs na época. É nesse diapasão que deve ser compreendida a enorme indignação de Ponty com Sartre, quando da publicação de *Os Comunistas e a Paz*. Ali, o filósofo via a implosão de um dos pilares: o da crítica ao stalinismo.

Para Merleau-Ponty e Marilena Chauí, é fundamental a discussão ontológica para compreender os posicionamentos políticos distintos entre os dois autores. Para eles, há, em Sartre, uma filosofia da negação em que ser e nada, mundo e consciência, aparecem absolutamente incomunicáveis. Não haveria a mediação do social entre o em-si (mundo) e o para-si (consciência), como propõe Merleau-Ponty. A consequência disso é que Sartre se entrega a uma filosofia que busca apaixonadamente o ser, para transformá-lo no que ela pensa e quer. Já Merleau-Ponty, que parte do pressuposto de que estamos contaminados, desde a origem, pelo ser, busca o afastamento em relação aos fatos, para poder compreendê-los melhor em uma totalidade. Sartre entregar-se-ia a eles e, agindo assim, não os compreenderia a partir do sentido que ganham em uma totalidade, mas teria deles uma visão parcial, entregue ao sabor do momento. Dessa forma,

ao escrever em conta-gotas sobre cada acontecimento, o escritor induz o leitor a aceitar fatos isolados que recusaria se pudesse ter uma visão mais abrangente, ou, ao contrário, o induz a recusar como odiosos fatos isolados que, se percebesse de maneira mais abrangente, aceitaria. Essa vigília engajada é, afinal, má-fé. Não informa, não analisa, não reflete, corre e muda ao sabor dos eventos, de tal modo que se fosse dado ao leitor, um dia, reunir o conjunto de manifestos e pequenos artigos diários ou mensais de um intelectual engajado ou de um comentarista político perceberia a incoerência, a leviandade, a irresponsabilidade daquele que escreve. (CHAUÍ, 2002, p. 278).

Já Sartre vê, nisso, um pretexto para abandonar o engajamento. Não é possível ser e não ser engajado ao mesmo tempo.

A política, escreve ele, é ação fundada numa escolha objetiva, a partir dos dados e fatos disponíveis. Se a filosofia for, como pretende Merleau-Ponty, a exigência de, antes de escolher, colocar-se num distanciamento que permita apreender totalidades parciais e não os fatos isolados que formam nossa experiência cotidiana, então, escreve Sartre “um filósofo hoje não pode tomar uma atitude política (CHAUÍ, 2002, p. 276).

Assim, Merleau-Ponty explicaria a inconstância das posições políticas de Sartre, que ora se define como individualista anarquista, ora como simpatizante não marxista do comunismo, ora como não simpatizante marxista do comunismo etc. Um filósofo que muda suas posições ao sabor do vento, não por falta de caráter, mas pelas exigências de sua própria filosofia. Sartre retruca que nunca teremos um saber total sobre a história, a situação, sempre agimos sem esse conhecimento. No entanto, é necessário reagir ao que é urgente. Diz Sartre:

Tens o direito de escrever teus livros; tens o direito de nada fazer; tens o direito à filosofia como reflexão rigorosa. Mas não tens o direito de criticar os que fazem política e assumem o risco de fazê-la em condições humanas, isto é, tateando, errando e acertando (apud CHAUÍ, 2002, p. 276).

Outra crítica de Merleau-Ponty a Sartre é a de que, por trás de sua falsa modéstia, haveria um grande presunçoso, que pretenderia ter encontrado

em pensamento e em imaginação, um futuro fixo, mantido em segredo, que regula clandestinamente o curso dos acontecimentos, aconteça o que acontecer. (CHAUÍ, 2002, p. 279).

Esse ponto de vista da totalidade, de acordo com Merleau-Ponty, tornaria irrelevante, aos olhos de Sartre, a pena de ter praticado os atos empíricos, pois eles perderiam, completamente, sua relevância diante do todo. Isso explicaria a “irresponsabilidade cotidiana” de Sartre. Para Merleau, ao contrário, cada ato, cada gesto, cada palavra, cada pensamento contam na determinação da história e da política.

Sartre podia afirmar que sua obra já realizada deveria ser esquecida a cada nova circunstância. Julgava, com isto, demonstrar seu compromisso com a filosofia e a política. Merleau-Ponty, ao contrário, exigia de sua obra retomada contínua, constância para que as reformulações tivessem sentido e fizessem sentido. Sartre viveu a alegria inflamada da tomada de posição contínua. Merleau-Ponty, a exigência de um pensamento capaz de modificar-se sob a solicitação dos acontecimentos, mas jamais para satisfazê-los. (CHAUÍ, 2002, p. 281).

Nesse contexto, Merleau-Ponty também desenvolve seu *Elogio da Filosofia*, que surgiu a partir da aula inaugural que proferira no *Collège de France*. Nesse texto, o filósofo apresenta sua

célebre idéia das relações difíceis do filósofo com a cidade. Por meio *dessa noção*, Merleau-Ponty também marca a diferença com Sartre. Pensa o filósofo que a cidade exige sempre do filósofo aquilo que ele não lhe pode dar: a adesão imediata, sem maiores considerações. De acordo com ele, é exatamente isso que Sartre daria com sua coragem destemida. Para Merleau-Ponty, há “um mau casamento entre a filosofia e a política quando a primeira, em nome da segunda, se faz má-fé, e a segunda, em nome da primeira, se torna abstração” (CHAUÍ, 2002, p. 282).

Para Marilena Chauí, foi a briga entre os dois filósofos o maior motivo para que Sartre escrevesse a *Crítica da Razão Dialética*. O objetivo do livro seria reconstituir as mediações que constituiriam o tecido social e histórico, a partir das críticas de Merleau-Ponty. Poderíamos pensar em uma resposta a Lukács também, por parte do escritor, uma vez que ele se refere diretamente ao marxista em *Questão de método*. O acerto de contas com um pensador que lhe havia dirigido críticas acerbas em *Existencialismo ou marxismo*. Aí, para além das estruturas da intersubjetividade e do para-outro, apresentadas em *Ser e o Nada*, surgem na filosofia de Sartre noções próprias ao que ele chamaria de prático-inerte na *Crítica da Razão Dialética*. O conceito de trabalho, a teoria do grupo, classe social, luta de classes como motor da história etc. Sartre passa a distinguir dois princípios que, para muitos, seriam antagônicos, mas que, para ele, seriam compatíveis: o de individualismo metodológico, que preservaria, de alguma forma, as filosofias da reflexão, com o de uma antropologia histórica, que define a pessoa concreta por sua materialidade.

Lendo às cartas, um argumento que também me parece importante, brandido por Sartre no debate, é o da possibilidade de uma convivência entre sua posição e a de Merleau-Ponty. Não seriam antagônicas como o último pensava. Sartre lembra, logo no início de sua primeira carta, que a posição do amigo é, a um só tempo, legítima e injustificável. Legítima enquanto não se tenta justificá-la. Para Sartre aparece como legítimo que um filósofo opte pelo rigor do pensamento e decida abandonar a política para se dedicar à filosofia. Se o amigo deixasse de agir para escrever um livro primoroso, como *Humanismo e Terror* e *A percepção*, poderia ser até melhor mesmo que o fizesse. O importante, para Sartre é que essa decisão se circunscrevesse a uma escolha subjetiva a uma questão de vocação. O problema é que o amigo iria além e ao invés de dizer: “eu faria bem em me abster. Passa a ser aquele que diz aos outros: é preciso abster-se.” (apud CHAUÍ, 2002, p. 290), passa a atacar posições engajadas como a do escritor.

se, em nome desse gesto individual, você discute a atitude daqueles que se conservam no terreno *objetivo* da política e tentam, dentro dos seus limites, decidir-se com base em motivos objetivamente válidos, você então se torna passível, também você, de uma apreciação objetiva. (apud CHAUÍ, 2002, p. 290).

Assim, a escolha merleau-pontiana não seria rigorosa, pois, para sê-lo, deveria se limitar à pura reflexão sobre a história e a sociedade. Ela não faz isso e acaba por se constituir em uma contradição que busca destruir uma política sem propor outra. Sartre não admite, de forma alguma, que Merleau o censure de fora de uma posição política. Se o faz, é só uma desculpa para deixar de se engajar e

atacar antes aqueles que poderiam o atacar depois. Censura o amigo por não ter acompanhado o grupo de *Temps modernes* em seus esforços nas questões dos Rosenberg e de Henri Martin

dois casos importantes na militância dos anos 50; o processo do casal Ethel e Julius Rosenberg, executado nos Estados Unidos em 1953 sob acusação de espionagem atômica em favor da União Soviética, e o do marinheiro Henri Martin, preso na França por distribuir panfletos contra a guerra que seu país travava na Indochina (CHAUÍ, 2002, p. 294).

Por não ter se movido, com eles, contra a guerra da Indochina (quando os vietcongues ainda lutavam contra as tropas coloniais francesas no Vietnã), no Comitê pelas Liberdades, quando o principal alvo eram as perseguições políticas contra os comunistas, como no caso da caricatural prisão de Duclos. Sartre acreditava que, por não se mover em nenhuma dessas ocasiões, Merleau-Ponty tinha perdido o direito de criticá-lo de dentro da equipe. Crítica que poderia abrir um diálogo político. Ao que o filósofo retrucava, que não devia nenhum compromisso com essas posições, uma vez que o amigo sempre havia feito questão de mostrar que suas posições eram pessoais, como quando criou o RDR sem avisar Merleau, ou se aproximou do PC sem avisá-lo. Não eram posições tomadas em conjunto, como o próprio Merleau gostaria que fossem. O filósofo chega a lembrar, na carta, que quando da polêmica discussão sobre os campos soviéticos, que mencionei no primeiro capítulo, procurou Sartre e mostrou um texto para que assinassem juntos. Comportamento que, queixa-se, Sartre nunca tivera em relação a ele. Muito pelo contrário.

Merleau-Ponty lembra que, ao contrário do que Sartre aponta, há uma linha de continuidade de sua relação entre filosofia e política; que ele não teria se afastado da política, a partir de 1950, para fazer filosofia. Desde 1948, Merleau se largava a abandonar o ensino, como Sartre, porque queria continuar a fazer filosofia. Também lembra de não ter entrado no CNE e de escrever para *Lettres françaises*, por exemplo, para não se tornar um “escritor da Resistência”. O filósofo também se contrapõe às acusações de Sartre lembrando-o que dera conferência em 1951 sobre política e que pretendia anexar à “Prosa do Mundo” uma terceira parte sobre revolução, mas que o que ocorrera é que nunca quisera – e reforçava essa posição desde a Guerra da Coreia – tornar-se um escritor de atualidades

O engajamento em *cada* acontecimento isoladamente torna-se, em período de tensão, um sistema de “má-fé”... Há acontecimentos que permitem, ou melhor, exigem ser julgados imediatamente e em si mesmos: por exemplo, a condenação e execução dos Rosenberg... mas, o mais das vezes, o acontecimento só pode ser apreciado no quadro global de uma política que lhe muda o sentido, e seria artificioso e astucioso requerer o julgamento sobre cada ponto separado de uma política, em vez de considerá-la na sua ordem e em sua relação com a do adversário: isso permitiria fazer engolir no varejo o que não seria aceito no atacado, ou, ao contrário, em tornar odioso, pela soma de pequenos fatos verdadeiros, aquilo que, visto em conjunto, está na lógica da luta. (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 301-302).

Assim, Merleau-Ponty se abstém de tomar posição em fatos como a Guerra da Coreia, a invasão do Laos, o citado apelo de Estocolmo pela paz, não porque, individualmente essas posições não fossem moralmente atrativas. De fato, era muito fácil simpatizar com uma intervenção política dos norte-coreanos no sul, com um apelo pelo fim da ameaça nuclear e pela paz, com uma crítica à invasão do Laos, quando esses fatos eram tomados em si mesmo. Mas quando compreendemos tudo isso em um contexto mais amplo de um mundo tensionado pela guerra fria, as coisas mudam de aparência.

mesmo sem imaginar por um instante sequer que a União Soviética puxe todas as cordinhas, é artificial – e artificioso – fazer como se os problemas se colocassem um a um e dissolver numa série de questões aquilo que, historicamente, constitui um conjunto. Se *queremos a coexistência*, não podemos exigir que o mundo capitalista atribua a “movimentos sociais” aquilo que, no local, é igualmente uma ocupação militar; e, se o exigirmos, é porque não queremos a coexistência, mas a vitória da União Soviética (apud CHAUI, 2002, p. 302).

Em, *Temps Modernes*, Merleau propunha a Sartre que visassem menos o coração e mais o cérebro dos leitores. A idéia de fazer a ida e a vinda entre o acontecimento e a linha geral. Seria antes de tudo uma forma de desvelar o *sentido* do acontecimento, uma vez que permitiria que o distanciamento desarmasse a “armadilha do acontecimento”. Tratava-se disso, muito mais do que de uma separação entre a filosofia e o mundo. O filósofo também ressalta que sempre criticara aqueles que concebiam a filosofia como algo fora do tempo. Pare ele, “a filosofia é uma atitude no mundo, não uma abstenção; não está reservada, em absoluto, ao filósofo de profissão, e ele a manifesta fora dos livros que escreve.

Merleau também retruca a acusação de Sartre e mostra que assinou uma petição em favor de Rosenberg, ao mesmo tempo que se recusava a participar de comício dos comunistas contra a execução do casal, que, para ele, só serviria para convencer ainda mais Eisenhower contra o indulto.

Interessante também que Merleau passa a aplicar a análise subjetiva (tipicamente sartriana) de que estava sendo alvo ao próprio Sartre e tenta mostrar que sua pretensa objetividade se fundava em uma “lei do coração”.

Uma das diferenças que Merleau estabelece de sua atitude em relação à de Sartre é que, ao contrário do último, teria uma tendência a viver o presente e não o futuro, como o amigo. De fato, se analisarmos o pensamento sartriano, veremos que é uma filosofia marcada pela relação com o futuro. Sartre criticava Freud, por exemplo, por explicar o homem a partir de seu passado, de sua infância, com o complexo de Édipo. Para Sartre, muito mais importante é o futuro, quer dizer, o(s) projeto(s) da realidade humana. É a partir deles que o passado, parte do ser, do em-si, é nadificado. O próprio passado ganha sentido, diante da consciência, é compreendido, a partir dos projetos (e, em última análise, do projeto original) que ela concebe. Se queremos compreender um ser humano, devemos olhar para o seu futuro, não para seu passado. Escrevia Merleau-Ponty em sua carta:

Você tem uma facilidade em construir o futuro e em viver nele que é inteiramente sua. Eu tenho mais a viver no presente, deixando-o indeciso e aberto, como é de seu feitio. Não é que eu construa um futuro diferente (seria possível fazê-lo, e cada vez mais a ruptura da Europa com os Estados Unidos e a mudança da política comunista na Rússia e em outros lugares constituem coisas prováveis). Não é que eu seja um “homem revoltado”, menos ainda, um herói. Minha relação com o tempo se faz, sobretudo, pelo presente, isso é tudo. Não tenho a menor intenção de impô-la a você. Afirmo, apenas, que ela tem seu valor próprio, e não admito que seja reduzida a uma falta. (apud CHAUI, 2002, p. 312).

Acredito que essas sejam as principais idéias em jogo na troca de cartas entre os dois filósofos. Agora, pretendo apresentar algumas idéias do prefácio que Ponty escreveu para seu livro *Sinais*. Por meio dele, é possível vislumbrar suas posições do final da vida e ter uma noção das relações que estabelecia com o marxismo à época.

O prefácio de *Sinais* é assinado por Merleau-Ponty em fevereiro e setembro de 1960. É nesse texto que o filósofo escreve suas famosas palavras sobre filosofia e política, logo na primeira página:

Ainda que, em filosofia, o caminho seja difícil, temos a certeza de que cada passo torna, por si mesmo outros possíveis. Em política, sentimos a dolorosa impressão de uma travessia de obstáculos que temos sempre de recomeçar de novo (MERLEAU-PONTY, 1962, p. 7).

Merleau já proclamava, naquela época, o fim da Guerra Fria e propunha um tipo de regulamentação democrática da economia, tamanha a desordem com que a sociedade industrial se desenvolvia. Mas, no contexto do gaullismo, criticava o bonapartismo, a história estacionária, a Igreja, que buscava se reconstituir como religião de Estado e que reprimia em todos os campos, a começar pelas suas próprias fileiras, “o espírito de procura e a confiança na verdade”.

Como mencionara carta a Sartre, Merleau via, em curso na URSS um processo de desestalinização, de ultrapassamento do espírito de guerra social vigente até então no país e ressaltava a demora para que esse processo chegasse aos partidos comunistas francês e italiano, tão engajados em suas campanhas anti-revisionistas. Merleau insiste na necessidade de separação entre filosofia e política e lembra a posição dos leitores e escritores marxistas que se dividem em diversos aspectos, mas que concordam quanto à necessidade de separação entre filosofia e política

Tentaram mais do que ninguém viver ao mesmo tempo nos dois planos. A sua experiência domina o problema, e é através dela que o mesmo deveria ser reconsiderado.

Para Merleau, a mania que houve, pouco antes de ele escrever suas linhas, entre os filósofos de serem, também, políticos, não havia gerado nem uma boa política nem uma boa filosofia. O filósofo lembra com brilhantismo uma grande diferença no que concerne a um primeiro momento do marxismo, quando este ainda estava imbuído de boa metafísica e o momento da época, em que havia sido reduzido

à política de pura tática, série descontínua de acções e de episódios sem futuro, que se ligavam todas as formas do espírito e da vida. Em vez de unirem as suas virtudes, filosofia e política estabeleceram desde então uma permuta dos próprios vícios: seguia-se uma prática arditosa e um pensamento supersticioso. A propósito de um voto do grupo parlamentar ou de um desenho de Picasso, quantas horas, quantos argumentos gastos, como se a História Universal, a Revolução, a Dialéctica, a negatividade, estivessem realmente presentes nestes magros espécimes. Na verdade, privados de todo o contacto com o saber, a técnica, a arte, as mutações da economia, os grandes conceitos histórico-filosóficos estavam exangues, e – excepto nos melhores –, o rigorismo político dava a mão à preguiça, à falta de curiosidade, à improvisação. Se assim era o casamento da filosofia com a política, pensamos dever congratularmo-nos com o seu divórcio. Escritores marxistas romperam com tudo isto e retomam o seu papel: que poderia haver de melhor? Não obstante, há uma “má” ruptura entre a filosofia e a política pela qual nada se salva, e que abandona ambas à sua miséria (MERLEAU-PONTY, 1962, p. 12).

Lendo essa linhas, não posso deixar de pensar em Lukács, esse marxista que, além de ter sido o maior discípulo de Marx no século XX, como reconhece Raymond Aron, foi, no longo período de sua vida, um militante político, um filósofo-homem de ação, mas que deixou o ativismo político já na década de 1930 e que reconhecia Stalin como o homem que pegou a União Soviética com o arado e deixou-a com a bomba atômica (possibilitando, inclusive, o desempenho muito mais eficaz na segunda do que na primeira guerra mundial da economia de guerra russa). Apesar disso, apontou, em sua entrevista de 16 de fevereiro de 1962 a Frank Benseler, do *Der Spiegel*, dois anos após o texto merleau-pontiano em tela, para a completa estagnação da política mundial na época e para o fato de que Stálin havia sido um excelente administrador, mas não sabia nada de filosofia. Um grande tático, miserável em estratégia. E para Lukács, não poderia existir tática revolucionária sem estratégia revolucionária, sem pensamento revolucionário. Daí todo seu esforço não em se constituir como “intelectual engajado”, mas como escritor marxista (tal como definido por Merleau-Ponty) e que, inclusive, buscava essa dimensão metafísica do marxismo, escrevendo, então, o que se tornaria sua nova e rica *Ontologia do Ser Social*. Dizia o velho húngaro na entrevista:

eu mesmo, desde 1930, não sou mais um ativista político e tento agora, como ideólogo, trazer à tona aquilo que constitui o essencial no marxismo. Com isso, quero contribuir para o conhecimento de como efetuar, em campos diversos e sob formas diversas, uma transformação política real.

Spiegel: O senhor está trabalhando em algum livro novo?

Lukács: escrevo uma Ontologia do ser social – a primeira desde Marx. Um trabalho assim, por sua limitação, parece estar em contradição com o desenvolvimento do movimento dos trabalhadores. Pois este se tornou influente com pessoas como Marx, que foi, ao mesmo tempo, um grande ideólogo e um grande político. A ele seguiram-se Engels e Lênin, que também reuniram as duas coisas. Isso não é, porém, uma lei histórica necessária. Stálin, por exemplo, que foi um bom organizador e um tático habilidoso, nunca entendeu nada de

ideologia e foi, por isso, apenas um administrador. E dizer que os vários primeiros-secretários que aqui tiveram lugar – Rákosi na Hungria, por exemplo – tinham alguma competência para questões ideológicas é simplesmente risível.

Spiegel: Sem dúvida, a guerra contra Hitler exigia um talento muito mais tático que ideológico.

Lukács: os dois grandes movimentos de inflexão de nosso período – se Hitler ou o *American way of life* seria o senhor do mundo – foram interditados pelo socialismo *tel quel*, pelo socialismo de cunho stalinista. Por meio do Pacto de Molotov, Hitler tornou possível a Guerra Mundial – e com isso as forças do ocidente se viram pressionadas a se voltar contra ele. Sem o acordo da bomba atômica, os estados Unidos nunca teriam permitido que a União Soviética fizesse o transporte de armas para o norte do Vietnã – e sem esse transporte de armas os vietcongs teriam sido maltratados por muito tempo. Apesar disso, do ponto de vista ideológico, hoje estamos todos, de certa forma, vis-à-vis de rien. Por isso, o renascimento do marxismo deve fornecer uma base ideológica para os políticos, pois, tão pouco quanto o próprio Marx, considero ser sempre o acaso que decide quem, num determinado momento, subirá ao topo do movimento dos trabalhadores.

**Entrevista ao *Der Spiegel*, traduzida por Rainer Patriota e disponibilizada na revista eletrônica de ciências humanas Verinotio.**

No prefácio, redigido antes da publicação do livro em que o húngaro trabalhava, durante a entrevista, Merleau-Ponty refere-se diretamente à figura de Lukács, escrevendo que seus escritos não constituíam sequer um esboço muito reticente da tentativa de redefinir as relações do jovem Marx com Marx, de um e outro com Hegel, de toda esta tradição com Lenin, de Lenin com Stalin e mesmo com Khruchtchev, e as relações do hegel-marxismo com tudo quanto o precedeu e seguiu, enfim a refundação de uma filosofia marxista. Para Merleau, a própria pergunta a alguém se ele é marxista já é uma má pergunta e a resposta também não será boa. É que para definir o que seria essencial ao marxismo seria necessário fazer todo esse trabalho de redefinição.

Tampouco o autor desloca a discussão para uma questão falso/verdadeiro. “Até nas ciências um conjunto teórico superado pode ser reintegrado na linguagem do conjunto que o supera, permanecendo signficante, guardando sua verdade” (MERLEAU-PONTY, 1962, p. 17). Para o filósofo, as teses de Marx podem continuar verdadeiras como o teorema de Pitágoras. Não como verdade idêntica e propriedade do próprio espaço, mas como “propriedade de um certo modelo de espaço entre outros possíveis”. Marx como clássico, que não se toma ao pé da letra, mas que sempre espalha sua competência sobre os novos fatos, sempre nos ensina algo sobre eles.

Essas são as principais considerações que eu gostaria de fazer para contextualizar o livro *Os comunistas e a Paz* no debate entre Sartre e Merleau-Ponty.

### 7.1. Bibliografia primária

SARTRE, Jean-Paul. *As mãos sujas*. Tradução António Coimbra Martins. Portugal: Publicações Europa-América, 1972 (*Les mains sales*. Paris: Folio: 2004).

\_\_\_\_\_. *Cahiers pour une Morale*. Paris: Ed. Gallimard, 1975.

\_\_\_\_\_. *Controvérsia sobre a dialética*. Marxismo e Existencialismo. Tradução Luiz Serrano Pinto. Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, 1966.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Dialética*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002 (*Critique de la raison dialectique*. Paris : Gallimard, 1960).

\_\_\_\_\_. *Entretiens sur la politique*. Paris : Gallimard, 1949.

\_\_\_\_\_. 'Le Processus historique', in *Les Écrits de Sartre*. Paris: Ed. Gallimard, 1970b.

\_\_\_\_\_. *L'homme et les choses*. Paris: ed. Serghes, 1947a.

\_\_\_\_\_. *O fantasma de Stálin*. Tradução Roland Corbisier. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. *O Ser e o Nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução e notas Paulo Perdigão. Petrópolis: ed. Vozes, 1997 (*L'être et le néant. Essai d'ontologie phénoménologique*. Paris, Gallimard. 1943).

\_\_\_\_\_. *Questão de Método*. Col. *Os Pensadores*, p. 109. Tradução Bento Prado Júnior. São Paulo: ed. Abril Cultural 1978 (*Questions de méthode*. In : IDEM. *Critique de la raison dialectique*. Op. Cit.).

\_\_\_\_\_. *Saint Genet – ator e mártir*. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: ed. Vozes, 2002 (*Saint-Genet, comédien et martyr*. Paris : Gallimard, 1952).

\_\_\_\_\_. *Situations VI : problèmes du marxisme 1*. Paris : Gallimard, 1964.

\_\_\_\_\_. *Situations VII : problèmes du marxisme 2*. Paris : Gallimard, 1965.

\_\_\_\_\_. *Vérité et existence*. Paris : Gallimard, 1989.

MERLEAU-PONTY, M. *Sinais*. Lisboa: Editorial Minotauro, 1962.

### 7.2. Bibliografia secundária

- ARON, R. *D'Une Sainte Famille a l'autre: essais sur les marxismes imaginaires*. Paris: Gallimard, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Historia y dialéctica de la violencia*. Caracas : Monte Avila Editores, 1975.
- CAUTE, D. *Le Communisme et les intellectuels français 1914-1966*. Paris : Gallimard, 1967.
- CHAUÍ, M. *Experiência do Pensamento*. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2002
- \_\_\_\_\_. *Filosofia e engajamento: em torno das cartas da ruptura entre Merleau-Ponty e Sartre*. Revista Dissenso, nº1, p. 133. São Paulo: ed. USP, 1997.
- DESAN, W. *El marxismo de Jean-Paul Sartre*. Buenos Aires: Paidós, 1971.
- DOUBROVSKY, S. *Le mythe de la raison dialectique*. *La Nouvelle Revue Française*; Gallimard: Bibliothèque des Idées, 1960.
- GARAUDY, R. *Perspectives de l'homme, existentialism, pensée catholique, marxisme*. Paris: ed. Presses Universitaires de France, 1960.
- GUINDEY, G. *Le drame de la pensée dialectique: Hegel, Marx, Sartre*. 2 ed. Paris: J. Vrin, 1976.
- JAY, Martin. *Marxism and Totality*. Berkeley: Un. Of California Press, 1984.
- KOUVÉLAKIS, E. & CHARBONNIER, V. *Sartre, Lukács e Althusser – des marxistes en philosophie*. Paris: ed. Presses Universitaires de France, 2005.
- LOTTMAN, H. R. *A Rive Gauche: Escritores, artistas e políticos em Paris 1930-1950*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- MENDONÇA, C.D. *O mito da resistência*. Experiência histórica e forma filosófica em Sartre. Dissertação de Doutorado. FFLCH/SP. São Paulo: CAPH, 2001.
- MERLEAU-PONTY, M.: *Les Aventures de la Dialectique*, Gallimard, Paris, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Em torno do Marxismo*. Col. Os Pensadores. São Paulo: ed. Nova Fronteira, 1975.
- MÉSZÁROS, István. *A obra de Sartre: busca da liberdade*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MORAVIA, S. *Sartre*. Tradução José E. Rodil. Lisboa: ed. 70, s/d
- MÜLLER, M. *A má-fe e a teoria da negação em Sartre*. Revista Manuscrito, vol. V, nº2, 1982.
- MURDOCH, I.: *Sartre Romantic Rationalist*, Bowes and Bowes, Cambridge, 1953.
- SEEL, G. *La dialectique de Sartre*. Collection Raison Dialectique. Lausanne: Editions L'Age d'Homme, 1995.

SILVA, F. L. Para a compreensão da história em Sartre. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 11, n. 22, p. 25-37, 2004.

SILVA, L. D. *Existencialismo e marxismo – a filosofia de Sartre entre a liberdade e a história* – São Carlos: UFSCar, 2006.

VÉDRINE, H. *As Filosofias da História*. Tradução brasileira de Nathanael Caixeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

WINOCK, M. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VERINOTIO REVISTA ONLINE – n. 9, Ano V, n o v. 2008, i s s n 1981-061X

## OS COMUNISTAS E A PAZ

Quando os CRS iam à carga contra os mineiros, a imprensa de direita publicava boletins de vitória: isso é o que me teria feito crer que *Le Figaro* não gostava dos trabalhadores. Mas eu me enganava. Peço minhas desculpas a todo mundo e singularmente a Robinet. Pois ele os adora, Robinet. Ele não gostaria de confessá-lo \_ por pudor, suponho. Mas após o tumulto das usinas Renault, ele vem enfim declarar seu belo sentimento. Isto, sobretudo, me surpreendeu, confesso, ler este título em letras garrafais: “Vitória operária”. Pois enfim, dizia a mim mesmo, sobre quem a classe operária poderia alcançá-la, senão sobre o patronato e a guarda nacional, logo sobre os leitores do *Figaro*? Mas eu não estava a par de tudo: não, o proletariado não venceu os policiais. Nem a burguesia. O Partido Comunista triunfou \_ a única organização política que o representa na Assembleia \_ e a CGT \_ a maior e a mais antiga de suas federações sindicais. Enfim, ele se desfez de sua munição, deitou suas armas; esperamos dele um último esforço: que ele dissolva seus sindicatos, que vote pelos Independentes nas eleições parciais, então ele conhecerá a mais bela vitória: aquela que ganhamos sobre nós mesmos. Sim, é assim que os amamos, os trabalhadores: sem armas, mãos nuas, braços abertos. Foi lindo, o povo, em Fourmies, no 1º de maio de 1891: sem tropas de choque, então, nem organizações paramilitares: gente na rua, muita gente: em desordem. Crianças, tordo, uma moça segurava um ramo de visco. Os soldados do comandante Chapuis poderiam mirar sem pressa e atirar à queima-roupa.

Talvez essas conveniências retornarão e eu compreendo que possamos nos felicitar com isso: o massacre de Fourmies pertence certamente àquela categoria de espetáculos que Mauriac nomeia “escandalosos, mas no melhor sentido”. Mas o que foge ao meu entendimento é o contentamento imbecil que testemunham certos homens e certos jornais “de esquerda”. Pobres pessoas: uma vez mais, o PC foi bem sucedido em seu golpe: eles o amavam, eles deixaram a lamentar, ele os cobriu de merda, eles o detestam. Negócio de coração. Encontro-os às vezes, esses excluídos; eles guardaram seu sorriso terno, mas o olho é agilmente desviado: a contradição de nossos tempos se instalou neles. Como podem acreditar *ao mesmo tempo* na missão histórica do Proletariado e na traição do Partido comunista, se constatarem que um vota pelo outro? Eles se desembaraçam mesmo assim, mas penosamente; cada um percorre, em mais ou menos tempo, as quatro etapas fatídicas. Primeira etapa: “O PC se engana, sim, mas não podemos *mesmo assim* ir contra o proletariado”. Segunda etapa: “A classe operária, é sempre meu amor; mas é necessário *mesmo assim* reconhecer que ela não é muito perspicaz. Veja os trabalhadores alemães: eles se deixaram tomar pelo charlatanismo de Hitler”. Terceira etapa: “A classe operária cessou de me interessar desde que ela tolera sem indignação os campos de concentração soviéticos.” Quarta e última etapa: o Apocalipse: “Concluimos uma Aliança com os Estados Unidos. *Stop*. Atomizamos a Rússia. *Stop*. Enforcamos todos os comunistas. *Stop*. E reconstituimos sobre as ruínas o verdadeiro socialismo, internacionalista, democrático e reformista.” Sem dúvida: a mais bela vitória da classe operária, as tropas americanas a ganharão sobre as tropas da URSS; mas por ousar dizê-lo em voz alta, é necessário ser muito traidor ou desiludido, o que dá na mesma. Em geral, ficamos em cima do muro e vamos criticar nos salões reacionários para ver o inimigo de mais perto; ou então fazemos dosagens: seremos pelos indochineses e os republicanos espanhóis, contra os chineses e os gregos; por Lênin, esse grande liberal, e contra Stalin, o autocrata. Não faz sentido, sabemos e repetimos à voz baixa: “Se ao menos esse sagrado deus de classe operária se decidisse uma única vez a largar o PC” Tome, por exemplo, Altman. Eu o conheço bem: não é um traidor, nem mesmo um homem mau. Mas os comunistas o trataram segundo a técnica de Charles Boyer no *Gaslight*: fazemos o paciente crer por estratagemas repetidos que ele é louco e mau. Depois de três anos desse regime, Altman já está convencido mais do que pela metade. E eis o que ele escreve, em 29 de maio, no *Franco-Atirador*: “A excitação contra tudo que é ‘americano’ tomou doravante a forma da raiva maníaca e assassina. Temos perfeitamente o direito de criticar a política americana, se julgamos conveniente, mas temos o direito de mostrar que, por todos os meios, da calúnia à sabotagem, não toleraremos

mais que homens, aliados, estejam próximos de nós para remediar uma eventual agressão... temos o direito de lançar na rua homens, mulheres, crianças sob palavras de ordem que lembram puramente e simplesmente o racismo. Não se trata mais, aqui, de comunismo, mas de russismo... Tudo o que não serve à Rússia de Stalin... tudo que é pela liberdade tal qual ela ainda existe no lado de cá da cortina de ferro, tudo isso deve ser aniquilado antes de ser exterminado..."

Já perceberam: "se julgamos conveniente". O que de finura, o que de subentendido nessas cinco palavras e como morreríamos de bom grado pela língua e cultura que permitem essas nuances. Se julgamos conveniente: que parecem apenas querer dizer: "se tal é sua opinião." Mas isso seria esquecer a ligeira desvantagem que se atribui à expressão: "Dado que julgou conveniente de me engajar sem interrogar-me sobre meu parecer..." Compreenderam: critiquem seus *aliados* americanos se julgam-no conveniente; Altman não o julga conveniente e se ele os deixa livre, é prevenindo-os discretamente que vão fazer bobagens. Infelizmente, tenho medo que essas sutilezas não sejam perdidas: os americanos que lerão o artigo ainda não são preparados pelo ensino básico a fruir, como é necessário. Em todo caso, são nossos *aliados*: isso, Altman não nos quer dizer. Aliás, ele tem razão, perfeitamente: o governo francês \_ de fato, qual?\_ assinou o Pacto Atlântico. Enfim, o trabalhador desfruta de liberdades democráticas: ele pode pensar, falar, votar. Então? Quem tem necessidade de fazer bagunça nas ruas, como um vagabundo? Ah! É o stalinista que a fomenta! Esse stalinista, seu gênio malvado, o eterno líder, *russista*, hoje, alemão, anteontem, semeando o ouro inglês em 1789 e já o ouro russo em 1840, atijando o descontentamento das massas e lucrando com ele para lançá-lo na política. Fascinadas por seus pérfidos discursos, elas saem da legalidade e são as primeiras vítimas de sua violência. É ele, nós o sabemos hoje, quem precipitou a canalha ao assalto da Bastilha, ele que lucrou com o despeito de alguns escravos negros, talvez severamente punidos, por nos fazer perder Santo Domingo; ele que financiou a conspiração dos Quatro Sargentos, as jornadas de junho de 1848, as inúmeras greves do fim do século e, para finalizar, as revoltas de 1917. Como frustrar seus enganos? Como reduzi-lo enfim à impotência? Altman no-lo diz: "Se uma democracia social ousada soubesse tirar aos stalinistas o monopólio da defesa dos trabalhadores, nós não estaríamos lá." Aí está o que não nos rejuvenesce: há cento e sessenta e dois anos, nem o remédio nem o mal mudaram. E a ousadia democrática de Altman não nos deixa de lembrar o progressismo prudente desse conde de Morny quem, desde janeiro de 1898, escrevia na *Revue des Deux Mondes*: "O comunismo mina surdamente a base das sociedades e dos governos. Concessões moderadas, reformas inteligentes, um estudo consciencioso das questões financeiras e sociais, o zelo piedoso das classes ricas em favor das classes pobres, ao mesmo tempo em que uma resistência corajosa às facções impedirá os males que nos ameaçam? Aí está a verdadeira questão."

Vá pela democracia social ousada: concessões moderadas aos sindicatos, zelo piedoso dos patrões pelos trabalhadores, resistência ousada aos sectários *separatistas*. Mas onde estão os elementos? Onde está a equipe política que aplicará o programa? Onde a maioria que a levará ao poder? Altman não é tolo: ele sabe apropriadamente que são necessários anos antes que um grupo político ganhe influência suficiente para se fazer representar na Assembleia. Ou ele está convencido que a guerra é *amanhã*, a guerra provocada pelos russos e a guerra perdida se não encontrarmos um meio de subtrair as massas *desde hoje* à influência do Partido. Pobre Altman, pensa se ele conhece, há trinta anos, os comunistas; ele sabe bem que eles não largarão o osso. Então, às vezes seu raciocínio favorito se volta tão somente à sua cabeça e ele diz a si: dado que o Partido DSO (democrático, social, ousado) ainda não está no poder, ele não poderia reconhecer que o PC é, no momento presente, o único representante *possível* dos eleitores operários? Estes dias, gosto tanto de dizer que ele tem o sono ligeiro, Altman! Pois ele faz parte de um grupo bastante vasto que está para a próxima guerra como a Associação dos Antigos Combatentes estava para aquela de 14, a Associação dos Futuros Fuzilados. Eles me convidaram várias vezes a seus banquetes, mas não pude me forçar a ir e partilhar sua alegria viril e fúnebre. "Venha então, diziam eles, você é dos nossos!" Mas, se a próxima guerra estourar, vejo tantas razões para que empenhemos toda nossa pele nela que não vou perder meu tempo enumerando aquelas que me são particulares.

Dito isso, 4 de junho, o ouro de mil trombetas: a proporção de grevistas é de 2%. Altman exulta, ele se sente reviver. 2%! Enfim, o trabalhador compreendeu, ele está cansado de pôr a mão no fogo pela URSS e marca sua desconfiança em relação ao Partido que queria levantá-lo contra as instituições republicanas; saciado de violência, ele retorna a seu jardim de periferia, à doçura tão celebrada de seus costumes. Imediatamente todo o mundo se oferece para guiá-lo. F. O. Ihe abre os braços. Altman vem interrogar-se seriamente se ele não poderia passar sua DSH.

Belas crianças, caros ratos viscosos, vocês correm à guerra! Podem crer em mim. É um rato viscoso que lhes fala. Vocês correm à guerra e nos provocam nela. A indiferença dos trabalhadores não freia o deslize ao massacre: ela o acelera; se ela devesse ser definitiva, vocês poderiam encerrar suas botas. À força de buscar os detalhes do Partido Comunista, vocês se tornaram míopes; e lamentam assim, freqüentemente, que o PC “tenha o monopólio da defesa dos trabalhadores” que acabaram acreditando vir do acaso. É o partido, dizem, dos histéricos, dos assassinos e dos mentirosos, ele excita ao ódio e os seus (do Partido) enganos são tão grosseiros quanto seus jornais, cada manhã, lhes frustra sem esforço. É necessário então que o proletariado inteiro seja criminoso, mentiroso e histérico. Senão, como explicar que ele permaneça comunista? O nariz de Stalin, talvez? Se ele fosse mais curto...?

Devêssemos envenenar seu covarde alívio, seria necessário lembrar essas almas preocupadas com a decência e remeter à sua memória algumas verdades incômodas: que não podemos combater a classe sem nos tornarmos o inimigo dos homens e de nós mesmos, mas que, se aprouvesse ao PC e quando vocês não levantassem nem mesmo o dedo pequeno, a classe operária seria contra vocês; que não é suficiente para se tornar traidor que os comunistas os acusem de trair; mas que é necessário então guardar a mente clara, pois o despeito, o ódio, o medo, talvez, e os sorrisos de direita, de um dia para o outro, fazem escolher a traição; que é necessário não contar, enfim, com a liquidação do PC: é verdadeiro que o proletariado o enfada um pouco, nestes tempos, mas é um pequeno negócio e que ficará entre eles, o Comitê Central já tirou a lição. Eis a situação: não pode nada, eu tampouco. Se a acha muito dura, abra o gás ou puxe a corda; mas não comece a enganar senão terminará, como um que conheço, por pregar a guerra no Carnegie Halle por desgostar os próprios americanos. Quando tomou consciência da manifestação contra Ridgway, nos deu mostras de uma indignação sem limites: tudo estava lá, tudo! Todos os intoleráveis defeitos comunistas: a ilegalidade, a violência e essa mania nefasta de mobilizar os trabalhadores sindicais sob palavras de ordem políticas. E bem, tenho medo de que vocês não se enganavam; esse vício incurável que acusam ao PC, interrogo-me se não é tão simplesmente a natureza singular do proletariado.

Os fatos estão lá: a manifestação, a falta de greve que se seguiu, as eleições parciais, na Renault e depois na Assembleia. Linhas ligeiramente misturadas, contraditórias convenientemente. Não importa, deixemo-los falar. Eles lhe dirão talvez se são traidores ou simplesmente ratos viscosos<sup>1</sup> Eles lhe dirão, em outros termos, em qual medida o PC é a expressão *necessária* da classe trabalhadora e em qual medida ele é sua expressão *exata*.

#### I. A manifestação do 28 de maio

##### 1º Colocar a mão no fogo pela URSS

---

<sup>1</sup> O rato viscoso não traiu. Mas o Partido está certo de que ele poderia tê-lo feito se a ocasião tivesse se apresentado. Enfim, é uma palavra que designa essa categoria de indivíduos \_ muito larga, infelizmente, em nossa sociedade: o culpado de quem não podemos acusar nada.

“O trabalhador está cansado de ser o brinquedo de Moscou. Ele rejeitou tomar parte na manifestação, pois desaprovava seu princípio.” Que sabe? Entendeu queixar-se de suas orelhas? Somos nós que vemos por toda parte a mão de Moscou. Não digo que tenhamos sempre culpa; mas o operário não é feito como nós. É um “grande interpretante” como o burguês, mas seu maniqueísmo é ao inverso do nosso: é o ouro da América que ele descobre por trás de nossos gestos. Dizer que ele percebe que se abusava dele, é supor que nosso sistema de interpretação foi substituído pelo seu. Robinet percebe que ele foi o brinquedo dos Estados Unidos? E Altman? De resto, o PC francês nunca escondeu que ele alinhava sua política sobre uma política geral cujas diretrizes se elaboravam no *Komintern* e depois no *Kominform*. Nas teses votadas pelo III<sup>o</sup> Congresso Mundial da III<sup>a</sup> Internacional, se lê que “o Partido como um todo está sob a direção da Internacional comunista”. E que “as decisões da Internacional comunista são obrigatórias para o Partido e para cada um de seus membros”. Ora, a essa época (1921), sobre os cinco membros do “Presidium do Comitê executivo” três eram russos, um alemão e um húngaro. Isso não impediu, após o Congresso de Tours, 130000 socialistas franceses de formar o Partido Comunista, enquanto 30000 permaneciam com Blum. De resto, as diferenças profundas que separam o PC italiano do Partido francês provam que uma larga iniciativa é deixada aos dirigentes regionais. Pretendem que essa política sirva exclusivamente aos interesses da URSS. Mas estão em boas condições de fazê-lo. É necessário ver, com efeito, que a III<sup>a</sup> Internacional nasceu de uma necessidade de autoridade. O revés do movimento pacifista de 14, a impotência dos trabalhadores e o conluio dos chefes socialistas com o governo burguês de união nacional inclinavam os militantes ao rigorismo. Os congressos da II Internacional “eram apenas assembleias acadêmicas terminando em resoluções sem valor”, em todos os escalões da SFIO era a anarquia. Ora, a maior parte dos militantes estava convencida que “a luta de classes entrava em seu período de guerra civil”. Eles tinham então o desejo de forjar um novo partido que era uma arma. Autoridade, eficácia, hierarquia, eis o que eles pediam à III Internacional; e sem dúvida eles preferiam seguir as diretivas de estrangeiros que tinham vencido a burguesia de seus países antes de obedecer a franceses que tinham colaborado com a burguesia francesa. O que desejavam os 130000 militantes do PC, o que eles realizaram, foi a *centralização democrática*, tipo de mobilização total e permanente que assegurava a cada um o máximo de eficácia. Desde essa época, os dirigentes se defendiam contra as duas censuras que não se cessou de fazer-lhes em seguida: “É necessário que a centralização se cumpra de tal modo que ela seja para os membros do Partido um reforço... de sua atividade... Diferentemente, ela aparece às massas como uma simples burocratização do Partido.” E “os gritos sobre a ditadura de Moscou são um meio de diversão banal”<sup>2</sup> Somente o aparelho assim concebido é, por essência, ambíguo. Pois, se a ação operária é concebida e levada à escala internacional por um partido centralizado, suas palavras de ordem, qual seja sua meta, aparecerão em tal ou qual setor local como imperativos abstratos; cada proletariado regional será tratado como o meio desse fim incondicionado que é a Revolução mundial e, na falta de um conhecimento minucioso de todos os eventos – que só é possível para o historiador e retrospectivamente – é apenas a confiança que decidirá que os sacrifícios consentidos foram legítimos. Como sempre, os fatos não dizem nem sim, nem não: após Pearl Harbor, o Partido comunista dos Estados Unidos pediu a seus filiados negros que moderassem sua campanha anti-racista: inútil alimentar a propaganda nazi. Muitos negros entraram no Partido, pois ele estava só em defendê-los: eles se julgaram sacrificados e o deixaram. Não se pode repreendê-los: mas qual foi a meta final da palavra de ordem? Visava unicamente os interesses da URSS ou aqueles da Europa e do mundo? Para decidi-lo seria necessário sustentar, antes de tudo, que o conflito de 1940 foi apenas uma guerra imperialista. É o que pensam, com efeito, os trotskistas e eles são conseqüentes, dado que condenaram a Resistência em 42. Mas os resistentes de esquerda não gostariam de segui-los. De qualquer forma, não se cortará a questão antes de ter tomado posição sobre questões muito mais vastas e, por fim, sobre aquela do valor da Revolução russa e do marxismo.

Vimos justamente, em 1921. Desde a guerra, os socialistas franceses tinham tendência a retornar ao pacifismo absoluto que tinha, malgrado o revés de 1914, residido na tradição francesa.

<sup>2</sup> Mensagem aos trabalhadores alemães e franceses (Lênin).

Lênin queria que eles fizessem uma distinção entre as guerras imperialistas e as guerras revolucionárias. Os anarquistas de extrema esquerda se recusaram a isso por longo tempo: eram pacifistas integrais, reclamavam o direito de gritar: “Abaixo todos os exércitos, inclusive o Exército Vermelho.” Quem tinha razão? Isso depende evidentemente do *valor* da URSS para a Revolução, logo do valor da Revolução na URSS. E poderá, segundo suas convicções, mostrar que a exigência de Lênin quebra uma tradição profunda da via socialista francesa, que ela introduz pela força uma exceção absurda no centro de um sistema coerente, ou que a situação que legitimava o pacifismo absoluto de antes da guerra estava largamente ultrapassado desde a Revolução de Outubro. Crer-se-ia engajado em uma das intermináveis discussões onde se opõem os filósofos otimistas e os discípulos de La Rochefoucauld: passa-se em revista as ações humanas e cada um as explica segundo suas visões; este por motivos altruístas, aquele por móveis interessados. Se esses disputantes não podem se entender é porque eles decidiram *a priori* do valor humano. E se não pode entender-se com os comunistas é porque fez *a priori* uma opinião sobre o valor da experiência russa.

Em janeiro de 1918, Lênin escreveu: “A República dos Sovietes permanecerá um exemplo vivo aos olhos dos povos de todos os países e a força de penetração revolucionária desse exemplo será prodigiosa.” E em março de 1923: “O que nos interessa, não é apontar essa *inevitável* vitória final do socialismo. O que nos interessa é a tática que devemos seguir, *nós, Partido Comunista da Rússia*, nós, poder dos Sovietes da Rússia, para impedir os Estados contra-revolucionários ocidentais de nos esmagar.” Todo o problema está nesses dois textos. Para um comunista convencido, com efeito, o socialismo deve, necessariamente, triunfar, dado que o capitalismo porta sua morte em si mesmo. Isso quer dizer que a Rússia não é o único caminho para chegar ao resultado final. Nascida dos antagonismos que provocaram a guerra de 14, ela pode desaparecer: os antagonismos sobreviverão e as nações capitalistas terminarão por cair. Nesse sentido bem preciso, a salvaguarda da URSS não é a condição *necessária* da Revolução mundial. Mas essas considerações não são *históricas*: historicamente a chance do proletariado, seu “exemplo” e a fonte da “força de penetração revolucionária”, é a URSS. Para além disso, ela é, *nela mesma*, um valor histórico a defender, o primeiro Estado que sem realizar ainda o socialismo “contém suas premissas”. Por essas duas razões, o revolucionário que vive em nossa época e cuja tarefa é preparar a Revolução com os meios que possui e na situação histórica que lhe é dada, sem se perder nas esperanças apocalípticas que terminarão por lhe desviar da ação, deve associar indissolivelmente a causa da URSS e a do proletariado. Eis pelo menos o que pensava Lênin e o que salta claramente dos textos confrontados. Mas, de um outro lado, a URSS aparece como a *chance histórica* da Revolução e não como sua condição *necessária* (no sentido matemático); parece então, em todo o caso, que poderia ser outra que não essa sem que o futuro da Revolução fosse comprometido, que ela pudesse, por exemplo, exigir *menos* sacrifícios nas democracias do leste. Mais sua situação será perigosa, mais a ajuda que ela pedirá aos proletariados europeus será *para ela* necessária; todavia, mais suas exigências serão duras e mais ela tenderá a passar aos olhos das democracias populares e dos proletariados como uma simples nação particular. Assim, na melhor das hipóteses, a identificação da URSS com a causa revolucionária não será jamais completa e os anticomunistas poderão sempre censurar o trabalhador francês por “colocar as mãos no fogo por Moscou”. Mas, inversamente, ele só poderá fazer a prova *em um caso*: se ele puder demonstrar que os dirigentes soviéticos não crêem mais na Revolução russa ou que eles pensem que a experiência é saldada por um malogro. É evidente que, ainda que o fato fosse verdadeiro, do que duvido fortemente, a demonstração não seria possível hoje<sup>3</sup>. Em qualquer outra hipótese, o Politburo pode se enganar, pegar o caminho errado, cometer erros mortais (a Revolução é inelutável, mas a URSS pode desaparecer); o que quer que ele faça, não sacrificará o trabalhador à *nação russa*.

Na manifestação de 28 de maio, encontramos uma ilustração perfeita do conflito de opinião que opõe irreconciliavelmente anticomunistas e comunistas; uns e outros são impermeáveis à experiência, pois sua sede já foi escolhida, mas os primeiros, sensíveis ao sangue derramado, viram

---

<sup>3</sup> Voltarei a isso na segunda parte.

apenas um tipo de violência cruel e guerreira; os outros puderam julgá-la inoportuna e desajeitada: entretanto, a seus olhos, um momento da grande partida de xadrez que o proletariado joga contra o capitalismo internacional.

## 2º “Moscou quer a guerra.”

De qualquer forma, o verdadeiro problema está em outro lugar e os que falam de Moscou querem nos desviar. Pois certamente não foi a URSS que comandou essa manifestação. Ela inspira, admito, a política dos partidos nacionais mas sobre uma escala muito larga. Billoux<sup>4</sup>, em seu retorno de Moscou, escreveu um artigo para anunciar a ruptura do PC com “a burguesia que livra o país da colonização do novo ocupante”. Mas mesmo admitindo que foi ditado a ele – o que me parece simplista – os atos que ele anuncia são diversamente graves que um simples desfile, fosse ele acompanhado de tumultos; a manifestação deveria ter sido decidida com os negócios correntes pelo Politburo e sob sua responsabilidade<sup>4</sup>.

E qual é sua meta, de fato? Pois a imprensa fala de problemas, de desordem, de ódio, mas sem dar a razão de todo esse escândalo. “Sua meta? – o anticomunista se diverte com minha candura – mas vejamos! Preparar a guerra! Evidentemente! Que não tivesse pensado nisso: o Partido Comunista e os Combatentes da Paz convidam a população parisiense a se manifestar contra a guerra: é a prova cabal que a URSS quer nos atacar. Cabal, com efeito, pois se reporta à doutrina de nossos ministros: *si vis pacem para bellum*, de onde deduzimos por via de conseqüência lógica: *si vis bellum para pacem*. Desde a assinatura do Pacto Atlântico, imagens de quietude campestre são comumente associadas à visão de uma casaca militar; e o encontro inesperado com um carro de assalto tem sobre os grandes nervos o efeito de uma poção calmante. Pelo contrário, o civil é suspeito, dado que ele não porta o uniforme. É que ele não quer a paz? Justamente ele a exige aos gritos: mais dúvidas, é um faccioso. É claro que ele escolheu o seu comportamento para oferecer-nos a imagem desencorajadora do desarmamento; e seus apelos à concórdia não tem outra meta que desorganizar a defesa. Recordam nosso embaraço quando, de vez em quando, a guerra fria nos dava um pouco de trégua? Perguntávamo-nos: o que isso esconde? E ontem ainda, o general Clark foi tomado de angústia quando viu que não nos batíamos mais sobre o front da Coreia; foram necessários cinco bombardeios massivos para acalmá-lo. Há como aquilo, desde algum tempo, estranhos silêncios que fazem tremer o mundo. Comunista ou não, o homem que quer a paz continua ligado por nós a estas indisposições: está necessariamente ao soldo do inimigo. Que será se sua conduta se inspira da violência que ele rejeita? E reconheço que o PC tem voz forte: ele grita tão forte sua vontade de paz que cada um acredita que sua hora chegou.

Mas vocês que bancam os indignados, o que fazem de diferente? Não pretendem, também, desejar a paz? Ora, procuro seus ramos de oliveira e vejo apenas bombas. Mostram, dizem vocês, sua força para não ter que se servir dela? Mas dar mostra de sua força, já é violentar. Para obter a submissão de uma carricinha<sup>5</sup> negra, cobrem com seus bombardeiros o céu da África; essa violência branca é pior que a outra: ele se inclinará sem que atirem uma bala de fuzil, mas terão quebrado sua vontade pelo terror. Aliás, vejam o resultado de suas muito pacíficas ameaças: elas engendram muito pacíficas respostas que são os massacres. Publicam o resultado de suas experiências atômicas e gabam-se de poder arrasar Moscou em vinte e quatro horas: no interesse da paz, certamente, e para desencorajar o agressor eventual. Mas o governo soviético, ele também, tem que desencorajar o agressor: ele abate um avião sueco para mostrar que seu espaço aéreo é inviolável. De agressão desencorajada em agressão desencorajada, na Grécia, em Berlim, na Coreia, em Paris mesmo,

<sup>4</sup> É ele, com efeito, que será o mais severamente condenado no relatório de Fajon.

<sup>5</sup> Ave da família dos trogloditídeos. N. T.

homens morrem a cada dia; e eis sua Paz: a Paz pelo medo. Se a URSS tivesse tanto medo quanto vocês, sua paz já teria virado guerra.

Pois a URSS quer a paz e o prova a cada dia. Seus aliados americanos repetem que só evitaremos o conflito nos armando em profusão. “A URSS não nos inquietará mais quando formos mais fortes que ela.” Mais fortes: capazes de esmagá-la se ela mover-se. Admitamos que tenham atingido esse grau de potência: quem decidirá que ela se moveu? Quais serão os limites de sua paciência? Será necessário que ela invada um país aliado ou será suficiente que um Estado satélite aprisione um cardeal? O Governo americano afirma que não atacará sem motivos muito graves. Adoraria crer. Mas e os Russos? Como querem que eles creiam? Como se fiar nas promessas de um governo democrata que não é capaz nem de parar o braço de seus generais e que, em seis meses, terá talvez cedido lugar a um governo republicano? Não duvido, certamente, da pureza das intenções americanas, mas sei, infelizmente, que uma mudança do potencial militar produz necessariamente uma mudança nos espíritos. Não há necessidade de recorrer às análises marxistas para saber que uma nação, qualquer que seja, tem a política externa de seu armamento: é muito próxima ainda a época muito lamentada em que os americanos detestavam a guerra, pois não tinham canhões. Ora, pretendem que os dirigentes soviéticos são monstros que tomam por nada a vida humana e que podem desencadear a guerra com um estalar dos dedos. Então *por que eles não atacam?* Por que eles não atacam enquanto ainda é tempo, quando seu caça é superior ao do inimigo e quando bastam oito dias a seus exércitos para cobrir a Europa? “Por que, dizem vocês, eles têm medo de nossas bombas atômicas.” Compreendo: eles esperam então que o estoque seja triplicado e que o exército atlântico esteja pronto. Ô cálculo admirável! A URSS quer fazer a guerra, em três anos ela deve perdê-la e não a faz quando ainda a pode vencer. É necessário que as pessoas de lá sejam loucas. A menos, simplesmente, que elas queiram a paz.

A paz? Vejo-os segurar um sorriso: ainda um neutralista, um que acredita em Papai Noel. – Perfeito: você é um realista. Nomeavam-se *realista*, durante a guerra de 1940, os franceses que colaboravam com o exército alemão; um *realista*, hoje, é um francês que acredita que a URSS é o diabo e que se refugia gritando sob as saias da América. Por conseguinte, sabem que os membros do *Politburo* são cães raivosos. E quem disse? Quais são suas provas? Eu escolho o mais fino dos cronistas do *Figaro*, Raymond Aron, e leio isto: “[o neutralista]... se compraz em imaginar uma União Soviética estritamente na defensiva, inquieta pelos preparativos americanos, unicamente desejosa de assegurar sua segurança. Basta recordar-se da diplomacia conduzida pela União Soviética entre 1943 e 1947, enquanto os ocidentais multiplicavam os esforços de colaboração, para compreender a ilusão sobre a qual está fundada a atitude neutralista”. *Basta*, leram bem. Eis os argumentos que se nos opõe. Pensamos que Aron não fala sério: pois enfim, tenho que considerar como ele me convida à diplomacia soviética, não chego a me desprender de minhas ilusões. Essa diplomacia não é cortesa; ela é brutal, sem escrúpulos, ela respira a desconfiança e o ódio. Visivelmente, a URSS, mal informada, sem dúvida, não levou a sério o esforço de colaboração dos europeus. Ela se compromete sempre que pode e, às vezes, com o risco de aumentar perigosamente a tensão internacional<sup>6</sup>. Não: não darei à URSS um prêmio de virtude. Mas ela era invencível na Europa, o rearmamento americano – segundo Aron mesmo – não começou e *jamaiz* ela fez um gesto suscetível de desencadear a guerra. De resto, o Partido Comunista colaborou com os partidos burgueses nas democracias do Oeste e sua palavra de ordem foi: *produzir*. Se acusa a URSS de ter, *a partir de 47*, sabotado a reconstrução europeia, reconheça, ao menos, que ela a estimulou anteriormente. E se nessa sabotagem vê uma prova de suas intenções belicosas, então, pelo amor da lógica, veja no stakhanovismo de Marcel Paul uma prova de suas intenções pacíficas. Me parece, ao contrário, que a atitude presente da URSS, suas hesitações e o duplo sentido de sua diplomacia foram perfeitamente definidos trinta anos de antemão por um artigo de Lênin publicado no *Pravda*, 2 de março de 1923 (Oeuvres complètes, II, 1041):

<sup>6</sup> Penso, sobretudo, na questão iraniana.

“... Não nos será fácil resistir até a vitória da revolução socialista nos países mais avançados... Esse sistema de relações internacionais é agora tal que na Europa um dos Estados – a Alemanha – é escravizado pelos Estados vencedores e, digam, entre os mais velhos do Ocidente, se encontrando, após sua vitória, nas condições tais que eles podem se servir dessa vitória para fazer uma série de concessões a suas classes oprimidas, concessões que, embora mediocres, retardam o movimento revolucionário nesses países e criam um semblante de “paz social”.

“Ao mesmo tempo toda uma série de países – o Oriente, a Índia, a China – precisamente devido à última guerra imperialista encontram-se definitivamente lançados fora da rota. Seu desenvolvimento está orientado definitivamente na via geral do capitalismo europeu. Nesses países começou a fermentação que transforma toda a Europa. E é claro agora para o mundo inteiro que eles são lançados em uma via de desenvolvimento que não pode deixar de levar a uma crise do conjunto do capital mundial.

“Nós somos então, no momento, colocados diante desta questão: saberemos resistir com nossa pequena e bem pequena produção campesina, com o estado de ruína de nosso país, até que os países capitalistas da Europa ocidental tenham acabado seu desenvolvimento rumo ao socialismo? Mas eles não acabam seu desenvolvimento como nós o pensávamos anteriormente. Eles o acabarão não por uma “maturação” regular do socialismo entre eles, mas pela exploração de tais Estados por tais outros, pela exploração do primeiro Estado vencido na guerra imperialista, exploração juntada àquela de todo o Oriente... o Oriente entrou... definitivamente na órbita do movimento revolucionário mundial.

“Qual tática essa situação impõe a nosso país? Evidentemente a seguinte: nós devemos dar prova da maior prudência a fim de conservar nosso poder operário, de manter em sua autoridade e sob sua direção nosso pequeno, minúsculo campesinato... Nós temos esta desvantagem que os imperialistas chegaram a cindir o mundo em dois campos; e essa cisão se complica devido à Alemanha, país onde a cultura capitalista é realmente avançada, dificilmente se levantaria hoje... De outra parte, todo o Oriente... está em condições onde suas forças físicas e materiais de modo algum saberiam apoiar a comparação com as forças físicas, materiais e militares de não importa qual Estado muito menor da Europa ocidental.

“Poderemos conjurar o choque futuro com esses países imperialistas? Poderemos esperar que os antagonismos e os conflitos internos entre os países imperialistas prósperos do Ocidente e os países imperialistas prósperos do Oriente nos deixarão uma treva pela segunda vez, como o fizeram pela primeira vez durante a cruzada empreendida pela contra-revolução ocidental para vir em ajuda à contra-revolução russa, encalhada devido às contradições que existiam no campo dos contra-revolucionários?...

“Parece-me que é necessário responder a essa questão no sentido em que a solução aqui depende de um grande número de fatores, que isso que permite, em suma, predizer o fim da luta, é o fato que a imensa maioria da população do globo é, afinal de contas, instruída e educada para a luta pelo próprio capitalismo.

“O fim da luta depende finalmente de que a Rússia, a Índia, a China, etc., formem a imensa maioria da população do globo... com respeito a isso não haveria sombra de dúvida quanto ao resultado final...

“Mas o que nos interessa, não é apontar essa inevitável vitória do socialismo. O que nos interessa, é a tática a seguir para impedir os Estados contra-revolucionários ocidentais de nos esmagar. Para que possamos subsistir até o próximo conflito militar entre o Ocidente imperialista contra-revolucionário e o Oriente revolucionário e nacionalista, entre os países mais civilizados do mundo e os países atrasados, como aqueles do Oriente e que formam, entretanto, a maioria – é

necessário que essa maioria tenha o tempo de se civilizar. Nós também carecemos de civilização para passar diretamente ao socialismo ainda que tenhamos as premissas políticas...”

(Segue um plano de conjunto para a economia interna da URSS)

Que mudou desde esse texto admirável de lucidez?

- A URSS se industrializou. Mas o esforço colossal dos EUA tende a manter o hiato entre a produção do Oeste e aquela do Leste.

\_ O movimento revolucionário chinês acabou com uma revolução. Mas a industrialização da China sequer começou. A Índia continua de fora do movimento: conflitos podem nascer aí de um dia para o outro, que beneficiarão a URSS. Mas nós não estamos lá.

\_ Não saberíamos, em 52, falar de “prosperidade”, como após 18. Nem mais de paz social. Mas a classe trabalhadora está em refluxo e os governos burgueses têm a decisão firme de reprimir as perturbações sociais por todos os meios. A ação centralizadora do imperialismo americano impede provisoriamente os conflitos nacionais e internacionais de se agravarem. Parece que os russos têm contado com uma crise econômica dos EUA que ainda não se produziu.

No conjunto, uma real desproporção reside entre o bloco oriental e o bloco ocidental. Embora os EUA e a China estejam praticamente em estado de guerra, essa guerra entre um país ainda bem atrasado economicamente e o mais “civilizado” dos Estados capitalistas não se assemelha em nada àquela que Lênin predisse e que esperava trazer golpes decisivos ao capitalismo. Em uma palavra, se tentamos imaginar, no que concerne a esse artigo, o que seu autor poderia escrever sobre a política a dirigir pela URSS, hoje em dia, parece manifesto que ele teria repetido as frases chaves: “Nós devemos dar provas da maior prudência... Poderemos conjurar o choque futuro com os países imperialistas? Poderemos esperar que seus antagonismos nos deixem uma treva pela terceira vez?... A solução depende de um grande número de fatores, de modo que não podemos prever nada... Mas o fim da luta não deixa dúvida.”

Eu não vejo que Stalin tenha seguido outra política. Vemos, antes de tudo, o governo soviético desprezar a Liga das Nações, esse instrumento do imperialismo burguês, depois, a partir do momento em que o Japão e a Alemanha hitlerista começam a lhe inquietar, se reaproximar da LDN, sustentar em Genebra a teoria da paz indivisível e arranjar-se do lado das nações “conservadoras” contra as nações “proletárias”. Essa foi a época em que Stalin declarou: “ Não desejamos uma polegada do território do outro e não permitiremos que ninguém tome uma polegada de nosso território.” A URSS irá até assinar um pacto de assistência mútua com a França. Até Munique, ela jogará o jogo das democracias, se limitando a recomendar-lhes mais firmeza. A atitude do PC francês, considerada em ligação com a política exterior da URSS, é bastante significativa. De 1928 a 1930, temendo que as potências capitalistas lançassem um ataque contra a Rússia soviética, ele estabelece seu programa de luta contra a guerra imperialista e define as principais medidas a executar em caso de conflito. A partir de 1935 e até 1938, diante da ameaça interior e exterior do fascismo, a unidade de ação com os socialistas é encarada, depois realizada. Sabemos da cólera e das apreensões da URSS após Munique, “a tentativa dos reacionários da Inglaterra e de Roma para se unirem com os fascistas da Alemanha e da Itália sobre as costas da União Soviética.” É certo que a URSS temeu o encarceramento e a guerra. Em vão, os governos inglês e francês, diante da urgência do perigo, solicitam em 38-39 a aliança russa. A desconfiança dos soviéticos não se desarmará: eles estão convencidos que a Alemanha está em um cruzamento de caminhos e que, segundo o jogo de alianças, ela se lançará sobre seus vizinhos do Oeste ou sobre aqueles do Leste. Ribbentrop e Molotov assinam o pacto germano-russo. Tem-se dito muito sobre o método e é certo que falta delicadeza: mas quem pode negar que a Rússia, na falta da paz do mundo, entendia preservar *sua* paz. Será necessário que a Alemanha a ataque, em 1941, e as primeiras operações parecem indicar que o exército soviético não estava inteiramente preparado para o choque. Após

1944, o desmoronamento da Alemanha desperta a obsessão da cruzada anti-soviética. A URSS, por todos os meios, por todas as políticas, tenta se proteger. A partir de 1947, os PC europeus são eliminados dos postos de comando; novo endurecimento soviético. Por mais que procure, não encontro, no curso desses três decênios, nenhuma vontade de agressão entre os russos; vejo uma nação desconfiada e perseguida, que ainda se lembra da intervenção aliada de 1918 e a quarentena a que foi submetida, uma nação que preferirá tudo ao esmagamento, mesmo uma guerra mundial, mas que busca por todos os meios evitar essa guerra, grosseira, sim, e desdenhosa e irritável e maldosa na ocasião: mas que, se é verdadeiro que os partidos revolucionários, em reclamando dela, não contribuem apenas para acalmar os espíritos, inversamente, as injúrias das quais se os rega nas democracias burguesas, as repressões policiais e, nos países fascistas, o extermínio sistemático de chefes comunistas podem apenas aumentar a tensão. Porque é, ao mesmo tempo, a URSS que os burgueses detestam nos comunistas e os comunistas que eles detestam na URSS. Sobre o que não resta dúvida, em todo caso, é que nossa obsessão pela agressão russa corresponde exatamente à obsessão russa do encarceramento.

Que não nos enganemos: se a URSS perdesse um dia toda esperança de evitar a guerra, ela mesma desencadearia o conflito. E quem poderia condená-la? Mas seus dirigentes são tão divididos quanto os nossos. Desde 1946, Molotov acreditava que a guerra era inevitável. A questão iugoslava mostrou que ele não tinha inteiramente convencido seus colegas, dos quais, alguns, parece, pensam que o conflito poderá ser atrasado até que uma crise decisiva venha abalar o mundo ocidental; as resistências alemãs, as reticências inglesas, as flutuações de opinião na França e na Itália, a estagnação dos americanos na Coreia, a agitação do mundo árabe, a guerra do Viet Minh, tantas cartas que restam a jogar. Segundo a conjuntura internacional e, talvez também, segundo a correlação de forças no interior do *Politburo*, uma ou outra dessas concepções prevalece, sempre temperada por aquela da minoria.

Essas alternâncias se refletem na política do PC e é nesse clima que se deve colocar a manifestação do 28 de maio. Frequentemente, ela foi aproximada do artigo publicado por Billoux após sua viagem na URSS. Ora, esse artigo, como Gilles Martinet bem mostrou no *Observador*, mais que uma “volta” do Partido anunciava um retorno à linha de 1950. Nesse ano, no XII Congresso do Partido, Thorez denunciava “os governos marshallizados que são prometidos aos capitalistas americanos... e... que recorrem contra a classe trabalhadora aos métodos do assassinato e do terror”. Em setembro de 1951, ao contrário, Jacques Duclos declarou na sessão do Comitê Central: “Patrões e trabalhadores podem perfeitamente se encontrar no mesmo campo para a reconquista da independência francesa.” E, em maio de 1952, Billoux retoma os temas de Thorez: “A defesa da indústria francesa não pode ser empreendida em uma “união nacional” de trabalhadores, de classes médias e de industriais.” Assim retorna-se simplesmente à intransigência de 1950, para retornar um mês mais tarde, com o relatório de Fajon ao Comitê Central (19 de junho de 1952), à tendência Duclos: o patronato não é homogêneo, muitos industriais franceses são ameaçados de ruína pela política de armamento; o artigo de Billoux foi mal compreendido, é necessário abandonar o sectarismo, estender a mão às massas camponesas, às classes médias, aos intelectuais e “àqueles dos patrões que lesem a dominação americana”. A oscilação, dessa vez, é mais rápida e mais ampla: Billoux foi mais longe que Thorez, Fajon vai mais longe que Duclos. Parece que o pêndulo enlouquece. Disse-se que seus períodos correspondem ao ritmo da situação internacional; mas isso não é completamente exato: em abril de 1950, é verdade, Thorez declara que “a paz está por um fio”, mas a guerra da Coreia ainda não se deflagrou (saberia ele que ela estava próxima?) e o rearmamento americano data do outono seguinte; em setembro de 1951, registra-se uma ligeira distensão em relação ao mês de janeiro, entretanto as mesmas ameaças pesam sobre o mundo: o rearmamento alemão está decidido, as negociações de armistício, na Coreia, arrastam-se longamente, a vitória dos conservadores nas eleições inglesas, é dada por adquirida, a conferência de Ottawa vai se abrir. Quanto às duas últimas oscilações, têm lugar na mesma atmosfera ameaçadora e esticada, e esse duplo golpe de teatro não se acompanha de nenhuma modificação sensível da atitude soviética, que permanece bastante ambígua. De resto, não encontraríamos nada

de análogo na Itália pelo mesmo período e é notório que Togliatti, alguns dias após a publicação do artigo de Billoux tratou de propor por meio de Nenni a De Gasperi uma frente comum contra os monarquistas e neofascistas. Só isso bastaria para excluir a ideia de uma orquestração dos movimentos comunistas nacionais. As oscilações da política comunista na França são a característica do PC francês que, por razões que explicarei posteriormente, reproduz, amplificando-as, as alternâncias russas: seu ritmo, sua periodicidade, sua amplitude dependem ao menos de três fatores: a conjuntura internacional, a vida interior do *Politburo*, a vida interior do Comitê Central francês. A manifestação do 28 de maio é decidida em um clima de pessimismo. É um supremo esforço em favor da paz; mas não se crê mais nela, é o que explica a vontade de fracasso e o recurso à violência. O PC espera o pior: “Nenhum país capitalista, disse Stalin em 1927, saberia se lançar em uma guerra de envergadura sem ter de antemão segurado sua retaguarda, sem ter “submetido” seus trabalhadores, “suas” colônias”. Persuadido que ele será dissolvido, o Partido encara já retornar à clandestinidade. O relatório de Fajon faz explicitamente alusão a esse derrotismo: “Todas as atividades do Partido devem prosseguir ao grande dia seu trabalho de massa”, diz ele, como se quisesse, de uma vez, tranquilizar os militantes e negar as conclusões demasiado prematuras. Quando o *Politburo* decide a manifestação, pouco lhe importa que a população parisiense participe; ele já sabe que a ordem não será seguida: “Essa foi, diz Pierre Thibault em *France-Soir*, uma ação concertada de comandos indo sob ordem a uma batalha perdida de antemão.” Batalha perdida de antemão: é verdadeiro, a manifestação *devia encalhar*. Mas também é verdade que as vitórias do proletariado são de longo prazo e nascem freqüentemente de batalhas perdidas de imediato. Apenas o que podemos compreender, nós burgueses que queremos conservar somente o souvenir de nossas meias-vitórias, é a longa paciência do trabalhador e esta mistura de fatalismo, de desespero e de coragem que, sob a pressão de uma situação intolerável, lhe faz, às vezes, empreender um combate onde ele está quase certo de ser vencido. Em decidindo, contra toda chance, essa absurda “jornada”, o PC se inspirava, não obstante, na tradição operária.

Mas, sobretudo, ele *interpretava* o pacifismo fundiário das massas e você mente conscientemente quando felicita o trabalhador de não se deixar mobilizar por interesses que não são os seus. Um dos sentimentos mais profundos e mais simples do proletariado, um dos dados imediatos da sua consciência de classe, é essa apreensão de si mesmo como puro ser-aí, sem relação de solidariedade com o todo social. Ele não é integrado à sociedade, ele reside ao lado dela, em uma meia-segregação que se lhe impõe e que ele acaba por reivindicar. Em época de tensão internacional, as suas relações sociais se relaxam novamente, quando por toda a parte elas se apertam; como poderia ele se colocar ao nível da tensão psíquica e social da pequena burguesia que o cerca? Esse contraste entre a falta de interesse e a super-excitação universal o inclina ao pacifismo. E o pacifismo inversamente é *em primeiro lugar* a reafirmação da solidão operária no meio de uma sociedade de *exploração*, seguidamente, *apenas após*, uma declaração de solidariedade com a classe operária da nação inimiga. Enquanto as outras classes projetam, do outro lado da fronteira, sua própria sociedade, mas mudando-a de sinal e como imagem diabólica da Sociedade, o trabalhador projeta a si mesmo e sem troca de sinal, pois sua negação de si é a classe burguesa de seu país. Assim, a atitude mais simples, a mais próxima da espontaneidade, aquela que exprime melhor seu sentimento, é o internacionalismo. Os mais velhos trabalhadores se lembram talvez ainda do apelo lançado em janeiro de 1906 pelo Comitê confederativo da CGT: “*Guerra à guerra*. Trabalhadores... a guerra está à mercê do menor incidente. A imprensa sabe essas coisas... e ela se cala. É porque se quer colocar o povo na obrigação de marchar, tendo como pretexto a honra nacional, a guerra inevitável dado que defensiva. Ora, o povo não quer a guerra... A classe trabalhadora não tem nenhum interesse na guerra. Ela somente arca com todos os custos – pagando com seu trabalho e com seu sangue. É então a ela que incumbe dizer em alto e bom som que ela *quer a paz*.”

Nós vimos, a constituição em *Nação* da Revolução Russa complicou um pouco as coisas. Demandando ao proletariado fazer uma exceção em seu antimilitarismo, o PC introduzia uma contradição que deveria, finalmente, embaralhar todas as cartas e privar o sentimento espontâneo de

sua expressão. Desde 28, quis-se derivar em benefício da URSS a potência sagrada de certas palavras, de certas situações. No lugar de explicar ao trabalhador os laços de solidariedade real e indissolúvel que o uniam à URSS, fez-se da URSS a pátria socialista do trabalhador e, do operário, o soldado da URSS, combatente detrás das linhas. Ao mesmo tempo, as técnicas de luta contra a guerra se aperfeiçoaram e, duma só vez, se militarizaram: à solene e vaga “greve geral”, o PC, instruído pelo malogro de 11, quis substituir sabotagens, uma propaganda derrotista e ilegal etc. Já então, em cerca de 28-30, a classe operária pareceu desconcertada e a “Jornada vermelha internacional contra a guerra” foi um fracasso (1º agosto 1929) assaz assimilável àquele do 28 de maio de 1952. Hoje, como poderíamos esperar, o internacionalismo, que supõe a justaposição inorgânica das massas (elas estão *ao lado* umas das outras e separadas pelas fronteiras, nenhuma comanda, as assembléias de seus representantes são parlamentares), explodiu sob a ação da *centralização*. O princípio da 57ª “tese de setembro de 1921”: “O Comitê diretor do Partido é responsável diante do Congresso do Partido e diante da direção da Internacional Comunista”, poderia se exprimir, simbolicamente, por esta frase: O operário tem duas pátrias, a sua e a República dos Sovietes russos. No fundo, a aparição das pátrias termina a separação horizontal. O PC, na escala internacional, se dá uma articulação tão forte quanto em cada país singular: não mais que as células, as nações não se comunicam entre elas, senão por intermédio do escalão superior. Mas para além dessas separações destinadas a estreitar os laços e a assentar a autoridade do Poder Central, o interesse do Proletariado e aquele da URSS permanecem idênticos: privamos-nos dos argumentos de Greffuelhe, que são tão caros aos sindicalistas. (“Defender o sol da Pátria? Não vejo inconveniente à condição que o defensor seja proprietário desse sol.” Inquérito do movimento socialista, agosto de 1905.) Mas é necessário reconhecer também que a nova propaganda visa a emancipar o operário, a lhe fornecer, imediatamente, um meio de sair de si, um laço de transcendência com o outro – infelizmente, sob a forma do imperativo kantiano e do dever militar. A linguagem adotada é, ela mesma, militar: “[Essa jornada de 1929] marcará a passagem do proletariado à contra-ofensiva sobre o fronte internacional...” Mas frente a essa língua de comunicado e por palavras emprestadas das propagandas de nacionalistas, um tipo de sub-conversa se continua entre um proletariado que permanece fundamentalmente pacifista – simplesmente pois sua situação é a de sê-lo – e militantes que, frente a seu aparelho ideológico e verbal, também o *ficaram*. Enfim, é um dos graves sintomas da *afasia* como fenômeno internacional: comunica-se pela linguagem; mas contra ele os quadros e as tropas usam palavras que mentem, mas se entendem tacitamente para restituir a verdade. Fala-se aos velhos sindicalistas da contra-ofensiva do proletariado e eles entendem uma velha voz de 14 que lhes murmura: “Trabalhadores... Na Alemanha como na França a comunhão de idéias é formal sobre esse ponto: o proletariado de dois países se recusa a fazer a guerra. Então, por nossa ação comum e simultânea, forcemos nossos respectivos governos a levar em conta nossas vontades.” Em certo sentido, a manifestação do 28 de maio – que foi muito mais o fato de militantes treinados que uma manifestação espontânea – tinha por meta dar às massas uma representação trágica de suas aspirações profundas, um pouco como, segundo Nietzsche, a representação “figurada” na tragédia grega reflete os mais profundos instintos do coro.

Enfim, é necessário que nossos belos senhores se persuadam: o proletariado não tem nenhuma razão de se bater. Explica a cada dia ao trabalhador que a URSS traiu a Revolução; ele fica surpreso, não acreditava que aquilo devia ser-lhe tão penoso; e, para ser honesto, ele não acredita em uma palavra do que você diz; quando *Le Figaro* publica tagalerices de ofício sobre a embaixada romena, isso diverte certamente as viúvas; mas é que as viúvas gostam dos empregados de sala. Os trabalhadores não gostam deles particularmente. Se mesmo se desse, por algum golpe de loucura, que um trabalhador lesse regularmente essa folha e que ele se deixasse convencer da traição soviética, essa seria uma razão, talvez, de não lutar nas fileiras do Exército Vermelho, isso não seria certamente uma de se bater contra ele. Mas sim, dirão: para libertar o desafortunado proletariado russo. Sim. Bem, tenho a impressão que a propaganda não está completamente no ponto; e eu não creio que recrutarão muita gente se lhe demandarem retomar a cruzada anticomunista que pregou Hitler e de se arranjar ao lado de Chiang Kai-shek contra os chineses de Mao Tsé-tung, ao lado de Franco contra os republicanos espanhóis, de Syngman Rhee contra o povo coreano inteiro, ao lado

dos assassinos de Beloyannis contra os pais e os irmãos dos deportados de Makronissos, ao lado de uma oligarquia de colonos contra os tunisianos, os malgaxes e os vietnamitas.

Percebem, creio, que eram muitas exigências; e renunciaram a doutrinar. Quando querem, apesar de tudo, por desencargo de consciência, produzir algumas razões de morrer pelos Estados Unidos, organizam exposições de arte, conferências e concertos, enfim dão aquilo que chamamos, há pouco, de uma “batalha cultural”. Mas tomam grande cuidado em dobrar o preço das entradas: para estar certo, pelo menos, que “ficará entre eles”. Ou desfilam de Paris a Londres e a Berlim um grupo de intelectuais pálidos e doces como moças que recitam cumprimentos aprendidos sobre a cultura e a liberdade. Mas quem, por conseguinte, querem que ela persuada, essa orquestra feminina, além do público de *Annales*? Está bem morta, a cultura, quando os escritores se põem a *defendê-la* ao invés de *fazê-la*. Quanto ao trabalhador, de qualquer forma, ele não se importa. Para que ele se interessasse, teria sido necessário, primeiramente, dá-la a ele, em seguida, que ela falasse do que lhe interessa. Uma emplacadora que trabalha em uma refinaria deve servir um grupo de quatro máquinas e cada máquina preenche trinta placas em dois minutos e meio; uma placa pesa oitocentas gramas. Assim, o trabalhador transporta cem quilos a cada dois minutos, ao redor de vinte toneladas por dia. Vão demandar-lhe seu filho e seu marido, expliquem-lhe que é para liberar as pobres “emplacadoras” soviéticas que não têm o direito de exprimir seu parecer sobre a pintura abstrata ou sobre as teorias de Lissenko; façam-lhe compreender que os Estados Unidos vão desenvolver uma bomba de hidrogênio e preparam docemente a admissão da Espanha à ONU, propositadamente, para que as “emplacadoras” das democracias ocidentais possam continuar a pensar e a exprimir seu pensamento em completa independência. Não tenham medo: ela não os golpeará; ela está muito cansada. São vocês que se indignarão contra ela e que partirão lamentando que o sentido da liberdade perdeu-se na Europa. E, no entanto, deseja, ela também, a liberação. Mas a liberdade que ela reclama não se parece com a sua; e creio que ela renunciaria de boa vontade à liberdade de expressão da qual fazemos tão belo uso na sala Gaveau se a liberássemos do ritmo lancinante das máquinas, da heteronomia das tarefas, do frio, da triste decoração das usinas. Vejam, para que ela se sentisse livre, mais livre que ela jamais foi, seria necessário – provisoriamente – que ela pudesse, ao mesmo tempo e pelo mesmo salário, transportar dez toneladas, ao invés de vinte. Que esperam? Vocês teriam bem merecido a cultura. Dizem que não podem, que é necessário paciência e que os netos das emplacadoras serão libertados pelo progresso técnico? Perfeito: então, se querem fazer a guerra, esperem que eles sejam nascidos. E não creiam convencer sua futura avó elogiando os altos salários americanos e a superioridade da vida material nos EUA. Que lhe importam as comparações perpétuas entre a URSS e os EUA? Pois não se tratará para ela de trabalhar em Stalingrado ou em Chicago, mas em uma França em paz ou em guerra. Vocês, simplórios, têm tanto medo do regime soviético que fazem de tudo o que é necessário para tateá-lo. Pois, hoje, é a paz, os americanos estão entre nós e os russos na Rússia, mas se amanhã é a guerra, os americanos estarão na América e são os russos que estarão entre nós. Os trabalhadores o sabem: desde o começo das hostilidades, eles perderão até esse salário miserável que nomeamos o “mínimo vital”; eles não têm interesse em ser “ocupados”, fosse isso pelo pelos Exércitos Vermelhos: eles querem os russos na URSS e os americanos nos EUA. Se eles não se incomodaram, no 28 de maio, é que eles julgavam – por razões que examinarei mais tarde – que o jogo não valia a pena; mas o desacordo jamais foi levado ao princípio da discussão. E creia bem que eles não têm por Ridgway uma afeição particular, nem por algum outro americano. Pois vocês sabem, ratos viscosos, e o próprio *Le Figaro* começa a duvidar disso: os americanos são admiráveis propagandistas; mas sua melhor propaganda, ele a faz pelos russos.

3º “O PC e a CGT cansam os trabalhadores impondo-lhes manifestações políticas.”

Mas eis aí um argumento novo: os trabalhadores reprovariam o PC por ter falsificado seu único instrumento de defesa desviando-o para usos para os quais não foi feito; eles teriam mostrado bom senso e marcado aos agitadores “russistas” que eles entendiam manter a separação do político e do econômico.

Se você disse a verdade, fizeram aos patrões o mais belo presente: pois o patronato se atém a essa separação; mais ainda, talvez, que os homens de 1789 fizeram a separação dos poderes. Quando os puritanos laicizaram o comércio e a indústria, foi necessário, nesse setor, substituir Deus por uma lei de bronze: inflexível, essa lei devolvia a inocência aos exploradores; divina, ela justificava o sucesso; podia-se provar, graças a ela, que o rico era bom e o pobre maldoso.

Essa foi a lei da oferta e da demanda, “verdadeiro mecanismo regulador, ajustando o preço, eliminando certos aspirantes a vendedores e certos aspirantes a compradores... estimulando a produção em caso de insuficiência, desencorajando-a em caso de pletora<sup>17</sup>”. Ela permite retornar ao otimismo, estabelecer que a riqueza está em proporção da utilidade social e que o melhor comerciante é aquele que vende ao melhor mercado, por conseguinte, o eleito de Deus e benfeitor da humanidade. A lei se aplica maravilhosamente aos relatórios do empregador e do empregado: o trabalho era uma mercadoria e o salário seu preço. Ninguém poderia culpar o patronato: o salário era, a cada instante, o que ele *poderia ser*, nada a mais e nada a menos, dado que o ajuste era automático. Assim, o domínio do econômico tornou-se aquele da necessidade, enquanto que o domínio da política residia naquele da liberdade. Tudo vai bem enquanto os dois domínios permanecem separados; admitir-se-á, rigorosamente, que a economia influencia a política, mas a intrusão da política na economia perturba as consciências e escandaliza: a ação do político tende a provar que a necessidade do econômico não é, talvez, autônoma e que se modifica seu curso agindo sobre outros fatores. Alguns teóricos propõem reduzir o político ao econômico: mas a burguesia recusou; ela prefere a compartimentação. Dividir para reinar. Tomou-se simplesmente o hábito de chamar demagógica toda concessão que a política acorda às classes pobres sem que ela lhe tenha sido arrancada. A generosidade, por princípio, é *falsa* generosidade. “Essa reforma, generosa em aparência...” Isso significa que toda tentativa para substituir uma ordem humana à ordem mecânica está fadada ao fracasso. Há apenas uma maneira de ser bom: se adaptar à ordem natural, obedecer a lei, fazer trabalhar cada um o máximo possível e lhe pagar o mínimo possível; servir-se-á a sociedade inteira, produzindo ao preço mais baixo. Esta honrosa preocupação de justificar o lucro está na origem de uma teoria bem cômica: aquela da *bondade terrível* que encontramos em Claudel e nos hitleristas. Se o trabalhador usa de seus direitos sindicais para misturar a economia e a política, ele apenas perturbará toda a harmoniosa mecânica. Tudo vai bem se ele reserva a ação sindical a defender seus interesses. No fundo, é necessário reconhecer que as flutuações do mercado tendem a afastar um pouco o salário médio do que se nomeava piedosamente no XVIII o salário *natural* e que Turgot definiu: “o que é necessário ao trabalhador para procurar sua subsistência”. O sindicato apenas intervirá substituindo um contratante único por vários vendedores. Não pode modificar leis eternas da economia; mas certo poder lhe é atribuído, do fato que ele funciona simplesmente como um monopólio. Aproveitará, por conseguinte, para arranjar o salário bruto, devido apenas ao jogo das forças econômicas, e para aproximá-lo tanto quanto possível do salário natural.

Assim, a economia clássica descreve o que se passaria se as relações entre os homens fossem rigorosamente assimiláveis às relações das coisas entre elas. Ou, se preferirmos, ela estabelece as leis de um universo onde o homem é perfeitamente inumano para o homem. O sindicato é tolerável se ele se coloca, a título de caso particular (aquele de um só vendedor e de vários compradores), no quadro dessas leis rigorosas. Não o toleraremos se ele se propuser a humanizá-las. Mas, embora o ponto de vista burguês seja bastante claro em si mesmo, eu cesso de compreendê-lo se tento vislumbrar as coisas do ponto de vista do assalariado; e a distinção da economia e do político se torna tão fugidia e vaga que tenho dificuldade em acreditar que ela exista.

<sup>7</sup> Robert Mosse: *Les Salaires*, Rivière, 1952, p. 40.

Primeiramente, não sei mais o que entendemos quando queremos que o trabalhador se limite a defender seus interesses. Há um interesse do trabalhador? Parece-me mais que o interesse do trabalhador é de não ser mais trabalhador. Como diz Marx: “O proletariado tem necessariamente por tarefa real revolucionar suas condições de existência.” Já vejo o anticomunista levantar os ombros: parece que não sou sério e que esses jogos bizantinos derrotaram a França de 1939. Bom. Sejamos então sérios. Há um interesse do trabalhador *enquanto trabalhador*. Significa que ele deve, *para começar*, aceitar sua condição em seu conjunto. Isto feito concede-se a ele o direito de melhorá-la nos detalhes. Assim, a tese burguesa (igualmente sob a forma um pouco gasta da economia clássica que sob a forma moderna da colaboração de classe), é que o operário deve continuar operário. Nada de espantoso, dado que ele é feito para sê-lo, como o patrão para ser patrão. Dir-se-á que uma greve é subversiva quando as reivindicações dos grevistas se inspiram em uma concepção de homem. Quando o patrão declara que o proletário é proletário de nascença e deve permanecer, ele não faz política: ele põe os princípios da economia. O operário, com efeito, em contrapartida, quando quer suprimir o proletariado. Toda a história da legislação operária revela, no magistrado burguês, a preocupação de distinguir as boas e as más greves. Em 1872, já, Depeyre, defendendo diante da Assembléia um projeto de lei que punisse a afiliação à Internacional, declarava que a intenção do legislador tinha sido de “proteger as populações operárias” contra toda tentativa de greve que “fosse o resultado de um mau pensamento, de um complô contra a ordem social”. E ainda hoje, em termos mais atenuados, o Conselho de Probos do Sena (decisão de 26 de março de 1947) retoma à sua conta a teoria da “greve abusiva”: “Convêm aplicar esse direito (de greve) tendo em conta o princípio absoluto que o exercício de um direito é limitado pelo abuso que poderia ser feito; que um direito não é, com efeito, jamais ilimitado em uma sociedade organizada; que ele encontra seu limite natural, na falta de regulamentação particular, nos direitos do outro e da coletividade...” Belas e justas palavras: o chato, é que a “sociedade organizada” onde o trabalhador vive e da qual ele deve respeitar os direitos, é precisamente a sociedade capitalista que o oprime. Assim, a decisão burguesa de limitar o direito de greve às reivindicações profissionais é *já política* e repousa sobre toda uma concepção do mundo e do homem.

Bem, mesmo aceitando essa concepção, mesmo definindo *com* o patronato os interesses do operário, eu não chego a compreender o que eles são. Essa fábrica põe um lavabo à disposição de seu pessoal: o *interesse* do pessoal é que o tubo de despejo não seja tapado. O país desses trabalhadores é provocado rumo à guerra por uma política imbecil: seu *interesse* é que a guerra não tenha lugar. Entre o primeiro e o segundo exemplo, existe lugar para toda a vida social. Você diz que o segundo é de ordem *política*? Está tão certo? Em caso de conflito, a classe camponesa fornece o “material humano” e beneficia-se, em retorno, da alta de produtos alimentares; enfim, compram-se dela litros de sangue; a situação do proletariado é exatamente o inverso: suas perdas em vidas humanas são menores: *é economicamente* que ele sofre. Não antes de tudo, mas mais tarde, quando a hipertrofia da indústria pesada e as dificuldades da reconversão conduzem às crises e ao desemprego. Em 1938, a massa de salários valia duas vezes aquela de impostos; em 1950, a massa de impostos é igual à massa de salários. O trabalhador poderia declarar, justificadamente, que os conflitos militares lesam-no em seus interesses materiais. E mais: se declara que a guerra é um fato político, rejeita a explicação socialista da guerra e o círculo infernal: superprodução – buscas de mercados – conflitos. Não digo que tenha errado, nem que essa teoria seja verdadeira: isso não importa aqui. Digo somente que faz entrar em sua definição do que é político e do que não é julgamentos de valor, pressuposições, uma ideologia. Certamente, a teoria marxista das crises cíclicas, as teses de Lênin sobre o imperialismo capitalista são verdadeiras ou falsas. Mas incumbe aos especialistas a demonstração. A maior parte das pessoas as rejeitam ou as aceitam sem mesmo conhecê-las e estariam em dificuldade ao disputá-las. No entanto, Merrheim declara, em uma ordem do dia, que ele faz votar em Marselha em 1908, que “toda guerra não passa de atentado contra a classe operária, um meio sangrento e terrível de diversionismo de suas reivindicações” e todos os confederados repetem a fórmula após ele *como se a compreendessem*. E os nacionalistas replicam acusando esses “derrotistas” de serem vendidos ao inimigo *como se eles o soubessem*. Essas são duas concepções do mundo que se afrontam, vividas e sentidas mais que pensadas. Entre as duas,

toda conciliação parece impossível: em particular o “reformismo” traz às reivindicações operárias um freio brusco e voluntário que parece perfeitamente injustificado. Que se julgue pelo que se passou em 1908: dois anos antes um congresso tinha votado uma ordem do dia preconizando “a propaganda anti-militarista e antipatriótica”. Niel, sindicalista reformista e líder dos minoritários, vem expor seu ponto de vista em Marselha: ele é contra o antipatriotismo que agrupa politicamente os militantes. Janvion sustenta o mesmo ponto de vista: a Alemanha vitoriosa, sem pena, imporá uma multa da qual os trabalhadores pagariam a maior parte. Seríamos, então, tentados a crer que os dois oradores se pronunciarão contra o antimilitarismo *pelas mesmas razões*. De forma alguma: o antimilitarismo, segundo Niel, reside sobre o terreno sindical “tendo por meta lutar contra a intervenção do exército nas greves”. O que não parecerá nem abstrato nem absurdo àqueles que se lembram dos massacres de Fourmies (1891), da Martinica (1900), de Châlons-sur-Marne (1900), de Raon-l’Étape (1907), de Draveil-Vigneux et Villeneuve-Saint-Georges (1908). Era necessário lutar contra o Exército, dado que o Exército era a repressão. Mas o raciocínio não é menos insustentável nisso: a provocação do militar à desobediência é uma ação política. E, se a corrente de antimilitarismo é bastante potente, ela arrisca debilitar a defesa nacional, dar a vitória à Alemanha e expor os trabalhadores a pagar essa pesada multa que Janvion queria lhes poupar.

Não, é necessário persuadir-se disso: o sindicalismo tem apenas duas posições coerentes. Ou bem ele se limita a sustentar as reivindicações imediatas ou defenderá os trabalhadores em todos os setores da atividade nacional. Mas o trabalhador que se prendia às reivindicações elementares deveria saber que *já* tomou uma atitude política: não é apenas a Revolução que ele rejeita, são também, por exemplo, as greves de solidariedade, ele se resigna à sua sorte e trai a classe trabalhadora.

A verdade, é que *não se pode* prender às reivindicações imediatas: Marx o disse extremamente bem: “Uma luta por um aumento de salário apenas segue modificações anteriores. Ela é o resultado necessário de flutuações prévias na quantidade de produção, na força produtiva do trabalho, no valor do trabalho, no valor da moeda, na extensão ou intensidade do trabalho pressionado, nas oscilações dos preços do mercado que defendem flutuações da oferta e da demanda, e que se produzem conforme as diversas fases do ciclo industrial; enfim, são reações dos trabalhadores contra ações anteriores do capital<sup>8</sup>. Mas, nesse caso, o trabalhador intervém *muito tarde* e “em 99 casos sobre 100 seus esforços por levantar os salários são apenas tentativas para manter o valor dado ao trabalho<sup>8</sup>.” Para que o proletariado pudesse se defender, seria necessário, então, que o sindicato pudesse agir *sobre as causas* mais que sobre os efeitos. Se lhe rejeita o direito de influenciar a *conjuntura* com todas suas implicações políticas e econômicas nacionais e internacionais, desbasta suas reivindicações ao nível dos impulsos cegos, lhe tira a possibilidade *humana* de prever e de prevenir. Faz do trabalhador um ventre faminto e uma boca que grita. Em uma palavra, o sindicato “tem necessariamente por tarefa real” exigir e obter, na escala da empresa, o direito de participar na gestão, na escala nacional, aquele de controlar as consequências econômicas da política governamental. E aquilo, que ele seja reformista ou revolucionário, é dizer somente do ponto de vista dos interesses “do trabalhador enquanto tal”.

É que o *fato econômico*, tanto quanto o *homo oeconomicus*, é um ser de razão. Ou, antes, ele simboliza corretamente certas situações limites, nas quais o opressor está em condições de tratar o oprimido como um calhau. Em AOF, por exemplo, o racismo e a insuficiência do sindicalismo negro criam um subproletariado indígena que é mantido sistematicamente e em todos os domínios a um

---

<sup>8</sup> Marx: Salário, Preço e Lucro.

nível de vida inferior àquele do branco menos favorecido<sup>9</sup>. Logo, “na prática, a remuneração tende a ser determinada pelo jogo da oferta e da demanda<sup>10</sup>”. Dito de outra forma, a ideologia racial permite desbastar o trabalhador indígena ao nível do fato econômico puro. Não completamente, no entanto: por razões que se adivinham, ocorre que a autoridade administrativa fixa o falso do salário mínimo. Assim, a ideologia política do racismo (com suas infra-estruturas econômicas) e a ideologia política do paternalismo (metrópole-burocracia) se conjugam para determinar o nível de vida que se estima “justo” e “suficiente” para um negro. Ora, ocorre justamente que, na Metrópole, os economistas burgueses renunciaram a fundar a teoria do salário sobre a lei da oferta e da demanda. “o trabalho, escreve Mossé, não é uma mercadoria. O salário não é um preço se formando sobre o mercado... É impossível afirmar se há uma relação, e qual, entre o salário de um operário e sua produtividade, entre o nível geral dos salários e o emprego, a produção, os preços, a moeda, etc.” Eles consideram, hoje em dia, que o problema dos salários se tornou um problema de repartição da renda nacional entre as pessoas e os grupos sociais. E quem fixará as taxas? Um conjunto complexo de fatores, onde vão entrar as representações coletivas e os valores, as ideologias, as relações de força entre os grupos e os dados propriamente econômicos. “Antes que um preço, escreve Mossé, o salário é uma *participação* em um resultado global no seio do qual a discriminação entre os elementos imputáveis a tal ou qual fator é impossível. Ou, talvez, é uma *cobrança* comparável a um imposto pelo seu modo de estabelecimento e pelas suas incidências. Ou, ainda, é a *fonte* que alimenta as necessidades individuais e familiares. Se é assim, o problema dos salários se torna um problema de relações humanas, de psicologia, de relações de forças: *em uma palavra, um problema político, dominado pelas ideologias, crenças concernentes à justiça, a igualdade, a hierarquia social*<sup>11</sup>.” Os economistas se enternecem: “Nós passamos, diz um, da neutralidade ao humanismo.” E o outro: “Da economia objetiva à economia normativa, política”. Que se passou? Isto, simplesmente, que o proletariado entrou, por arrombamento, na espécie humana. Até 1848, o operário de manufaturas, isolado, não está maduro para uma prova de força. *Então*, ele é apenas uma besta; sua relação com o patronato tende a se identificar à pura relação econômica. No curso da segunda metade do século XIX, o proletariado se constitui como uma força social independente. Logo, a burguesia *reconhece* aos trabalhadores a dignidade do homem. A partir daí, o *humanismo* do qual ela era tão orgulhosa é habitado pela contradição: o operário é homem, pois ele faz medo, mas a ordem social exige que ele seja mantido em sua condição de besta. A condição vivida e sofrida pelo proletariado se torna a contradição do pensamento burguês. Cada um propõe sua solução. E cada um, em nome de um dos humanismos que pululam (reformismo, colaboração de classes, corporativismo, radicalismo, socialismo cristão, etc.), buscará as condições que permitirão à sociedade burguesa digerir seu proletariado. O problema era simples, mas difícil de resolver: a quais condições deve responder uma criatura de aparência humana de modo que possamos ao mesmo tempo dar-lhe o título de *homem* e tratar-lhe como uma besta? A solução ainda não foi encontrada. Assim, somente pela sua presença

<sup>9</sup> As alocações familiares são distribuídas como segue:

Europeus: 1ª criança, 175, 2ª criança, 550; etc., 6ª criança, 2350 francos.

Africanos: 1ª criança, 93,72; 2ª criança, 137,50; etc., 6ª criança, 597 francos.

Os franceses são indenizados por toda espécie de acidente; os negros apenas têm indenização no caso em que o acidente é ocasionado por um explosivo ou uma máquina “dirigida por uma força outra que aquela dos homens ou dos animais”. Para adquirir um quilo de pão branco o operário de Dakar deve trabalhar 1h 27min, o operário parisiense 25 minutos. Para adquirir um ovo, o negro de Dakar trabalha 29 minutos, o parisiense 11 minutos.

<sup>10</sup> William Top: “Valeur du travail des salariés africains”, *Le Travail en Afrique noire. Présence Africaine*, n° 13, p. 252.

<sup>11</sup> Mossé: *Les Salaires*, p. 128. Sou eu que sublinho (N. A.).

silenciosa, pela calma ameaça que sua ordem rigorosa e consentida faz pesar sobre a ordem estabelecida, pelo seu olhar, esses homens, aparecendo de repente como uma sociedade na sociedade, provocam as perturbações ao paraíso e fazem explodir o humanismo: eis um *ato político*, não é mesmo, e o mais importante, talvez, desde 89. Compreender-se-á, facilmente, que toda ação comum dos oprimidos, mesmo se ela se contém nos limites estritos da reivindicação profissional, é *por ela mesma*, e como um evento de certa ordem que se produz em certa sociedade, uma ação política: pois ela revela o grau de coesão das tropas operárias, seu clima moral, a força e a extensão do movimento reivindicativo, e, segundo o desenlace da batalha, essa força se aumentará tomando consciência dela mesma ou diminuirá, os laços que unem os sindicalizados se estreitarão ou se relaxarão, a relação entre patronato e assalariados evoluirá em um sentido ou no outro. Os trabalhadores são profundamente conscientes deste relatório detalhado que os une à classe operária toda e que os opõe à classe burguesa. Também uma greve, qualquer que seja, é sempre mais e outra coisa que uma greve. Uma grande associação operária não se limita a afrontar os chefes de indústria: ela se preocupa também com os consumidores, o *público*. Trata-se de colocá-lo em seu jogo, de não se tornar impopular, de fazer apreciar a importância que ela tem na economia nacional, de levar a opinião a fazer pressão sobre os patrões. Muito freqüentemente, a melhoria das condições de vida não é a meta *em si* da ação sindical: se quer ganhar pelo prestígio, para reter os aderentes, para aumentar seu nome. Quanto ao grevista, trata-se, para ele, *em todo caso*, de mais e de outra coisa que de seu interesse imediato: mais que a penúria, mais que a miséria, é a cólera que o determina, é a sua confiança nos dirigentes, é a necessidade de afirmar que ele é um homem face àqueles que o tratam como uma coisa. Dizer que o sindicalismo é uma *maneira de ser homem*.

Objetivamente, o sindicalismo é político. Ele vai, por si mesmo, tomar, em suas mãos, a totalidade do *fato operário*; as limitações que se lhe impõem têm, sem nenhuma exceção, sua fonte nas suas segundas intenções políticas. Muito evidentemente, o reformismo é tímido, conservador, secretamente tentado pela burguesia: as fronteiras que ele prescreve à ação sindical, é necessário que elas provenham de compromettimentos secretos, dado que não saberiam, em nenhum caso, se explicar pela situação objetiva; e é evidente que o afastamento de Niel por toda manifestação antipatriótica tinha sua raiz em um chauvinismo inconfesso. Mas é necessário acrescentar que os militantes sindicais sempre tiveram consciência da importância *política* do sindicato. Certamente, nos tempos heróicos do anarcosindicalismo, eles marcaram a desconfiança aos partidos, mas era por um sentimento de brutal oposição à “burguesia”. Greffuelhe nos diz que eles “querem *ferozmente* ser conduzidos por operários.” Eles o querem justamente porque “reaços e comunas” são para eles charlatões da mesma farinha; eles *farão a Revolução por eles mesmos*. O mesmo congresso em 1888 engaja os trabalhadores “a se separar dos políticos que os enganam” e a colocar suas esperanças na greve geral que só pode arrastá-los para sua emancipação. Seguidamente, pode-se constatar no seio da CGT certa alternância entre o reformismo e o sindicalismo revolucionário. Mas os militantes de um e do outro lado estão de acordo para desenvolver *em todos os sentidos* a ação sindical. Para o revolucionário, o operário é, nele mesmo, a contradição maior da sociedade burguesa, ele é a negação do sistema da propriedade. Suas reivindicações terão um duplo objetivo: satisfeitas, elas melhorarão sua sorte realizando o abalo progressivo da ordem capitalista. A greve geral acabará com o trabalho. O reformista, no fundo, quer atingir a mesma meta final, mas por um progresso contínuo. De toda forma, ele estará “por toda parte onde se discutem os interesses dos trabalhadores” e reclamará “a participação direta e por toda parte no fato econômico”.

Uma e a outra tendência tinham aprovado *sem reserva* o programa da CGT, dito “Programa de 1949”, onde é dito, notadamente: “A condição fundamental é ditada pela experiência do primeiro plano de modernização e de equipamento e do que adveio pela intervenção do plano Marshall. [É necessário] se desembaraçar do plano Marshall... denunciar os acordos militares do bloco ocidental, restabelecer as relações normais entre Estados, exigir que nos sejam entregues as reparações... Tantas determinações que condicionam a aplicação do programa confederativo de correção econômica e social, a qual condiciona a seu turno sua inteira realização...”

Porque o seu ódio do comunismo, ó caros ratos viscosos, os fez esquecer que ele está *em retirada* em relação às campanhas de agitação desta época. Entre 1905 e 1910 seus pais viviam no medo de um golpe de força. Perto do 1º de Maio de 1906, seus capitais voavam onde voam hoje os vossos. Foi necessário para trazer o ouro e a confiança inventar um complô e enquadrar alguns sindicalizados. Nossos comunistas são nacionalistas, não o esqueça. Eles são contra *certa política*, mas não contra a defesa nacional. Aprisionamos por cinco anos Henri Martin, culpado de ter distribuído folhetos que denunciavam a abjeta parvoíce da guerra do Vietnã: mas ele não incitava os soldados à desobediência. Nos primeiros anos do século, ao contrário, a propaganda antimilitarista era cotidiana. Gritou-se muito porque certos dirigentes do Partido Comunista tinham declarado publicamente que o proletariado não se bateria contra a URSS. Mas os sindicalistas franceses, acreditando-se de acordo com os operários alemães, tinham declarado publicamente eles também e feito conhecer ao país, por meio de cartazes, que eles recorreriam à greve geral para impedir a guerra. E, embora esse gênero de fantasia quase não tenha interesse, se supõe-se, um instante, os Greffuelhe e os Merrheim colocados em uma situação análoga à nossa, não se duvidará que eles tinham provocado o Congresso federal a condenar de antemão toda cruzada antisoviética. Assim, quando nossos bons jornais falam com nostalgia de uma idade de ouro onde os sindicatos ofereciam aos patrões suas reivindicações como um cumprimento de Feliz Ano Novo, eles sonham. Eles querem cobrir o fato da exploração, que os militantes sindicalistas jamais perdem de vista; para eles o sindicalismo é uma arma que o patronato livremente deu aos operários para que as discussões possam ter lugar na igualdade. Mas os operários sabem bem que suas organizações foram defendidas e perseguidas; eles sabem que o sindicato, com ou sem a ajuda do PC, tem por meta original “mudar o mundo”. É esse mal-entendido aparente que dá sua ambigüidade ao fato sindical. Mas os patrões não se enganam nisso e sabem cantar duas árias bem diferentes. Quando as organizações da classe operária fingem se opor ao rearmamento ou a uma política de guerra, eles levantam as sobrancelhas, dolorosamente surpreendidos. “Como, dizem eles, é assim que nos agradecem? A política não tem nada a ver com o sindicalismo.” Mas quando uma greve os inquieta ou os embaraça, fosse ela meramente econômica, é em nome da política que eles pretendem quebrá-la. Em 1910, os ferroviários cessam o trabalho. Briand faz parar o comitê de greve. Interpelado pelos socialistas, ele declara: “É um direito superior a todos os outros, é o direito por uma coletividade nacional de viver em sua independência e seu orgulho. Ora, um país não pode permanecer de fronteiras abertas; não, isso não é possível... Se para manter a segurança tivesse sido necessário recorrer à ilegalidade, eu não teria hesitado.” O princípio está posto: toda greve pode ser interdita em nome de interesses superiores. Os sindicatos não têm o direito de resistir à guerra; mas em nome das necessidades de guerra, podem-se suprimir os sindicatos. Em 15 de janeiro de 1915, Millerand declara à delegação dos metalúrgicos: “Não há mais direitos trabalhistas, leis sociais, há apenas a guerra.” Assim, estão suprimidos os direitos sindicais, em nome de uma guerra que os sindicatos não têm o direito de rejeitar<sup>12</sup>

“Eles tinham o direito, me diz o anticomunista indignado. Eles tinham o direito. Eles votavam, sim ou não?” O argumento é retomado em completa boa fé, estou certo disso, por Thibault, redator político do jornal *France-Soir*. “Eleições livres, da forma que estão longe de conhecê-las os paraísos moscutários, tiveram lugar em todos os países da Europa ocidental desde a assinatura do Pacto Atlântico. A maioria dos eleitores se pronunciou claramente por todo lado e é uma impostura quando os agitadores comunistas pretendem falar em nome do povo francês, que definiu perfeitamente sua posição.”

---

<sup>12</sup> É necessário acrescentar que, se é absurdo, na economia *liberal*, limitar a ação sindical à defesa dos interesses profissionais, é propriamente imbecil querer manter essas limitações hoje, que o Estado assumiu novas funções econômicas e sociais. Como se pode distinguir o político do econômico quando é *no Estado* que o trabalhador terá negócio?

Não se sabe se é necessário encontrá-los regozijantes ou sinistros, esses diálogos de surdos que os blocos e as classes prosseguem há sete anos e que quase todos os homens reencontram no fundo deles mesmos, quando fecharam os seus jornais. Pois, enfim, Thibault não espera perturbar um marxista por essa evocação do sufrágio universal. Para o caso em que ele creia verdadeiramente seu argumento sem resposta, eu o lembraria desse texto de Lênin, escolhido quase ao acaso entre cem outros similares: “Os parlamentos burgueses estão em uma dependência tão grande da Bolsa e dos banqueiros que a democracia, aí, é mais desenvolvida. Não se segue que não seja necessário servir-se do parlamentarismo burguês e os bolcheviques se servem dele com sucesso mais que qualquer partido do mundo... Mas segue-se que somente um liberal é capaz de esquecer a *estreiteza* e a *relatividade* do parlamentarismo burguês. No mais democrático estado burguês, massas oprimidas se chocam cada vez com uma contradição gritante entre a igualdade *formal*, proclamada pela “democracia”, os capitalistas, e os milhares de restrições e de artifícios *reais* que fazem dos proletários escravos salarizados.”

Entre 1944 e 1947, o PC ajudou a classe burguesa a reconstruir seu aparelho estatal: é que ele contava servir-se do parlamentarismo para se apoderar do poder e, por lá mesmo, para transformá-lo; mas ele se mantinha fiel à doutrina leninista segundo a qual a potência da classe operária apenas se manifesta verdadeiramente sobre o terreno da luta de classes. Desde 1946, ele se encontrou dilacerado entre sua política parlamentar e os conflitos sociais: no Estado burguês seus ministros faziam figura de reféns e o Partido reencontrava, em seu seio, sob o aspecto de uma tensão crescente entre seus deputados e seus militantes, o conflito das classes proprietárias e do proletariado. Após sua eliminação do governo, o aparelho estatal tomba inteiramente nas mãos da burguesia que substitui, em todas as alavancas de comando, os comunistas pelas suas próprias criaturas; o conjunto das instituições republicanas funciona contra o Partido. Ele se fará, então, o intérprete da vontade popular sobre outro terreno, aquele da manifestação de ruas.

Aí está, pelo menos, o que responderia um comunista. Mas essa resposta não satisfaria Thibault, como sua questão não perturbou Fajon. Tentarei expor os fatos fora de qualquer espírito de sistema e explicar o mais simplesmente que um operário está em direito, hoje, se ele vota pelos comunistas, de tomar seu voto por nulo.

Lembro-me *en passant* o que fizeram dele: um cidadão de segunda classe. Mal ele decidiu votar pelo PC, sua voz sofreu uma misteriosa degradação, ela tem, *ipso facto*, um menor potencial eleitoral que aquela de seu vizinho. Para enviar 103 comunistas à Câmara, é necessário 5 milhões de votos como o seu; para lhe enviar 104 socialistas bastam 2750000, é dado, e por 95 MRP 2300000. Perdendo 400000 votos, o Partido perde 79 assentos; o Partido socialista ganha 5, quando perde 600000 votos. Aproximadamente – bem aproximadamente – o voto do estivador vale a metade daquele do farmacêutico ou a metade daquele do sacristão, ou a metade daquele de seu cunhado, o secretário de prefeitura. É necessário reconhecer que os RPF não fazem boa figura, tampouco. Mas com 900000 votos a menos que o PC eles têm 15 assentos a mais: não é um negócio tão ruim; a operação foi brilhantemente conduzida contra os dois extremismos, mas um dos dois é mais extremista que o outro. “Então, diz nosso estivador, eu sou, então, um sub-homem?” Sim: é um “fraco politicamente”. E, completamente por acaso, acontece que é um operário. Oh! Eu sei: é legal; nada a dizer. Era, efetivamente, necessário, não é mesmo, fazer uma lei eleitoral? E, então, após tudo, o PC tinha apenas que se aparentar. A moção terminal do Congresso MRP o declara em todas as letras: “Aqueles que se recusam ao respeito das regras democráticas, como ao respeito das diversas famílias políticas, se excluem eles mesmos dessa união e levam a responsabilidade.” Enfim, se aí há um que se enfada, tanto pior para ele! Apenas, com quem queriam que o PC se aparentasse? Com o MRP? Com o RGR? E, no que concernia a uma reaproximação com a SFIO, Guy Mollet não mandou dizer: com um partido comunista *francês*, unidade de ação. E imediatamente. Com o partido russo, jamais! Enfim, pronto: no quadro das instituições universais da democracia votou-se completamente legalmente uma lei antidemocrática que concerne expressamente um partido determinado. Entre nós, há largamente propósito em descer à rua para quebrar algumas vitrines ou algumas bocas. Há

exatamente um século, nos 31 de maio de 1850, tinha-se enganado os estivadores da época por uma combinação análoga. Não se suprimia o sufrágio universal: demandava-se simplesmente que o eleitor tivesse domicílio há três anos na comuna. Como os operários estavam muito deslocados, em procura de trabalho, durante os anos de crise 1847-49, essa medida retornava a privar o proletariado industrial de seu direito de voto. Em uma canetada, suprimiam-se 2600000 eleitores. O método de 1951 é muito mais evoluído: suprimem-se, também, 2 milhões e  $\frac{1}{2}$  de eleitores, dado que são necessários 5 milhões de votos comunistas para eleger 103 deputados. Só que ninguém sabe entre esses 5 milhões de homens quais são aqueles que estão condenados ao voto branco. Sobre dois eleitores comunistas, há sempre um que não é levado em consideração, mas se ignora qual. No mais, o proletariado não é grosseiramente designado por caracteres exteriores: o PC se designa, ele mesmo, como o partido dos maldosos recusando de se aparentar e o eleitor se designa, ele mesmo, como proletário votando comunista.

O estivador conserva um pouco de esperança. Após tudo, o PC é o primeiro partido da França. Talvez, esses 103 deputados farão bom trabalho. Eles não entrarão jamais, certamente, em uma coligação governamental. Mas a oposição tem seu papel a jogar: ela critica, ela modera ou excita, ela influencia. Ela dará, talvez, ao governo a coragem de dizer, às vezes, não a Washington. Infelizmente, ele é da oposição como dos membros do PC: há duas oposições na Câmara, uma que conta e outra que não conta. O RPF agita à distância – sobre a política na Indochina, por exemplo – o PC não agita. Os votos de seus eleitos são praticamente neutralizados: o governo os faz entrar a título de constante negativa no cálculo de sua maioria. Eles complicam um pouco o jogo parlamentar e é necessário tomar precauções antes de colocar a questão de confiança, mas é tudo: em vez de jogar a partida de bilhar clássico, nossos campeões jogam o bilhar enquadado. Também, enquanto Brune acusa Duclos de recorrer à agitação antes de expor sua opinião à Câmara, enquanto Bony proclama altamente em *L'Aurore* que todo cidadão francês tem o direito de persuadir, creio que eles querem rir. Que me digam, com efeito, *com quem* Jacques Duclos pode discutir na Assembléia! Imagine que uma inspiração de gênio o leva à tribuna. Ele fala, ele se entusiasma, ele chicoteia, ele faz chorar as tribunas. E depois? Ele recolherá os aplausos monótonos de seus partidários e as injúrias mais monótonas ainda de seus adversários. Ele não tocou os deputados então? Nenhum: eles não o escutam. Já aconteceu na história parlamentar que um discurso de opositor tenha feito tombar um ministro. Mas é que se cria ainda que um oponente pudesse dizer verdade. Hoje em dia, sabe-se que o opositor é mentiroso: dado que ele é comunista, vejamos! O maior partido da França está separado dos outros partidos por uma barreira invisível; os deputados do proletariado não deixam jamais de dizer seu parecer sobre a questão em curso, mas é pura cerimônia. Dos dois estivadores que passeiam juntos sobre o cais do Havre, um não tem o direito de votar e o outro votou por ninguém. Pensam que o Partido Comunista estava tão longe de exprimir a opinião de seus eleitores, quando anunciava implicitamente, no dia seguinte às eleições, a manifestação do 28 de maio, dizendo: “O partido deverá recorrer a outras formas de ação indispensáveis para lutar contra uma maioria ferozmente reacionária.” Para punir esses deputados de segunda classe, a maioria decidiu que se lhes privaria de sua imunidade parlamentar.

Mas ele ainda não terminou, nosso estivador. Quinze anos mais cedo, ele poderia ainda esperar que seu governo, por um brusco sobressalto de independência ou de orgulho, se afastaria um momento da esteira inglesa. Hoje em dia, ele sabe apropriadamente que a “continuidade de nossa política” é a continuidade tranqüila da servidão. Nós só nos mostramos intratáveis com os malgaxes e os tunisianos. Vendidos? Não: é pior. Os americanos nos tiveram por nada. Se, naquele momento, recorda-se a frase de Lênin: “No estado burguês mais democrático, as massas oprimidas se defrontam a cada passo com uma contradição gritante entre a igualdade *formal* proclamada pela democracia dos capitalistas e as milhares de restrições e de artifícios *reais* que fazem dos proletários escravos salarizados”, e se ele se diz então: “Uma vez mais, Lênin tem razão”, de quem será a falta, ô grande família dos Petsche, Bidault, Lussy, Pinay e aparentados? Um dia, ele estará farto disso; e o seu amigo também. A eles dois, no lugar de descarregar as metralhadoras americanas, eles as carregarão com água. E os policiais que os pararão lhes dirão indignadas: “Bando de salafários! Se

estivessem contra o Pacto Atlântico, não poderiam tê-lo dito, não? Em vez de deteriorar o material. Todo o mundo é livre, entre nós. Todo mundo tem o direito de votar.”

4º “O PC engaja os trabalhadores na via da ilegalidade e da violência.”

A manifestação dos 28 de maio foi deliberadamente, isoladamente ilegal: com que altura desdenhou-se pedir-lhe autorização! Na quarta 27, a prefeitura fazia passar um comunicado nos jornais: “Nenhuma autorização foi demandada, qualquer agrupamento sobre a via pública continua interdito.” Na mesma hora, por meio de cartazes, o PC engajava tranquilamente os parisienses “a responder em massa ao apelo do conselho da Paz”.

Direi que este despeito alardeado da lei quase não me inquieta? Esta confissão, se eles a lessem, afligiria certos pensadores profissionais dos Estados Unidos. “Enfraquecimento da consciência democrática entre os intelectuais europeus”, diagnosticarão eles. Ter-se-ia então má fé, a exigir que os intelectuais franceses se espantassem com as atuações ilegais do PC enquanto, desde 1920, na “Mensagem dos 26 de julho aos membros do Partido socialista francês”, a III Internacional reclamou que a propaganda “lá onde ela é difícil devido às leis de exceção, seja efetuada ilegalmente”. O texto acrescentava: “Recusar-se seria uma traição com respeito ao dever revolucionário.” Os socialistas, à época, não estavam assustados nem pela palavra, nem pela coisa. E Léon Blum, no Congresso de Tours, fez sobre esse assunto, uma distinção curiosa: “Certamente, não há um socialista que consinta em deixar-se fechar na legalidade... Mas a ilegalidade é uma coisa e a clandestinidade é outra<sup>13</sup>”. Até aqui eu não vejo problema: um partido declara que recorrerá, se necessário, à ilegalidade. A democracia o tolera em nome da liberdade de pensar. Esse partido organiza uma manifestação interdita. A polícia se lhe opõe pela força e prende os manifestantes que resistem. Tudo aquilo é *normal* e Cachin não era nascido quando se produziu o primeiro choque entre manifestantes e os policiais da segunda República. Em contrapartida, obter-se-á dificilmente que eu deplore de boa fé a ilegalidade da demonstração comunista sem denunciar ao mesmo tempo a arbitrariedade da repressão, que está também manifesta. O que justifica a prisão de Duclos? O flagrante delito de complô contra a segurança do estado? Isso não existe. E mesmo se fosse concebível, como teria havido flagrante delito duas horas após a manifestação. Porte de armas proibidas, então? Que confissão: um deputado possui em seu carro um bastão e um revólver; por esse delito prende-o apesar da imunidade parlamentar, joga-o na prisão e o mantém lá sem mesmo lhe conceder sua colocação em liberdade provisória. Vamos! Prenderam Duclos pois ele fazia função de secretário geral do partido e porque o partido tinha organizado a manifestação: todas as precauções tomadas há um século e meio pelos magistrados e os juristas para racionalizar a vingança pública, o governo lhas abandonou, ele voltou à noção mais grosseira da responsabilidade; o pouco de cuidado que ele aplica em justificar seus atos preocupará mais ainda: ele sabia que a opinião seria cúmplice. Não, não é o intelectual ocidental que perdeu o gosto da República, é a sociedade inteira. Que o partido comunista afirme, há trinta anos, seu desprezo pela legalidade burguesa e que ele o faça impunemente: aí está o que prova a força das nossas instituições; encontrem aí, segundo seus gostos, a ocasião de admirar a grandeza da democracia ou de denunciar suas contradições. Que um Pinay jogue um pouco brutalmente com as instituições republicanas e corra o risco de perturbá-las, ainda não há grande mal: esse senhor não é ninguém; ele saiu da sombra, há algumas semanas; reparar-se-á no aparelho governamental quando ele estiver de volta a

<sup>13</sup> Infelizmente, a ilegalidade não saberia se *manter* sem que as decisões sejam tomadas na clandestinidade. E, de toda forma, no caso que nos ocupa, a ilegalidade não se apoiava sobre uma clandestinidade: ela era publicada, procurada, pelo contrário.

suas trevas. Mas que a França tenha surpreendido seu presidente do Conselho em flagrante delito de violação da lei e que ela não tenha tropeçado:

Aí está quem tende a provar que a República tem chumbo na asa. E quais argumentos se produziram para justificar essa prisão! Veja Robinet e Brisson: Duverger explicava bem tranquilamente, em *Le Monde*, que não havia, talvez, urgência em dissolver o PC. Sobre isso, esses dois senhores perderam a paciência e morderam: “Um complô? Que complô? É o PC inteiro que é um complô! Ele se vangloria há trinta anos! Que mais quer?” Mas, dirá, esses altos personagens devem praticar o antisovietismo de choque. Seja. Mas Duverger, como no-lo ensina em um novo artigo, recebeu um grande número de respostas que provam que a opinião geral dos calmos leitores do *Monde* é perfeitamente antidemocrática. “De que reclama? Não impeça o governo de fazer sua política: ele nos desembaraça de Duclos.” Ou bem: “É necessário que os chefes paguem como suas tropas.” Ou ainda: “Pinay teve razão, dado que os comunistas não se moveram.” Ou: “Nada de ilegalidade quando se tratam de fora-da-lei.” A bem da verdade, Duverger não cita as respostas *nesses* termos: fui eu que as redigi, dado que me foram dirigidas e que eu as reconheci de passagem em seu artigo. Severa advertência ao partido comunista: tudo isso prova que ele assustou a pequena burguesia e as classes médias. Pensa-se bem, com efeito, que os chefes da indústria quase não se incomodam com as liberdades democráticas: que quer que eles façam da liberdade de pensar? Eles não a gozam mais, quando a tem, que uma emplacadora de refinaria: eles pagam bobos para desfrutar em seu lugar; a liberdade que eles exigem, a única, é aquela de efetuar à vontade as batalhas da produção: ela se chama liberalismo. Para eles, a vantagem de Pinay sobre de Gaulle é que ele escamoteia as liberdades sem tocar no liberalismo, enquanto os gaullistas, a crer em Vallon, sonham em “substituir uma economia consciente por uma economia cega”. Entre a alta burguesia, que reclama o poder concreto de fazer, de adquirir, de se atribuir o lucro e o proletariado que reclama antes de tudo o direito de viver, a pequena burguesia, sozinha, defende, ordinariamente, as liberdades formais de nossas democracias: certamente, elas são negativas e limitativas, elas separam os homens bem mais que os unem; mas, precisamente por causa disso, elas protegem o *status quo* e permitem certa previsão, estabelecem um tipo de discriminação no seio de uma sociedade cada dia mais integrada. É a pequena burguesia que acelerou o devir do sufrágio universal, é ela que, em sua maioria, dará os quadros de oposição ao segundo império e o pessoal do Partido radical e radical-socialista, após 1880. Essa classe fez a República, violamos as instituições republicanas sob seus olhos e ela se cala. Ela tem tanto medo? Nós voltaremos a isso. Mas o que parece claro, em todo caso, é que o regime democrático, hoje em dia, é apenas uma fachada: todos os verdadeiros conflitos se desenrolam fora dele. Em seu último artigo, Duverger põe muito bem a questão: em termos de estatísticas. Quando o PC, nos diz ele, ganhou o quinto ou o quarto do corpo eleitoral, seus adversários podem ainda fazer a economia do fascismo: vai-se vivendo em república. Mas se ele ganha de 50 a 51% dos sufrágios: “Não é questão de manter a democracia, mas somente de optar entre os regimes que seguirão.” O PC, na França, recolhe em maioria os votos operários: a natureza do regime político depende então unicamente da importância que as organizações do proletariado podem tomar na vida da nação. Joga-se aqui um bridge em “zonas perigosas”: passado certo limite, é a reação e o fascismo. Mas se a “zona perigosa” é cruzada rapidamente, os partidos operários tomam o poder e formam uma “democracia popular”. Como se vê, a censura da ilegalidade não alcança o fundo da questão. Simplesmente, estamos no limiar da zona perigosa e essas escaramuças em torno da velha legalidade são ao mesmo tempo os primeiros anúncios de uma nova legalidade, que ela se funda sobre a soberania das massas, dos notáveis ou do Partido.

A realidade que se esconde sob essas indignações, é a luta de classes. Se a compreendeu, se deterá, talvez, em censurar ao partido comunista sua violência e a ilegalidade de suas ações: hoje em dia, toda violência, direta ou indiretamente, vem do proletariado que nos devolve o que nós lhe damos. Todos os direitos operários, mesmo aqueles que “consentimos livremente”, tiveram que ser arrancados por forte luta; no meio dos direitos limpinhos da jurisprudência burguesa, eles fazem figura de chegados, se os têm em quarentena e os puristas manipulam cuidadosamente o direito de greve, embora a Constituição de 1946 reconheça-o expressamente. Sobre o que querem fundá-lo?

Sobre a excelência da natureza humana? Então, seria supérfluo. Sobre a liberdade? Mas o grevista exerce um constrangimento. Sobre a igualdade então? Mas é, ao contrário, o reconhecimento implícito da desigualdade. “Por definição mesmo a greve tem por direito prejudicar, mais que um direito, é uma arma.” E dá o direito de certos homens a prejudicar a outros? “É o direito de legítima defesa aplicado a um grupo.” Um contrato é, então, uma agressão? Nossa sociedade não pode justificar a greve sem reconhecer antes e fortemente que ela é uma sociedade de opressão. “Há meio século, a regulamentação do direito de greve está na ordem dia à ocasião de cada vaga de conflitos sociais.” Claro! Reconheceu-se essa prática para melhor canalizá-la, limitá-la. Para terminar, um jurista confessa, suspirando, que “o fato da greve (é) um fenômeno do gênero das erupções vulcânicas... refratário por natureza a se mostrar na ordem das regras de direito”. Estranha função do operário: ele é fonte ilegal de legalidade. Em maio de 1936, Blum declarava: “Eu não considero as ocupações de usinas como alguma coisa de legal... Elas não estão conforme as regras e os princípios da lei civil francesa.” Na verdade, elas são um atentado ao direito de propriedade. Ao que Thorez respondia tão justamente: “Eles dizem: ilegalidade. Não! É uma nova legalidade que se forma.” Poder-se-ia, no entanto, lhe objetar que essa nova legalidade não é concebível em nenhum regime: ela contradiz o princípio fundamental da sociedade burguesa e, em sociedade socialista, não tem mais razão de existir. Irracional, aprovando, apressadamente, a *prática* operária, ela apenas tem sentido em nosso mundo intermediário e contraditório; é a imagem mesma do operário, negação dele mesmo e da sociedade, cuja função real é destruir a ordem que o esmaga destruindo sua própria condição de proletário. Mesmo quando não considera parar o trabalho, um trabalhador sabe que ele *pode* fazer greve e que essa ameaça permanente age sobre os salários como um elemento regulador. Ele é, ele mesmo, essa ameaça e sente sua violência: em uma sociedade fundada sobre a opressão, uma suprema injustiça quer que a violência seja, antes de tudo, o fato do oprimido. Como tudo seria mais claro se, contra os opressores, se pudesse apelar a sua própria justiça. Mas não: o opressor é calmo e forte, ele coloca sua força ao serviço da lei: se ele mata, é legalmente. Claro: as leis, é ele que as faz. E em seguida, como Engels bem mostrou, “a burguesia criou o proletariado, sem nenhuma intervenção cabalística da violência, por vias puramente econômicas”. E ele acrescenta: “Mesmo supondo que toda propriedade individual repousa em sua origem sobre um trabalho pessoal do possuidor e que, no curso ulterior das coisas, ele apenas trocou valores iguais contra valores iguais, chegamos, no entanto, necessariamente; pelo desenvolvimento progressivo da produção e da troca, ao modo atual de produção capitalista, à monopolização dos meios de produção e de subsistência entre as mãos de uma classe pouco numerosa; à redução da outra classe, formando a imensa maioria, ao estado de proletários sem propriedade.” Enfim, o operário se arrisca bastante a ser enganado. Ele é oprimido, ele faz sub-trabalho; e, no entanto, se ele retorna, pelo pensamento, sobre o encadeamento das causas, ele não encontra nem roubo, nem coação: tudo é feito em doçura. Melhor: ele até *aceitou* sua condição, ao menos durante algum tempo: “Tanto que um mundo de produção se encontra no ramo ascendente de sua evolução, ele é aclamado por esses mesmos que são prejudicados pelo modo de repartição correspondente. É a história dos operários ingleses no advento da grande indústria.” Quando vem a crise e o modo de repartição, de repente, parece injusto, *quem então* é responsável? O trabalhador, tão longe que ele remonta ao passado, se encontra *já engajado* em uma sociedade que tem seu código e sua jurisprudência, seu governo, sua noção do justo e do injusto e da qual, fato mais grave ainda, ele partilha espontaneamente a ideologia<sup>14</sup>. Se lhe impõe um destino, limites; se lhe inflige, sistematicamente, tarefas parcelares e semi-automáticas, cujo sentido e a lei lhe escapam, doenças profissionais. Pela fadiga e a miséria, obrigando-o a recomeçar mil vezes por dia o mesmo gesto, se o desencoraja de exercer suas qualidades humanas, se o encerra no mundo insípido da repetição; pouco a pouco ele se torna *coisa*. Mas quando ele busca os responsáveis, não há ninguém: tudo é justo, se lhe pagou o devido. Em 1930, muitos trabalhadores americanos recusavam-se a inscrever-se nas caixas de desemprego apressadamente improvisadas: eles tinham vergonha de folgar e se acreditavam culpados. O trabalhador europeu, mais esperto, vive na ambigüidade essa situação intolerável, ele a rejeita,

<sup>14</sup> O desenvolvimento espontâneo do movimento operário conduz rapidamente a subordiná-lo à ideologia burguesa.” (Lenine: “Que faire?”, Oeuvres, Édition de Moscou, 1948, I, p. 206.)

certamente, com todas suas forças, mas ele a aceita contra sua vontade, pois ele nasceu nela e na medida mesma em que busca, simplesmente, melhorá-la. A O.S. força o ritmo para recuperar os lucros do profissional, logo para compensar humilhantes desigualdades e para se sentir, mais, um homem; mas ele apenas chega aí, fazendo-se, mais, uma coisa. Ele preferirá, talvez, o trabalho à cadeia, ele rejeitará seu apoio às seções sindicais que tentariam limitar o ritmo ou regrá-lo. E enquanto ele se reencontra em seu trabalho, esgotado, subjugado por leis que vêm de fora, seu refúgio espontâneo, não formulado, mas constante de ser reduzido ao estado de autômato defronta-se com sua vontade de manter um modo de produção que lhe traz mais. Enfim, ele não sabe, antes de mais, se não é responsável por essa sociedade em que nasceu, que não tem instituições para lhe proteger, nem palavra para nomear o dano que lhe é feito. As outras classes suportam corajosamente sua miséria e lhe explicam que ela é necessária ao equilíbrio coletivo. Ele é o objeto da solicitude do estado que lhe verte um sobressalário, alocações; e, no entanto, ele não pode se persuadir que seja inteiramente solidário de uma comunidade que pronuncia, cada dia, em segredo, sentenças de morte por motivos econômicos e que deixará morrer duas crianças de pobre por apenas uma de rico<sup>15</sup>. Metade cúmplice, metade vítima, solidário e mártir, ele quer aquilo que não quer e recusa, de corpo inteiro, o que aceita com toda sua vontade viver; ele detesta esse monstro que a mecanização faz dele e, no entanto, sabe que não pode ser outro sem mudar o universo. A contradição não está apenas nele: se lhe impõe-na, a produção de massa exige que ele seja contraditório. Homem e autômato de uma vez: recorre-se a seus serviços cada vez que é mais difícil ou mais custoso construir uma máquina a controle automático; os progressos da cibernética torná-lo-ão inútil. Assim, lhe solicitam de juntar à balança do espírito certa vigilância difusa, de estar presente e ausente de uma vez. Homem *até certo ponto*: pois os industriais não se deterão em dizer-lhe que a instrução geral prejudica o rendimento da OS e, no entanto, seus olhos de homem não podem ainda ser substituídos por células fotoelétricas. Assim, a violência original não é a opressão: esta se confunde com efeito com a justiça e com a ordem; é a *opressão interiorizada*, a *opressão vivida* como conflito interior, como constrangimento exercido por uma metade de si mesmo sobre a outra metade. A primeira violência é o operário que a exerce contra si mesmo na medida em que ele *se faz* operário. A fome ou a angústia do desempregado não são ainda violências sofridas; elas lhe advêm quando ele as *chama para si* e ele se faz seu cúmplice para se obrigar a aceitar um trabalho pago abaixo da tarifa sindical. Um patrão tem necessidade de uma datilógrafa; é a crise: trinta pessoas se apresentam, igualmente capazes, com os mesmos diplomas. Ele as convoca todas juntas e lhes demanda simplesmente fazer-lhe conhecer a remuneração que elas desejam. Então, se instituem horríveis lances a contrapelo: o patrão apenas – em aparência – deixa jogar a lei da oferta e da demanda; mas cada datilógrafa, demandando o salário *menos elevado*, violenta às outras e a ela mesma, e contribui, na humilhação, para abaixar um pouco mais o nível de vida da classe operária. Contratar-se-á, para terminar, aquela que, aproveitando rendimentos bem ligeiros (uma pensão de viúva – ou bem é uma jovem rapariga que vive em sua família), demandará uma remuneração *inferior* ao mínimo vital, quer dizer, aquela que exercerá sobre si mesma e sobre todas a ação destrutiva que o patrão não faria tenção de exercer ele mesmo. Ser operário é *se forçar a sê-lo* tornando a condição operária mais e mais inviável para si mesmo e para todos. Finge-se acreditar que a violência nasce

<sup>15</sup> Mortalidade infantil em 1939:

Mortalidade por 1000 crianças nascidas vivas e não tendo 1 ano	
A) Alta burguesia, altos funcionários, Dirigentes .....	26,8%
B) Agricultores, empregados, funcionários Médios, pequenos comerciantes .....	34,4%
C) Artesãos, trabalhadores qualificados .....	44,4%
D) O.S .....	51,4%
E) Operários .....	60,1%

de repente, no momento do motim ou da greve: mas não; nos períodos de crise ela se *exterioriza*, eis tudo; a contradição se inverte: dócil, o operário recusava nele mesmo o humano; revoltado, ele recusa o inumano. Essa recusa é, ela mesma, um humanismo, ela contém a exigência de uma nova justiça. Mas, dado que a opressão não é um delito visível, dado que a ideologia da classe dominante define o justo e o injusto, dado que nada será obtido se não se quebra pela força uma ordem sagrada, a afirmação pelo operário de sua própria realidade de homem se descobre a seus próprios olhos como uma manifestação de violência. De resto, mal levantou o dedo, a sociedade mobiliza suas forças de polícia; muda-se a decoração em torno dele, *prepara-se* sua violência, age-se de modo que ele a incite ao extremo. Seu descontentamento *deve* se transformar em greve, sua greve em tumulto e o tumulto em assassinato. Quando cair na armadilha e quando interrogar-se com estupor como a reivindicação política de seus direitos de homem o provocou a golpear, a matar homens, a repressão começará. E o retorno à calma não será um apaziguamento, mas um retorno à violência original. A contradição primitiva reaparece, mas reforçada: o grevista provou a contra-violência da sociedade, ela age ainda nele e ele reage por dois sentimentos contrários, o medo e o ódio; ao mesmo tempo, ele se descobriu e sabe que a violência é a lei de sua ação. Contudo, a burguesia contempla com medo e desgosto essa brusca explosão que lhe reflete, em suma, a opressão que ela exerce; parece a essa classe muito política e muito civilizada que a violência *toma a sua fonte* no oprimido e que ela é devida a sua barbárie; por ela, o operário torna-se a insondável violência *feita objeto*. O operário não o ignora, ele sabe que dá medo aos burgueses e, por uma reação nova à “personalidade projetiva” que se lhe confere, ele afirma orgulhosamente essa violência da qual se lhe acusa. Essas observações tinham por meta mostrar a ambigüidade da condição operária: pois o proletariado é passível de um direito histórico que não existe ainda e não existirá talvez jamais; encarado do ponto de vista de uma sociedade futura que nascerá graças a seus esforços, sua violência é um humanismo positivo<sup>16</sup>; considerada em nossa sociedade atual, é parcialmente um direito (greve) e parcialmente um crime. De fato, humanismo e violência são os dois aspectos indissolúveis de seu esforço de ultrapassar a condição de oprimido.

Os ratos viscosos são naturalmente amáveis e a violência lhes horroriza: como se surpreender, dado que são burgueses. O chato é que eles têm uma inclinação marcada pela classe operária. Para saírem do embaraço, eles inventaram o mito da dor operária: a violência fez sua aparição no mundo com a III Internacional. Estranha perversão: pois enfim, a evidência é que a violência operária faz a substância mesma e a força do PC; ele a captou, ele se alimenta dela e se os chefes são compreendidos pelos trabalhadores é porque eles lhe falam sua linguagem. Certamente, com o partido, essa violência perde seu caráter de erupção *imediate*: ela é “mediatizada”, consciente, ela se determina por sua representação dela mesma; o PC é a vontade *manifesta*, hipostasiada. Não importa: quando haveria certa defasagem entre a manifestação da violência e a violência original de onde ela emana, entretanto, a classe operária se *reconhece* nas provas de força que o PC institui em seu nome.

Que eu quis provar? Que a demonstração do 28 de maio era hábil, eficaz, honrosa? Ponto. Mas tão simplesmente que ela retorna no âmbito das manifestações populares. “Que tivéssemos, diziam, dissolvido o partido comunista, teríamos colocado uma “verdadeira esquerda” em seu lugar, afável, cortês, pronta às distinções, às reservas sutis, que combateria o capitalismo fazendo justiça às pessoas, que, sem rejeitar a violência, apenas a usaria em último recurso e que, sabendo, ao mesmo tempo, atizar o generoso entusiasmo dos proletários, lhes protegeria, se necessário, contra seus excessos.” Admirável programa: só que, se lhes entregassem essa esquerda por um golpe de varinha mágica (porque não imagino como poderia tê-la de outra forma), reencontrarão alguns de seus

---

<sup>16</sup> Não um meio de atingir o humanismo. Nem mesmo uma condição necessária. Mas esse humanismo, ele mesmo, na medida em que ele se afirma contra a “Reificação”.

membros no grupo socialista da Assembleia ou na redação de *Franc-Tireur*, enquanto que os outros, nas ruas, manifestariam contra Ridgway.

“Sua argumentação, dirá, é bem bela. Apenas, é necessário que ela tenha um ponto fraco, dado que, no 28 de maio, a classe operária não se incomodou e que a manifestação de massa se fez sem as massas.” E ratos viscosos de rir. Bem, voltemos e vejamos.

## II. A GREVE DO 4 DE JUNHO

No 28 de maio e no 4 junho, o Partido Comunista organizou duas manifestações. Que ele esperava? Qual foi seu significado verdadeiro? Se for verdade que elas foram fracassos, que as fez fracassar? Que sentido deve-se dar a essa dupla derrota? Quais serão suas conseqüências? E, se fosse verificado que elas são nefastas para a classe operária, para a coletividade francesa inteira e para a paz, existem maneiras de remediá-las? É essa teia de perguntas que eu gostaria de tentar desembaraçar.

Do 28 de maio, o que o Partido Comunista poderia esperar? Quando a polícia está em bom número, que uma multidão pode manifestar senão sua *paixão*, em todos os sentidos da palavra? Dado que o poder proíbe manifestar, como se manifestaria sem tomar o poder? Isto se viu: grandes indignações lançaram os parisienses nas ruas, eles marchavam e, às vezes, tomavam posse de um imóvel na passagem; a Revolução de Fevereiro entrega o Governo às mãos de uma burguesia louca de medo. Hoje em dia, as precauções são tomadas para evitar os golpes de fortuna: a vida política tornou-se tão séria que um partido não pode mais se permitir deixar-se levar ao poder contra sua vontade. Em 1952, uma manifestação de ruas pode *a rigor* dar o sinal de uma insurreição – com a condição que se tivesse convindo previamente – mas não desencadeá-la ao imprevisto. Sempre a meio caminho entre o motim e a cerimônia, entre o martírio e o desafio, essas procissões interrompidas chamam a violência, mas é para sofrê-la; são condutas de fracasso, gestos que se querem ineficazes e cuja ineficácia *testemunha*; mostra-se às massas seus imensos poderes e sua provisória impotência: descansando-as do paciente trabalho da *organização*, essas festas explosivas fazem-lhes ver a necessidade: enfim, é o “teatro na rua” que desejava Artaud: o papel da população parisiense é representado aí ordinariamente pela população parisiense, ela mesma, que se encarrega de evocar a seus próprios olhos seu destino glorioso e, sobretudo, sua espontaneidade perdida: tudo é feito para que ela se dê a ilusão de ser ainda essa multidão muito antiga que rolou e arfou sobre nossos bulevares de uma ponta a outra do século passado; e está ela, com efeito, tão próxima que os manifestantes são convocados, enquadrados, conduzidos e que defesa lhes é feita de tocar as vitrines e de nada pegar passando, como se fosse a Bastilha.

É necessário que uma manifestação interdita termine em um fracasso: mas isso não quer dizer que ela deva começar por lá; ou os organizadores prevêem uma derrota pungente e de forma alguma simbólica: eles sabiam que as massas não se incomodariam. *Eles o sabiam*: há dois anos, dos diários aos periódicos, dos grandes órgãos de direita aos jornais da oposição operária, toda a imprensa assinala e comenta o “desânimo dos trabalhadores” e o *Politburo* seria o único a não ter percebido? Folheie antes a caderneta de Jacques Duclos: nada é dito claramente, certo; mas verá aparecer cem vezes a palavra “explicar”: *explicar* aos estivadores marseheses... *explicar* aos trabalhadores... não se *explicou* o bastante – sentirá crescer a inquietude e a vontade “de intensificar o combate” contra certas hesitações da opinião operária; observe como eles retornam sempre às mesmas preocupações, aos mesmos temas: essas pessoas estão perfeitamente conscientes de suas dificuldades. Nessas condições, dirá, porque escolher esse momento para convidar os parisienses a uma demonstração política? Eu respondo: porque foram *forçados* a isso. Quando um cortejo é anunciado de longa data, um comitê de festas faz mal em cancelá-lo, mesmo se o tempo se estraga. Ora, a manifestação contra Ridgway era anunciada há longos meses: bem exatamente, desde a

manifestação contra Eisenhower. Protestando contra esse general, o partido tinha tomado o engajamento tácito de protestar contra todos seus sucessores. Um partido de massas não pode se contentar em auscultar a opinião: é necessário que ele amplifique as tendências incertas, que ele as precise e que ele as faça aparecer à luz do dia; é necessário, enfim, que ele as reflita ao público: e qual melhor amplificador que as próprias massas elas? Ele as levará a dar-se a representação objetiva de suas vontades, a colocá-las completamente nos atos que as excedem e lhes arrastam mais longe ainda. Se a população parisiense é contra o Pacto Atlântico, é necessário que ela tome consciência dessa hostilidade: ora, uma ação violenta e arriscada pode unicamente fazê-la conhecê-la. Os parisienses não estão muito zelosos neste momento? Razão a mais para decidir a demonstração popular. Como toda relação *real*, a ligação de um partido às massas é ambígua: de uma parte ele se regula sobre elas, de outra parte ele as “organiza” e tenta sua “educação”; e como não se trata de transformá-las, mas de ajudá-las a tornarem-se o que são, ele é ao mesmo tempo sua simples *expressão* e seu *exemplo*. Quando ele se dirige a elas em seus manifestos, ele emprega às vezes o imperativo, às vezes o futuro, às vezes o indicativo presente para designar essa mesma realidade, o movimento que é fato e valor ao mesmo tempo: “Os trabalhadores franceses saberão se recordar... as massas laboriosas não se deixam enganar por essa manobra grosseira... Trabalhadores, exijam que se liberte”, etc. O que ele representa a seus olhos são suas aspirações, suas tendências, suas vontades, mas *levadas ao vermelho*, quer dizer, ao nível mais elevado de *eficácia*. Às vezes, elas o seguem e às vezes elas o provocam mesmo, mas pode ser também que elas fiquem atrás. Não importa: se ele está seguro de falar em seu nome, se ele julga que um acidente apenas lhes impede de segui-lo, ele vai adiante: ele age por elas em seu nome. As massas são ação e paixão de uma vez: elas terminarão por mudar o mundo, mas, por enquanto, o mundo lhes esmaga; seu empurrão pode ser, às vezes, irresistível, mas o frio, a fome, a repressão policial podem ter temporariamente suas razões: o partido é *ação pura*; ele deve avançar ou desaparecer; ele é a força dos operários que estão no limite das forças e a esperança daqueles que desesperam. Renunciar à manifestação do 28 de maio, seria “dar um passo atrás”: ele não poderia tomar em consideração a fadiga dos trabalhadores sem arriscar aumentá-la e incliná-los à resignação. Talvez compreendeu-se, no *Politburo*, a partir deste momento, que seria necessário mudar cedo de tática: mas, de toda forma, isso só poderia acontecer *após* a manifestação. As massas não conhecerão sua lassidão: elas testemunharão por pessoas interpostas; cobrir-se-á sua insuficiência pela violência dos tumultos, mostrar-se-lhes-á sua ação *tal qual ela deveria ter sido*. Encarregar-se-ão equipes especializadas de executar diante delas os gestos da violência, é sua violência própria que elas verão viva e destacada delas; de suas periferias e de seus subúrbios elas assistirão ao combate dos manifestantes contra os policiais, símbolo fácil da luta de classes.

Em suma, que ele queria, o Partido, quando enviava seus militantes ao assalto da praça da República? Tomar o poder? Seqüestrar Ridgway? Fazer cair o ministério? Nada disso: ele queria simplesmente marcar o golpe. O que ele arriscava? Se as coisas tivessem se passado ordinariamente, a imprensa burguesa teria comentado os eventos sem paixão e tudo teria, rapidamente, retornado à ordem.

Pinay não estava de acordo. Ele acreditava então em um complô? Pense! Ele seguia o exemplo desses grandes ministros que inquietaram a nação sem motivo para darem-se, impunes, a glória de tê-la acalmado. Para lançar o empréstimo, o governo recorre a um método clássico: desvia ao seu benefício a propaganda do concorrente. Veja como aviva o debate, como dá o tom às controvérsias, proibindo sem motivo a peça de Vailland. Esse clima de violência foi criado por misteriosos personagens que vieram bater sobre os atores com socos ingleses. Imediatamente cochichou-se que o ministro cedeu às pressões da embaixada americana: excelente publicidade; a futura clientela do empréstimo gosta de reencontrar o dedo de Deus nos detalhes: se os Estados Unidos, em tão pequenas circunstâncias dignou-se a defender-nos contra nossa tolerância culpada, que não farão nas grandes? A emoção tende a se aliviar quando a visita de Ridgway fornece o tema da segunda campanha publicitária. Começa-se por prender André Stil. A astúcia é que a prisão é manifestamente arbitrária: a gorda burguesia francesa detesta a república e desconfia do fascismo,

mas ela é doida pelo arbitrário, que lhe parece aristocrático e que lhe oferece, ao mesmo tempo, a imagem da anarquia, da qual ela goza e aquela da autoridade, que ela sonha para os outros; ela levanta a cabeça e se pergunta, pensativamente, se não pôs a mão sobre essa ave rara: um liberal com pulso de ferro. Vem o dia da manifestação; Baylot e o governo organizam o pânico: aquele se certifica de que as massas não se moverão; este, que ele está certo sobre a via de uma conspiração da qual convida-nos a medir a importância pelo número de policiais encarregados de reprimi-la. A meta dos conjurados? Como quer que se saiba, dado que a vigilância do ministério frustrou seus projetos. A fortuna sorri a Pinay. Tudo lhe serve, mesmo o sangue derramado. Os agentes, como se sabe, atiravam para o ar. Uma bala ricocheteou contra o céu e recai sobre a multidão: ela acertaria um francês? Não: o dedo de Deus desviou-a exatamente a tempo sobre um norte-argelino. Sabe a opinião que se tirou disso: havia *então* árabes nas fileiras dos separatistas! E que faziam lá? Que se empreguem regimentos africanos para matar os malgaxes, já não era sem tempo: é indígena contra indígena. Mas é necessário ser inimigo da França para misturar árabes a querelas entre franceses. Enfim, quando a noite caiu, as forças da ordem tinham ganhado a partida. Uma partida muito pequena, uma vitória muito pequena: apenas um cadáver e dois padres moídos de pancadas, isso jamais foi suficiente para lançar um empréstimo.

A manifestação terminou; as pessoas voltam para casa, irritadas, cansadas, vagamente desiludidas; nos bairros operários, já se conhecem as notícias: outro fracasso. Cala-se, esconde-se a amargura e a tristeza sob o mau humor. É o momento escolhido por Pinay para fazer prender um chefe comunista em plena rua. Conhecemos todos a piedosa lenda que a imprensa espalhou no dia seguinte: Duclos foi pego com a boca na botija; por um instante terrificados, os agentes entrevêm as conseqüências talvez incalculáveis de sua prisão; então, por civismo, por amor desinteressado à legalidade, se decidem a agarrá-lo. Aquilo podia colar, se tivesse havido leis a defender, mas justamente não as havia: havia um cidadão que voltava para casa de carro e que as circunstâncias tornavam *legalmente* intocável. Estranho amor pela lei que lhe faz sofrer os últimos ultrajes, sob o pretexto que ela vem a ser violada. Não compreende, nos sopram: era um caso de extrema urgência; e colocou-se a legalidade em férias porque a república estava em perigo. Um complô! Imagine como ele acredita no complô, Pinay! E Pleven, então! E a imprensa de direita! Coloque a eles a questão, pergunte de *qual* complô se trata, insista por provas ou, ao menos, indicações: responder-lhe-ão nobremente que o Partido Comunista é um complô *permanente* e que se deveria dissolvê-lo no dia seguinte ao Congresso de Tours. Não; a manobra fede ao nariz: ao inverso de Lyautey, o governo se serviu de sua força para poder mostrá-la. E a quem ele a mostrava? Claro: a sua futura clientela.

Se a olha sem partido tomado, a operação Pinay desconcerta: que seja um ato de violência e que deva, em definitivo, comprometer a causa que ele pretende salvar, ninguém o duvida: a burguesia faz levar toda sua propaganda sobre as liberdades formais; se ela as destrói pelas suas próprias mãos, que pretenderá ela defender? Mas se examinam-se em detalhe as circunstâncias da prisão, tudo se embaralha. Dir-se-á de um cenário escrito em colaboração por dois autores, do qual um seria muito maldoso e o outro idiota. Se o governo quisesse mostrar sua força, quem o impediria de libertar Duclos logo após o fracasso da greve? Era verdadeiramente necessário que toda a Europa entenda a crepitação das claques distribuídas pela magistratura assentada às faces ministeriais? Por que mentir sobre a hora da prisão? Sobre o posto de rádio? Porque essas patéticas sobre os pombos viajantes? E essa venerável frivolidade do complô – ela tem cem anos – porque então recorrer a ela? A imprensa liberal não parece ter sido sensível a estas contradições: na época ela ainda tomava Pinay por Percival. Mas se não partilha essa opinião, terá talvez o sentimento que a decisão dos ministros lhes foi soprada por algum Maquiavel, que eles o compreenderam mal, executado sem felicidade, e que eles encontraram-se para terminar diante conseqüências que excediam seus talentos. Para o Maquiavel, certamente, não garante sua existência: nessa operação hábil e aturdida, o estouvamento vem dos ministros e a habilidade vem de outro lugar; mas podem ser apenas as circunstâncias.

Pinay seguia sua idéia; e sua idéia era o empréstimo. A poucos dias de distância, um jornal teve esta palavra do coração: “A manifestação se acaba em um fracasso e o empréstimo se anuncia como um sucesso: de que lado estão os bons franceses?” Ai está o que é claro: os bons franceses subscrevem aos empréstimos e não arrastam nas ruas: não era da rua que Pinay esperava sua recompensa, mas da loja, dos bancos e da Assembleia. O que ele preparava com tanta insistência, não era a dissolução do PC, mas a deslocação do RPF; se ele tentava domar a oposição de esquerda, era para melhor amordaçar a de direita, e se ele guardava sob os ferrolhos seu atravancador cativo, era tão simplesmente para fazer cantarem os seus colegas: viu-se bem quando ele impôs a confiança à Assembléia congelada de terror: “Meu lugar é vosso, mas aquele que tomá-lo, será necessário que leve consigo meu prisioneiro.” Nesse dia, Duclos salvou o ministério.

Enfim, nos deram o golpe do perigo vermelho: um golpe que não data de ontem, mas que ainda se desfere. Pinay apenas não lhe deu sua forma clássica e mesmo, no dizer dos peritos, é uma heresia tê-lo tentado nessas circunstâncias: para que o truque tivesse êxito, julga-se indispensável, ordinariamente, que *não haja* perigo vermelho. Tome os americanos: que sentido inato de propaganda e que admirável conhecimento do coração não lhes foi necessário para levar à sua frustração esse método ligeiramente rude que lhes vinha da Europa! E acredita que eles poderiam ter feito esse maravilhoso instrumento de propaganda, o *anticomunismo*, se houvesse comunistas nos EUA? Se encontra militantes do PC cada dia, ou mesmo cada mês, como acreditar que eles comem as crianças? Mas se nunca os viu como provar que eles não as comem? E então, realiza-se uma economia de pessoal: se ninguém é “stalinista”, todo mundo é suspeito de sê-lo; o *homem médio* tem os dois papéis: denunciador com todos, denunciado quando só. Bem entendido, as vítimas não provarão jamais sua inocência, dado que a acusação não sabe o que lhe censura. Por ter aplicado o método sem discernimento, Pinay arriscava perceber, às suas custas, que há comunistas na França.

Bem, não: tudo se passou como se não os houvesse. Deve-se mesmo acreditar que um Maquiavel aconselha o governo? A explicação é plausível, mas não necessária. Essa operação, no curto prazo, foi oportuna em uma batalha que dura desde a Liberação e onde a burguesia francesa soube conquistar e guardar a iniciativa. O maquiavelismo está nas coisas: o que quer que faça Pinay, seu ato, levado, servido, cercado, alimentado por outras manobras menos visíveis e mais profundas deveria refletir uma inteligência emprestada; num certo momento das batalhas, se um dos adversários tem vantagem, tudo ele aproveita, o azar mesmo gira ao seu favor. Pinay prende atabalhoadamente Duclos no momento em que se torna oportuno prendê-lo. Há um sentido *objetivo* do “golpe de 28 de maio” que não apareceu, talvez, a nenhum dos que são seus autores, mas que se torna evidente após o golpe: ele se torna o símbolo de uma estratégia que tentarei definir no próximo capítulo.

Considerada sob esse ângulo de vista, a prisão de Duclos é ilegal, *pois era necessário que ela o fosse*. Legal, o partido guardava uma porta de saída: ele poderia protestar por sua imprensa, pelos meetings, contra a *intenção*, declarando, ao mesmo tempo, se inclinar frente à legalidade formal do ato. Pela retirada de Duclos, o ministro tapa todas as saídas: ele lança um desafio público aos comunistas, ele os ataca *sobre o fracasso* da manifestação e quando eles estão em plena retirada, ele os força a aceitar uma prova de força no momento e sobre o terreno que ele escolheu, com o mundo inteiro por testemunha. Protestar? Opor a constituição ao governo? Aquilo se podia fazer, aquilo é feito: Duclos apresentou uma queixa em deslealdade. Naturalmente, nossas resenhas ironizaram: “Se nossas leis são feitas contra vocês, porque protestam quando as desobedecemos? Vocês que as transgridem todos os dias, de qual direito gritam quando somos nós que lhe as torcemos? Vocês são por ou contra a República segundo vosso interesse do momento e vocês apenas reclamam de nossos códigos para nos atar por regramentos que não observam.” O argumento não vale nada e teremos ocasião de retornar sobre os relatórios do PC com a democracia. Mas quando não haveria outra meta, além da de destruí-la, restaria que foi a burguesia mesma que pôs a universalidade da lei contra os particularismos do Antigo Regime: porque os comunistas se privariam de acusar o adversário em nome de seus próprios princípios? Então, defende Maurras? De

forma alguma: Maurras era um burguês, que tirava todos seus recursos da sociedade burguesa; ele tinha a cultura e a facilidade que dão um verdadeiro conteúdo às liberdades formais; ele traía sua classe em benefício de uma pequena minoria de burgueses. Os comunistas falam em nome do proletariado que participa na vida econômica do país sem ter parte em sua vida social: se ocorre de o trabalhador tirar qualquer vantagem das leis burguesas, elas não são, entretanto, *suas* leis: pois elas favorecem aqueles que o exploram. No entanto, o partido não podia se contentar com uma ação legal: pois o governo, violando a lei, foi procurar as massas sobre seu próprio terreno, que é aquele da ilegalidade; fazendo uma afronta pública a seu partido, ele as desafiou: Seu chefe, aí está o que fiz com ele: e se isso não os agrada, dá na mesma.” É necessário, então, que as massas respondam *sobre esse terreno* ao desafio: no caso de Henri Martin, o Partido pode achar absurdo o motivo das perseguições e iníqua a sentença proferida; mas ele não contesta o direito de prender e de punir um soldado ou um marinheiro surpreendido na distribuição de folhetos: ele limitar-se-á, por conseguinte, a reclamar por sua imprensa, por meetings ou petições a revisão do processo; inversamente, se um governo de tendência fascista prende o representante de um partido burguês, esse partido pode recorrer à ação judiciária: pois ele querará provar que as leis democráticas são suficientes para nos proteger da ditadura. Mas, se faz-se violência a um partido de violência, a única resposta é a violência.

Em nossas sociedades, o governo e as assembleias tiram seu poder das instituições, ao menos tanto quanto da vontade do povo, antes de mais nada, pois são as instituições que definem o eleitor, em seguida, e sobretudo, porque o poder pode continuar legítimo quando ele não responde mais às vozes da maioria, na condição apenas de que ele seja garantido pela lei. Após as eleições municipais de 1947, um governo meio negado pelo país pôde guardar o poder, esperar o refluxo do movimento gaullista e fabricar uma lei eleitoral que assegurasse o retorno da mesma maioria à Assembleia futura.

O PC goza de uma autoridade que lembra aquela do governo; mas como ele não tem *instituições*, sua soberania lhe vem das massas mesmas. Diz-me que ele adere a Moscou? Que não há democracia no interior do movimento? É bem possível: não impede que se as massas recusassem, de repente, segui-lo, ele perderia tudo; por mais forte que ele seja, se assemelha a Anteu, que só tinha forças enquanto tocava a terra. Os cinco ou seis milhões de votos que o partido leva a cada quatro anos consagram sua importância eleitoral sem legitimar sua ação revolucionária: os eleitores não desaprovam nem as manifestações, nem as greves políticas, mas seu boletim de voto não permite saber se eles participam delas. É na rua que o PC mede seus poderes; é a amplitude das demonstrações de massa que *legitimam* sua autoridade. Aí está, então, face ao sistema abstrato e muito razoável da eleição, uma delegação de poderes pública, obscura, perigosa, contestável, mas que nos faz remontar até as fontes da soberania. Apenas, esses plebiscitos são como a criação divina de Descartes: válidos no instante, é necessário lhes renovar sem cessar; quando a França inteira tiver feito greve ontem, nada permite afirmar que ela recomeçará amanhã; não há *instituição* para estender e prolongar o resultado dessas consultas populares além do dia em que tiveram lugar: e isso se compreende, dado que, por sua violência mesma, a torrente dos manifestantes exprime um tipo de vontade *constituente* que revoga as leis em vigor. O burguês nunca se engana nisso: suas intrigas podem alterar os ministérios, mas são as massas que dão o *verdadeiro* poder; o que ele teme e detesta no “populacho” é a soberania selvagem. Mas, dado que a relação das multidões com seus chefes é constantemente variável, ele não hesita a dar a palavra aos comunistas e lhes obriga a se submeterem a plebiscito quando as circunstâncias lhe são desfavoráveis. Se o resultado lhes é contrário, se lhe publicará. Em vão, explicarão eles que se trata de uma fraqueza passageira: um partido eleitoral pode sobreviver a suas derrotas, mas um partido revolucionário não se distingue do élan revolucionário de suas fileiras. O ministro paga os comunistas na mesma moeda: eles chamavam a burguesia a seus próprios princípios; é em nome dos seus que se os obriga a mostrar suas cartas. A soberania selvagem do povo, isso faz Pinay rir docemente: ele sabe muito bem que não há a maioria do país atrás dele; mas até que uma lei eleitoral a defina, a maioria apenas tem o direito de se calar. Em contrapartida, ele sabe perfeitamente, também, que um

partido revolucionário não tem o direito de *ceder*: ele retira Duclos e espera; o desafio será certamente relevado. De fato, o *Politburo* viu a armadilha (e, se ele não a tivesse visto, as resistências e os atrasos da CGT deveriam aclará-lo), mas ele cairá nela instintivamente: vale mais deixar ao militante a lembrança de uma derrota que a de um roubo. A ordem de greve foi lançada, o governo está pronto: se as massas se movem, se lhes esmaga; mas crê-se saber que elas não se moverão. Para o 4 de junho, como para o 28 de maio, as previsões do escritório político e aquelas do ministério estão em concordância perfeita.

Enfim, não se esperava *nada*, não se produzia *nada* e, sobre esse nada, Pinay constrói sua glória. A jornada do 4 de junho é histórica naquilo que ela parece com todas as outras; nós lemos nos jornais do dia seguinte que as ruas apresentavam sua fisionomia habitual, que o metrô funcionava como sempre; esse foi um destes dias úteis que uma graça singular altera aos olhos dos amigos da ordem em festas barulhentas.

Eu estava no estrangeiro, minhas relações com os comunistas eram boas, mas não deliciosas: eles não diziam mais que eu colocava o homem em quatro patas, mas me acusavam ainda de ter espionado a Resistência por conta da burguesia fascista. Enfim, a manifestação do 28 de maio não me pareceu oportuna e eu temia novos tumultos, mortes inúteis. Razões suficientes para aprender o fracasso da greve com indiferença senão com alívio. Ora, a notícia produziu sobre mim o efeito contrário: o protesto da imprensa não chegava a cobrir o estranho silêncio da França e eu tinha tido o sentimento que me vinham anunciar uma pequena derrota do homem. Eu não sabia então que éramos bem numerosos a ver as coisas assim. Desde então, a imprensa burguesa escreveu que tínhamos medo. Por que não, após tudo? Vá pelo medo: é uma das raras palavras que nossos jornais podem compreender. Mas o medo *de que*? Do regime policial que se anuncia? Da empresa americana? Da caça às bruxas? Da guerra que ameaça? Aí estão assuntos de inquietação que julgo bem razoáveis. Mas eu não estou: temos medo, pois a classe operária negou o Partido Comunista. Se é apenas isso, parem de se preocupar; pois somos bem tranquilos: o Partido não desaparecerá tão cedo e não é verdade que a classe operária lhe tenha manifestado sua condenação: no 4 de junho, *ninguém* se manifestou e *não havia* classe operária; se você quer saber, aí está justamente o que nos fez medo; e eu escrevo esse artigo para tentar compreender porque a França se cala.

Parece que ela não se cala, que ela joga seu despeito na cara de Pinay; enfim, o “pretendido” fracasso da greve seria contestado pelo PC e teríamos tido medo por nada. Eu deveria me regozijar, mas apenas mudei de preocupação: no presente, é minha surdez que me aflige. Vejo Caillois que sorri: aí está onde se chega, quando se diverte em defender os comunistas fora de seus princípios. Sartre pensa agradar-lhes gemendo alto sobre uma derrota que eles não confirmam? – Não, não o penso. Quem, então, seria bastante louco para querer agradar aos militantes, comunistas ou não? E porque o fariam? Se eu fizesse esse esforço, o que isso me traria? O aperto de mão furtivo de um “crypto”? Um sorriso pálido sobre os lábios de um fraco? Não é suficiente para fazer meu coração bater. Não: um partido de massas se combate, entra-se nele ou se entende com seus representantes sobre objetivos comuns. Tanto melhor se é a ação que decide sentimentos: o individualismo burguês reduzia-os a humores, retornemos a amar ou a detestar o homem inteiro através de suas obras. É verdade: a finalidade desse artigo é declarar meu acordo com os comunistas sobre assuntos precisos e limitados, raciocinando a partir de *meus* princípios e não dos *seus*; ver-se-á por que. Ocorreu cem vezes, desde o Congresso de Tours, que homens ou grupos “de esquerda” proclamaram seu acordo de fato com o PC, sublinhando, ao mesmo tempo, suas divergências de princípio. E se seu concurso parecesse desejável ao partido, ele aceitaria essa aliança *apesar* das divergências. Parece-me, hoje, que a situação para ele, como para nós, mudou de tal maneira que ele deva desejar semelhantes alianças, em parte, *por causa* das divergências.

Quanto ao fato ele mesmo, pode-se dizer que o PC o contesta? Sim e não. Ele reconhece que a greve não foi bem sucedida, mas sua principal preocupação parece ser colocar a classe operária fora de causa e, para chegar aí, ele não hesita em assumir toda a responsabilidade. Precipitação, má transmissão de ordens, falta de coesão, excesso de tom: sabe-se tudo o que ele se

censura. A bem da verdade, é fazer um julgamento leve. O adversário dá aos eventos do 4 de junho uma explicação pela essência: é a natureza maligna do PC que deveria terminar por desgostar a classe operária: o PC reconhece os fatos, mas os explica pelo acidente: a classe operária manteve sua combatividade; simplesmente os *individuos* cometeram erros e não souberam convocá-la a tempo. Aí está o que dizia Duclos na última sessão do Comitê Central: “A classe operária foi o elemento determinante da vitória. Em sua imensa massa, ela esteve com nosso partido contra os conspiradores. Mas isso não quer dizer que essa tomada de posição se traduza sempre e por todo lado por greves, manifestações ou petições. O erro do governo e de seus agentes foi justamente crer que lá, onde não havia nem greve, nem manifestação, a classe operária era indiferente. Os trabalhadores compreenderam que o complô anticomunista, era o prelúdio de violentos ataques contra suas condições de existência, contra seus direitos adquiridos, contra as liberdades democráticas e contra a paz. E está fora de dúvida que a ação da classe operária seria chamada a executar desenvolvimentos bem sérios se o movimento popular não tivesse, com a liberação do 1º de julho, desferido um primeiro golpe severo contra os conspiradores<sup>17</sup> Sobre um ponto, eu sou de acordo com o PC: é que é impossível apresentar o silêncio das massas como um consentimento à repressão. “Seja, me respondem. Mas, pelas mesmas razões, também não pode fazê-lo passar por uma desaprovação.” Não estou tão certo disso: bem entendido, um sinal negativo é penosamente decifrável. Mas tem-se dificuldade em acreditar que uma violência exercida sobre o líder de um partido operário, em seguida a uma manifestação – fosse ela impopular – pudesse deixar as massas indiferentes. Os trabalhadores vivem sob a ameaça constante de três flagelos que se chamam alta dos preços, desemprego e repressão. Qual que seja o futuro, a longo prazo, com que eles sonham ou que eles preparam, seu futuro, a curto prazo, é sempre sombrio: eles conhecem a hostilidade das classes dirigentes, eles sabem que elas são lançadas em combinações cujas conseqüências são na maior parte nefastas ao proletariado, mas eles ignoram o detalhe das manobras e os efeitos os atingem freqüentemente, sem que eles tenham pressentido as causas. Nessa penumbra incerta onde tudo que eles *sofrem* vai de si mesmo ao pior, as mudanças bruscas são de mau augúrio. Lembrem-se desses anos cambiantes em que se adivinhava que a Alemanha preparava-se para a guerra, sem poder mensurar seu esforço de rearmamento, lembrem-se de nossa constante inquietação e o gosto sinistro dos dias: de tempos em tempos, Hitler fazia um gesto, pronunciava um discurso e sentíamos cada vez a guerra um pouco mais próxima. Certamente, comparação não é razão: mas quando eu quero, eu, burguês relativamente protegido contra as crises, compreender o clima das periferias operárias, essa atmosfera pesada, esse futuro barrado, é a este período de nossa história que recorro. Prendendo Duclos, os burgueses deram notícias ao proletariado e essas notícias eram más. A menos que se esqueça o ódio secular dos operários contra os policias, as dificuldades de sua vida cotidiana, a instabilidade de seus orçamentos e suas velhas feridas jamais cicatrizadas, como negar que eles viram na ação movida contra o partido o prenúncio de perseguições futuras.

No presente, é necessário assimilar essa pesada inquietação a um *movimento*? Essa mistura de apreensão e de ressentimento pode passar por uma *ação*? Não o creio. Após Duclos, o governo teria cometido o erro de subestimar a resistência das massas. Admito; mas se Pinay não conseguiu ver sua raiva, sobre o que, então, essa resistência vã e muda pode agir? E como tomar as liberações do 1º de julho como uma vitória popular? Se eu fosse um comunista, mais ainda que ao proletariado seria a Montesquieu que eu dedicaria minha gratidão: pois a ação repressiva do ministro tem sido condicionada há vários meses pelo princípio burguês da separação dos poderes; uma magistratura escrupulosa e orgulhosa de suas prerrogativas simplesmente recusou abandonar ao executivo a independência que faz sua razão de existir e a parte de soberania que ela detém. O movimento popular teria galvanizado os juizes? Mas onde se faz isso? E se não se exprimiu “nem por greves, nem por manifestações, nem por petições”, como esses magistrados burgueses teriam podido conhecê-lo? Na verdade, a França estava imóvel e muda e é no meio de um grande silêncio que a

---

<sup>17</sup> *La Nouvelle Critique*, nº 39, setembro-outubro de 1952, p. 38.

**Chambre de Mises** tomou sua decisão. E não é, em minha opinião, de ter subestimado a indignação popular que o governo é culpado; é de não ter previsto uma ordem tão previsível: a magistratura nunca obedeceu a ninguém, desde a terceira República<sup>18</sup>; porque se queria que ela aceitasse mestres, sobretudo quando esses mestres se chamam Baylot e Pinay.

Logo, é igualmente falso que as massas tenham feito pressão sobre os ministros e que elas tenham ficado indiferentes. O fato é que elas desaprovavam e que elas não marcaram sua desaprovação; é o que parece suspeito: porque seu tão real descontentamento não buscou se exprimir?

“Pois seu rancor era muito forte, pois elas condenavam a política comunista e porque se lhes oferecia a ocasião de mostrá-lo.” Por esta inversão inteligente, a imprensa burguesa converteu a ausência de reação em vontade de não reagir. Admitamos: mas *de que* se fala? Do 28 de maio ou do 4 de junho? Disseram-me que é tudo um só, que o segundo fracasso é a confirmação e o agravamento do primeiro; eu não estou de todo persuadido: a meus olhos, os dois dias diferem profundamente.

Com a manifestação do 28 de maio, para ser honesto, não me importo: sucedida ou fracassada, ela não sai da rotina e dos “negócios correntes”. E, sobretudo, ela tem um caráter *político*. Os dirigentes comunistas estudaram a situação internacional, avaliaram as forças presentes e julgaram que uma operação restrita contribuiria, em pequena parte, para modificar a relação entre essas forças. O que eles quiseram fazer lá, outros podem querer fazê-lo por sua própria conta: cada um pode apreciar politicamente uma ação política. E, se não posso acreditar – ver-se-á porque – que a *classe operária* havia se manifestado contra a manifestação, eu admito – porque não – que um bom número de operários se abstiveram de tomar parte nela com um tipo de animosidade que traduzia uma condenação: “Para que isso serve? Não se obterá nada como isso, etc.” Talvez, mesmo, se encontraram alguns para querer mostrar, por sua ausência, que eles condenavam essa política de prestígio. Para a maioria, é ainda mais simples: e os militantes sabem bem que as manifestações contra a guerra raramente fazem sucesso. O fracasso do dia vermelho, em junho de 1929, oferece muitas analogias – ao menos superficiais – com o de 28 de maio: mesmo apelo às massas: “Mostre que está determinado a impedir a cruzada anticomunista”; mesma ausência “bem remarcada” da classe operária; uma só diferença: foi Thorez que se prendeu. O partido conhece bem o problema: ele sabe bem que era necessário apoiar em cada caso as tomadas de posição política sobre as reivindicações econômicas, ele deseja poder analisar a situação local, determinar suas causas gerais e mostrar os nexos do interesse imediato com os interesses de classe. Mas veremos que isso nem sempre é fácil: chega um dia que um elo não aparece, ou que os dirigentes cometem erros: nesse caso, a ação política se apresenta apenas a descoberto, e ela não consegue sempre atirar as massas. E aquilo não vem certamente de que os operários julguem que a ação política não é de sua incumbência, nem de que eles se proibam de empregar suas armas ordinárias a denunciar o colonialismo ou o imperialismo: mas tão simplesmente de que o objetivo lhes é apresentado sob uma forma bem abstrata e remota. Eles lutam ardorosamente quando se lhes mostra, por exemplo, que, defendendo seus salários, eles comprometem a política de rearmamento e, por via de consequência indireta, o Pacto Atlântico. Porque eles defendem seus interesses particulares? Não: pois sua tomada sobre os eventos permanece direta, pois eles vêem os efeitos de pormenor da ação, pois toda sua “educação política” repousa sobre a idéia que os eventos mundiais se apresentam, na escala das nações e das cidades, sob o aspecto de mudanças locais e concretas, das quais uma ação local e concreta pode modificar o curso.

Mas, de qualquer forma, a greve de 4 de junho, ela, *não era* política. Ou devemos chamá-lo política, este furor que levantou os operários italianos quando eles souberam que um desconhecido havia atirado em Togliatti? Precedendo as ordens de greve, eles se atiraram nas fábricas, as ocuparam, trancaram os patrões: todo mundo estava de acordo, comunistas, não-comunistas, anti-

---

<sup>18</sup> Escrito em 52.

comunistas, foi um maremoto; por dois dias o Governo pensou perder o controle da situação. E quais foram – políticos ou não – os objetivos desta manifestação? Protestar? Contra quem? Contra um louco? Porque ninguém considerava – mesmo nesta época – o Governo ou os partidos de direita tolos o suficiente para mandar assassinar um líder comunista no momento em que o PC controlava um bom terço do país; quanto à “pressão” das massas, sobre o que poderia ela se exercer, senão sobre Deus o Pai? Porém, o evento teve um alcance imenso: em um ímpeto de paixão, a classe se afirmou *em ato* perante a nação, perante a Europa; *antes* do atentado parecia haver apenas uma poeira de agrupamentos que se atraíam ou se repousavam, se justapunham ou se interpenetravam, famílias, associações, empresas, paróquias, etc.; logo *depois*, as barreiras saltam e o proletariado se *mostra*. É isto e nada mais, é este sobressalto violento que os comunistas esperavam do operário francês; não se tratava mais de esperar objetivos mais ou menos longínquos por vias mais ou menos desviadas: a classe operária foi atacada em sua realidade mais cotidiana e em seus direitos elementares, aprisionavam-se debaixo de seu nariz os dirigentes que ela havia escolhido para si e o *Politburo* exigia dela – sem esperança, eu o disse – uma reação imediata e passional. Ninguém a exigia quebrar o vidro da Presidência do Conselho ou de botar fogo no Élysée: desejava-se que ela se mostrasse, simplesmente. Ela não se mostrou.

“Isto prova, responde o anticomunista, que ela quer sacudir o jugo do PC. Estas manifestações de massa, você diz, são de bárbaros danados e é na rua que o proletariado renova sua confiança em seus chefes. Conclui então: Quando as ruas estão desertas, os chefes são recusados.”

Não vamos assim tão rápido. Em 1951, as massas já davam sinais inegáveis de esgotamento, porém 5 milhões de eleitores votaram nos comunistas; depois de 4 junho, as eleições parciais não marcaram distância notável sobre as médias do ano anterior; no dia seguinte da greve perdida, FO trouxe de volta, na Renault, um sucesso que os jornais espetacularizaram. Este ganho indiscutível testemunha *ao menos* o mau humor operário. Mas o que raramente se sublinhou na direita e que me parece ainda mais significativo, é que a CGT, menos de quinze dias depois de seu fiasco, conservou 60% dos votos. Há então, nas fábricas Renault uma maioria de trabalhadores que nela depositam sua confiança enquanto evitam desobedecê-la; há no país 4 ou 5 milhões de eleitores que votam nos deputados comunistas sem levantar o dedo para defendê-los quando alguém viola sua imunidade parlamentar. É verdade: este tipo de soberania que nasce da ação, o PC o está perdendo; e estas observações parecem indicar, à primeira vista, uma crise de sua *autoridade revolucionária*. Mas ele é também um partido clássico e parlamentar; uma vez que ele controla, praticamente, a CGT, ele é também uma organização sindical: sob estes dois aspectos, ele mantém seu prestígio; 60 a 70% dos trabalhadores aceitam que ele defende seus interesses materiais; 25 a 30% dos eleitores aceitam que ele os representa na Assembléia. Depois disso, vocês vêm me dizer que a classe operária repudia Duclos: eu gostaria muito. Mas me parece claro que ela não pode o repudiar sem se repudiar ela mesma; vejam, eu admito tudo o que vocês quiserem: os operários estão cansados da tutela comunista, da burocracia do Partido, de sua obediência a Moscou; eles lhes fazem milhares de censuras e se indignam todo dia contra a CGT. E depois? Nós não os pedimos para dar uma doce prova de amor ao Politburo, mas para reagir a um desafio, a uma insulta e a uma ameaça. Ontem, ao parar Duclos, o Governo anula seus votos em um golpe de caneta; ao parar Le Léap, hoje, ele rasga suas cartas sindicais. Repudiar Duclos *em um momento desses*? E porque, enquanto eles estão lá, eles não agradecem o bom M. Pinay de os ter libertado de um tirano? Ou vocês creem sinceramente que um proletariado forjado por cento e cinquenta anos de luta, consciente sua tradição e de sua grandeza, vai vir vos declarar com um sorriso: “Eu não estou muito contente com os chefes que eu me dei, é por isto que eu não acho ruim que nós os paremos e, enquanto eu lhes reservo minha confiança em determinados pontos, eu não recuso que nós violemos um pouco a lei, se isto for necessário, para me livrar deles”? Que os comentários do *Figaro* considerem a classe operária uma virgem louca, isto é previsto. Mas vocês, vocês os marxistas “antistalinistas”, vocês que contam com sua clarividência para livrá-la de seus dirigentes atuais, como podem vocês admitir que ela haja tranquilamente aberto a porta à repressão policial? Vocês o

disseram e repetiram citando Marx, citando Lênin: a burguesia se impôs leis que a estrangulam, o interesse do proletariado é o de obrigá-la a respeitá-las. Devemos, diriam vocês, nos levantar contra todos os abusos do poder. Irão vocês acrescentar hoje: a não ser quando os stalinistas estão pagando? Eu sei: vocês podem tudo se permitir porque suas atitudes não tem efeito sobre as massas; vocês concluíram com os fatos um pacto de não-intervenção: eles passam sem incomodá-los, sem invalidar nem confirmar suas teorias; em contrapartida vocês se engajaram em jamais intervir para modificar seu curso. Mas julgaremos mais inquietantes as reações do FO e da CFTC. Que elas sejam reformistas ou revolucionárias, independentes ou controladas, as organizações sindicais tem isto em comum, que elas se desenvolveram no âmbito da democracia burguesa e que elas utilizam todas as armas que a legalidade lhes fornece. Se o Governo viola a lei ou se ele a muda, elas são todas esperadas: para que a classe operária tenha confiança em sua força, é necessário que ela a acompanhe no grande dia; as greves de 1936, por exemplo, se deram em um salão de espelhos. Imaginem um brusco retorno da clandestinidade; a ação dos partidários continuará possível, não a das massas: nós teríamos furado os olhos de Samson. Vocês dizem que nós ainda não estamos lá? Não, com certeza; mas não há muito tempo que nós saímos disto e nós temos todas as lembranças que deveriam nos tornar irritáveis sobre o capítulo das detenções arbitrárias. “Bem, sim! – me dizem. – Mas você fala disto à sua vontade: você foi insultado, difamado talvez, mas não perseguido. Um militante da FO é vítima de perseguições sistemáticas e ininterruptas: insultam-no, metem-no em quarentena, sabotam sua obra, de vez em quando o batem. Quando lhe falamos de comunistas, você acha que ele pensa no separatismo, nos campos, na burocracia, no titoísmo? Ora vamos! Ele pensa: ‘É, que eles me fazem babar, estes canalhas; mas espere um pouco que isto mude e sou eu quem eu lhes fará babar.’ Seria mesmo muito cômodo se o PC tivesse apenas que dizer “altas” para que todas as suas vítimas se precipitem ao seu socorro.”

É verdade: as divisões da classe operária devem tornar a via impossível a muitos trabalhadores; quanto aos ressentimentos, eles existem: é um fato. Mas o que esperávamos deles? Que passassem a borracha? Que reestabelecem a unidade sindical? Que dessem a mão ao PC? Absolutamente não: mas que participassem de uma greve de duração limitada e de porte simbólico para defender a classe operária e suas próprias organizações; seria-lhes fácil anunciar suas condições e de proclamar, por exemplo: “Nós não esquecemos nossos dissensos, mas nós os deixaremos de lado uma vez; se eles são profundos nós não permitiremos jamais que eles sobrecarreguem o ambiente da classe e nós repeliremos de uma vez por todas o amável concurso do Governo e do patronato sob qualquer forma a que ele se propõe: mesmo se sua intervenção parecesse primeiramente nos favorecer às custas de nosso adversário, nós sabemos que ela deve acabar nos prejudicando a todos; quem quer que exerça violência contra um representante – qualquer que seja – dos trabalhadores, é contra nós todos que ele age e a unidade do proletariado se reestabelecerá contra ele.”

Nada veio. A um movimento “espontâneo” e irresistível, os dirigentes da Força Operária se associariam sem dúvida para não perder o benefício. Mas, prevendo o fracasso da greve, eles desejariam que ela fosse para as massas uma experiência crucial e que ela lhes revelasse *no grande dia* seu desacordo com o Partido. Era este um bom cálculo? Ele veio, este fracasso, e quem então se beneficiou dele? Nossos burgueses e seus ministros.

Um “inspirado” de *Preuves* me acusa de causar muito constrangimento por pouca coisa: estes eventos são da história antiga e eu sou o único, na França, a me lembrar deles. Eu respondo que nós somos ao menos dois que nos ocupamos disto ainda: o que me trá-los sem cessar à memória é que M. Pinay prova a cada dia que ele não os esquece. Vitoriosa, a greve o pararia na hora: ele não seria mais ministro e Le Léap não estaria na prisão (eu não chego a dizer que aconteceria o contrário). Perdida, ela o ensinou “até onde ele poderia ir longe demais”. Por esta única razão, que é evidente, eu digo que a greve de 4 de junho não devia somente servir aos interesses comunistas mas aos do proletariado e da nação inteira. Ou consideram vocês que o *proletariado* tenha infligido uma censura a seus dirigentes comunistas? Quando, para melhor excluir o

concorrente, um sindicato operário se faz tacitamente o cúmplice do inimigo de classe, eu digo que o proletariado está de saída.

- Então, *quem* se recusou a fazer a greve? – Bem, *indivíduos*, em número muito grande; incluíamos se vocês quiserem a grande maioria dos trabalhadores. – E não é isto que nós chamamos o proletariado? – Não: não é isto. Olhem: depois da greve, a imprensa não comunista publicou testemunhos sobre o estado de espírito que provocou o seu fracasso; porque não nos reportá-lo? Eu os creio verídicos – parcialmente ao menos – primeiro porque eu pude controlar alguns deles; depois porque os fatos reportados mantêm-se mais ou menos idênticos ao longo do leque de opiniões; enfim e, sobretudo, porque eles vão manifestadamente contra os interesses daqueles que os citam e porque eles mostram o contrário que gostariam de provar. Nenhuma destas razões não convence por si mesma, se os tomamos todas juntas, eles não são sem força. Estes testemunhos impressionam sobretudo pelo que lhes falta. Se vocês procurarem lá recusas nítidas e politicamente motivadas, vocês ficarão desapontados; no bistrô, nos bairros pequeno-burgueses, o primeiro fanfarrão vindo se vale para o corpo eleitoral, para a nação; ele toma partido a favor ou contra o Pacto Atlântico, ele explica o que um governo “digno deste nome” deveria fazer na Tunísia: seus julgamentos têm força de lei, ele fala em nome de todos e exige que todos o dêem razão. No caso que nos diz respeito, você não encontrará nada que se pareça a essa segurança simpática do eleitor seguro de seus direitos: o operário limita-se a recusar sua participação *pessoal*; ele não traz julgamento e longe de querer, como Kant e os bêbados da quarta República, “erigir o máximo de seu ato em lei universal”, ele se esforça ao contrário de conservar-se um caráter particular; claro, se seus camaradas atacam-no, chamam-no de “amarelo”, enfim, se eles tentam *os primeiros* recolocá-lo nas circunstâncias históricas, ele se defenderá no terreno que eles escolheram, ele tentará provar-lhes que ele tem razão politicamente e que eles devem agir como ele fez. Mas, ao contrário, se seu entorno hesita e se ele sente que sua decisão pode provocar um movimento geral de abstenções, ele fica com medo e mostra que outras atitudes são possíveis, que a sua só envolve ele mesmo: é sobre o aspecto *singular* de seu caso que ele insiste, sobretudo. No fundo, ele recusa? Ele diria mais, ao que parece, que ele *não pode* obedecer: “Você (que não tem minhas despesas familiares ou está certo de ter o seu lugar, etc.), você é livre para fazer o que quiser; eu, não é a mesma coisa...” Decidir não fazer greve? Não poder decidir fazer greve? Entre os dois, ele balança. Ele não sabe mais se ele quer que seu exemplo seja seguido em toda a França ou que sua falta passe despercebida; ele teme igualmente uma manifestação que faria sem ele e uma abstenção massiva que poderia ter consequências graves. Sim, o que domina é o sentimento de impotência. Normalmente as ordens sindicais se impõem como deveres e os delegados se esforçam em persuadi-lo que as ordens são executáveis: Você deve então você pode. Hoje, ele lhes responde: Eu não devo porque eu não posso mais. “Você sabe que nós não chegaremos a nada, que nós perderemos nosso salário por nada.” Ou bem: “Força Operária não se move: nós estaremos sozinhos.” Ou bem: “Vai procurar histórias por um mês de férias remuneradas? Isto não é esperto.” Ou ainda: “Eu não posso porque eu tenho três garotos e minha mulher acabou de ter um acidente”, etc. Qual destes argumentos toca nos interesses de classe? Através de tantas respostas desoladoras percebemos um retorno deste fatalismo que não cessa de ameaçar os oprimidos, que as classes dominantes buscam desenvolver sem cessar e que os revolucionários não cessaram de combater. Este desencorajamento nasce da solidão e ao mesmo tempo a cria: é quebrando o ciclo que a classe operária se afirmou e o otimismo um pouco forçado dos militantes comunistas traduz sua vontade de salvar o cimento do proletariado, a esperança. Estes que dizem que não marcharão porque a FO recusa marchar, como poderiam eles declarar mais firmemente que a classe operária está em pedaços? E, no entanto, as organizações não comunistas agrupam no máximo um quinto dos trabalhadores sindicalizados. No seio de um organismo único, o que são 20% de opositores? Quase nada: as cabeças ruins, o resíduo. A maioria passa por cima e se declara unanimidade. Que estes “resíduos” se organizem entre eles, tudo muda; esta orgulhosa unanimidade que se considerava classe operária não é mais do que um sindicato majoritário; na véspera ainda ela se julgava infalível; e suas decisões eram as únicas possíveis; a cada instante o proletariado só era o que ele podia e devia ser; “seu objetivo e sua ação histórica o (eram) traçadas irrevogavelmente e visivelmente nas próprias circunstâncias de sua vida”; cada uma de suas ações o

exprimiam inteiramente. Agora as decisões da CGT são *acidentes*: Não está provado que outras são possíveis e, às vezes, melhores? Esta greve, não é mais o proletariado que a ordena pela boca de seus chefes: é uma *certa maneira* de responder ao desafio do ministro. Em uma palavra, a resolução dos dirigentes envolve apenas eles; eles podem ser *bons* chefes, mas isto mesmo significa que eles poderiam ser *maus*: sem que seja sua culpa e sem que eles tenham mudado, as massas terão tendência a considerá-los como monarcas esclarecidos que pensam por elas. Entendamos bem que não coloco em questão, por agora, “o autoritarismo” e o “burocratismo” que censuramos no PC: eu lembro apenas os efeitos de uma cisão sindical, *seja ela qual for*; as dissensões operárias tendem a provocar uma certa demissão das massas que, em lugar de se afirmar em uma reação unânime, são levadas a escolher entre vários políticos probabilistas. Engajados em uma ação que seus camaradas desaprovem, os cegetistas têm o sentimento de combater em aberto; não é mais somente a questão da operação que é incerta; é a operação ela mesma: empobrecida, conjectural, limitada, ele reflete as *opiniões* de certos especialistas; e se há especialistas do “interesse geral”, como se espantar que o operário se incline a se ocupar primeiramente de seu “interesse particular”.

Porque enfim cremos nós que os grevistas de 1920, de 1936, de 1947 eram todos solteiros e sem filhos, milagrosamente assegurados contra o desemprego e providos de uma caderneta de poupança? Ou, inversamente, cremos que o operário de hoje tenha perdido até a memória dos interesses da classe operária? A exploração capitalista parece-lhe mais justa e mais humana? Aceita ele de melhor coração o colonialismo, as guerras imperialistas e a repressão policial? Irá ele sacrificar seus chefes para se aproximar de seu patrão? Façam a experiência: abordem um destes que se recusou de fazer greve, fale-lhe com um ar aberto, com desapego e coloque suavemente em suas propostas algumas flechas envenenadas contra a política comunista: quem sabe, ele pode ser da sua opinião; não impede que ele rompa a conversa sem cerimônias, tendo adivinhado o inimigo de classe sob os sorrisos. Enfim, hoje como antes de ontem, os operários têm as mesmas preocupações, os mesmos objetivos, as mesmas fidelidades. Porém tal arriscava à morte em 1942 quem, dez anos depois, não arrisca nem mesmo seu salário de uma só manhã. O que mudou? Os motivos? As inconstâncias? Não: sua relação, o sistema de avaliação. E o que provoca estas mudanças senão o curso do mundo, ou seja, a história de cada dia? O todo histórico decide a cada momento nossos poderes, ele prescreve seus limites a nosso campo de ação e a nosso porvir *real*; ele condiciona nossa atitude perante o possível e o impossível, o real e o imaginário, o ser e o dever-ser, o tempo e o espaço; a partir de lá, nós decidimos em nossa vez nossas relações com os outros, ou seja, o sentido de nossa vida e o valor de nossa morte: é neste âmbito que aparece enfim nosso *Eu*, ou seja, uma relação prática e variável entre aqui e lá, agora e sempre, antigamente e amanhã, isto aqui e o universo, uma decisão sem fim revogável sobre a importância relativa do que chamamos impropriamente “o interesse particular” e “o interesse geral”. Para pegar os casos extremos, dependendo se uma coletividade sofre o curso do mundo ou contribua a fazê-lo, seus membros se refugiam no presente ou dispõem de um futuro que se estende para bem além de sua morte, se aferram ao pouco que possuem ou arriscam tudo por uma causa da qual eles não verão o triunfo, regulam seus empreendimentos sobre suas necessidades ou decidem suas necessidades em função do empreendimento. É a história que mostra a uns as questões e que pisoteia os outros em frente a portas fechadas. Hoje, não mais que em 1850, o operário não possui seus instrumentos de trabalho: então a natureza profunda de suas reivindicações não muda. Mas a organização da sociedade capitalista não parou de evoluir nem a situação do operário de se modificar: veremos, de acordo com as épocas, que ele “cola” mais ou menos em sua ação política ou que ele se resume mais ou menos em sua vida profissional; suas ligações com as organizações de classe se acirram ou se afrouxam, os grandes objetivos que nós o propomos – reformas ou revolução, pouco importa – o parecem reais, às vezes mesmo ao seu alcance ou longes e às vezes imaginários. Se ele perde a esperança, nenhum discurso pode lhe dá-la: mas que a ação a toma, ele crerá: a ação é, por ela mesma, uma confiança. E porque a toma ela? Porque ela é possível: ele não *decide* agir, ele age, ele é ação, sujeito da história; ele vê o objetivo final, ele o toca: realizar-se-á em sua vida a sociedade sem classes. A realidade imediata é o Porvir; considerados do fundo do porvir, os interesses privados são sombras

abstratas; a morte mesma não dá medo: é um certo evento muito pessoal que deve lhe acontecer no meio deste porvir que ele possui em comum com todos.

Várias vezes a ação é terminada por um desastre: então os trabalhadores, que eram o sujeito coletivo da história, retornam a serem individualmente seus objetos. O operário muda de pele, ele vê o mundo com outros olhos: as evidências da véspera se apagam; outras se iluminam, próximas, cotidianas, desagradáveis: porque lutar visto que não mudaremos nada? Que esperem ganhar, que não tenham mais nada perder: lutarão. Mas se ainda há alguma coisa a perder – seja um miserável salário – e se abandonam toda a esperança de ganhar, se calam. Aqueles que arriscavam suas vidas sem mesmo pensar nisto, hoje temem a fome, eles dizem: “Não queremos morrer de fome.” Quanto Koestler, já rejeitado pelo infinito, não tinha ainda escolhido ser um nada, ele nos contava a história deste pastor espanhol que lutou *para aprender a ler*: arriscar sua pele para se instruir, eis o que é perfeitamente razoável; desde que, porém, tenhamos uma chance de ganhar. Quando tudo está perdido, quando os vencedores decidiram desenvolver o analfabetismo e fundar seu poder sobre a ignorância, a fome se faz sua cúmplice: enquanto há uma possibilidade, comemos se podemos, comemos pra lutar; para lutar, aceitamos não comer; quando tudo está acabado, comemos para viver e vivemos para comer. Mas as necessidades podem desencadear uma vontade de união, a fome não é sempre nem mesmo frequentemente a auxiliar dos poderes: para que ela os sirva, é necessário outra volta do parafuso; reduzi-la-ão aos simples apertos no estômago se fecharem cuidadosamente o porvir: o porvir nasce da ação e se retorna a ela para dar-lhe um sentido; reduzido ao presente imediato o operário não compreende mais sua história: ele a faz. Ele a olha no presente como se ele tivesse sempre sofrido e não vê nela mais do que apenas um motim, sempre recomeçado, sempre derrotado. Se unir? A quem? Ele está dedicado, desde a derrota, a esta estranha solidão cíclica que cada um recusa e que cada um sofre como o contragolpe da solidão dos outros: “Eu, eu andarei bem, mas os outros não andarão.” Reduzido ao seu corpo usado, à sua morna consciência cotidiana de seu esgotamento, a morte o parece tão absurda que sua vida tem menos sentido, ela o inspira um horror tão mais forte que ele está mais cansado de viver: os patrões não tem mais nada a temer – nem revolta nem crise de mão de obra – quando o operário não tem mais outra razão de viver do que o medo de morrer. Se ele quer se desviar dele mesmo e olhar em volta, o esperam, tudo está preparado para lhe refletir sua impotência: ele percorre, no meio de uma multidão vigiada, avenidas medidas contra os motins, a paisagem manipulada de fábricas e de subúrbios deve oferecê-lo a imagem de uma ordem rigorosa e inumana; dispuseram entorno dele a decoração opaca da resignação. O bom senso, o cálculo razoável das possibilidades, tudo o sussurra para deixar pra lá, de abandonar a luta contra os inimigos que tem as armas, as tropas, o dinheiro, as máquinas e a ciência. Sua sorte não se tornou mais justa e seus mestres não são melhores: eles são mais fortes, eis tudo. Sua derrota não o prova errado: ela prova simplesmente que o mundo é mau. Com certeza *houve* outras esperanças, uma outra verdade: de repente vimos as notas de dinheiro se transformarem em folhas mortas e as tropas se recusarem a atirar na multidão; mas estas verdades só eram vivas e concretas na luta: era a ação que os descobria; quando a ação se torna impossível, restam apenas lembranças abstratas. Há uma evidência especial para os vencidos: é a de que o homem é um erro.

De toda *evidência*, o fracasso de junho se explica pelo desânimo: quiseram nos periódicos nos mostrar o proletariado preparado contra seus chefes e nos tínhamos, ao contrário, o sentimento de assistir a seu colapso interno. Recusando-se a avaliar o significado político da greve, o operário se colocou voluntariamente *abaixo* dos interesses de sua classe; ele redobrou seu isolamento através dos motivos que ele invocava para se justificar; ele rompeu os vínculos coletivos, ele perdeu o contato com seus chefes: se a greve não aconteceu, não é por ter sido condenado por um arrebato unânime, mas por haver suscitado milhões de repugnâncias que quiseram se manter individuais. Os fins coletivos, os valores, os ideais, não tocamos neles: mas eles se afastam, eles se põem fora de alcance. Recusam a luta porque estão certos da derrota: o operário perdeu confiança nos poderes da classe operária; parece-lhe que ela perde o controle sobre os eventos e que a história se faz sem ela. A guerra? São contra, é lógico: “Mas se os americanos querem fazê-la, não é o

operário francês que poderá impedi-los.” A ação política? Com certeza, seria justo que o operário pudesse fazer valer sua opinião: “Mas, depois de cinco anos, o que conseguimos? Contra a guerra da Indochina, contra o Pacto Atlântico, contra o rearmamento da Alemanha, nós nos manifestamos cem vezes: e em que isto resultou? Nossas reivindicações econômicas, mesmo elas, nós não conseguimos fazê-las trazer resultados: os preços sobem e, a despeito de nossos esforços, os salários não os alcançam nunca.” A Revolução? Michel Collinet pretende que as novas gerações ignorem o sentido da palavra. É pouco crível – e sobretudo por seus leitores, uma vez que ela insiste fortemente, por outro lado, na amplitude da propaganda comunista. O que parece mais verdadeiro é que a atitude dos operários franceses mudou profundamente no curso deste meio século. Antes da Primeira Guerra Mundial, muitos trabalhadores acreditavam chegar ao objetivo: eles *veriam* a “greve geral”; a guerra e a política dos dirigentes socialistas desconcertaram as massas, mas as jornadas de Outubro os dava confiança: a III Internacional se constituiu num clima de apocalipse: a Revolução começaria na Alemanha e se estenderia a toda a Europa. Ao operário de 1952 diz-se e repete-se, com uma insistência quase suspeita, que ele verá o advento do socialismo: “não são apenas nossos filhos que usufruirão do socialismo, mas nós mesmos<sup>19</sup>.” Mas justamente, ele não acredita mais nisso: ele sabe que a ditadura do proletariado não é para amanhã. Será que ele passou ao reformismo? Absolutamente não. As ferramentas envelhecem e o patronato continua malthusiano, nossa indústria está a reboque, o rearmamento e as guerras coloniais arruinam a economia nacional<sup>20</sup>; bastaria um estalido para derrubar em pedaços a máquina cem vezes consertada: nestas condições – e quando se trata apenas de melhorar a situação *no imediato* – como poderá o operário se fiar a uma ação lenta, medida, progressiva, compromissada? Da política estrangeira às concepções econômicas se ele quer realizar a mínima reforma, lhe será necessário tudo transtornar: porque tudo se mantém neste pacote mal atado. Ele sabe disto, ele o aprende todo dia: chamarão revolucionária esta convicção – mesma obscura – que se deve ir do todo às partes e das mudanças de estrutura às reformas de detalhe? Talvez não: ela exalta na ação, mas desencoraja nos colapsos; em todo caso, é um radicalismo. A isto se associam para o proletariado francês motivos de rancor muito particulares: uma vez em sua história, uma única vez, ele confiou em seus patrões e estes, naturalmente, o enganaram. Foi o momento em que eles tentaram aclimatar na França a “segunda revolução industrial”: eles desarmaram a resistência sindical prometendo empregar as novas técnicas para aumentar a produção; os OS aceitaram um cansaço suplementar na esperança de elevar seu nível de vida. Quem sabe? Se a promessa tivesse sido mantida, teríamos visto nascer e prosperar um neo-reformismo. Perseguição na fábrica e bem-estar em casa: este regime de ducha escocesa é, nos EUA, o melhor auxiliar dos empregados. O patronato francês preferiu diminuir suas despesas e manter seus preços: para fazer reinar a ordem, ele se fiava aos bons velhos métodos, ou seja, aos tiros de fuzil. Ele carrega hoje com uma insolência mal-humorada, como um estúpido seu chapéu de burro, como um corno seu par de chifres, o título de “patronato mais atrasado do mundo” que o foi designado pelos americanos. Quanto ao operário, seu trabalho é tão duro quanto aquele de seu camarada americano, mas seu salário real é inferior àquele de 1938, pouco superior àquele de 1920. Situação ambígua, ele se esgota na tarefa, mas ele vê a opressão. Não se trata mais para ele somente da mais-valia, do sobretrabalho, etc., noções difíceis que nem sempre lhe dizem algo: mas as condições de trabalho que o infligem, ele sabe que em outras sociedades capitalistas, na Escandinávia, no EUA, elas correspondem a um poder de compra superior ao seu: ele é duas vezes roubado. É por isto que é melhor não falar-lhe da colaboração das classes, de seu acordo, da solidariedade do Capital e do Trabalho. Ele exprimia muito certamente a opinião de seus eleitores operários, Duclos, quando ele dizia de tal união que ela seria “aquela de traidores e de traídos”. Além disto, esta “racionalização” tem por efeito, aumentando o número de não-profissionais e liquidando dela as últimas estruturas internas do proletariado<sup>21</sup>, apertar as massas, subtraí-las da influência da “elite” operária e fazer dela uma substância relativamente amorfa e perfeitamente homogênea. É uma maneira muito certa de empurrá-las ao radicalismo: elas não são mais governadas por uma

<sup>19</sup> Discurso de Lecœur sobre o XIX Congresso do DC da União Soviética, 29 de outubro de 1952.

<sup>20</sup> Escrito em 1952.

<sup>21</sup> Por exemplo, estas miríades de sistemas solares: manobras gravitando em torno de um operário qualificado.

“aristocracia” relativamente moderada, daqui em diante elas fazem valer seu próprio ponto de vista, ou seja, as exigências e as reivindicações do *mais desfavorecido*, estas que são as menos compatíveis com a manutenção de nosso regime social.

Por todas estas razões – por outras também – o operário francês conserva uma intransigência bem excepcional. Pode ser que ele não saiba o que é a Revolução: mas como nomearão vocês esta violência irreconciliável, este desprezo pelo oportunismo, esta tradição jacobina, este catastrofismo que põe sua esperança em uma perturbação mais do que em progressos indefinidos? Para mim, eu vejo aí as principais características de uma *atitude* revolucionária.

Mas, justamente: o que é uma atitude? Uma ação esboçada e retida. Se ela não exprime pelos atos, se ela não integra uma *práxis* coletiva, se ela não se inscreve nas coisas, o que resta dela? Nada: uma disposição negativa. Hoje, o porvir está bloqueado por um muro ensanguentado; o operário se mantém fiel a suas crenças e a suas tradições: mas é um revolucionário sem Revolução. Ele não pretende que esta não deva nunca acontecer nem que ela seja um mito, como, para Sorel, a “greve geral”; ele não a toma tampouco como um *valor* ou uma *virtude*. Mas ele não consegue ver nela o desfecho necessário da “pré-história”, ainda menos a *realidade* do proletariado: a seus olhos, é um evento em parte acidental que deve chegar numa data incerta, mas posterior a sua morte; outros a farão que recomeçarão do zero: o operário de 1952 não tem mais nem o sentimento de preparar o caminho pra eles; há de tempos em tempos, curtos-circuitos na história; tudo para e nada do que fizeram tem consequências até que reestabeleçam a corrente: foi necessário nascer durante um colapso. Se o ocorre ainda de se dizer olhando as crianças: “Eles a verão – não eu”, é sobretudo uma maneira de pensar em sua morte – como o lojista que sonha: “Nós não iremos à lua, mas nossas crianças irão.” Nos grandes momentos da história operária, a Revolução não foi nem um evento futuro nem um objeto de fé, foi o movimento do proletariado, a *prática* cotidiana de todos e de cada um; não a conclusão apocalíptica de uma aventura, mas o simples poder de fazer a história; não *um* momento futuro mas, para estes homens exilados em um presente inviável, a brusca descoberta de um porvir; a Revolução, era uma tarefa, a “tarefa infinita” do proletariado, era a justificativa de existências individuais e a dimensão universal de cada conduta particular, enfim, uma ligação constante do indivíduo com a classe e do singular com o geral. Cada episódio da luta tinha uma dupla significação, tática e estratégica, e referia-se a um duplo sistema de referências: através do objetivo imediato percebia-se o objetivo longínquo. Para o operário de hoje, é a ligação entre estas duas significações que se rompeu: ele pode ainda defender seus interesses, exigir, obter um aumento de salário, mas ele não estabelece nenhuma relação entre esta pequena vida cotidiana e o destino do proletariado, ele não apreende o “escopo revolucionário” de suas reivindicações: bem ao contrário, parece-lhe que ele perdeu a iniciativa e que ele se defende, centímetro por centímetro, contra a reação; inversamente, que ele obedeça ou não às ordens *políticas*, que ele faça ou não a greve contra a guerra do Vietnam ou contra o Pacto Atlântico, estas manifestações têm a seus olhos uma espécie de irrealidade. A paz na Indochina servira aos interesses do proletariado, isto é certo; pode ser mesmo que entre a paz mundial e o advento do socialismo ele perceba uma ligação. Mas suas ações lhe parecem manchadas de ineficácia: ele perdeu seu controle sobre a história e não pode mudar seu curso.

Pag. 194.

Dentre os motivos que ele invocava antes da greve de 4 de junho, para justificar sua recusa de tomar parte dela, eu disse que não houve gerais. Isto não é bem verdade. É relatado, de tempos em tempos, uma declaração que pode passar por uma apreciação geral da situação: o operário reconhece que já está farto disso. Mas do que? Do Partido Comunista? Da CGT? De Moscou? Não: da política. E não é a política *do* PC que o desagrada, mas toda espécie de política. Ouvimos hoje operários que dizem: “A política, cansamos disso”, ou ainda mulheres que dizem a seus maridos: “Você fará melhor se não se ocupar de política: pra que serve isso?” Pra que serve isto, *já que não*

*mudaremos nada?* Não é nem mesmo a *atividade política em geral* que culpamos: em outros países ou em outros tempos ou para outros homens ele é talvez conveniente; aos operários franceses de 1952, ela é proibida: “A política não é feita para os pequenos.” No momento, vocês só encontrarão estas reflexões na boca de mulheres - e de alguns homens. Não importa: é um sinal. Primeiro porque a greve de junho, mais do que uma manobra, devia ser uma manifestação de solidariedade: a classe operária devia se reunir em torno de seus chefes ameaçados: o dia em que os operários batizarão de “política” tudo o que transbordar do âmbito de seu interesse imediato, será o fim do proletariado. Nos momentos onde a classe operária tem consciência de sua força, não lhe vem à ideia prescrever limite à sua ação; bem ao contrário, a palavra de ordem mais estrita se radicaliza dela mesma e a ação local refaz o movimento de conjunto. Mas quando se confinam a defender os salários de todo dia, deixam a iniciativa ao patronato, se mantêm na defensiva, renunciam a ganhar para não arriscar perder e, por culpa de não agir às vezes sobre todos os fatores da vida social, nós impedimos talvez a baixa dos salários nominais, mas não a alta dos preços. Eis porque o verdadeiro, o único limite que o operário reconhece em seus atos é este de sua eficácia: se ele se fecha hoje em seu interesse pessoal, é porque o impedimos de sair dele, e se ele não *quer mais* “fazer” política, não é por obedecer a uma concepção teórica do sindicalismo: é muito simplesmente porque ele não *pode mais* fazê-la. Que a burguesia triunfe, isto é normal; mas eu me dirijo mais uma vez a todos aqueles que se pretendem ao mesmo tempo marxistas e anti-comunistas e que se alegram hoje que a classe operária “está se separando do PC”; eu lembro-lhes uma frase de Marx que eles leram, releeram e cem vezes comentaram: “O proletariado não pode agir como classe a não ser em se constituindo em partido político distinto”, e eu lhes peço para tirar disto as consequências: o que quer eles pensem dos “stalinistas”, mesmo se eles estimam que as massas se enganem ou sejam enganadas, o que é que mantinha sua coesão, o que é que assegurava a eficácia de sua ação, senão o próprio PC? O “proletariado constituído em partido político distinto”, o que é, na França hoje, senão o conjunto de trabalhadores organizados pelo PC? Se a classe operária quer se separar do Partido, ela só dispõe de um meio: reduzir-se a pó.

É para esconder das massas esta verdade inquietante que M. Robinet, logo seguido por toda a imprensa, celebrou a *vitória do proletariado*. Admirável precaução: comprando *Paris-Presse* ou *France-Soir* de 5 de junho, o operário aprende a *opinião da classe operária*: ela julgou que a greve era contrária a seus interesses de classe e ela negou seus dirigentes. Desconcertado, ele guarda o jornal e se pergunta se ele pensava em tudo isto no dia 5 de junho: ele se lembra porém que ele não recusou *realmente* a greve nem julgou a política do PC, que ele preferiu seu interesse particular na falta de poder reconhecer e preferir os interesses de sua classe e que ele voltou para casa incerto, nem muito confiante nem muito contente. Agora, eis que estas rumações, multiplicadas, se metamorfoseiam e transformam-se no veredicto sagrado do proletariado. Estranha virtude das estatísticas: a abstenção dos trabalhadores picardos e provençais lhes livram do significado de sua pequena deserção solitária. Ele cria simplesmente se deslocar; *objetivamente* ele tomava parte de um plebiscito. Ele considera com espanto esta opinião que ele acaba de apreender e que é, ao mesmo tempo, a sua e a de todos; talvez ele já se interrogue sobre a atitude a tomar em face “de um partido que a classe operária desaprova”. Mas não: ele não marchará. Ele começa a suspeitar que querem lhes enganar e confundir a massa desorganizada de não-grevistas com esta coletividade organizada que deve ser o proletariado.

Desta vez nós tocamos no fundo do problema: se a classe deve poder desaprovar o Partido, é necessário que ela possa refazer sua unidade por fora dele e contra ele. Isto é possível? De acordo com a resposta que daremos, o PC será ou não substituível e sua autoridade legitimada ou usurpada. Os fatos não permitiram detectar na questão do 4 de junho a presença de uma realidade coletiva. Mas há mais: não somente nós não *vimos* a classe se erguer contra o Partido mas nós podemos mostrar que uma tal oposição não nem mesmo concebível. Ninguém acredita mais no proletariado-fetiche, entidade metafísica à qual se alienaram os trabalhadores. Há homens, bestas e coisas. E os homens são seres reais e singulares que fazem parte de conjuntos históricos e não são comparáveis nem a átomos nem às células de um organismo. Unidos? Separados? Um e o outro. Não é

separação que não seja um modo de presença e nem ligação tão íntima que ela não comporte uma falta secreta. Se a classe existe, isto será como uma proximidade nova de cada um e de todos, como um modo de presença que se realiza através e contra as forças separatistas: ela fará a *unidade* dos trabalhadores. O sofismo do anticomunista, é que ele tem simultaneamente recurso a dois procedimentos contraditórios: para tirar dos comunistas do mérito de haver unificado as massas, ele começa por fazer da classe uma espécie de unidade passiva; depois, para erguê-la contra eles, ele a fornece uma espontaneidade misteriosa. Eu creio então que seja necessário lembrar algumas verdades que foram conhecidas e parecem bem esquecidas. Queiram bem pensar que eu não tenho a ambição de refazer uma teoria do proletariado: eu quero somente mostrar que a unidade de classe não pode ser nem passivamente recebida nem espontaneamente produzida.

### 1º *Ela não pode ser submetida*

A unidade dos trabalhadores não pode ser desencadeada mecanicamente pela identidade de interesses ou de condições.

Quanto aos interesses, é a evidência: sua identidade gera a concorrência e os conflitos. Quanto à condição, é uma outra questão. Como eu não faço teorias, eu tomei esta palavra para designar de forma bastante ampla o modo de trabalho e de remuneração, o gênero e o nível de vida, as relações sociais. Na prática da vida cotidiana, estes critérios bastam: eu *situarei* este recém chegado se me falaram o que ele ganha e o que ele faz; contentar-nos-emos se for necessário estabelecer seu pertencimento a uma classe?

O sociólogo se contenta com isto. Ele quer apenas fatos; ainda ele não os aceita todos; as jornadas de junho de 1848, a Comuna, a greve de Decazeville foram fatos: ele não os levou em conta. Houve mortos? E depois? Provamos a existência de uma classe morrendo por ela? Se o proletariado existe, deve ser com uma inteira objetividade científica e como um objeto inerte que o sábio considera do exterior. Se você pode demonstrar que certos fatores objetivos determinam a condição dos trabalhadores manuais, se esta condição é a mesma para todos e se cada um reage a ela por comportamentos semelhantes, você terá estabelecido a realidade do proletariado. Mesmos fatores, mesmas situações, mesmas reações: eis a classe.

Depois disto, claro, uns provarão que há classes (“esperado que nós tenhamos estabelecido por métodos rigorosos as características específicas da classe operária, nós lhe reconhecemos a dignidade de objeto real”) e outros que ela não existe (“esperado que uma pesquisa rigorosa não permitiu estabelecer as características objetivas que lhe fossem próprias, nós concluímos que a pretensa classe operária é uma ilusão”). Eu os reenvio de volta: seus jogos cortesões escondem uma cumplicidade profunda: uns afirmam que o proletariado é uma *coisa* real, e os outros que é uma *coisa* imaginária; estes e aqueles estão de acordo em “reificá-los”. E o método mais dissimulado é este que proclama bem alto sua existência para reduzi-la em seguida a de um saco de batatas. Vejam, tomemos os melhores: eles abordaram o problema sem ideias preconcebidas e recorreram às estatísticas para determinar experimentalmente as características da classe. Por fora mesmo das atividades impostas pela produção e nos domínios onde ele parece ter uma independência relativa, constataremos que o proletário se distingue de outros homens por suas condutas; sua condição lhe dá uma natureza, ou seja, um “primeiro costume”; em termos marxistas, a produção produz o produtor. Por exemplo, o estudo comparativo de orçamentos coloca em evidência certas constantes específicas do consumo operário. Estendendo suas pesquisas à linguagem, à mímica, à sexualidade, etc., os pesquisadores acabarão por estabelecer com um rigor positivo... aquilo que salta aos olhos. Que eles aproximem no momento estas constantes de certas constantes sociais; que eles estabeleçam relações funcionais entre estas e aquelas. Que eles vão ainda mais longe: que eles passem do estático ao dinâmico e que eles tragam à luz a incidência de processos sociais em via de evolução sobre os comportamentos do proletário. Terão eles enfim descoberto a classe? Eles o

dizem, mas eu creio mais que eles tenham transformado o proletariado numa espécie de zoológico. Se tratamos os membros de um grupo social como os produtos passivos e intercambiáveis de fatores universais e se começamos a afastar todas as influências que estes indivíduos podem exercer uns sobre os outros, o que esperamos encontrar no fim das contas, senão a espécie, esta solidão sem esperança e sempre repetida; nos cremos lidar com sociólogos; erro: eram entomologistas. Uns entomologistas eu conheci também. Um, sobretudo, que era dedicado aos lagostins. Ele negligenciava as singularidades que dizem respeito a algo além dos lagostins, bem como as relações entre lagostim e lagostim; disto, ele concluiu sem esforço sobre a identidade absoluta de todos os representantes da espécie. A respeito da qual ele construía dispositivos engenhosos para estudar a ação de correntes alternativas sobre o psiquismo do lagostim eterno. Como se espantar, uma vez que ele reduziu suas dezoito mil peças à apenas as dezoito mil reproduções de um só modelo?

Passa quando se trata de lagostins: teremos menos indulgência por aqueles que aplicam o método a homens em escravidão e que substituem os soldados de uma unidade combatente por produtos inertes de fatores objetivos. Eu começo a suspeitar que nossos sociólogos nos tenham mistificado um pouco: a cada noção, eles substituíram um conceito-Ersatz que parece com ela e que prova exatamente o contrário do que ela pretende demonstrar. Em nome da objetividade, eles descartaram todas as provas de uma *práxis* operária; em seu lugar, eles produzem falsos eventos que se reduzem a pó quando tocamos neles e a unidade enganosa de seus meios recobre a infinita dispersão de incidentes que eles fizeram entrar. O operário consome muita carne! E de qualidade medíocre! E então? Em Vitry, em Saint-Denis, eu gostaria muito que as mesmas peças baixas apareçam todo os dias sobre as mesas mas vocês buscariam em vão me fazer comer estas mil refeições para um evento coletivo: vocês apenas adicionam reações solitárias que têm provavelmente sua causa em um mesmo processo objetivo mas que se espalham na poeira dos subúrbios industriais como mil gotas de uma mesma nuvem; vocês pretendem nos mostrar fatos humanos e vocês arrastam os fatos físicos em seu lugar. Privado de cultura, dizem vocês, exilado do coração requintado da sociedade, mantido na dependência da natureza pelo cansaço e pelas maiores necessidades, o trabalhador manual se inclina a preferir a quantidade à qualidade. Bem, o que fizeram vocês? Vocês definiram homens por uma causa privada e pela ação mecânica da necessidade; diríamos que vocês nos dão a receita para fabricá-los.

Dirão que a análise não é séria? Que nos enumeram uma pluralidade de causas sem ligação entre elas, que não relacionam o trabalhador ao sistema de produção? É verdade. Mas a questão não é a de mudar os fatores: é necessário mudar de concepção. Vejam: eis uma definição de Boukharin que eu encontrei no livro do Sr. Goldmann<sup>22</sup>: “Uma classe social é uma coletividade de pessoas que possuem o mesmo papel na produção e que sustentam as mesmas relações de produção com outras pessoas participantes do processo de produção.” A tônica é dada desta vez à produção, mas o que nós ganhamos? Em poucas palavras, a definição é estúpida e bem pouco marxista: é em efeito pela *similaridade* das pessoas que querem definir a classe: elas possuem o *mesmo papel*, elas têm as *mesmas relações* com as outras pessoas. Bastará chamá-las “coletividade” para que elas formem entre elas uma classe? Mas esta coletividade, ou é uma soma e então nós voltamos à espécie – ou é uma *totalidade*, mas, neste caso, seria necessário dar o princípio gerador na definição mesma. Sim, Marx disse que a produção produz o produtor; mas quando se fazia do processo produtivo uma causa única e monstruosa que produzia cem mil encarnações da essência operária, a unidade da operação não podia garantir a unidade sintética dos produtos. Se o proletariado é apenas o rejeito inerte da industrialização, ele se definhará em uma poeira de particularidades idênticas. A unidade viva do “processo” capitalista pode deixar a sua marca nos operários que ela cria: ao se refratar em um meio inerte e sem coesão, ela se multiplica e se transforma na identidade formal da diversidade: uma lua não une as ondas; é a dispersão das ondas que espalha as luas sobre todo o mar. Enfim, eu desconfiaria de Boukharin: sua definição é mecânica, como as dos Srs. Sorokin, Gurvitch e Halbwachs.

<sup>22</sup> L. Goldmann: *Sciences Humaines et Philosophie*.

Todos estes sábios nos prometeram nos fazer ver a unidade de uma classe e nos mostraram a identidade das peças de uma coleção. Ora, unidade e identidade são princípios contrários onde o primeiro prende os laços concretos entre as pessoas e o segundo os laços abstratos entre os casos. Assim, ao pretender reconstruir o proletariado, seu método destruiria toda possibilidade de ligação real entre seus membros: para manter-se inalterada, a identidade da essência exige a separação absoluta das existências. Se o operário de Lens e o de Amiens pudessem se conhecer, se cada um, em se fazendo, fizesse o outro, enfim, se eles participassem do mesmo combate, cada um em, em sua realidade viva, dependeria do outro e eles se pareceriam tão menos que eles estariam mais estreitamente unidos; é pela comunidade da ação e não pela solidão que cada um se torna uma pessoa, e o sociólogo não teria mais nem meio nem pretexto para estudar separadamente as condutas individuais uma vez que elas se relacionariam todas à empresa coletiva e definiriam por ela<sup>23</sup>. Inversamente, se ele substituiu a identidade de condição à unidade de classe, é para nos persuadir que a ação coletiva é um sonho impossível. Se os operários são *feitos* antes de se unir, a união não poderá mais *fazê-los*; fatores externos lhes deram uma *natureza*; doravante, quaisquer que sejam suas relações humanas, elas deslizarão sobre eles sem marcar-lhes. Do proletário, um proletário escrevia aqui mesmo, outro mês: “Ele é reconhecível entre mil. Tudo nele é característico, a linguagem, o passo, os gestos, a silhueta apagada, a forma de comer, de beber, de se divertir, de amar, de odiar.” Eis o que dá razão às suas estatísticas. Apenas uma reserva a fazer: este operário que nos descrevem é perfeitamente desesperado. Eis onde eu queria chegar: sua sociologia não se aplica ao trabalhador a não ser que a miséria o tenha reduzido ao desespero, é a sua resignação que ela o envia, sua passividade, seu abandono: e é também o que Sr. Robinet, sociólogo sem saber, queria refletir sobre o proletariado. Esta classe vitoriosa que ele evocava por seu clarim, era uma soma de desesperos e de solidões; o que ele nos apresentava como uma reação coletiva era a média dos desânimos; e o que havia de *idêntico* em todos esses homens esgotados era a vontade de não se unir. Sr. Robinet deu direito de voto à classe operária para que ela pudesse declarar publicamente que ela não existia.

Pelo fato, o que é que lhe custava, ao *Figaro*, reconhecer aos trabalhadores esta espécie de coesão passiva que dá a identidade de condição: a imprensa burguesa estabeleceu depois de muito tempo que não há unidade *dada*. A inércia é ausente de ligações, então divisibilidade indefinida: é preciso contar, desenhar, reter sem cessar conjunções de elementos, disparates que vão se desagregar, enfim, a unidade não passa do inverso de um ato unificador. Olhem-na, de mais perto, esta “classe” que Sr. Robinet felicita: ela se desagrega. O que vocês encontrarão em seu lugar: turbilhões moleculares, uma multiplicidade de reações infinitesimais que se reforçam ou se anulam e das quais a resultante é uma força mais física que humana. É a massa. A massa, quer dizer *justamente* a classe negada: porque os efeitos que ela produz têm sempre sua causa fora deles em uma pululação de condutas liliputianas, a massa é *exterioridade*; ela não pode possuir necessidades, sentimentos, vontade nem conduta: porque os indivíduos, ao decidirem cada um por si, não previram nem quiseram o resultado público de suas cem mil vontades privadas. É um fragmento de natureza que reside no seio de nossas sociedades. Claro, ela só sabe destruir: para edificar, seria preciso senão a unidade de uma pessoa, ao menos a de uma organização, ou de uma empresa. Enfim, ela se compõe de elementos irresponsáveis: ao pé da letra, os trabalhadores não sabem o que eles fazem uma vez que seus atos singulares vão se inflar ao longe, se somar a ações desconhecidas e regressam a eles enfim sob a forma de tempestades imbecis. As jornadas revolucionárias? São apenas grandes pânicos: as bestas são expulsas de seus buracos pela fome ou pelo medo, elas circulam pela cidade, quebram, queimam, saqueiam e voltam para a casa. O ódio de classe? Como pode ela amar ou odiar, esta desordem de moléculas? Simplesmente seu estado mecânico e sua perpétua desintegração arriscam nos fazer ver um inimigo do homem nisto que é apenas a natureza mecânica no seio da *anti-physis*.

---

<sup>23</sup> O que deixa as coisas ainda mais suspeita é que a sociologia dos primitivos não cai *nunca* nestas censuras. Estuda-se lá verdadeiros *conjuntos significantes*.

Gostariam de nos fazer considerá-la um veredito de classe, a reação operária e a greve do 4 de junho. Mas, no fundo de si mesmo, Sr. Robinet está convencido de que se trata de um pânico da massa. Ela não tem todas as características disto: os resultados de conjunto não foram nem previstos nem desejados pelos particulares; eles possuem um caráter negativo; eles não traduzem nenhuma intenção coletiva; eles não tiveram por efeito aproximar os operários mas, ao contrário, aumentar sua solidão e as distâncias que lhes separam. O que isto quer dizer? Que a classe não existe? É certamente o que querem nos fazer crer. Mas, nós sabemos bem que o mundo operário não é uma sarabanda de átomos: mesmo o 4 de junho, sobre muito outros pontos, a propósito de outros objetivos, os trabalhadores conduziram ações comuns. O que nós aprendemos é que a massa é um estado limite de solidão e abandono, aonde o operário nunca caiu, talvez, mas de onde ele se aproxima cada vez que ele rompe a disciplina e que ele escapa de suas organizações. A simples condição objetiva de produtor define o homem concreto, suas necessidades, seus problemas vitais, a orientação de seu pensamento, a natureza de suas relações com outrem: ela não decide sobre seu pertencimento à classe. Se o laço de solidariedade se rompesse, o operário se manteria um produtor, um trabalhador manual, um assalariado, mas ele não seria mais em absoluto um proletário, ou seja, um membro ativo do proletariado. As classes não são, nós fazemo-las.

Quem as faz? Não eu, digo o burguês. E é verdade. Sob o Antigo Regime, a divisão em ordens era mantida pela aristocracia e pelo monarca; as classes eram instituições oficiais com status. Nada de mais claro: o privilegiado conserva uma hierarquia que o beneficia e o oprimido quer pular os muros que o aprisionam. Mas hoje, por um prodigioso retorno, é o privilegiado que nega as classes e o operário que as demanda. A burguesia nunca sonhou impor um estatuto de classe aos trabalhadores: bem ao contrário, seus juristas fizeram desaparecer rapidamente dos códigos e das constituições tudo o que podia se parecer a uma desigualdade de princípio. “A verdade sociedade sem classes, diz o liberal, é a sociedade capitalista.” E eu creio, com efeito, que o ideal burguês seria uma sociedade sem classes e opressiva – ou seja, simplesmente uma sociedade aonde o oprimido aceitaria a opressão. A operação que a burguesia persegue há duzentos anos, com recursos infinitos, tem por objetivo impedir o operário de se tornar proletário tirando-lhe os meios de ser homem: manterão os indivíduos no estado isolado e as multidões trabalhadoras em estado de fluidez, tanto isto é verdade que a opressão tende a se tornar sua própria prova e a botar para fora os operários de tal forma que seria necessário que eles fossem a favor de legitimá-la: é preciso acusar a burguesia de se engajar, contra o proletariado, em uma tentativa permanente de “massificação”. Inversamente, é contra esta tentativa que a classe se faz e se refaz sem cessar: ela é movimento, ação, e seu grau de integração se mede na intensidade da luta que ela leva contra a manobra burguesa. A classe, unidade *real* de multidões e de massas históricas, se manifesta por uma operação datada e que reflete uma intenção; ela não é nunca separável da vontade concreta que a anima nem dos fins que ela possui. O proletariado se faz, ele mesmo, por sua ação cotidiana; ele só é em ato, ele é ato; se ele para de agir, ele se decompõe.

Eu não falo nada novo: vocês encontrarão isto em Marx. Ele demonstrou fortemente que a identidade das necessidades opunha os indivíduos: “A organização dos proletários em classe... é a todo instante quebrada... pela concorrência dos operários entre eles.” O que permite aos operários superar seus antagonismos, é a luta contra o patronato: “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento, sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência. No começo, a luta é estabelecida por operários isolados... nesta fase, os operários forma uma massa disseminada por todo o país e fragmentada pela concorrência...” Porque pode Marx, neste texto, falar indiferentemente de proletariado e de “massa... fragmentada, disseminada” para designar o mesmo objeto? É que ele encontra já nos operários uma superação da situação que lhes é feita, uma combatividade que deve *necessariamente* produzir sua união. O operário se faz proletário na medida mesma em que ele recusa seu estado. Para aqueles que a miséria, o cansaço, as circunstâncias inclinam à resignação, Marx tem palavras muito duras: são os “embrutecidos”, os “sub-homens”. Mas ele não os culpa nem os condena: ele porta sobre eles um julgamento de fato. O operário é um sub-homem quando ele aceita simplesmente ser o que ele é – ou seja, enquanto ele se identifica com este puro produto da

produção. Este sub-homem só se tornará homem se “tomando consciência de sua própria sub-humanidade”. Sua realidade humana não é então *nisto que ele é, mas em sua recusa de ser isto*, ou seja, em sua “revolta contra a decadência”. Ele pode, sem dúvida, tentar escapar de sua condição por seus próprios meios, de passar a linha e se integrar à burguesia; ele será trãnsfuga. É a existência destes trãnsfugas que leva Marx a precisar que a revolta deve conter um princípio de união: será proletário o trabalhador que quer obter uma mudança para todos seus semelhantes tanto quanto para ele mesmo; é então somente que ele “terá por tarefa real revolucionar suas condições de existência”. A partir daí, as fases da luta se confundem com os momentos da unificação. O proletariado “é mantido em movimento pelas consequências de seus atos”. É o movimento que mantém juntos os elementos separados; a classe é um sistema em movimento: se ela parasse, os indivíduos retornariam a sua inércia e a sua solidão. Este movimento dirigido, intencional e prático exige uma *organização*. É por isto que Marx pôde falar de uma “organização em classe”, fórmula que nos arrasta para bem longe da definição de Bukharin; uma classe, *isto se organiza*. Não para se divertir mas para alcançar objetivos concretos. A definição que Marx dá ao comunismo pode também se aplicar ao proletariado: “Não é um estado estável, um ideal ao qual a realidade deva se adaptar... (é) o movimento *real* que abole o presente estado de coisas.” Podemos compreender, a partir disto, porque Marx define repentinamente a classe por sua *práxis*: “O proletariado será revolucionário ou *não será*”<sup>24</sup>; e porque, finalmente, ele recusa distinguir entre a ação, a totalidade dos agentes e o aparelho que os une: “O proletariado só pode agir *como classe* se constituindo-se em partido político distinto.” Com certeza o regime da produção é a condição necessária para que uma classe exista; é a evolução histórica inteira, o processo do capital e o papel do operário na sociedade burguesa que impedirão o proletariado de ser um agrupamento arbitrário de indivíduos; mas esta condição não é *suficiente*: é preciso a *práxis*. Pouco importa que esta *práxis* seja ou não engendrada *dialeticamente* a partir da condição proletária: o próprio da dialética, é que estes momentos ultrapassam e retêm em si os momentos anteriores. Cumprindo sua tarefa real, o operário *manifesta* o proletariado e se faz proletário: é impressionante que Marx, quando ele esboça uma espécie de descrição fenomenológica do operário combatente, lhe encontra características *inteiramente novas* e que nascem justamente da luta: os proletários “fazem de sua atividade revolucionária a maior alegria de sua vida”; o economista se enganaria fortemente se ele cresse que o operário calcula o custo da greve: “(isto seria ignorar que) os operários têm o coração generoso...”. Isto significa que eles colocam sua realidade de homem muito mais na *práxis* coletiva que na satisfação de suas necessidades pessoais. “Enquanto os operários comunistas se reúnem, eles têm por primeiro fim a doutrina, a propaganda, etc. Mas eles se apropriam ao mesmo tempo por lá uma nova necessidade, a necessidade da sociedade, e o que parece um meio se transformou em um fim.” Passando da massa à classe o operário fez reforma: se a pressão das circunstâncias, a derrota ou o esgotamento o levam à consideração de seus interesses, ele recai fora da classe e se torna novamente o que fizeram dele. A classe operária, vocês dizem, manifestou sua desaprovação do PC. De que classe falam vocês? Deste proletário que Marx acabou de definir, com seus ambientes, seu aparelho, suas organizações, seu partido? Teria sido necessário que ele *afirmasse sua unidade* contra os comunistas, que ele se manifestasse *como classe* através do repúdio que ele infligia ao PC. Mas onde encontrar os chefes, os tratos, as palavras de ordem; onde pegar esta disciplina e esta força que caracterizam uma classe combatente? Imaginemos a potência que teria sido necessária às organizações clandestinas para conduzir bem uma tarefa parecida e para levar, de Lille a Menton, todos os trabalhadores contra todos os dirigentes? Para arrastar “as massas” a um repúdio colectivo do PC, não era necessário nada menos do que Partido comunista ele mesmo.<sup>25</sup>

2º *A unidade dos trabalhadores não se produz espontaneamente*

<sup>24</sup> Grifo meu (Sartre).

<sup>25</sup> Em novembro-dezembro de 1947, durante o referendo concernente à greve geral; houve resistências. Mas elas só foram eficazes nas empresas aonde existia uma organização não cegegista (Sindicatos cristãos, etc.).

“Certamente. Se ele fosse provocado, este repúdio, nós teríamos tido menos prazer. O que temos nós a ver com as manifestações inspiradas? Nós não desejamos dar novos tiranos às massas, mas lhes dar a liberdade: a nossos olhos a reação do 4 de junho só teve tanta importância por ter sido *espontânea*.”

Um rumor anuncia que o anticomunista chegou lá: desde as lágrimas de Rousseau, a espontaneidade beneficia-se de um preconceito favorável: o primeiro movimento, este é o bom; a primeira impressão, sempre voltamos a ela. Com qual orgulho infantil nos mostramos nossa mais secreta verdade ao sol de todo o mundo: “Sim, sou eu, é bem de mim, é bem mim, eu sou assim.” Nesta dosagem de natureza e de liberdade, a liberdade se submete à natureza: a gente se inventa como a gente é; rompendo com o costume e a regra, adaptado às circunstâncias sem ser determinado por elas, o ímpeto espontâneo é um começo, um achado, mas que reflete nossa essência singular. Isto volta a subordinar o fazer ao ser, a ação à paixão, o visível ao invisível; o homem “espontâneo” escapa da dura necessidade de unificar sem cessar o que ele pensa, o que ele sente e o que ele faz: a unidade de sua pessoa já está lá, ela se desabrocha, como uma rosa nas trevas; é a convergência secreta que os historiadores descobrirão em seus atos. No lugar de se fazer, ele se colhe e se respira. Basta: o sujeito inspirou uma literatura muito importante; nós a consultaremos não sem desgosto, mas com lucro.

O que é novo – enfim, não *muito* novo: um século – é que utilizamos a espontaneidade para fins políticos. Isto é feito sozinho; tratava-se os fatos sociais como coisas, começou-se a tratá-los como gente: e eis as massas que se tornam espontâneas! Boa, justa, autêntica, sua espontaneidade tocou a todos e seu veredicto é sem apelo como aquele dos cães e das crianças; bem louco e bem malvado o Governo que se opusesse a ela. Vejam: na Tunísia, para não ir mais longe, se estava provado que as populações desejavam *espontaneamente* nossa partida, vocês bem pensam que nós não ficaríamos nem mais um minuto. Mas a triste verdade, é que os distúrbios foram *provocados*. Raciocinemos: a organização sufoca os livres impulsos do coração, *então* a espontaneidade *verdadeira* não suporta ser organizada. *Então* um motim *não pode* ser espontâneo: forçosamente, uma vez que não há motins sem chefe. Vocês perguntam o que é espontâneo? Vejamos! O consentimento livre à opressão. Não creiam, também, que os partidos de massa pensam diferente: o que eles preferem, nesta ordem de ideias, é a espontaneidade dirigida; às manifestações preparadas, enquadradas, sem surpresas, eles reconheciam voluntariamente a impetuosidade de uma torrente; mas, por exemplo, o que eles detestam, é o imprevisto e todos estes maremotos imbecis que transbordam os chefes e os afogam: estes são fomentados pelo adversário. Hoje ainda, não relemos sem alegria a imprensa de julho de 1936: como se festejava ainda a vitória da Frente Popular, as massas avisavam ocupar as fábricas; todo mundo se olhava; e perguntava-se: Quem é este que maneja as cordas? Parbleu, diziam os patrões, são os comunistas; um operário comunista dizia a Simone Weil: são os patrões. Falarão também de Hitler e da quinta colônia. Para *Le Temps* o culpado era Thorez: para Thorez, era Trotsky; mas ninguém na época, tinha atribuído o movimento à espontaneidade das massas: pensem então! Um movimento que nasce *de si mesmo*, que *não tem* chefes? Tem alguma coisa por trás disso.

O 4 de junho, ao contrário, é perfeitamente tranquilizante: as massas não reagiram nada. Está certo! Eis a excelente espontaneidade bem apática. A imprensa anticomunista exultava: “Silêncio eloquente: o povo falou.” Objetarão em vão que a vontade coletiva não se reduz à soma das espontaneidades individuais. 98% de abstenções, isto não lhes diz nada? Vocês não sentem a qualidade deste mutismo? Será isto um grito dilacerante, o mais desesperado, talvez, de todos estes que as orelhas humanas não ouviram? Há um enrijecimento, um endurecimento da consciência operária. Onde ela mora, esta consciência eréttil? No inconsciente, claro; é lá que ela se erige túrgida e acima de tudo invisível, para se espalhar depois em milhares de recusas.

Para fazer uma classe sem sair de seu gabinete, a receita é simples: tomem a massa – que é o número puro – e passe-a pela multidão – que é um organismo rudimentar; da multidão, faça uma pessoa, por exemplo uma pobreza inspirada; não lhes restará mais nada além de decifrar suas mensagens. E se ela se calasse? Não tenham medo: temos os méis de fazê-la falar. Vejam; no que nos diz respeito, ela tem sobretudo o ar de querer se calar: entre os operários que recusaram a greve, nenhum tinha a intenção *confessa* de desaprovar o PC; que isto não importa: a esquerda anticomunista nos lembra de um pensamento de Marx: Pouco importa o que um proletário creia que está fazendo; o que conta é o que ele é constrangido de fazer. Vai de si que se possa dar a esta fórmula um sentido puramente objetivista – e é mesmo o que Marx parece ter feito: as ideias que nós formamos sobre nossos atos não modificam nem sua lógica interna nem sua estrutura objetiva, nem as consequências históricas. Mas esta é uma interpretação perigosa: ela iria concluir que certos fatores objetivos tenham, no 4 de junho, mantido os operários em *estado de dispersão*, tenham aumentado sua “massificação”. Se devíamos considerar apenas os atos e os conteúdos de consciência, no que teria se tornado o impulso revolucionário do proletariado? E sua combatividade, por onde ela passou? Alguém já viu um proletariado sem combatividade? E Marx não dizia que ele seria revolucionário ou não seria? Ora, ele *é*, ele *tem que ser*, senão os marxistas anticomunistas perderiam sua esperança e sua razão de ser. Então, *deve* existir nele, enganado, ludibriado, falsificado pelos maus, um impulso. Não encontramos seus vestígios? É porque ele não é diretamente acessível a nossos sentidos. Bastará derivar a fórmula de Marx para a psicanálise: a consciência é mentira, mentiras as razões para agir que ela se dá: a análise dos atos e sua significação subjetiva remete à espontaneidade profunda que é sua fonte. Se vocês não admitem esta espontaneidade, vocês concluirão simplesmente que a abstenção dos trabalhadores, suas hesitações, suas incertezas traduzem seu estado objetivo de esgotamento; mas, se vocês começarem por pensar que o proletariado *deve ser* a todo tempo e em todo lugar um revolucionário e se vocês esclarecerem sua atitude por sua missão histórica, *então* o desânimo e a inércia dos quais ele fez prova só *podem ser* o aspecto superficial e mentiroso de um impulso profundo; uma vez que ele é *necessariamente* ativo, sua passividade é a forma de ação que ele escolheu, porque ela é adaptada às circunstâncias. Em termos de espontaneidade a abstenção se torna culpa. Para um marxista antistaliniano a *práxis* revolucionária das massas não deve se confundir com as manobras que elas executam sob a direção do PC. E como elas não fazem outra coisa além destas manobras, sua *verdadeira práxis* se manifesta por aquilo que elas não fazem. Nós vimos, agora mesmo, a liberdade imiscuir-se à natureza: também, aqui, objetivo e subjetivo se misturam e finalmente uma estranha realidade parece que é ao mesmo tempo a unidade objetiva e esquiva das massas como a concluímos de sua dispersão e seu impulso subjetivo e invisível como a deduzimos de sua imobilidade provisória. Este conceito ambivalente nos é proposto em seguida sob o nome de *classe*. Tudo se passa como se eles chamassem de classe a espontaneidade subjetiva das massas enquanto ela percebida de fora como sua unidade objetiva. Como a espontaneidade é situada por detrás das consciências individuais a unidade objetiva se alojará por detrás de sua dispersão. Naturalmente a experiência continua imperturbavelmente a nos apresentar a mesma poeira. Não importa: caráter inteligível, escolha anterior à experiência, absoluto que se apreça em multidão, unidade em potência e em direito da pluralidade, princípio de fogo circulando através da matéria inerte, é a classe que produz os homens e não os homens que a produzem. O objetivo é alcançado.

Porque este era o objetivo. Há algum tempo, com esta candura que às vezes dá ódio, Sr. Laurat escrevia<sup>26</sup>: “Isolando (os chefes comunistas) das gentes honestas, ocupando-lhes da massa da nação e da classe operária, teremos rapidamente feito reduzir-lhes à impotência.” E os outros anticomunistas sorriam com amargura: “Cortar, foi dito rápido: nos dê a faca.” Ora, aqui justamente que, sob o efeito de pequenos choques as gentes honestas se descolam do Partido: sem império sobre as almas vinham-lhe de sua aquiescência e basta um sinal de cruz para reenviar-lhes ao Inferno.

<sup>26</sup> Laurat: *Du Komintern au Kominform*.

Pefeito. Mas cuidemos bem para não demonstrar pelo absurdo a necessidade do PC. Imaginem isto: a classe operária está possuída; a exorcizamos, no instante que seu diabo se vai, ela abre os olhos e se quebra em mil pedaços! Vocês nos veem *sem proletariado*? Para dizer a verdade, esta eventualidade não é para assustar a ala direita do anticomunista que vai repetindo do operário que ele é um louco que se crê proletário: mas a ala esquerda não pode sofrer da mesma ideia: com o desaparecimento de sua bela Dama sem misericórdia, o marxista não stalinista perde tudo e principalmente a honra de ser fiel sem esperança. É de seu uso que se desenvolveu esta noção eclética: a classe-impulso; se vocês olharem o mundo através destes óculos, vocês verão a classe em todo lugar, mesmo se o proletariado está em migalhas; e já que se trata de remover do Partido o mérito de realizar a unidade da ação operária, situaremos o princípio mágico desta unificação em qualquer lugar entre o regime objetivo da produção e a subjetividade do produtor como a espontaneidade individual entre o ser e o fazer, como a *libido* freudiana entre o corpo e a clara consciência. Confiante de sua elasticidade, este proletário de borracha pode se distender sem se romper ou se apertar sem definhar: ele se alonga e se afina, desliza pelos interstícios de sua gaiola e se junta por fora, ou bem ele se comprime, desprende, rola entre as barras do aparelho e vai saltar mais longe, no meio de seus amigos verdadeiros.

Estes absurdos lisonjeiam o otimista socialista como as palhaçadas sobre a “bondade natural” lisonjeavam o otimista burguês: razão a mais para desafiar isto: o otimismo e o pessimismo são as duas faces de uma mesma mistificação. Quando a taxa de morte voluntária se eleva, será que nós deploramos um endurecimento da “vontade nacional de suicídio”? E quando ele abaixa, é necessário se felicitar com o enrijecimento do instinto nacional de vida? Não me digam que a classe existe e que a nação é só um ser de razão, uma vez que é justamente o que se deveria provar. Porque vocês se apoiam sobre a identidade da classe (ou seja, sobre a identidade de condições) para provar sua espontaneidade e sobre sua espontaneidade para estabelecer sua unidade. Mas deixemos isto, admitamos que as abstenções do 4 de junho traduzem um repúdio coletivo vejamos aonde isto nos leva.

Eu abro um jornal trotskista que comenta os últimos eventos<sup>27</sup>. De acordo com um dos redatores, Sr. Germain, a origem do descontentamento operário volta a 1944: da Liberação ao fim de 1945, as massas tiveram muitas ocasiões de tomar o poder e a obrigaram a deixar passar sua chance; assim os dirigentes do PC fizeram “violência ao instinto e ao dinamismo revolucionário de milhões de militantes”. De Gaulle teria esmagado a classe operária? De forma alguma, responde Sr. Germain, que lembra a “completa paralisia” da classe burguesa na Liberação. Aliás, não se tratava de estabelecer a ditadura do proletariado. Era necessário sondar a “potência popular de expressão... criar e desenvolver os germes de um poder novo que as massas tinham então constituído elas mesmas (comitês de liberação, comitês de usina, etc.)”. O escritório político do PCF perdeu sua hora porque Stalin sacrificou os operários da Europa à sua vontade de colaborar com o capitalismo americano.<sup>28</sup>

A explicação vale outra. Notemos, contudo que não nada de especificamente marxista. Para dizer a verdade, o trotskismo a despeito de si mesmo sofreu o destino comum a todas as oposições: o partido no poder é realista uma vez que afirma e pretende demonstrar que o real é o único possível; uma única política a seguir: aquela que eu sou. O oponente, ele, declara que ele teria ao menos *uma outra* e que era justamente a melhor, o que o constrange, apesar de tudo, de tomar uma atitude mais ou menos colorida de idealismo: há possíveis que não se realizam; o processo *real* cessa de ser a medida do homem já que o que não é, é mais verdadeiro, mais eficaz, mais conforme aos interesses

<sup>27</sup> *La Verité des travailleurs*, outubro de 1952

<sup>28</sup> Censura clássica: no fim da outra guerra, os minoritários censuravam os majoritários da CGT de ter sacrificado os interesses da classe operária pelos da nação. Greffuelhe escreveu: “A burguesia contava com a obrigação de consentir com pesado sacrifícios ao proletariado... Mas ela se dominou rapidamente, ela triunfa.” (Fevereiro de 1920). E Monmousseau, em abril de 1929: “A classe operária está lá, fervendo... Mas perdão! Não saíamos do corporativismo: a Nação está em perigo...”

gerais do que o que é; a análise sistemática dos fatos leva ao não-ser (aquilo que não aconteceu) e finalmente a explicação da história se refere sem cessar a ocasiões perdidas que não possuem existências, porque elas são *pensadas*. É precisamente o caso aqui. Quando Sr. Duclos escreve: “O Partido comunista... tem consciência de não ter deixado escapar nenhuma possibilidade histórica...se a via seguida... tivesse sido diferente, um pretexto teria sido dado ao fascista De Gaulle, com a ajuda americana, de esmagar a classe operária...”<sup>29</sup> Sr. Germain tem facilidade de zombar dele: um *pretexto*? O que é que é isto? “Para um marxista as classes sociais não agem a partir de ‘pretextos’, mas seus interesses e as relações de força que permitem atingir estes interesses.” Porém é Duclos mais que Germain que é fiel ao espírito do marxismo: Marx está bem longe de negar a existência de *possível*, mas ele entende por isto os momentos da ação futura, tais como eles nos aparecem no curso de sua preparação. Dirigentes e militantes devem poder se dizer, ao se voltarem para o passado: “Nós fizemos tudo o que era possível (ou seja, nossa ação se estendeu tão longe quanto as circunstâncias permitiam) – nada era possível além do que nós fizemos (as soluções que nós descartamos, o evento mostrou que elas eram impraticáveis).” Esta atitude vai identificar a realidade e ação. Tudo o que é real é *práxis*, tudo o que é *práxis* é real. Tais são, sem qualquer dúvida, os princípios dos quais se inspira também o trotskismo; mas Sr. Germain, em sua qualidade de oponente, visa estabelecer verdades que vão contradizer isto: 1º as massas tinham na França a possibilidade imediata de tomar o poder: esta possibilidade era a mais conforme a seus interesses, a mais adaptada às circunstâncias, aquela que resultava do equilíbrio de poderes em presença, o caminho mais curto em direção à Revolução mundial, enfim, aquela que resumia nela o máximo de *realidade* e de *eficácia*; é, porém, aquela que não se realizou; 2º se as massas fossem apreendidas do poder, a burguesia *não teria* se movido. – Sua atitude é intermediária entre aquela do militante que analisa a situação presente em vista da decisão a tomar, e aquela do teórico que tira o significado dos eventos passados. É verdade que o primeiro possui o direito de elaborar o inventário das possibilidades: mas sua análise é submetida à pressão do momento, iluminada pelos eventos, modificada pelo “processo histórico”, constantemente reelaborada pela experiência e, finalmente, ela se prova na *práxis* ela mesma. O teórico pode pretender nos entregar uma verdade certa à condição de se segurar àquilo que é de não ter um olhar para *o que teria podido ser*<sup>30</sup>. Sr. Germain estabelece sua opinião sobre uma realidade morta; ele não pode pretender a certeza quando ele tenta estabelecer as consequências possíveis daquilo que não foi. Quanto ao objetivo de sua pesquisa, não tendo realmente existido, ele fez o objeto abstrato de uma ideia; em uma palavra, ele será porque o pensamos. Assim, abandona-se o esquema propriamente marxista por um idealismo probabilista aonde as induções se baseiam mais frequentemente sobre simples extrapolações. E além disto, que deve-se entender por esta palavra ambígua “o possível”? A classe operaria “poderia” vencer: que seja! Mas sob *quais condições*? Os equilíbrios de força lhe eram favoráveis, seus interesses a impulsionavam a tomar o poder mas seus chefes lhe impediram. Admitamos: mas *podiam eles* não fazê-lo? O que é que os fez como eles são? Sua obediência ao Polit-buro? Mas vocês a denunciam desde muitos anos; é mesmo, de acordo com vocês, esta relação em Moscou que caracteriza o PCF. Poderia ele mudar sua estrutura fundamental em 1944? O que significa isto? Eu sei que vocês distinguem – eu não digo que vocês estejam errados – uma corrente de esquerda no Partido e que vocês sustentam a divertida teoria de um PC revolucionário apesar dele: mas como a esquerda se imporia ao dia seguinte da Libertação, quando se esperava tudo da URSS, quando a burguesia parecia reduzida à impotência, quando muitos criam ainda no pacifismo americano, se é verdade, como vocês dizem, que a direção do Partido consegue hoje ainda, em plena aposentadoria, impor silêncio aos descontentamentos da base? A política da URSS então? Dirão vocês que é a culpada? Pode ser: mas em qual foi momento era *possível* mudá-la? Não reflete ela uma sociedade determinada, com suas estruturas econômicas e políticas, suas camadas sociais e seus conflitos interiores? Será necessário remontar até a morte de Lênin? Há aqueles que chegam até lá: a partida teria sido jogada e perdida por volta de 1923-1924: no outono de 1924, depois da derrota do

<sup>29</sup> Discurso de Nantiat, 28 de setembro

<sup>30</sup> Eu falo do historiador marxista de não do historiador burguês do qual as concepções ecléticas se acomodam ao mesmo tempo ao contingente e ao necessário, à liberdade e ao determinismo.

proletariado alemão, Stalin falou pela primeira vez do “Socialismo em um só país”. Neste dia, os anjos choraram. Acreditava-se ter voltado ao pecado original e às discussões de Leibniz com o Grand Arnauld sobre a predestinação: Stalin se torna o pequeno pai Adão da era atômica. A teoria é admissível: podemos admitir que as circunstâncias históricas se encaixem às vezes mas  *muito raramente* de maneira a permitir uma ação humana eficaz e que decida a orientação histórica. Se perdemos o barco, será necessário esperar vinte anos, um meio século talvez, até que ele revenha; o trotskismo seria uma arte de esperar. Mas o que se torna então a “possibilidade” de 1944? Os jogos estavam feitos. E se alguns entusiastas puderam crer que eles iriam conduzir a classe operária à vitória, é que eles viram os detalhes da situação sem considerar o todo.

Outros reivindicam o contrário – e Sr. Germain é talvez destes – que, fôssemos mesmo em período contra-revolucionário, poderíamos exercer uma ação contínua sobre o curso do mundo, visto que nos mantemos prontos para explorar todas as suas contradições. Eles têm por eles o acordo de Marx e de Engels que admitiam a contingência do detalhe<sup>31</sup> e aquele de Lênin que recusava os princípios e os métodos que lhe serviam para decifrar os grandes conjuntos da história universal. Lhes é permitido crer que as obscuridades e as vacilações da pequena história desaparecerão ao olhar do historiador futuro. Pode ser, um dia, veremos melhor o lugar e o papel dos eventos atuais; pode ser que perceberemos então que eles eram  *os únicos possíveis*. Mas enquanto a história não é concluída, enquanto vemos o particular de uma perspectiva particular, não podemos explicar o detalhe de uma política remontando sem intermediários às considerações gerais. Se o universo é um processo dialético onde cada movimento local possui sua razão no movimento do todo, os trotskistas poderão compreender a política de Stalin, mas como eles farão para condená-la? Ela terá sido de qualquer momento e em qualquer circunstância o que ela devia e o que ela podia ser, nem mais nem menos. Talvez será necessário então constatar que a distribuição foi feita de maneira a tornar  *de partida* o socialismo impossível. Ou ao contrário, como diz Merleau-Ponty: “O caminho que nos parece sinuoso aparecerá talvez quando os tempos forem idos e quando a história total tiver sido revelada, como o único possível e  *a fortiori* como o mais curto que foi.” De qualquer forma, o PCF é inofensivo. Não há nem pode haver  *possíveis não realizados* que ao nível desta história vacilante aonde os eventos chegam sempre atrasados ou adiantados ao encontro, permanecem parcialmente indecifráveis, aonde um conflito, qualquer que seja a profundidade de suas razões, possa, na falta de uma causa ocasional, ficar muito tempo enterrado, como uma bomba de retardamento. Neste caso considerado, o conflito está lá: é a luta de classes; o equilíbrio de forças está definido: em 1944, a classe operária possui a possibilidade concreta de tomar o poder. O que falta? A causa ocasional: uma outra orientação da política comunista.

Somente eis: o oponente marxista está a cavalo em duas teses: para demonstrar aos “stalinistas” seus erros ou suas mentiras, ele quer ser irrefutável: ele utilizará então os métodos e as visões da grande história dialética; para estabelecer, ao contrário, que uma outra ação se manteria possível em tal ou qual circunstância, ele recorre às induções probabilistas. Enquanto Duclos recusa “fornecer um pretexto” para a repressão, Sr. Germain se alegra: um pretexto! “Desde quando os fascistas esperam pretextos para bater no movimento operário?” Em suma, o PC tem a ingenuidade de crer que era  *possível* a De Gaulle agir diferentemente do que ele o fez. E que esta ação não se  *realizou* por falta de uma ocasião! “Uma vez dadas as relações de poder, responde Sr. Germain, encontra-se sempre um “pretexto” conveniente.” Vejam como o debate sobre: De Gaulle míngua visivelmente e perde seus traços particulares; primeiramente ele se torna o Fascista – e o Fascista não é nada além do pleno emprego dos poderes dos quais ele dispõe, em favor dos interesses que ele serve. Depois ele se funda em sua classe e é a burguesia mesmo que nós apoiamos. Porque ela não bate o movimento operário? Porque ela não tem a força de fazê-lo. Cada força tende, ela

---

<sup>31</sup> Ou seja, uma determinação rigorosa, mas circunstancial do fato particular. Importa pouco que estes fatos particulares se eliminem em seguida e que o curso da história – imperceptivelmente atrasado ou desviado – retome sua direção de conjunto. Resta que devemos explicar o particular pelo particular; vocês não têm o direito de substituir o fato na história universal se vocês o decifraram inteiramente em sua particularidade.

mesmo, a ir até o fim de seu efeito, dadas as outras forças que se exercem sobre o mesmo ponto: o evento, resultante de forças diversas, é sempre todo o que ele pode ser. Quanto aos fatores da história local, eles desapareceram: origem e caráter da equipe no poder, estrutura e poder da burguesia em 1944, interesses particulares, preconceitos, crenças, ideologias, necessidade da política cotidiana, eliminamos tudo. De Gaulle é considerado como fascista em 1952 *então* ele o era em 1944. Este general, certamente pouco favorável à República, mas que havia prometido de restabelecê-la, poderia se incomodar na época em contradições pessoais? Isto é sem ação no curso das coisas. A burguesia, no dia seguinte de uma ocupação ruinosa, podia achar menos custoso temporizar e repugnar ainda a violência enquanto se mantinha pronta a recorrer a ela? Nenhuma importância. Já que a classe burguesa fez o que ela fez, é porque ela não podia fazer nada diferente. Bem.

Eu aplico estes princípios à classe operária: eu não sabia que ela havia tomado o poder, mas me dizem – e eu acredito – que ela tinha interesse em tomá-lo e que as relações de força lhe eram favoráveis: é necessário então que ela o tenha tomado sem que isto tenha sido sabido. De forma alguma! Diz Sr. Germain. Ela *poderia* tomá-lo e são os chefes que a impediram. Veja! E quem são esses chefes! “Estes de dirigentes do PCF que se apegam ao que nós chamamos o conformismo burocrático, ou seja, que estão prontos para ir à direita ou à esquerda em função das necessidades da diplomacia do Kremlin e que estão prontos a lhes sacrificar os interesses fundamentais das massas.”<sup>32</sup> Os homens maus! Mas *porque* são eles assim? O fascista, eu compreendia, na hora, que ele era a pura expressão de sua classe e de seu instrumento anônimo; a “burocracia” soviética, eu vejo também, quando eu leio Trotsky ou a “Verdade”, que ela exprime os interesses de certas camadas sociais e que ela está condicionada pela sociedade mesma de onde ela emana. E eu encontro mesmo esta observação na “Revolução traída”: “A sociedade soviética atual não pode se passar do Estado e mesmo – em uma certa medida – da burocracia. E não são os miseráveis restos do passado mas a potentes tendências do presente que criam esta situação.” Eis o que me assegura de fato sobre o Politburo: a personalidade ou as vontades particulares de seus membros importam pouco; é a URSS ela mesma que, através deles e por eles, se dá o aparelho do qual ela necessita presentemente<sup>33</sup>. Mas a burocracia do PCF, de onde ela vem? Ela não se apoia sobre as massas uma vez que vocês acusam o *Politburo* de “sacrificar seus interesses fundamentais, de violentar seus instintos revolucionários.” Nem sobre a estrutura de nossa sociedade visto que é uma sociedade burguesa e que o PC não tem aí o papel de um partido de governo. Nem sobre a relação de forças, visto que, de acordo com vocês, a relação era favorável à ação? E, quanto à subserviência à URSS, de duas coisas, uma: ou vocês mostrarão que ela é necessária hoje para um partido revolucionário – então todo “possível” desaparece e vocês ligam com as próprias mãos a espécie de proletários àquela das Repúblicas soviéticas; ou vocês dirão, como Bourdet, que é *possível* se subtrair desta dominação: neste caso, são erros individuais, a incompreensão da situação, os defeitos de caráter (conformismo, covardia, etc.) que vão explicar a inércia do PC. Isto que vocês alegam por escrito: “Uma revolução não pode se comandar, só é possível dar uma expressão política a suas forças interiores<sup>34</sup>” e vocês admitem porém que a classe operária, em pleno ímpeto e em uma situação revolucionária, tenha podido ser freada pela ação individual de seus chefes; enfim, vocês recusam as causas ocasionais da burguesia e vocês as concedem ao proletariado. Por uma só razão, é que a culpabilidade é *necessariamente ocasional*: ela se acomodava tão bem quanto mal da fatalidade

<sup>32</sup> Eu tomo emprestada a definição do artigo de Sr. Frank.

<sup>33</sup> Sr. Germain não pretende – sejamos justos – que *seria necessário* tomar o poder: “Foi a aventura.” Ele diz que a classe operária tinha a força e o ímpeto necessários para se aproveitar deles. Mas então, se ele foi seu chefe, depois de tê-la colocado em seu caminho, *em nome de que* ele freou?

<sup>34</sup> *La Révolution permanente*, p. 317.

antiga: com a necessidade dos modernos, ela está bem obrigada de desaparecer: ora, vocês precisam de um culpado<sup>35</sup>.

Deste compromisso, entre a necessidade e a contingência, entre o rigor e a indeterminação, entre o ser e o dever ser nasceu sua concepção de espontaneidade; “o instinto revolucionário” que vocês reconhecem nas massas tem apenas uma função: marcar no absoluto *aquilo que poderia ter sido*. E vocês aceitariam mesmo que uma lei inflexível tivesse regido o curso dos eventos desde outubro de 1917, quem sabe, desde o primeiro pecado original, se vos concedessem que, entre tantas vicissitudes, o instinto revolucionário continua firme. É necessário que ele se mantenha no fundo dos corações, eterna disponibilidade que as circunstâncias roubam, mas que elas não podem nem destruir nem criar, porque ele é a realidade profunda do proletário, a sentença que o capitalismo carrega contra ele mesmo, enfim, esta exigência sem misericórdia que se traduz objetivamente por uma pressão exercida sobre o Partido e os chefes que só tem como objeto a Revolução permanente. Dotando o proletariado de uma espontaneidade revolucionária, vocês o contaminam com sua oposição. Vocês consideram, com efeito, que a ação política do PC não era nem justa nem conveniente, que se podia e devia levar uma outra. Mas, olhando ao redor de vocês, vocês só veem relações de força, interesses, atos, enfim, o ser e os fatos; nunca o *dever-ser*. E primeiramente, os fins a perseguir, quem os coloca? Sozinhos, você não possuem qualidade para censurar o PC por ter abandonado os objetivos revolucionários; é preciso condenar em nome das massas; mas quem prova que vocês falam em seu nome, vocês que não chegam até elas? É aqui justamente que, longe de querer fazer sua felicidade apesar delas, vocês se limitam a decifrar as mensagens de seu instinto revolucionário. Se ele existe, este instinto, ele será a exigência que define os fins e o meio de alcançá-los: objetivamente, com efeito, ele só se revela exigência quando se manifestando como *práxis*; as massas possuem um poder espontâneo de criar e de organizar que tem por efeito apressar a vinda do proletariado: é assim que elas produziram delas mesmas, em 1944, os comitês de liberação e os comitês de usina: estes primeiros passos definiram o caminho, o PC tinha apenas que continuar o movimento. E uma vez que estes passos espontâneos mostravam a direção a seguir, vocês podem condenar os chefes que não a seguiram: o instinto popular *manifesta* o que era para fazer, o que, com outros dirigentes, teria sido feito. A espontaneidade engendra os possíveis: são as massas, com sua intransigência, sua combatividade, a aspereza de suas reivindicações que criam a *possibilidade* de tomar o poder; a impossibilidade vem dos chefes. Mas os chefes não são nada; parece que poderíamos mudá-los na hora; as massas são *tudo*; e vão então tentar mudá-los. Sua espontaneidade tem o inexorável rigor da dialética, uma vez que é a produção que produz o produtor; ao mesmo tempo ela está livre porque ela exprime a essência em movimento do proletariado. Pela segunda vez na história, ela marca – em face do pecado original do qual nós todos herdamos – a natureza sustentada pela Graça. E, e preciso confessar, esta graça os salva, trotskistas; sem ela, eu os veria mal colocados: o que aconteceria se o “dinamismo” das massas dependesse de fatores externos? Suponham que ele se defina a partir do estado de forças, o grau de esgotamento dos combatentes, a lembrança de lutas anteriores, as questões identificadas, a política dos chefes<sup>36</sup>. Suponham que a ação espontânea das massas, em lugar de visar o futuro, se reduza a ser apenas um contragolpe do passado; suponham que seu poder tenha a inconsistência de um sonho; suponham que ela dependa do cansaço deles, de uma esperança falsa: adeus o humilde profetismo coletivo, adeus a espontaneidade; vocês podem ainda opor Marx a Stalin, vocês não citarão mais o proletariado à frente, para testemunhar contra seus chefes: a política dos chefes e o humor da massa são, nesta hipótese, uma e outro, função das circunstâncias exteriores; finalmente uma reage sobre o

<sup>35</sup> O inenarrável Sr. Monnerot tem sua explicação toda feita, ele: é a *seleção* (pela burocracia russa certamente) que criou na França “um tipo de homem que se apoia no funcionário prudente, no político parlamentar russo, na boa tribuna e no agitador de massas profissional.” Naturalmente este será o dirigente do PC. Não é isto delicioso?

<sup>36</sup> O PC responde muito justamente que as massas eram percorridas por potentes correntes nacionalistas suscitadas e orientadas pelo mito “De Gaulle chefe da resistência” e que era necessário primeiramente empreender um potente trabalho de desmistificação.

outro, eles se modificam mutuamente, se adaptam uma ao outro e, para acabar, o equilíbrio se estabelece, uma acomodação recíproca, os *possíveis* decolam: tais chefes, tal massa; tal massa, tais chefes. O destino do proletariado? Talvez o método marxista os permitisse de *prever-lo*, não de fazê-lo: vocês serão videntes. De qualquer forma, vocês não contam mais. “Mas, dirão vocês, esta concepção não é dialética.” Por que não? Em todo caso, é a de Engels: “A história se cumpre de tal forma que o resultado final deriva dos conflitos de múltiplas vontades individuais, determinadas cada uma por uma quantidade dada de condições particulares: há então forças inúmeras que se entrecruzam, um grupo infinito de paralelogramos e a resultante, o fato histórico pode ser considerado como o resultado de uma força que opera, em seu conjunto, inconscientemente e sem vontade. O que cada um quer é, com efeito, contrariado pelos outros e o que resulta disto é alguma coisa que ninguém quis.” Nesta perspectiva, a “força inconsciente e involuntária” é uma ficção cômoda, quanto à espontaneidade, ela não existe.

Vejam: vocês se dirigem hoje ao PC e vocês lhe intimam a ordem de propor a unidade de ação aos dirigentes socialistas. Este conselho político é – no momento *presente* – ao mesmo tempo muito razoável e muito absurdo. Razoável: é certo que, se ele fosse seguido, a França e a Europa mudariam, a guerra se afastaria. Absurdo: vocês sabem bem que o PC não fará esforços (o discurso de Lecœur testemunha o triunfo provisório dos que querem empurrá-lo na solidão); ele querendo, os socialistas recusariam totalmente. Mas, dizem vocês, o fracasso desta tentativa abriria os olhos aos militantes SFIO: é mal conhecê-los, é subestimar seu ressentimento contra o PC: eles não deixarão seu partido, eles felicitarão os dirigentes de ter feito fracassar a manobra. Caso se tratasse simplesmente de considerar o que realmente acontecerá, seu conselho poderia passar por um piedoso desejo sem importância nem fundamento. Mas vocês insistem no contrário: este “front comum... não é nem utópico nem aventureiro”. Por que? “É que há milhões de operários, de funcionários, de artesãos, de pequenos comerciantes e de pequenos camponeses que querem que isto mude<sup>37</sup>” Em uma palavra, é na vontade das massas que o raciocínio trotskista encontra sua garantia objetiva. Toda ideia verdadeira deve “para um marxista” ser prática uma vez que a verdade é ação; a ideia trotskista permaneceria uma pura abstração sem vida, um imprevisto idealista – já que ela não produz efeitos por ela mesma, já que ela mostra um caminho o qual ela sabe que não será seguido – se as massas, por sua ação e por suas exigências, não se encarregassem de dar a estes puros conceitos subjetivos um começo de realização. Não que a ideia agisse sobre elas: há harmonia preestabelecida; o trotskismo decide que seu discurso é a expressão verbal da espontaneidade coletiva. Ele está de um lado, o proletariado de outro: eles nunca se dirigem a palavra, mas entre o sistema intelectual do primeiro e o ímpeto que leva o segundo a superar sua condição miserável, um acordo profundo e tácito se estabelece virtualmente por cima da cabeça do militante comunista que se contenta, ele, de falar verdadeiramente aos operários e de levar a sério seu movimento. A impetuosidade vital e inobservável das massas e a cautela de um diagnóstico impotente; ou, se preferimos, o trotskismo funda um racionalismo abstrato de oposição a um irracionalismo pragmatista. É óbvio, com certeza, que as aspirações espontâneas das massas trabalhadoras só estão lá para serem violadas. Nós voltamos ao esquema descrito anteriormente: chamamos de espontaneidade a culpa secreta que um grupo inflige aos chefes que ele escolheu, a cumplicidade silenciosa de uma sociedade integrada com os oponentes que ela exilou.

Voltemos ao 4 de junho: foi a espontaneidade operária que repudiou o PC? Eu duvido muito disto. Primeiro, nem Marx nem Lênin acreditaram na permanência de um “instinto revolucionário” das massas. Quanto a Trotsky<sup>38</sup>, ele insiste, ao contrário, em seu “profundo conservadorismo”. Para “liberar os descontentes dos incômodos do espírito conservador e levar as massas à insurreição” é

<sup>37</sup> É verdade: eles querem que isto mude, mas vocês subestimam os estragos que o anticomunista fez em suas fileiras.

<sup>38</sup> Quem, de qualquer forma, deu a vocês o exemplo e reconstruiu a Revolução russa para mostrar o movimento espontâneo das massas como fator essencial da história. Mas sua concepção ainda é muito mais rica e complexa que a de vocês.

preciso circunstâncias excepcionais. Neste caso, seu sentimento é acima de tudo puramente negativo: os chefes possuem planos, programas: mas as massas apenas sentem “que elas não podem mais suportar o Antigo Regime”. Impulsionadas pelo evento, é somente então que elas fazem sua *experiência revolucionária* ao “se orientar ativamente pelo método das aproximações sucessivas” e sempre mais à esquerda. Quando seu ímpeto se quebra sobre os “obstáculos objetivos”, o refluxo começa, que conduz à reação: “As grandes derrotas são desanimadoras por muito tempo. Os elementos perdem poder sobre a massa. Na consciência desta, voltam à superfície preconceitos e superstições mal cozidas. Os novos vindos dos campos, massa ignorante, diluem durante este tempo as fileiras de trabalhadores.” Em uma palavra, as massas são revolucionárias quando as condições da Revolução são dadas; deve-se apreciar seu impulso e seus poderes a partir das possibilidades concretas da situação, ao invés de estabelecer estas possibilidades a partir da força do “dinamismo” revolucionário. Em particular se seu pretense “instinto” é o efeito das circunstâncias, sua violência não prova que se deva obedecê-lo. Foi ainda Trotsky que escreveu: “As massas interveem nos eventos não a partir das instruções dos doutrinários, mas segundo as leis de seu próprio desenvolvimento político. A direção bolchevique... via claramente que era necessário dar às grandes reservas o tempo de tirar suas conclusões da aventura... Mas as camadas avançadas corriam para as ruas... (Ora) independentemente da vontade das massas, a experiência podia se transformar em uma batalha decisiva e, em seguida, em uma derrota decisiva. Perante uma tal situação, o Partido se reservava o direito de ficar afastado... Este partido das massas devia, certamente, seguir as massas sobre o terreno em que elas estavam colocadas, afim de ajudá-las, mas sem compartilhar de forma alguma de suas ilusões.” Trotsky, ele mesmo, reclama para um partido o direito de apreciar o “dinamismo” popular à luz da situação geral; ele não hesita, em certos casos, de nomear “ilusões” os motivos deste brusco alvoroço – e Sr. Germain, trotskista, culpa o PC de não ter confiado no instinto do povo. É, dirá ele, que a situação era outra. É verdade: mas se nós recusamos de crer na infalibilidade das massas, o que resta? Duas concepções doutrinárias – a do PC e a do PCF – duas formas de raciocinar e duas interpretações “científicas” da situação.

Este repúdio do 4 de junho, do qual fazemos às vezes um documento e às vezes um testemunho, admitamos que ele existe e que ele se esconde sob o cansaço e o desânimo dos operários. Somos nós mais avançados? *O que é repudiado?* A iniciativa infeliz do 28 de maio? A política do PCF desde 48? Desde 44? Desde o Congresso de Tours? A burocracia? A subserviência à Moscou? A política soviética? E porque não o próprio marxismo? Quem decidirá? Vocês dizem que tudo se encaixa: quando a culpa cobriria apenas um detalhe específico, o rigor da sequência é tal que tudo foi posto em causa. Mas isto não é verdade: nós temos a ver com a história local e cotidiana, opaca, em parte contingente, e a ligação de termos só é tão estreita quando não pudéssemos variar alguns sem modificar todos os outros. Eu lia, outro dia, que o proletariado está cansado da interferência dos dirigentes soviéticos em seus negócios interiores; não é, dizia-se, que ele condena esta interferência: pelo fato, ele não a sente e ele sente falta dela; mas, o que volta para repudiá-la, ele não pode mais suportar o “burocratismo” do PC, que é sua evidente consequência. Mas eu continuo duvidoso: teria sido necessário, para me convencer, me mostrar, primeiro, que não podemos combater esta burocracia sem ter primeiramente rompido com a URSS; em seguida e inversamente, que um partido revolucionário não subserviente à URSS não corra o risco hoje de ser burocratizado pelas circunstâncias da luta. Na falta destas precisões, eu não sei como limitar o porte desta suposta culpa. Eu vejo bem que o PC reconhece que ele cometeu um erro e eu vejo também que ele o localiza nos instantes que precederam imediatamente a greve: é que ele quer fugir da melhor forma. Eu vejo burgueses persuadidos que as massas tenham levado sentença contra Marx: é que eles são antimarxistas.

Então eu ignoro o motivo da sentença; mas como se isto não fosse o suficiente, eis que eu não sei mais qual é o juiz que a carrega. Porque eu imagino duas espécies de culpas: aquelas que uma classe revolucionária inflige *em nome da revolução* aos chefes que querem pará-la; aquelas que uma classe derrotada, quebrada, resignada inflige *em nome da ideologia da classe vitoriosa* aos revolucionários que querem envolvê-la em aventuras novas. No primeiro caso, é o sujeito da história

que condena um traidor e a condenação se inscreve na história que ele faz. No segundo, é uma classe que se sente tornando a ser massa, que reencontra, com suas velhas correntes, “seus preconceitos e superstições mal cozidas” e se serve deles para condenar sua própria glória. A qual dos dois juízos tenho eu relação? Os trotskistas afirmam que é ao revolucionário:

“A classe operária francesa... foi sacrificada... Apesar de todas as justificativas este erro criminal explode hoje aos olhos de todos. Na próxima ocasião nenhum trabalhador a recomeçará.”

Como crer neles, ao menos confiar na espontaneidade irreprimível do trabalhador. E depois, para tudo dizer, eu acho um pouco fracas as reações deste revolucionário: sacrificaram sua classe, ele sabe, e, para qualquer retaliação, ele amua uma greve intempestiva? É preciso bons olhos para encontrar seu *dinamismo*, melhores ainda para descobrir uma pressão das massas nos eventos de 4 de junho.

Para os jornais, ao contrário, não há mais revolucionários. Eles sequer já existiram, a propósito? A história acaba de simplesmente operar a discriminação que se impunha: ela colocou os banditos à sua esquerda e as pessoas honestas à sua direita. O abstencionismo do operário, deve-se atribuí-lo à sua *sabedoria*, ou seja, à força de penetração dos bons princípios: ele está saciado destas violências inúteis, ele só pede para trabalhar em paz, ele acha que a vida já não é tão fácil e que não temos necessidade de desperdiçar dinheiro com besteiras. Enfim, através dele, é a própria burguesia que desaprova o Partido; eu deixo para pensar se os patrões estão contentes: seu bom amigo, o operário está enfim curado; parece que paramos definitivamente o engate ultrajante que rasgava nossas sociedades modernas. As classes? Era um pesadelo: se, como é lógico, nós concedemos o título de burguês a todo indivíduo que faz parte de uma sociedade burguesa, não haverá mais do que burgueses no Ocidente, uns desesperados e outros muito descontentes.

Se fosse assim, adivinhamos que o PCF seria profundamente tocado pelo desafeto das massas. Mas os esperados de sua rejeição o deixariam frio.

O anticomunista me esperava na virada: “Então, as massas não podem julgar o aparelho?” Eu respondo que lhe acomete, quando eles estão abaladas, de empurrar seus chefes para frente delas<sup>39</sup>. Ele retoma: “Mas, *no resto do tempo*, elas não podem julgá-los?” Ah! Sócrates, eu vejo aonde você me leva. Bem, eu o repreendo: elas julgam seus chefes quando eles as seguem mas não quando eles não as seguem. Sócrates triunfa: “Você deve à burguesia a liberdade de escrever e você se serve dela para negar ao povo a liberdade de pensar.” O veredito foi entregue: desprezo do povo, temperamento de sofista, gosto vergonhoso pelas formas autocráticas do poder; em uma ira de servilismo eu concedo ao PC bem mais do que ele jamais o pediu: ele pretende se guiar pela opinião das massas; o império absoluto que ele tomou sobre elas, ele não se preocupa que nós o justifiquemos: ele o esconde.

Quando me dão uma bronca, eu levo meu masoquismo até o ponto de desejar que seja por boas razões. Eu diria então porque as dos anticomunistas são más.

Primeiramente, eu não me ocupo do que seria desejável nem das relações ideais que o Partido em si sustenta com o Proletariado Eterno; eu busco compreender o que se passa na França, hoje, sob nossos olhos. Bons amigos quiseram muito me apontar a existência de sindicatos anglo-saxões e escandinavos: estes organismos “bem sob todos os aspectos” estariam melhores

---

<sup>39</sup> Lembrem-se vocês, por exemplo, da greve de maio de 1947 na Régie Renault, os responsáveis do Sindicato cegetistas dos metais foram vaiados pelos operários quando eles quiseram frear a ação reivindicativa. Bem cedo o PC compreendeu a lição.

adaptados do que o nosso CGT às formas avançadas do capitalismo<sup>40</sup>. Pode ser: mas o que é que isto prova? Que devemos lamentar não ser suecos? Eu volto a meu país que não tem a reputação de estar entre os mais “avançados” das democracias burguesas. O patronato francês faz a chacota do mundo: levando seu argumento até o final, nós veríamos que temos a luta de classes que merecemos.

Na França, então, e hoje, visto que é necessário precisar, as condições que lhe são dadas impedem ao operário a utilização dos direitos formais que lhe são concedidos. Vocês o sabem, vocês que asseguraram que ele não pudesse se servir deles no âmbito de nossas instituições: porque se revoltar quando ele renuncia a estas miragens para militar. Vocês que gritam ao escândalo quando lhes contam que uma eleição sindical foi feita à mão livre, vocês falsificaram a lei para reduzir ao silêncio um bom terço do corpo eleitoral. Vocês acusam o PC de defender e de atacar alternadamente as liberdades democráticas de acordo com o interesse do momento, mas o que mais fazem vocês? Quando se trata de criticar os comunistas, vocês demandam para o operário liberdades inteiras; vocês as removem dele quando ele dá sinais de criticar-lhes.

Este não é o fundo da questão: se olharmos bem, nossas liberdades foram concebidas por burgueses e o operário não saberia desfrutá-las a menos em se tornando ele mesmo um burguês. Elas só fazem sentido em um regime de propriedade individual e são precauções que toma o possuidor de bens contra o arbitrário do grupo. Isto supõe então que o grupo *já* existe. De fato a burguesia nos diverte há duzentos anos com uma robinsonada que ela nomeia de “atomismo social”; mas é para mistificar as classes pobres: porque ela forma por si só uma coletividade fortemente integrada que as explora. Nós nasceríamos livres e solitários? Nós formaríamos a comunidade nos ligando por contrato? Nós daríamos nossa liberdade para que a multipliquem por cem sem renunciar de fato à nossa solidão nativa? Olhem-nos melhor: solitários? Quando suspiramos com a solidão senão quando em companhia? Livres? Sim: livres para exercer certas atividades muito concretas que se originam, em geral, de nosso poder econômico ou de nossas funções sociais. Livre, o industrial que pode demitir sem explicação um quarto de seu pessoal; livre o general que pode decidir uma ofensiva mortal; livre o juiz que pode escolher a indulgência ou a severidade. A *verdadeira* liberdade burguesa, a liberdade positiva, é um poder do homem sobre o homem. A sociedade a decide antes de nosso nascimento: ela define antecipadamente nossas capacidades e nossas obrigações, enfim, ela nos situa. É nos *ligar* aos outros: para terminar, o mais insignificante de nossos gestos e o traço mais apagado de nosso caráter são na verdade atos sintéticos que realizam em circunstâncias particulares a unidade da classe burguesa; cada uma de nossas condutas manifesta nosso pertencimento a tal grupo familiar ou profissional; cada uma contribui para nos incluir mais neles<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> De resto, o que significam estes exemplos isolados? Nós estabelecemos que a prosperidade dos países “avançados” não se funda sobre a miséria dos outros? São eles a imagem do que nós nos tornaremos, estes paraísos, ou os beneficiários da desigualdade presente? Vocês querem me fazer admitir às escondidas a primeira hipótese, mas vocês não a provam; fosse ela verdadeira, no mais, não haveria espaço para aproveitá-la: se os sindicatos americanos tivessem tomado consciência de seus deveres políticos, eles tentariam frear o curso da guerra ao invés de enviar aos Franceses espiões e propagandistas. Se a história deve dar um dia ao Governo americano este título de “criminoso de guerra” que ele se contentava até aqui de outorgar aos outros e que ele parece reivindicar para ele, é de se temer que os operários americanos, mistificados por seus sindicatos “avançados”, sejam seus cúmplices involuntários, como o proletariado alemão – enganado ou esmagado – foi o do imperador, em 1914, e dos nazistas, em 1939.

Mas posso eu lembrar a vocês – uma delicadeza equivale a outra – que a humanidade inteira vive em estado de subalimentação? Se fosse – por acaso – necessário que o operário das Índias ou da Europa morra de boca aberta para que o industrial americano possa manter seus altos pagamentos, a *verdade* de nossa situação presente, não seriam as fábricas Ford ou Kayser, mas a fome que destrói o mundo. E neste caso, a verdade da *práxis* não é o reformismo sábio dos operários bem nutridos, mas “idiotizados” por um trabalho exaustivo e por uma propaganda de todos os minutos: seria a atividade revolucionária.

<sup>41</sup> Este industrial, dizem vocês, é autoritário. Mas o que é isto, a autoridade? Um traço de caráter? Não, ou, ao menos, não imediatamente. É primeiramente um direito concreto: ele possui uma fábrica, faz cem operários

O que se tornam depois disto, estes infelizes direitos negativos dos quais a democracia burguesa pretende fazer tão grande caso? Se eles quase não nos enriquecem, eles não correm o risco de nos empobrecer. Eles representam simplesmente a salvaguarda de nossos poderes concretos; eles estabelecem entre cada um de nós e a coletividade uma distância imperceptível, eles nos impedem de perecer sufocados. Mas bem que se pensa que a realidade burguesa cai por fora deles: nosso industrial não pensa em se definir pelos direitos que ele compartilha com todos, mas pela potência que ele está a exercer sozinho. *O habeas corpus*? Ele não se preocupa muito com isto: ninguém pensa em pará-lo; sua verdadeira liberdade navega pelo mar: é a máquina que ele acaba de comprar dos EUA. A política? Ele pode muito se divertir votando nos radicais, abandoná-los pelo MRP, voltar a eles: ele não alterará sua pessoa. Sua pessoa é sua usina, sua família, seus projetos. O laço político esta em nossas sociedades – em tempo calmo – o mais covarde e o mais frágil: ele se quebra com o menor choque. Nada de impressionante se nós criticamos livremente os partidos: criticar, é ficar na retaguarda, se colocar fora do grupo e do sistema, considerá-los como *objetos*; ora, fôssemos nós membros de uma formação política, nós não estamos nunca *dentro*. Mas seu patrão, seu diretor, seu chefe de escritório, vocês já os criticou em face e publicamente? A verdade é que vocês fazem parte da empresa, vocês estão integrados a ela: se nós os caçamos, vocês perdem, por sua vez, seus meios de viver, seus poderes e o objetivo de sua vida. Sobre a política exprimimo-nos livremente porque ela parece se reduzir a uma atividade puramente formal; o Governo liberal se parece, em superfície, com o princípio de identidade: ele permite a cada um ser o que é e ter o que tem. Mas desde que se trate de um trabalho, de uma *práxis*, enfim, de uma atividade sintética que exerce um grupo integrado, adeus à liberdade de pensar. Porém a política burguesa é *também* uma ação sintética, uma ação de classe; nas horas de crise, quando a burguesia está ameaçada pelo povo, esta política revele sua verdadeira face: os “bate-papos” dos deputados só possuem o objetivo de divertir o público suas pretensas divisões mascaram a existência de um *partido único*, um partido de classe, tão autoritário e duro quanto o PC, do qual os órgãos são a polícia, a administração e o exército, e do qual o ofício é de esmagar a resistência dos pobres. Nestes momentos, a burguesia não descansa até que ele tenha jogado no esgoto a liberdade de pensar. O que fará ele? É a hora de esquecer as divisões, ele está perdido se ele não pensa como todo mundo. Criticar? Não é tão louco: a crítica corre o risco de desunir, de incomodar a ação governamental. Ele abandona seus direitos a uma equipe de limpadores que lhe garante em troca seus verdadeiros poderes e seus bens.

Mas para o operário, a política não pode ser uma atividade de luxo: é sua única defesa e o único meio do qual ele dispõe para se integrar a uma comunidade. O burguês é sobretudo integrado, a solidão é sua conquista; o operário é sobretudo sozinho, a política é sua necessidade. O primeiro é um homem que sustenta um partido para exercer seu direito de cidadão, o segundo um “sub-homem” que entrará em um partido para se tornar um homem. Um entrevê em relâmpagos a *realidade* de sua política, ou seja, a luta de classes; o outro sofre *primeiro* a luta de classes, ele é seu objeto e ele pressente às vezes que ele poderia conduzir a ação por sua vez. Para o burguês, por fora da política há tudo; para o operário não há nada por fora dela; nada além de “tristeza operária” da qual Navel dizia que saímos somente pela ação. A tristeza quer dizer a solidão. Não vamos, porém, concluir que esta solidão é *natural*: os burgueses, para nos persuadir disto, desenvolveram seu “atomismo social”. Mas bastará se referir, para entender o sentido de toda esta filosofia, às considerações da lei Le Chapelier sobre os “pretensos interesses comuns” dos trabalhadores. Não: a solidão do operário não vem da natureza; ela é *produzida*; o trabalho, o cansaço, a miséria, os bons cuidados da burguesia forneceram, se eu ouse dizer, aos trabalhadores um “estado de natureza” artificial; é o que nós

---

trabalharem e *pode* em nome do contrato de trabalho, exigir deles certas condutas. O exercício deste direito é uma ação: ele comanda, ele “faz funcionar” a empresa. A ação repetida se torna uma competência: “É do homem que nós precisamos: ele tem um punho de ferro.” Por fim o todo é retomado por um juramento que ele faz a si mesmo: “Eu serei um chefe.” Tudo isto volta a assumir por sua própria conta e a fazer existir *em ato* a relação abstrata do Capital e do Trabalho, ou seja, a exploração do homem pelo homem. Ela não está guardada em um compartimento de seu cérebro, sua autoridade, ela está fora, nas coisas, ele se limitar a interiorizá-la.

chamamos *a massa*. Eu detalharei mais tarde os procedimentos de massificação; o que conta, aqui, é que eles visam todos a nos impor a solidão – não o inteiro desaparecimento das relações sociais, mas sua mecanização. Nesta operação, os direitos democráticos possuem um papel essencial: para uma burguesia integrada, nós vimos que eles só oferecem vantagens; para os solitários, constantemente expostos às forças de desintegração, as liberdades formais são cadeias. Vejam o livre contrato, peça central da mecânica: como ele combina tranquilamente a ameaça de morte e a liberdade do trabalho; o operário é um homem que assina livremente sua pena de morte. Neste amálgama de necessidade e de autonomia, a necessidade impede o assalariado de debater seu preço, a liberdade faz responsável daquele a quem impomos; de qual direito ele reclamará: ele poderia recusar. De uma maneira geral, o livre contrato força o operário a retomar por sua conta o destino que lhe fizeram; ele consente com sua sorte, ele se remete a ela: Será que é o patrão quem foi procurá-lo? Será que ele não solicitou a contratação? Será que ele não aceitou as tarefas suplementares, será que ele não tentou melhorar o rendimento de sua produção? Será que ele não aumenta voluntariamente os riscos de doença ou de acidente? Não é ele quem, muito criminalmente, baixou suas exigências para roubar a vaga do vizinho? Depois disto, quem ousaria falar de solidariedade: É a lei da selva. Luta de classes? Mas não: luta pela vida. Resumindo, foi ele quem tudo fez, que é culpado de tudo, ele quem reclama a miséria, a solidão e o trabalho forçado. Antes do contrato, ele era apenas vítima; depois de sua assinatura, ele é cúmplice. Em vão, também, ele se joga nos ferros: ninguém lhe deve nada. O trabalho feito é pago, o dois contratantes voltam a ser livres; eles se ignoravam na véspera, eles não se conhecem mais no dia seguinte. Que uma baixa seja registrada em Wall Street, um pequeno choque bastará para descolar o pessoal. O contrato livre transforma o trabalhador em partícula destacável. Quando o parlamento inglês, por volta do meio do século XIX, notificou votar as primeiras leis operárias, foi apenas um grito: Protejam as mulheres e as crianças, se vocês insistem, mas *não os homens!* Eles são adultos, razoáveis, livres: eles podem se defender *sozinhos*. Eis as palavras que contam: *sozinhos*. A liberdade do operário é a sua solidão; nada pode intervir a seu favor sem correr o risco de escravizá-lo e o Governo garantirá tão bem a liberdade do trabalho que ele se esforçará mais para proteger os trabalhadores contra toda proteção, fosse ela aquela de seus próprios sindicatos.

O direito de voto fechará a questão: o operário não encontra nestas somatórias mecânicas que nós chamamos eleições nenhum traço da solidariedade que ele procura. Trata-se de votar *isoladamente* em um programa que ele não estabeleceu e do qual ele tomou conhecimento em sua solidão: é o maior número de solidões que prevalece, sob o nome de maioria. Mas a ideia ganhadora não une nada: ela similar em cada um e em todos; a *identidade* de opinião não aproxima. Se deixará ele persuadir que toda a política se reduz a este jogo de sociedade? Sob o pretexto de fazê-lo aceder à cultura, a burguesia vai infectá-lo de individualismo: com a liberdade de pensamento e de expressão, o farão tatear o probabilismo, a tolerância, o ceticismo e o objetivismo: todas as opiniões são respeitáveis, todas se valem; porque escolher uma, mais do que a outra? Desviam-no. As liberdades democráticas sancionam a massificação e dão ao operário um *estatuto de massa* jurídica. O isolamento de fato se torna solidão de direito<sup>42</sup>.

Liberdade de criticar, de duvidar, de votar, de morrer de fome: vocês creem que é isto que ele procura? Ele seria bem louco! Afundar-se na solidão quando não queríamos nada além da integração? Se separar dos camaradas e ficar na retaguarda para criticar seus atos quando apenas queríamos se unir a eles na confiança? E o que fazer do ceticismo que embaralha as ideias e sopra sobre os significados do universo quando *justamente* a realidade cotidiana é absurda e quando desejamos ardentemente que a vida e a morte tenham um sentido. A dúvida e a incerteza, parece que são qualidades intelectuais: mas carece que ele lute para mudar sua condição e estas virtudes de inteligência podem apenas paralisar a ação: peça-lhe para recolocar em questão a causa à qual

---

<sup>42</sup> Mais tarde *integrado à classe*, ele reivindicará estas mesmas liberdades para conduzir sua ação de classe. Mas é neste momento mesmo quando a burguesia quer suprimi-los. Ele se ele as reivindica, também, é pelo militante que ele se tornou, pelo membro do Partido operário, não pelo homem isolado que ele foi.

ele serve ou para morrer por ela, mas não os dois ao mesmo tempo. Uma ação de alguma importância exige uma direção unificada; e ele, justamente, ele precisa crer que há uma verdade; como ele não pode estabelecê-la sozinho, será necessário que ele possa se fiar bem profundamente em seus dirigentes de classe para concordar em mantê-los. Enfim, na primeira ocasião, ele mandará ao diabo estas liberdades que o estrangulam: não que ele não queira o poder e a autonomia da classe operária; mas esta autonomia, este poder está na comunidade que ele a coloca; ele só pensa em exercer o título de *proletário*.

No entanto, o que pode ele? Nada: nem mesmo conceber esta comunidade combatente onde ele tomaria seu lugar. Esmagado pelas forças burguesas, sobrecarregado pelo sentimento de sua impotência, extenuado, aonde encontraria ele o germe desta espontaneidade que vocês exigiam dele agora há pouco? A ação pode tomá-lo, transtorná-lo, mudar seu universo, mas de onde a ação vai nascer? Não se trata para ele de passar progressivamente do menos ao mais, é por uma revolução interna que nos tornamos revolucionários; ele só se tornará *outro homem* por um tipo de conversão. E esta brusca aparição de outro universo e de outro Eu, sujeito da história, ele não pode pressenti-la desde que seja esmagado em sua rocha: como a passividade *imaginária* a atividade? Ser burguês, isto não é difícil: basta visar bem o útero natal; em seguida nos deixamos levar. Nada de menos fácil, ao contrário, do que ser *proletário*: um só se afirma por uma ação ingrata e dolorosa, superando o cansaço, a fome, morrendo para renascer. Para que a ação seja a todo o momento possível, é necessário que a *práxis* exista no seio das massas mesmas como um chamado, um exemplo e também, muito simplesmente, como um tipo de *figuração* do que pode ser feito. Enfim, é necessária uma organização que seja a encarnação pura e simples da *práxis*. Bem, dirão vocês, porque não o sindicato? Eu direi o porquê na terceira parte deste ensaio. Mas por enquanto, sindicato ou não, o que conta é que, pela própria necessidade da situação, o organismo que concebe, executa, ajunta, e que distribui as tarefas – que ele seja sindicato revolucionário ou partido ou os dois – só pode se conceber como uma *autoridade*. Longe de ser o delicioso produto da espontaneidade operária: ele se impõe a cada indivíduo como um imperativo. Trata-se de uma Ordem que faz reinar a ordem e que dá ordens. A “generosidade”, o entusiasmo, virão depois, se ele vierem: mas primeiramente, o Partido figura para cada um a moral mais austera: trata-se de aceder a uma vida nova se despindo de sua personalidade presente; cansado, lhe demandamos de se cansar mais ainda; impotente, de se jogar de cabeça baixa contra uma muralha de pedra. Enquanto ele ainda está no exterior, a *práxis*, ou seja, o acesso à classe, se apresenta a ele sob a forma de um dever. Mas se fosse necessário legitimar a existência de um órgão imperioso e sempre *muito* exigente, eu me fundaria antes sobre sua necessidade do que sobre sua origem: fosse ele espontâneo, sua autoridade não seria estabelecida por tanto; quem prova que os primeiros impulsos são os melhores? Ao passo que o Partido, de onde ele venha, tira sua legitimidade de que ele responde principalmente a uma necessidade. Sem ele, não há unidade, não há ação, não há classe. Naturalmente a grande maioria de operário não entra nele: podemos militar depois de dez horas de trabalho na usina? Mas eles fazem nascer a classe quando eles obedecem todos às ordens dos dirigentes. Em troca da disciplina que eles observam, eles possuem o direito de não ser incomodados pelos “bate-papos”. Duas confederações sindicais, dois ou três partidos operários: cada um é enfraquecido pelos outros; quando estamos fora, o que decidir? Nos mantemos fora. Vocês afirmam que as massas *não exigem* o Partido único? Vocês têm razão: as massas não exigem nada, porque elas estão em dispersão. É o Partido que exige das massas que elas se ajuntem em classe sob sua direção. E a palavra de ordem “partido único” não foi lançada pelo PCF, nem mesmo por Lênin; mas – por fora mesmo do marxismo – pelos blanquistas como Vaillant; o I Congresso nacional de movimentos socialistas se propunha como meta, em 1899, realizar a “Organização política e econômica do Proletariado em partido de classe para a Conquista do Poder”.

Se a classe não é nem a soma dos explorados nem o ímpeto bergsonianos que as levanta, de onde querem vocês que ela venha senão do trabalho que os homens fazem sobre si mesmos? A unidade do proletariado é sua relação com as outras classes da sociedade, enfim, é sua *luta*, mas esta luta, inversamente, só tem sentido pela unidade; cada operário, através da classe, se defende

contra a sociedade inteira que o esmaga; e reciprocamente é por esta luta que a sociedade se faz. A unidade da classe operária é então sua relação histórica e movimentada com a coletividade, como esta relação é realizada por um ato sintético de unificação que, por necessidade, se distingue da massa como a ação pura da paixão. Quando se tratasse apenas de transformar a oposição e a concorrência em comunidade de interesses, é bem necessário, a menos que assumamos que todos os trabalhadores serão tocados juntos pela graça, que um princípio de ligação possa agir simultaneamente em vários lugares e garantir a cada um a sinceridade de todos. Isto não significa, claro, que o militante não sai da massa: mas, se ele sai, ele se distingue dela. Nisto somente: o homem da massa está ainda pesado por seus interesses particulares, é necessário arrebatá-lo, o organismo de ligação deve ser ato puro, se ele comporta o mínimo germe de divisão, se ele conserva ainda em si alguma passividade – uma gravidade, interesses, opiniões divergentes – quem então unificará o aparelho unificador? O ideal seria que fosse a pura ligação, a relação que surge em todos os lugares aonde dois operários estão juntos<sup>43</sup>. Em uma palavra o Partido é o movimento mesmo que une os operários ao levá-los à tomada do poder. Como querem vocês então que a classe operária repudie o PC? É verdade que ele não é nada fora dela; mas se ele desaparece, ela vira poeira.

Deve-se compreender que o operário é passivo? É bem o contrário. Ele se transforma em ação quando ele entra na classe e só pode afirmar sua liberdade na ação. Mas esta liberdade é um poder concreto e positivo: o poder de inventar, de ir mais longe, de tomar iniciativas, de propor soluções. É somente *ultrapassando* a situação no sentido do movimento de conjunto que esta liberdade pode enriquecê-la; a liberdade de crítica, ao contrário, não é somente ao dirigente da célula ou ao delegado sindical que ela faz enrugam a sobrancelha: cada um tem medo *nos outros*, ela lembra a solidão anterior, as discórdias. Compreendamos de qualquer forma que as críticas, quando as tolerávamos, não podiam emanar de uma espontaneidade ou de um “instinto” revolucionário: o operário, transformado pela organização em sujeito, encontra sua realidade prática a partir de sua metamorfose: o que quer que ele pense ou faça, é a partir de sua *conversão*; e esta, por sua vez, tem lugar nas cadeiras atuais da política do Partido. Sua liberdade, que é simplesmente seu poder de ultrapassar o dado – dito de outra forma, de agir – se manifesta então no seio desta realidade dada que é a organização; ele forma seus pensamentos sobre os problemas que o Partido lhe submete e a partir de princípios que o Partido lhe dá. Enfim, ele não julga o Partido em nome de uma política da qual os princípios seriam gravados em seu inconsciente, produzidos por sua reação espontânea ou pela contradição da sociedade burguesa: levado, formado, elevado acima de si mesmo pelo Partido, sua liberdade é só o poder de ultrapassar por atos, no interior mesmo da organização e voltado para o fim comum, cada situação particular. Diríamos em uma palavra que o Partido é sua liberdade. Um operário, na França e hoje, só pode se exprimir e se realizar em uma ação de classe dirigida pelo PC; ele é formado pelos raciocínios do PC, por sua ideologia e seus princípios; se ele queria lhes voltar contra a política comunista, eles iriam eles mesmos justificá-la. Se um erro grave é cometido ou uma derrota limpada, não há instrumentos para compreender o seu sentido nem pressentimento para adivinhá-lo; simplesmente ele se solta, seu esforço se quebra, ele recai no campo da atração burguesa; a classe se desmorona. Mas quando ele recai, é para reencontrar, sob a ação de forças inimigas, seu desespero, sua ignorância e o sentimento de sua impotência. O Partido se reformou, longe dele, inacessível, como um imperativo que não julgamos, que achamos simplesmente *muito duro*, desumano, no sentido de que se pode dizer que a moral de Kant era desumana. O que volta a declarar que toda ação de classe se tornou impossível.

“Em suma, diz o anticomunista, nós dizíamos que a classe operária repudiava o Partido; vocês dizem, vocês, que ele reduziu os operários ao desespero. Nós não estamos com humor para seguir com estas discussões bizantinas e nós declaramos que vocês nos concedem tudo o que nós pedíamos.”

---

<sup>43</sup> Eu digo o ideal. De fato há germes de divisão no Partido como em todos os lugares e sabemos que a luta esgotante que ele leva sem cessar contra a ação “fracional”. Nós voltaremos em toda esta análise.

Eu não concedo nada. Eu constato, como todo mundo, o desânimo das massas; mas eu não sei mais se a política do PC porta a responsabilidade disto. E depois, entre nossas duas interpretações, eu vejo um abismo; se vocês só encontraram nela uma diferença verbal, é que vocês zombam da classe operária. Um proletário muito saudável, fresquinho, que repudiasse o PC e formasse na hora um novo partido (vocês sabem, este famoso Partido comunista bem francês que se distinguiria do Partido comunista francês por sua independência, e que manifestaria seu caráter nacional ressuscitando o verdadeiro internacionalismo), se ele existisse, seria necessário tomar nota de suas vontades: quem poderia decidir senão ele? Um proletariado que voltou ao estado natural de atomismo, mas em ebulição ainda e sempre pronto a se reformar, a retomar a luta, vocês poderiam, a rigor, esperar, passar-lhe o seu lixo e, quem sabe, lhe oferecer um Partido de substituição. Mas vocês sabem bem que a classe operária desfalece, que ela mede sua impotência, e, que ela corre o risco de mandar seus milhões de homens sem defesa aos martelos da burguesia; vocês sabem que tudo será posto em obra durante os meses que vêm para aumentar a solidão e a resignação, as distâncias entre os homens, para fazer do proletariado um arquipélago. Quando os operários tiverem tocado o fundo da amargura e do desgosto, creem vocês realmente que vocês podem colocar seus jargões? Eu disse a vocês: Se eles perdem a confiança no PC, eles se desconfiarão de sua classe; o universo será burguês. E se vocês esperam que eles subirão de novo o morro, é preciso saber que só PC pode ajudá-los; se eles reencontram sua união, será para se unir em torno do PC; sua combatividade, será para obedecer a suas ordens. Já sussurram: “Você é louco! Desejar uma esquerda independente e em ligação com o Partido! Quer você então que ele reencontre sua influência sobre as massas? Deixe de lado então, em silêncio; deixe a desagregação se seguir: um dia o Partido saltará.” As coisas não estão lá, muito felizmente: mas quando elas estivessem na pior e fosse vocês o irreconciliável adversário do Partido, eu não poderia me impedir de achar desprezíveis estes que esperam o colapso comunista do desespero do operário. Dizem-me que o operário se recuperará, que eu desconheço os potentes arremessos do proletariado francês; ele teria, por mim, um perfil psicológico: ele seria conhecido por suas invernadas seguidas de bruscos renascimentos. Vejam principalmente: 1848, 1870, 1936, 1948. Eu vejo: mas mais do que as violências de um temperamento explosivo, eu descubro nestas batalhas a ação de fatores precisos; e no “sono” que seguiu, eu vejo o efeito da derrota do Terror; a força operária, a cada vez, foi arrasada e foi preciso longos anos para que ela se reconstituísse. Se crêssemos em vocês, não nos inquietaríamos quase nunca. Em vinte anos, em cinquenta anos, nós veríamos reaparecer um belo proletariado novinho. Enfim, nós teríamos paciência: depois, toda a vida não é tão má e o anticomunismo é rentável.

Bem. Esperaremos então. Vinte anos, se quiserem. A menos que, em seis meses, a Terceira Mundial eclodir. Em cujo caso corremos o risco que não haja ninguém no encontro: nem vocês nem eu, nem proletariado livre, nem França.

### III. AS CAUSAS

O desânimo dos operários, eu mostrei que ele não poderia passar por uma condenação mesmo implícita da política comunista. Resta encontrar sua razão. É o objetivo que eu tenho hoje<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Dirão que este desânimo é passageiro? Concordo prontamente. Querirão acrescentar que as greves de agosto de 1953 anunciam um despertar da classe operária? Estou menos certo disto. Estas greves de funcionários são impressionantes por sua amplitude, o que lhes deu uma importância extrema, é que elas foram a ocasião de uma aproximação *de base* entre os grevistas. Mas elas não afetaram a grande indústria privada – ou quase não; e depois, os dirigentes da CFTC e FO finalmente as torpedearam para não serem impedidos de realizar a unidade de ação com a CGT. Eu peço que tenhamos paciência e que não me acusem de pessimismo nem de me prender em concepções negativas. Eu não tenho a intenção de fazer uma constante da

Podemos levantar a questão de duas maneiras que procedem as duas do mesmo sofismo. O anticomunista “de esquerda” não quer nem ouvir falar do cansaço operário: ele nos mostra um proletariado com o aço enfiado até o cabo na carniça burguesa. O anticomunista “de direita” nos faz ver a burguesia sob os traços de uma jovem gigante que carrega em seu braço um proletariado moribundo. Nos dois casos, trata-se de passar em silêncio tudo o que poderia se parecer com um condicionamento recíproco, enfim de negar a luta de classes.

O anticomunista “de esquerda” frequenta os burgueses franceses; ele admite prontamente que suas características nacionais foram produzidas pelas circunstâncias. Do proletariado francês, contrariamente, ele nega puramente a existência: só existe o proletariado em si que se manifesta simultaneamente no seio de todas as nações capitalistas. Como estaria este proletariado cansado? E que relação queremos que ele tenha, este produto inteligível do capital em si, com nossa burguesia tão lamentavelmente empírica. Uma se formou pouco a pouco sob a ação de fatores acidentais e assim negligenciáveis. (Citemos, entre outras, a Revolução de 1789.) Exclusivamente determinada pelas contradições do capitalismo, a história da outra se limita a refletir as transformações sucessivas da grande indústria. Nossa burguesia se afoba e retoma coragem, se engana e repara seus erros, gerencia bem ou mal seus negócios; o proletariado mesmo não perde nunca batalha nem a ganha, nunca comete erros não descobre nunca a verdade particular. Irresistível, incompreensível, indestrutível, ele morre. Impiedosamente. É o mais terrível inimigo do capitalismo em si. À burguesia francesa, não vemos o mal que ele poderia fazer: ele não a contará nunca.

Esta concepção permitiria fazer a economia de uma explicação histórica – e talvez de toda explicação – se seus partidários não tivessem enfiado na cabeça de denunciar também os crimes do PC. Sem o PC o proletariado não teria história empírica: o Partido se alojou na classe operária como o grão de areia na bexiga de Cromwell. O que é então? Uma doença do proletariado em si? Responder-te-ão que o proletariado em si não tem doença: ele não pode nem frear nem acelerar o movimento em si que o anima. Não: seus males lhe vêm de uma falha muito histórica de seus dirigentes. O coração de Stalin, se ele tivesse sido mais terno, a cara do mundo teria sido mudada. E não perguntem como é que os militantes empíricos do PC podem destruir as engrenagens do proletariado inteligível: por ter começado por caçar a história, o anticomunista está constrangido de reintroduzi-la no fim sob a forma mais absurda, como uma sequência de acasos, para se dar conta da distância que separa a realidade de seus cálculos.

Para mim, eu defendo que o desenvolvimento do capital, tomando em sua generalidade, dá conta dos aspectos comuns de todos os movimentos operários. Mas estas considerações de princípio não explicarão jamais por elas sozinhas os traços particulares da luta de classes na França ou na Inglaterra entre tal data e tal outra. Um fato concreto é, à sua maneira, a expressão singular de relações universais; mas ele só pode ser explicado em sua singularidade quando por razões singulares: querer deduzi-lo de um saber absoluto, mas vazio ou de um princípio formal de desenvolvimento, perde-se seu tempo e seu esforço. Na verdade, há dialéticas e elas estão nos fatos, cabe a nós descobri-las e não inventá-las. Eu falei de desânimo: se querem provar que eu estou enganado, é preciso estabelecer por testemunhos que os operários guardaram sua “combatividade”. E quando o estabelecessem, este ânimo conservado seria ainda uma afecção particular e pediria uma explicação particular, bem como o desânimo. O proletariado francês é uma realidade histórica do qual uma singularidade se manifestou, nestes últimos anos, por uma certa atitude: desta atitude, eu não tenho que procurar a chave no movimento universal das sociedades, mas no movimento da sociedade francesa, ou seja, na história da França.

Os anticomunistas “de direita” chegam às mesmas conclusões pelo raciocínio inverso: aos operários de carne e osso, eles opõem a França eterna, vocês sabem, aquela que tem tão belos sobressaltos, aquela que um homem providencial salva sempre no último momento; cativante, viva e

---

impotência: eu me comprometo a provar que *somente* um Front Popular pode dar sua vigor ao movimento operário.

ágil, sempre ocupada, sempre corrente, ela se parece com La Madelon. Cavalheiros e capitães de indústria, negociantes, burocratas e rurais, todo mundo canta, todo mundo trabalha todo mundo toma parte na comoção. Um só peso morto: o proletariado. A França se volta, inquieta: “O que é então que impede meus operários de me seguirem?” E o que querem vocês que seja senão o Partido comunista. Uma vez que ele medita a nossa derrota, não se espantem que ele tenha se comprometido de embrutecer o operário francês. Este, com certeza, não é inteiramente um juguete: ele encontra em clarões o bom senso de seus pais e compreende que seus interesses são solidários aos interesses patronais; ele só pediria no fundo para trabalhar para tirar sua justa parte da renda nacional. Mas os comunistas confundiram sua cabeça: se eles falham a jogá-lo contra seus bons mestres, eles guardam forças o suficiente para desviá-lo de juntar-se a eles. Dividido entre a desconfiança que o PC lhe inspira e aquela que lhe inspira seu patrão, ele se congela em uma forma de tétano. Até onde nós não iríamos, o que não poderíamos nós pretender se o vírus filtrante do stalinismo não tivesse infectado nosso proletariado!

Belos ratos, esperam vocês nos fazer crer que a France é imortal? Pensam vocês em nos esconder por muito tempo que ela morre? O mal que paralisa o proletariado, ele começou por abater-se sobre toda a sociedade. Vocês, vocês que falam, são vocês vivos assim? A cauda balança ainda quando pronunciam em sua frente a palavra “comunismo” mas o corpo é flácido e abatido; ele se resfria a cada dia. E os outros? Todos os outros? Onde estão nossas grandes esperanças, nossas grandes ambições, nossos grandes feitos? O camponês arranha a terra com suas mãos, o industrial define, os bancos se transformam em poupança. Nós vivemos mal, muito mal: para a maioria dos franceses, o salário não ultrapassa o mínimo vital; os jovens sufocam ou se expatriam, dizendo que não há mais nada a fazer na França. E o Governo? Ele governa? Manter a discórdia por mentiras, enganar a lei eleitoral, aprisionar os oponentes, impedir a seus filhos a entrada nas grandes escolas, assentar sobre nossas divisões a ditadura dissimulada e cagote de fraqueza, reenviar às calendas o voto das leis sociais, fazer promessas aos operários de Estado e aos funcionários e depois recusar de mantê-las, esmagar o país sob o peso de um sistema tributário absurdo, isto pode passar por uma política interior? Raptar os chefes malgaxes em avião para lhes jogar do céu sobre os tetos de suas aldeias, regar os Vietnamitas de napalm e vandalizar o Vietnã, empalar tunisianos em garrafas, atirar à queima-roupa em operários marroquinos, isto pode passar por uma política colonial? Engolir milhares em uma guerra que sabemos perdida, que perseguimos na falta de ousar acabá-la e que se refila de um ministério a outro como uma varíola, alquilar a soberania francesa, aceitar a dominação dos Estados Unidos sobre a maioria do mundo e a hegemonia alemã na Europa, isto pode passar por uma política estrangeira? São homens de Estado, estes católicos com nervos de menina que desmaiam na tribuna, rolam sobre as mesas de banquetes e se consideram Richelieu porque eles têm sangue nas mãos? Estes socialistas que mandam atirar sobre os mineiros em greve? Estes grandes patriotas que traficam piastra? Esta gentalha ignorante e inchada, sempre pronta para lambar as botas ou mostrar seu cu desde que lhe deem um preço? Se eles se mantêm no poder, é porque ninguém, na França burguesa, se preocupa mais com a política: lembrem-se, em 1952, os jornais gritavam vitória porque haviam contado, nas eleições, apenas cinco milhões de abstenções. Vocês falam de apatia quando os operários amuam uma manifestação: que dirão vocês então quando os eleitores amuam as urnas? Na França de hoje, a classe operária é a única a dispor de uma doutrina, é a única onde o “particularismo” está em plena harmonia com os interesses da nação; um grande partido a representa e é o único que colocou em seu programa a salvaguarda das instituições democráticas, o reestabelecimento da soberania nacional e a defesa da paz, o único que se preocupa com a renascença econômica e com o aumento do poder de compra, o único enfim que vivo, que é cheio de vida, quando os outros são cheios de vermes: o vocês perguntam por qual milagre os operários seguem a maior parte de suas instruções? Eu faço a pergunta inversa e eu pergunto o que os impede de segui-los sempre. A resposta não dá dúvida: se o proletariado dá sinais de esgotamento, é que ele foi tomado pela anemia da nação. Para lutar contra o mal francês – este mal que a enfraquece e que nos rói a todos – não basta nos apoiarmos do lado da classe operária: é necessário conhecer a doença em suas causas. Deixando a França eterna lutando com o proletariado em si, eu empreendo de explicar certos eventos rigorosamente definidos no tempo e no

espaço pela estrutura singular de nossa economia e esta por sua vez por certos eventos de nossa história local.

Nós vivemos mal porque nós produzimos muito pouco e a preços muito elevados. Vocês perguntam de quem é a culpa? Bem, do Alemão que declarou contra nós duas guerras ruinosas, do Russo quem, de Moscou, freia a reconstrução, dos demissionários da natalidade que, recusando de nascer, nos privam de sua clientela futura, dos camponeses atrasados que não decidem consumir, do subsolo, enfim, que traiu a França debaixo de seus pés. Enfim, todo mundo é culpado com exceção da classe dirigente.

Eis exatamente o que me incomoda: traidores demais. Tantas causas tão mal conectadas, isto se chama um concurso de acasos. Será que a França morre por acaso? Sobre o moscovita e o operário, nós voltaremos no lazer. Mas as duas mundiais, como imaginar que elas portam a responsabilidade de nosso marasmo? De 1913 a 1929, apesar de cinquenta e dois meses de destruições, a produção francesa cresceu em 30%; depois do que ela se mantém estacionária até hoje, ou seja, durante um quarto de século: no mesmo período a Inglaterra<sup>45</sup> aumentou a sua por meia. E depois o que? Dizem-nos que nós pisoteamos desde 1929: quais que sejam os males que nos acometem, não seria absurdo procurar sua razão em um desastre de dez anos posterior à suas primeiras manifestações? Na origem de uma deterioração tão contínua, é preciso que haja um vício de estrutura, um defeito de fabricação.

O subsolo então? Não. Deixemo-lo aos espeleólogos e aos cavernícolas. Culpem o carvão, culpem o petróleo, culpem os metais não ferruginosos por terem se escondido no estrangeiro como acionistas vulgares quando nossos méritos lhes fizeram um dever de se enterrar sob nossos pés: vocês não serão mais avançados. A Natureza nos trai? Isto é muito ruim; só que ela trai ao mesmo tempo a Europa inteira e vejam: com igualdade de traição, os belgas, os suíços, os ingleses, no advento da outra guerra, eles tiveram uma boa ocasião de gritar ao traidor! Enquanto eles viravam as costas, sua ingrata clientela tinha lhes emplacado: ela comprava o carvão americano, o algodão japonês, o aço alemão. Se a Inglaterra tivesse que ter feito então o que nós fazemos hoje, ela teria se deixado cair sobre seu estrume para assistir a sua própria ruína profetizando, mas sem levantar um dedo para conjurá-la. Ela tinha todas as desculpas: sua velha e gloriosa indústria parecia a ossatura da nação; pode-se mudar seus ossos? Ela quebrou-os: desde que minaram as antigas fundações se sua preponderância industrial, ela quis mudar para continuar a mesma e manter seu equilíbrio transtornando sua produção; a vimos transformar em vinte anos sua anatomia e sua fisiologia, reverter as correntes demográficas, reclassificar e redistribuir sua mão de obra, abandonar seus potes de mina e suas vila mineiras para se orientar deliberadamente para a fabricação de produtos altamente qualificados. Nosso problema é tão diferente? Para nós também, se tratava de transformar uma dificuldade que não podíamos atacar de frente e de intensificar a produção por um remanejamento de nossa economia. Mas uma propaganda inspirada nos persuade que nossa constituição é imutável para nos desviar por antecedência de modificá-la: a France tem os ossos suaves, o mal de Pott; sobretudo que ela se mantenha deitada: ao mínimo esforço do doente, suas vértebras se quebram. Enfim, querem nos fazer tomar gato por lebre e a Natureza pelo Destino. Não creiamos em nada: a Natureza bate as cartas e distribui; cada um faz dela seu jogo, mas não a maneira de jogá-lo; ela faz as questões, mas ignora as respostas, ela orienta a economia sem governá-la. Melhor: é a economia que faz a Natureza do mesmo jeito que a Natureza faz a economia. A industrialização pode afetar bem as formas e a penúria dos recursos naturais não os exclui todos *a priori*: sabíamos de partida que a França, diferentemente da Inglaterra vitoriana, não podia nem mesmo tentar colocar sua produção inteira na dependência de suas indústrias de extração; lhe era proibido favorecer a indústria de transformação? Não podia ela se especializar? Desenvolver junto e uma pela outra a importação de produtos brutos e a exportação de produtos acabados? Declaramos

---

<sup>45</sup> Exatamente de 1939 a 1952.

bem rápido o problema insolúvel, mas o que sabemos, visto que, até estes últimos anos nos abstivemos de anunciá-lo? Nós podemos quitar o reino mineral: são os homens que fizeram a economia francesa, que a fazem cada dia; nosso declínio presente, bem como nossa grandeza antiga, é uma aventura humana e nós somos às vezes suas vítimas e seus artesãos.

Se colocássemos tudo nas costas do consumidor? A estreiteza de nosso mercado interior conteria a produção abaixo de um certo limiar, para além do qual o escoamento dos produtos não seria mais assegurado. Boa ideia! Seu principal mérito é do nos trazer de volta ao reino humano. E depois o camponês consome pouco, é um fato: ao menos na metade sul do país. Somente eis: ao menos se cremos na França eterna e na perenidade do “caráter” francês, eu não vejo que pudéssemos considerar seriamente o retraimento de nossos mercados como uma causa primeira. Nós seríamos uma nação de mesquinhos? Vocês querem rir. Se os cultivadores preenchessem mal seu “dever social de compradores” não seria principalmente porque eles vivem da produção de suas terras? O que os constrange? Claro! A constante diminuição de seu poder de compra. Este empobrecimento progressivo, por sua vez, vocês querem saber de onde ele vem? De que os trabalhos dos campos não pagam mais, simplesmente. Eis que fomos reenviados do consumo à produção. Dirão vocês que a culpa é deles e eles tropeçam em suas rotinas ao invés de comprar tratores? É verdade. Mas, em sociedades como nas máquinas de *feedback*, os condicionantes são recíprocos; no marasmo do consumo, é preciso ver um efeito bem como uma causa ou principalmente uma causa que é ao mesmo tempo o efeito de seus próprios efeitos. Raciocinemos no sentido das agulhas de um relógio: compramos poucos tratores então produzimos poucos; e, já que os mercados estão muito limitados para amortizar as despesas de reequipamento, as fábricas de máquinas agrícolas não possuem nenhum interesse em se modernizar. Conclusão: os tratores se vendem caro porque os camponeses evitam a mecanização. O raciocínio está certo e, por cima do mercado, maravilhosamente próprio para encorajar a inércia: se vocês escolherem imediatamente o agricultor para a variável independente, vocês removerão por hipótese todo meio de agir sobre ele. Cumprimentemos de passagem este belo exemplo de pessimismo reacionário: a avareza e a rotina estão na natureza camponesa; *então* nossa economia não mudara nada.

Agora, raciocinemos em sentido inverso: enquanto o índice de preços industriais continuar superior ao índice de preços agrícolas, os pequenos exploradores rurais não terão os meios de modernizar suas explorações; se eles evitam a mecanização, é porque ela os evita e não venceremos sua rotina a não ser que coloquemos primeiro as máquinas em sua posse. Esta segunda conclusão, tão legítima quanto a primeira, tem a vantagem, além disso, de ser *prática*: ela abre a questão que a outra havia fechado. Mas o camponês mesmo, dirão, não está incomodado pelo estrangulamento do mercado agrícola? Sim, com certeza. Mas nós encontraremos, sobre este novo terreno, a mesma circularidade dos efeitos e das causas. No sentido das agulhas de um relógio: podemos vender a safra, então a França produz trigo em excesso; no sentido inverso: os Franceses estão subalimentados, então ela não produz o suficiente. Já que é preciso mudar, mudemos. Mas de onde partir? Há primado da oferta? Há primado da demanda? Isto depende do que entendemos por “consumidor”. Nossos produtores consideram os clientes de ontem ou do amanhã? E quais são estes compradores irritantes que escapam de seu dever: ricos que poupam ou pobres que não podem pagar? No século passado, o fabricante se vangloriava de criar as necessidades para satisfazê-las: “Em regime concorrencial, dizia ele, aumentamos a produção para diminuir os custos. A estreiteza do mercado é apenas um acidente provisório: isto se conquista, um mercado, ou isto se inventa. Uma vez que há 40 milhões de franceses, nós temos 40 milhões de clientes. É verdade que a maior parte entre eles são consumidores que se ignoram. Isto não importa: nós faremos deles compradores revelados. Quando requeridos, nós iremos encontrá-los a domicílio e, tão pouco eles pudessem pagar, nós pediremos menos ainda.” Enfim, para entendê-la, a produção dependia das ferramentas e condicionava o consumo: a demanda variando em função da oferta. E era sobre o enriquecimento contínuo da nação que o capitalismo fundou sua única justificativa, o grande mito do progresso. Em outros países, o movimento da economia concorrencial devia encontrar seu resultado lógico na

fabricação em série que visa uma clientela em massa e por quem, em teoria, o mercado se confunde com a nação inteira.<sup>46</sup>

Bom. Mas o que vêm nos contar hoje? Na França de 1954, a demanda condicionaria a oferta? Isto foi verdade no tempo das cruzadas: uma sociedade estratificada a qual a economia era dominada pela agricultura fornecia uma clientela fixa e costumeira aos artesãos que trabalhavam segundo receitas herdadas. Quer dizer que nós voltamos para lá? E seria então que nossos patrões não creem mais no progresso? Neste caso, como fazem eles para justificar seus privilégios a seus próprios olhos? Cada ano, há vinte e cinco anos, eles deploram que o consumo se mantém estacionário. A bela desculpa: nós vivemos do que tem. Quando nós morremos todos de fome, como poderíamos nós comer mais uma vez que não nos dão nada mais para comer? É verdade: as crianças não deixarão os pardieiros em que seus pais moraram. Mas aonde iriam eles uma vez que se recusa edificar? Nem o destino nem a natureza humana são responsáveis do estrangulamento do mercado; e a produção, o que quer que digam não deixou de ajustar o consumo: mas, em nosso país, no lugar de impulsionar o consumo, ela o freia. Todo mundo ouviu falar destas boates noturnas aonde o Champagne custa os olhos da cara porque a direção procura “selecionar sua clientela”; a França acabou por parecer com elas: é a elite que consome e os preços são especialmente estudados para que nos mantenhamos entre nós; recusamos habitação aos sem-teto, alimentos aos mortos de fome, calçados aos descalços; o tempo está próximo em que pregaremos nas vitrines dos padeiros: Para comprar pão, um código de vestimenta está em rigor. Eis que parece claro: quando mesmo o consumo, meio estrangulado, se voltasse para a produção para sufocá-la, por sua vez, foi a produção que começou; nela reside o vício constitucional de nossa economia.

É flagrante, este vício, visto que o procuramos onde ele está: ele se chama a dispersão. Nos Estados Unidos, desde 1930, as fábricas ocupando mais de 260 assalariados representavam 4% do total das empresas e absorviam mais da metade da mão de obra. Em nosso país, as operações que dão trabalho a mais de 100 assalariados absorvem apenas 46% da mão de obra e só representam um centésimo da indústria francesa. Em volta de alguns gigantes, os micro-organismos se acumulam: em Paris, só na metalurgia de transformação, contam 18 000 empresas que agrupam 400 000 trabalhadores. No comércio, a dispersão se acentua: os estabelecimentos que empregam mais de 100 assalariados ocupam 12% do pessoal e representam 0,1% do total. Estes fatos são conhecidos de todos; concluímos que a França é uma peça de museu, contemporânea da Ordem Moral e da iluminação a gás: esta mecânica de inumeráveis engrenagens sobreviveria por um capricho da história e continuaria a obedecer as leis do século passado. Sobre o que uns decidem que nós sofreremos a sorte de Atenas, os outros que Deus é francês. Eles se enganam todos: nossa economia é de seu tempo e o século XIX não foi capaz de produzi-la; para lhe dar suas rugas e seu pequeno ar ultrapassado não é preciso nada menos do que os potentes meios dos quais nos dispomos hoje. Certamente, à primeira vista, as poucas 500 000 empresas francesas com seus 8 a 10 milhões de assalariados evocam o belo tempo do liberalismo; mas isto é apenas uma ilusão de ótica. Muito mais do que por seu espalhamento, a economia liberal se definia pelo regime concorrencial que conduz normalmente à concentração. Para conservar a dispersão arcaica de nossas lojas e de nossas fábricas, foi então necessário suprimir a concorrência: as explorações mineiras só podem subsistir se a grande indústria e o alto negócio forem proibidos de absorvê-las. Enfim, os grandes aceitaram vender tão caro quanto os pequenos. Resultado, proibição é feita aos pequenos de se concorrerem: impõem-lhes uma trégua *sine die* e a coabitação pacífica. De Dunkerque a Menton, os preços são controlados pelas associações mais ou menos clandestinas que

---

<sup>46</sup> É verdade que ela engendra seu próprio limite: a produção máxima não coincide com o lucro máximo; a concorrência se apaga perante os acordos. Mas este malthusianismo, por mais prejudicial que seja, não tem nada a ver com o nosso.

parecem uma multidão de pequenos empresários e de lojistas em volta de algumas grandes caixas. Para curvar à ruína estes minúsculos rivais o alto patronato só precisaria impulsionar um pouco a produção. Ele se mantém bem e, se ele consente às vezes em refrescar sua aparelhagem, não é para produzir mais e vender melhor no mercado, mas para aumentar seus benefícios reduzindo os preços de custo.

Qualquer cuidado que ele tome de salvar seus vizinhos, ele, porém não fez nada se ele não os protege eficazmente contra as crises: ao menor sopor, eles serão varridos. Ele os nutrirá então no bico – às despesas do consumidor: em Lyon ninguém duvida que a Fábrica abaixaria sensivelmente seus custos se confiasse os trabalhos de tecelagem e de modelagem a seus próprios ateliers: ela prefere os mandar fazer por empresas dispersas e que vivem apenas dela. Isto não basta ainda: é preciso que o Estado participe destas boas obras, que ele multiplique os alívios e os prêmios, que ele reforce o controle aduaneiro. O Estado significa o contribuinte e a França inteira. A fiscalidade tem por ofício principal redistribuir os rendimentos: mas esta redistribuição, em nosso país, beneficia as empresas que o jogo normal da concorrência teria eliminado. O francês paga impostos para poder comprar com preço alto seus produtos nacionais. Sobre o dinheiro que lhe resta – admitindo que lhe resta depois destas amostras diversas – vela uma providência especial. Como aquele anjo de Claudel que desvia incansavelmente a jovem Prouhèze do jovem Rodrigo para colocá-la no leito de um velho, o anjo do malthusianismo não para de desviar o curso dos novos investimentos em direção às empresas mais degradadas. Tentem, para ver, financiar uma sociedade em formação: farão vocês se arrependem de sua teimosia: “O que é que vocês pretendem? Colaborar com o desenvolvimento das forças produtivas? Mas quem pediu isto a vocês? Vamos desenvolver a produção no momento em que a grande indústria ousar se mover por medo de destruir a pequena. Felizmente os bens de produção custam muito caro: é normal uma vez que os produzimos com muitas despesas. Melhor é consertar as velhas máquinas: elas nos viram nascer e podem ainda ser de uso.” Se vocês insistirem, os bancos entrarão: deem-lhes suas economias, eles as darão ao Estado que as engolirá na Dívida pública. Enfim, não se contentam de roubar o dinheiro dos pobres, esterilizam o dos ricos. A partir daí, tudo está em ordem: aparelhagem obsoleta, custos de produção consideráveis; os preços da indústria sobem como flecha, a clientela agrícola abandona o mercado. Os rurais, por sua vez, usando instrumentos degradados, produzem a grandes custos e a alta dos preços agrícolas priva a agricultura da clientela das cidades. Vejam o belo círculo e como os efeitos reforçam as causas: um ramo da indústria restringe sua atividade produtiva, ele priva certas empresas de suas saídas habituais e provoca assim o retraimento do mercado; as empresas tocadas vão se restringir por sua vez para sobreviver, o que gerará novos retraimentos; esta depressão rotativa acabará por voltar a seu ponto de partida, incitando novas restrições às fábricas que foram sua origem. Assim o consumo se adapta à produção e a produção, em contrapartida, se ajusta ao consumo. O motor funciona bem; apenas um incômodo: ele reduz a velocidade a cada vez e acabará parando.

Quando um sistema social é o objeto de tantos cuidados e reclama tais sacrifícios, podemos sustentar que ele é o fruto do acaso? A mecânica pesada seria depois de muito tempo escangalhada se alguém não a tivesse mantido sob a vista; a pesada multiplicidade de suas engrenagens seria simplificada ao uso sem as intervenções de uma mão invisível. Dito de outra forma, a dispersão “dirigida” de nossas empresas supõe a unidade de intenção a unidade de uma política, então a unificação secreta de nossa economia. Na França como nos Estados Unidos a grande indústria controla todos os setores da vida nacional. A diferença, é que os americanos mataram seus pequenos patrões e que nós conservamos os nossos nas cadeias. Eles vivem, mas em pena, e asseguramos sua docilidade persuadindo-os que eles estavam já mortos e que eles se reduziram a poeira se não prolongássemos regularmente sua permissão de viver. Por esta razão nosso regime econômico oferece uma longínqua semelhança com o feudalismo. Contra a concorrência cada dia mais severa, contra as crises, contra a ferocidade dos barões, uma multidão sempre mais densa de

pequenos empresários e lojistas buscava proteção. Eles acabaram por oferecer seus bens ao grande patronato que lhes restituiu bem cedo sob a forma de feudos vassalos e não sem tê-los, de passagem, marcado com seu selo. No momento, eles não possuem mais do que o usufruto de suas lojas e de suas fábricas. Ou vocês os chamariam proprietários, estes vassalos miseráveis que trabalham duro, voltam penosamente em suas despesas e são seus próprios assalariados? O que podem eles fazer? Aumentar? Renovar seu equipamento? Racionalizar sua empresa? Produzir ou vender mais? Absolutamente nada. Porém, estes mortos em prorrogação são os “homens” dos grandes senhores da indústria: em troca de uma proteção que os impede de cair no proletariado, eles são sujeitados a fazer serviços de uma natureza muito particular: seu ofício é de salvar as aparências do capitalismo concorrencial cobrindo os monopólios. Um anacronismo, nossa economia? Digam sobretudo que ela é aberrante: este sistema artificialmente criado e mantido pelos cuidados de nosso grande capital visa à integração das forças produtoras: mas ele substitui à concentração técnica a centralização oculta dos órgãos diretores.

Resta saber por que nossos grandes feudos se obstinaram a arruinar a França. Notem que eles possuem uma resposta pronta: “É, dizem eles, para limitar os danos. Admitam que a “Fábrica” tenha cometido a falta de abrir ateliers de tecelagem: vem a crise, ela teria dificuldade de fechá-las. Os fornecedores, ao contrário, lhe será fácil dispensá-los: os pequenos patrões são os futuros oblatos da defesa elástica.” Este propósito não nos esclarece. É possível confessar mais ingenuamente que nos jogamos na água por medo da chuva? Em caso de golpe duro, o cerco conserva às grandes explorações certa liberdade de manobra, mas se as circunstâncias são favoráveis, ele proíbe de aproveitar-se delas. Que, amanhã, a demanda aumente, as pequenas empresas serão incapazes de satisfazê-la: e é nelas que a grande indústria ligou sua sorte. Sobre uma inclinação rápida, o automobilista prudente põe seu motor em primeira velocidade: desta forma nossos sagazes produtores, temendo que a produção não embale, a fazem frear por suas próprias máquinas. Para eles, o futuro é cheio de ameaças e nunca de promessas: haverá crises e depois mais crises e depois catástrofes e depois o dilúvio; eles se fazem bem pequenos para oferecer menos superfície ao desastre. Aumentar a renda nacional? Vocês pensam que eles estão brincando: sua própria renda, eles pensam menos em aumentá-la do que impedi-la de decrescer; eles escolheram a política do pior. Sabemos como o marxismo explica a superprodução e as crises periódicas: em regime concorrencial, os lucros investidos se resolvem em meios de produção crescentes e o consumo dos salários vai decrescendo. Nossos grandes capitalistas, teriam eles lido *O Capital*? Para evitar as crises, eles torceram o pescoço para a concorrência, organizaram a sub-produção e reinvestiram seus lucros no exterior. Desta forma nos fizeram eles uma economia depressiva pelo terror da depressão.

A operação deve seu sucesso ao concurso dos pequenos patrões. Eles mascaram do consumidor o malthusianismo dos altos lugares. Forçados a pagar muito mal seus assalariados e de vender seus produtos muito caros, é necessário que eles decidam os preços e os salários. Se o Governo pretendesse regulamentar o mercado, o golpe de caneta de um burocrata arriscaria arrancar 500 000 empresas. Além disso, estes pequenos empresários possuem pulmões possantes: se um ministro ousa taxá-los, eles gritarão ao assassino; se seu pessoal reclama um aumento de salário, eles provarão, números à mão, que eles não possuem os meios de pagá-los. E isto não é inteiramente falso já que eles estão sempre à beira da falência. Nós só vemos a eles, só ouvimos a eles, parece que o único afazer da nação seja de se ocupar deles: estes tumultuosos agonizantes nos administram todo dia a prova que não podemos mudar nada na França sob a pena de tudo cair por terra. Durante este tempo, abrigado atrás deles, o grande patrão procede à organização científica de suas fábricas: se ele quisesse empurrar a fundo suas máquinas, os preços entrariam em colapso; mas ele encontra mais vantagens em se assegurar um lucro sem riscos aumentando até o limite o

intervalo entre seus custos e o preço do mercado<sup>47</sup>. Como é necessário, para isto, manter uma importante fração da indústria francesa em seu potencial mais baixo, ele reconhece solenemente ao pequenos exploradores a propriedade nominal de suas empresas, quer dizer que ele perpetua a impotência deles e a fragmentação de nossos recursos; em contrapartida, os pequenos empresários se conformarão com seu ofício que é de produzir pouco e a grandes custos: este sobrevalor injustificado tem então a característica de uma renda servida à grande indústria pela pequena. Desta forma nossa burguesia se aburguesa: ela prefere o conforto e a estabilidade ao crescimento indefinido dos ganhos; nossos grandes feudos são simplesmente arrendamentos. Porém, é preciso explicar este conservadorismo. É possível que nossa desconfiança perante o futuro se reduza ao medo de crises futuras? Com certeza, é preciso recolocar nossa evolução no âmbito europeu: o período de expansão chegou ao fim, a Europa perde seus mercados um depois do outro, por todo lugar registramos a tendência de transformar o lucro em renda. Mas por que esta reação geral, em nosso país, se acentuou até este ponto? O que é que pode explicar esta raiva malthusiana onde estamos morrendo? Eu creio que nossa história nos fornecerá a resposta.

A história avança mascarada: quando ela se descobre, ela marca os atores e os testemunhos para sempre; nós não nos recuperamos nunca dos dois “minutos de verdade” que a França conheceu no século XIX e nossa burguesia desempenha o perdedor hoje, porque ela viu sua verdadeira face em 1848 e 1871.

Sob a monarquia de Julho, a população francesa se compunha de burgueses e de animais; o rei era burguês e o burguês era rei, o burguês era homem e o homem era burguês. O animal era animal; era aproveitado para as máquinas. Muito frequentemente, a fome o caçava pelas ruas: o acalmávamos soltando os cães. E depois, um dia, tudo mudou; foi em junho de 1848, o Governo ouviu rumores e colocou o nariz na janela: no lugar do gado ordinários ele viu um exército; o proletariado fazia irrupção na história oficial e lutava sua primeira batalha. Que choque: estas bestas batalhavam como homens; todo mundo estava impressionado com a evidente coerência de suas manobras. Enfim, os ricos descobriram o homem na sua frente em uma espécie que os tornaria estrangeiros; foi a origem do grande medo: uma vez que o Outro queria se tornar homem, o Humano inteiro viraria outro e o Burguês nos olhos do Outro se conhecia como algo diferente do Homem; se o miseráveis faziam parte da espécie humana, ele só se distinguiu deles pelas violências que ele lhes fazia sofrer; de repente o burguês se definia por suas recusas: arrogando a si o direito de prescrever limites a sua espécie, e ele se deu seus próprios limites; se os excluídos, por sua vez, deviam fazer a medida de homem, ele percebia sua humanidade nos outros como uma força inimiga. Raramente questão foi mais bem colocada: sub-homens se infiltraram no gênero humano, era preciso desalojá-los. Como fazê-lo? Pegando seus líderes? Isto não poderia bastar: a burguesia tinha perdido suas calmas certezas e não as reganharia a menos que se encontrasse sozinha no mundo. E depois, se comessem o massacre, teria sido perigoso não levá-lo até o fim: os massacradores só obteriam a absolvição se eles tivessem tomado cuidado de fazer desaparecer os testemunhos. Em uma palavra, seria necessário exterminar a classe operária. A questão se anuncia bem: louca de raiva e de vergonha, a burguesia despida queria furar todos os olhos do proletariado; a Guarda Nacional se pôs o dever de fuzilar os feridos. Por mau, pararam prematuramente a repressão. A elite ficou consternada: 10 milhões de mortos lhe teriam feito a inocência; 1500 fuzilados a transformavam em um monte de assassinos. Quando tudo foi acabado, ela temia tanto se ver e ser vista que ela fez a entrega de seus direitos políticos a uma equipe de limpadores que lhe garantiriam em retorno seu direito de propriedade. Aos mortos, foram imputados crimes atrozes que mostravam claramente sua bestialidade; mantinham-se os sobreviventes em sua condição de besta. Todos os ricos tomaram a capital com ódio: para assassiná-la, cortaram-na em pedaços, a alta dos aluguéis alcançou a tarefa

---

<sup>47</sup> Acontece mesmo que a grande indústria consente em pagar salários um pouco mais elevados do que a pequena. História de mostrar sua boa vontade aos assalariados e de mostrar aos pequenos empresários a medida de seu poder.

reprimindo os pobres para fora de seus muros. Os operários desapareceram da história oficial. Porém eles continuavam a viver, amontoados nas praias de sombra que contornam as cidades: de tempos em tempos os olhos brilhavam, então, rápido, se atirava na pilha. Não era suficiente ter lhes tirado a palavra: tentavam remover-lhe a memória. Em vão; eles guardavam ciosamente suas lembranças, o que impedia a burguesia de se livrar das suas: nem por um instante ela se esquecia de seus terrores, nem a visão horrível que ela tinha tido nem o sangue do qual ela estava coberta. Vimos bem na queda do Império quando seus representantes, deixando explodir seu nervosismo e seu ressentimento, recusaram sentar-se em Paris. A insurreição a exasperou sem surpreendê-la: ela a esperava. Um minuto apagou vinte anos de divertimento; voltava-se à questão de princípio: eles ou nós? Nos olhos de seus prisioneiros – estes olhos fixos que as belas Versalhesas ensaiavam fincar com a ponta de suas sombrinhas – os filhos descobriram a insuportável verdade que deixou os pais enraivecidos; eles retomaram a carnificina interrompida: por 20000 fuzilados e 13000 aprisionados dos quais 3000 morreram na prisão, a burguesia francesa mostrou ao universo que ela havia melhorado suas técnicas de extermínio.

Mal para ela: a despeito de sua performance, ele havia recomeçado o erro de 1848 e, pela segunda vez, seu braço parou muito cedo: por não haver destruído o adversário, ela ganhou apenas uma batalha e arriscava perder a guerra de desgaste. Enquanto isso, a Europa a olhava com estupor: no que concerne explorar os homens, os padrões estrangeiros nos teriam dado pontos; somente – foi isto destreza ou clemência? – eles foram, em geral, poupados do recurso às armas: nunca os capitalistas ingleses haveriam consentido em matar o operário com suas próprias mãos; eles se contentavam em brutalizá-lo e, de resto, eles “deixavam fazer” as leis naturais; os trabalhadores em excedente, eles abandonavam a Deus o cuidado de eliminá-los. Estas pessoas não perdoaram nunca a França de ter revelado a natureza do capitalismo e transformado a luta de classes em guerra civil. Sob seu desprezo, nossa burguesia se sentia bem sozinha: prontamente ela se elogiou de ter executado em vinte cinco anos os dois mais belos massacres da história contemporânea, mas os puritanos da Alemanha e da Inglaterra a tratavam como ovelha negra. Quando ela lhes gritava: “Façamos causa comum”, eles se afastavam tampando os narizes. Para piorar as coisas, era preciso viver o dia a dia na promiscuidade das vítimas: e elas se emancipavam estupidamente, as vítimas, graças aos bons ofícios dos Cavaignac e dos Galliffet. Cinquenta anos antes, os operários suplicavam ao patrão de se preocupar com sua miséria, certos de que bastaria que ele visse os males para desejar curá-los; em 1848, eles acreditavam ainda em Lamartine quando ele lhes falava do “trágico mal-entendido que separa as classes”. Depois de 1871, eles compreenderam; pouco importa para o burguês. Em outros lugares os mestres souberam se manter invisíveis, se apagar perante aquilo que eles chamam “as duras necessidades da economia liberal”. Por esta razão, o operário não os odeia realmente – podemos odiar abstrações senão com um ódio abstrato? – e além do mais, mesmo quando ele os odiava, seu ódio comporta sua própria superação: ele sabe que eles o tomam por uma besta que pretende a humanidade e que é necessário conter sem cessar, mas ele os toma, ele, por homens que se ignoram ou que querem se ignorar. Quaisquer que sejam as violências da Revolução que ele espera, ele não propôs jamais exterminar seus inimigos de classe: a liquidação da burguesia deve livrar os burgueses de sua ignorância e da abstração burguesa para lhes restituir sua humanidade. Neles não é o homem que ele detesta, é a noção privativa, é a negação do homem: até que a luta se siga no terreno econômico, o ódio do operário se mantém em sua generalidade<sup>48</sup>.

Em 1848 e em 1871, a burguesia francesa saiu das nuvens, vimos seu braço bater. Certamente o capitalismo, como toda opressão, se mantém pela violência: mas ele não exigia *esta* violência nem *esta* ferocidade na repressão: em 1848 a insurreição da miséria não colocava realmente o patronato em perigo; em 1871 as negociações foram iniciadas, uma conciliação ainda era possível: se os Versalheses recusaram tudo, se eles foram os primeiros a atacar, é porque eles

---

<sup>48</sup> Ele pode odiar certos padrões renomados por sua dureza, mas este é o aspecto *accidental* e subjetivo da luta de classes.

queriam matar. Em uma palavra, eles tiveram o zelo. Nossa burguesia se deixou caracterizar pela insolência e a crueldade de seus oficiais, a crueldade medrosa de seus homens políticos, pela dureza de seus proprietários e dos fabricantes, pelo terror abjeto que ela primeiramente mostrou e depois, depois da vitória, pelo ignóbil júbilo de seus jornais e de suas honestas mulheres; seus atos esculpíram sua figura: ela se encarnou. Por fim, o ódio operário se encarna por sua vez: o que lhe fez o objeto, não é mais a abstração capitalista; no burguês francês, os operários detestam o homem, o homem de carne e osso que se *realizou* por seu empreendimento histórico. Para todos os operários do mundo, o burguês é o produto do capital; para os nossos, ele é também o filho de suas obras, um assassino – e ele vai sê-lo por muito tempo. A jovem geração operária cresceu no silêncio sufocante do segundo Império, ela assistiu, impotente, às matanças da Comuna. Quando ela termina seu aprendizado, a luta de classes se transportou para o terreno econômico; mas estes novos vindos não esqueceram jamais o que eles viram: enquanto eles quiserem prever as reações patronais, eles se lembrarão de Thiers, Galliffet, Schneider e se apoiarão em lembranças inapagáveis para julgar o patrão capaz de tudo; o conflito social que se enovela, eles esperarão cada dia vê-lo degenerar em guerra civil ou principalmente a guerra civil lhes parece a *verdade* da luta de classes; para o burguês, estes jovens homens serão inimigos irreconciliáveis: porque eles são pagos para saber que cada classe persegue a morte da outra e sobretudo porque ela *lhes fez errar*. Em todo lugar lá fora, mantêm a classe operária faminta; somente na França, a fazem sangrar. O proletário de 1886 vende sua força de trabalho aos homens que mataram seu pai ou seu irmão mais velho; de lá vem sua atitude perante eles, esta mistura muito singular de ódio requentado, de dureza fria, de desprezo, de medo e de violência explosiva. Em todo lugar lá fora, os líderes revolucionários renunciam mais ou menos abertamente a ação revolucionária para explorar a fundo as vantagens do sufrágio universal: as classes trabalhadoras terão sua representação no Parlamento. É escolher a integração: se aceita o *fato* do capitalismo e defendem-se os interesses da comunidade nacional para obter em contrapartida a melhoria das leis sociais. Os patrões, assegurados, desenvolvem suas empresas; não se incomodarão com a concentração operária quando têm a felicidade de possuir um proletariado integrado. A socialdemocracia servia de refém e de intermediária; sua própria ambiguidade<sup>49</sup> lhe permitia assegurar permanentemente a ligação do Capital e do Trabalho; por sua simples experiência, ela impedia a secessão operária. Quando os oprimidos escolhessem opressores para exprimir suas reclamações, tudo está em ordem, a comunicação se estabelece, a unidade nacional é preservada; e depois, do momento que eles usam da linguagem, a linguagem pode servir a mistificá-los. É quando eles são silenciados que eles dão medo.

Na França, eles se calavam: o proletariado tinha feito secessão; depois de 1871, esta classe dizimada, ofendida se subtrai da nação e forma uma sociedade na sociedade. O que lhe importa o sufrágio universal! Ele se crê paga para saber que os amigos eleitorais são o mais frequentemente os inimigos de classe. É ela, depois de tudo, que deu o poder a seus artilheiros. O Estado – que ele seja ou não democrático – é o “patronato concentrado, levado à suprema potência”. Por esta única razão, mesmo se ele tivesse uma chance de influenciar os debates, o proletariado não podia aceitar tomar parte nas questões públicas. Enviar representantes à Câmara? E quem então poderia representá-los? Ele envolve com um mesmo desprezo a Direita e a Esquerda; a seus olhos, todos os homens políticos são burgueses: acreditamos que um burguês, qualquer que seja sua etiqueta, pudesse defender os interesses dos operários contra os de outro burguês? A França, neste fim de século, é o único país aonde a socialdemocracia seja privada de bases operárias. O operário vota, é verdade, mas fracamente e por descargo de consciência, sem fazer ligação entre suas funções eleitorais e sua atividade reivindicativa: ele preenche os primeiros a título de indivíduo desintegrado, de cidadão abstrato perdido na multidão abstrata de outros cidadãos; ele exerce a segunda como membro *orgânico* de uma comunidade fechada. Enfim, a classe operária, murada em seu isolamento selvagem, conta apenas com ela mesma: ela reprova o millerandismo e condena as leis sociais quando são os parlamentares que tomam a iniciativa de fazê-los votar; seus dirigentes não perdem

---

<sup>49</sup> Os deputados socialistas são burgueses e enraizados no povo; eles veem no Estado burguês um órgão de opressão e no entanto eles participam das questões públicas.

uma ocasião de afirmar a autonomia do movimento operário nem de denunciar o antagonismo dos sindicatos e do Partido; em vão a SFIO multiplica os avanços; tudo o que ela ganha, é ser acusada de “violar a independência sindical”. Frente a estas “falações” e estas “rotinas”, o proletariado, sem outra experiência além *da sua*, inventa seu próprio caminho; ele mantém a luta sobre o terreno que lhe pertence: aquele do trabalho. O sindicalismo revolucionário é o proletariado mesmo, exaltado pela solidão e confiante em seu abandono: traído pelos camponeses, duas vezes traído pelos pequenos burgueses, ele decide tirar tudo – mesmo os valores éticos – de seu próprio fundo; os operários vivem um momento muito particular de sua história: o momento da separação. Em 1871, a comunidade nacional os rejeitou: eles assumem seu exílio e transformam o negativo em positividade; o que chamamos às vezes de imperialismo sindical ou totalitarismo operário é apenas o admirável retorno de uma classe de párias: eles querem apenas ser *qualquer coisa*, lhes condenamos de não ser *nada*, então eles reivindicarão ser *tudo*<sup>50</sup>.

Nossos burgueses se cagavam de terror: uma vez que o proletariado repudiava seus pretensos defensores, todos os pontos eram rompidos, um *no man's land* povoado de cadáveres separava os operários dos patrões. A burguesia não tinha nem mais o recurso de considerar esta multidão silenciosa uma tropa de bestas: depois que eles mantiveram as tropas regulares em cheque, os proletários eram homens. Não totalmente, no entanto: se não se quisesse que eles se tornassem juízes, seria muito necessário que eles não tivessem deixado de ser animais. Homem e formiga, tudo junto, o proletário parecia às vezes transparente e opaco: ele punha a inteligência, a energia, a coragem ao serviço de uma misteriosa natureza animal e de instintos incompreensíveis. O patronato se fascinava com esta massa obscura e descobria nela apenas o reflexo de sua própria violência. De resto, ele não cometeu nenhum erro: o segredo da classe operária, é que ela toma a burguesia francesa por uma gangue de criminosos. Querendo recusar estes juízes mudos, nossa elite confirmou sua sentença: as pessoas honestas, tendo continuado o massacre muito tempo depois da vitória, não podia invocar a legítima defesa: era preciso então provar que suas vítimas mereciam a morte por natureza; eles se empregaram nisto: o proletário, diziam eles, não é nem homem nem besta: homem, nós o teríamos respeitado; besta, nós o teríamos prendido sem fazer mal; mas é uma besta humana, ou seja, uma besta que ataca o homem por meio humanos, ou, se preferimos, um homem que as forças irresistíveis levam sempre ao pior; ele é livre o suficiente para que tenhamos o direito de puni-lo, escravo o suficiente para que possamos desesperar de sua redenção; enfim, é preciso ficar de olho nele e ficar pronto a abatê-lo sem aviso. Desta forma, para se lavar de um crime, a burguesia se dava o direito de repeti-lo à vontade; pode ser que ele tenha defendido com qualquer aparência de razão que a raiva e o medo a tenham deixado louca e que ela só era culpada por ocasião; mas não: ele quer justificar sua falta; e justificando-a ela se muda e se faz criminosa por vocação.

Quanto ao jovem patrão que, por volta de 1890, assegura a sucessão das gerações, parece primeiramente que não pudéssemos em nada lhe repreender: é um filho de assassino, sem dúvida, mas ele era muito jovem para ter tomado parte nas execuções sumárias e o sangue despejado por seus pais não pode recair sobre a cabeça das crianças. Ele tem então a escolha e pode, à sua vontade, negar seu pai ou se obstinar. Ele escolhe, como sabemos, a obstinação. É que o criaram no ódio: ensinaram-lhe a detestar a vítima para impedir que ele considere o carrasco. Ele pega tudo, ativo e passivo, a fábrica e os crimes paternos. Resultado, ele é forçado a reestabelecer tudo: “Entrando na usina, diz ele, eu encontrei o ódio e eu não fiz nada para provocá-lo. O que desaprovam em mim? Nós, os jovens patrões, não matamos ninguém ainda, e ninguém que eu saiba foi ainda matado entre os jovens operários.” A demonstração foi feita: já que o jovem burguês não cortou sua

<sup>50</sup> Que o proletariado seja portador de valores humanos, isto não é duvidoso: o que ele reivindica *para ele* é muito necessário que ele o reclame *por todos*. Que ele seja o *único* portador destes valores, é ainda admissível. Mas reprimirão Sorel de ter confundido *o fato* que a classe operária é sozinha fiel ao humano com a *ideia* que esta classe seria portadora de uma mensagem *singular e*, somado, incomunicável. É transformar o humanismo radical do proletário em um *particularismo*; é parar o proletariado *nisto que ele é* hoje e recusar de tomar seu movimento em consideração. Este momento do totalitarismo soreliano lembra aquele da negritude no negro colonizado.

garganta ainda, o ódio do operário é injustificado, é um *a priori*, a relação fundamental do trabalhador com seu patrão; o proletário é odioso por natureza, o burguês faz o inocente objeto de seu desprezo. Pobre burguês! O que quer que ele faça, será sempre o *outro* que terá começado: já que lhes dizemos que os operários perseguem nossa morte! Hoje ainda o argumento faz a felicidade dos correntistas reacionários: há mais de sessenta anos e nenhuma ruga.

Desde 1890, não é com o pequeno patrão que se identifica a sociedade burguesa. Reclamamos-lhe um aumento? É que queremos destruir a comunidade nacional. Um congresso sindical coloca o capitalismo em questão? É que querem cortar sua garganta e violar suas filhas. Graças a este passe de mágica, a burguesia, no fim do outro século, se outorgou um direito suplementar que poderíamos chamar a legítima defesa perpétua. Esta classe requintada toma o pretexto do sangue que ela derramou para se imaginar que ela está em estado de sítio, investido pela besta humana, e que cada um de seus membros, do nascimento à morte, está em perigo de morte permanente. Em uma palavra as crianças de Versalhes detestam os operários franceses com todo o seu coração, como os barões alemães, trinta anos depois da guerra dos camponeses, odiavam ainda os filhos e netos dos vilões que seus pais torturaram. Quem matou matará. Uma terceira geração de massacradores entra na carreira, lá encontra a poeira de seus anciões e o traço de suas virtudes; estes cadetes fazem o que podem para dar à luta de classes um pequeno ar de vingança; eles manifestam seu ódio para que os operários demonstrem o seu; assim cada inimidade de reforça pela outra; eles tentam manter, em suma, a tensão social no extremo de tal forma que o mínimo incidente pudesse desencadear o motim e a repressão sangrenta<sup>51</sup>. As armas são polidas e as justificativas à mão: esta bela juventude se prepara para dias seguintes que cantam. É de se perguntar qual milagre salvou o proletariado de uma nova Saint-Barthélemy.

Que milagre? Mas simplesmente a “segunda revolução industrial”: ela nasce nos Estados Unidos, ganha a Europa e a França; nossa grande burguesia está no limiar de vinte e cinco anos de vacas gordas que duplicarão nossa produção de ferro e triplicarão nossa produção de aço. Há de que se alegrar, naturalmente, mas não sem pensar atrás: o incômodo, com o capitalismo, é que ele gera seus coveiros; e eis justamente que os coveiros começaram a abundar. Não somente a classe operária aumenta sem cessar seu fluxo rural, mas, por cima do mercado, é ela – nos aglomerados urbanos – que faz mais filhos. As estatísticas de 1906 descobrem a assustadora verdade: por 100 empregados casados 299 filhos; por 100 patrões 358; por 100 operários 395. Ainda é preciso acrescentar que a propaganda neo-malthusiana dos anarco-sindicalistas entabulou as “camadas superiores” do proletariado: são as manobras que são as mais prolíficas. Desde 1869, Leroy-Beaulieu notava melancolicamente: “Os operários que ocupam as últimas posições, aqueles que são dependentes dos trabalhos mais grosseiros e menos remunerados continuam a ter uma numerosa família, na falta de compreender seu interesse ou pela impossibilidade da continência.” O resultado: a classe operária representa 28% da população no começo do segundo Império e 35% no começo do século XX. Se fosse preciso dar um nome ao milagre que salva o proletariado eu o chamaria multiplicação dos coveiros. O patronato fica com medo: a fisionomia tradicional da França se modifica; em 1850, um Francês a cada sete habita em uma cidade de 5000 habitantes e mais; em 1900 um Francês a cada sete habita em uma cidade de mais de 100000 habitantes. Ora, são os

---

<sup>51</sup> As causas sociais e ideológicas do anarquismo são muito bem conhecidas; é preciso acrescentar a elas, no que concerne a França, um fator histórico: a jornadas sangrentas de 1871. O terrorismo anarquista tira sua justificação psicológica dos massacres anteriores. Uma situação econômica basta para determinar um movimento de greve mas, para engendrar um assassinato é preciso outro assassinato ou, de qualquer forma, circunstâncias singulares e datadas: é por isso que os Ravachol defendem o bandido de honra e o justiceiro: eles matam os que mataram. Podemos dizer que cada um deles possui motivos gerais e ideológicos (a “Sociedade” é esta ou aquela, o Capital gera esta ou aquela situação) e um móbil muito concreto: vingar as vítimas de Versalhes. Lembraremos que o anarquismo italiano seguiu de perto o massacre dos operários milaneses e se manifestou como *vingança* pela condenação à morte e a execução de Umberto I. Este fenômeno não tem correspondente na Alemanha e na Inglaterra porque a luta de classes, por impiedosa que tenha sido, se manteve em geral sobre o terreno econômico.

“rurais” que ajudaram o Versalheses, em 1871, em seus grandes trabalhos de saneamento; apoiada nos campos, a burguesia esta certa de esmagar, no menor deslize, a minoria operária: afinal de contas, um soldado é um camponês. Mas o que aconteceria se a relação se invertesse? De quem é a vez de massacrar? O ódio se apanha rápido; que eles nasçam ou não na classe operária, os novos chegados apropriam-se de sua memória e retomam por sua conta os sofrimentos dos Federados. Durante este tempo, certamente, Paris é saneada: nela se habita burguesamente, vota-se bem, tolera-se apenas os bons pobres; mas quando as pessoas de Passy levantam a cabeça, lhes parece que sua obsessão favorita ganhou corpo: uma enorme multidão se forma nas portas da cidade e não cessa de crescer; a capital está em estado de sítio. Nossos Senhores sobem nas fortificações: é o proletariado a perder de vista, o proletariado a não mais acabar, que cobre o campo e pisoteia as colheitas; contudo, nos quatro cantos da França, miseráveis saem de casa para ir encontrar o exército dos coveiros. Os Versalheses só assassinaram um punhado de pessoas; suas crianças descobrem de repente que estes mortos possuem uma posterioridade inumerável. É preciso para isto.

Como? Falam já de integrar a classe operária: é fácil falar; mas integração quer dizer paternalismo e os tiroteios de 1871 fizeram o paternalismo voar em estilhaços. No Norte, a Companhia integra com toda sua força: mas é que ela trabalha em isolamento. Nestes departamentos trancados onde ninguém entra e de onde ninguém sai, a questão da população não se coloca, tudo está à mão: os habitantes mudam de ocupação quase sem mudar de residência; se eles largam seu povoado, é para se estabelecer na cidade operária construída em proximidade: lá eles encontram ambientes e costumes, uma hierarquia feudal onde seu lugar já está marcado; em uma palavra, fabricam-se proletários operando-se levantamentos controlados sobre a população nativa. Mas no subúrbio parisiense? No subúrbio Lyonês? Como *dirigir* a metamorfose do camponês em operário? Sem cessar, fábricas surgem da terra e outras fecham suas portas; sem cessar as exigências do mercado obrigam a modificar a técnica da produção. Estes transtornos se traduzem por uma instabilidade permanente dos empregos; os operários não possuem mais nenhum laço geográfico com seu lugar de trabalho; em Levallois-Perret, em Charenton, cada noite, a população ativa explode e se espalha; uma outra a substitui que chega de todos os lugares. Vai-se correr atrás destes seminômades? Ou procurá-los? Como ajuntá-los? E qual influência exercer sobre eles? A concorrência se opõe ao paternalismo: é ela que modifica sem parar a fisionomia dos subúrbios; por causa dela, estas pilhas de homens são perpetuamente misturadas por movimentos pendulares que realizam mecanicamente a transformação de rurais em proletários. Então? Desconcentrar? Fragmentar esta massa enorme onde o menor rumor se amplifica até se tornar trovão? Este sonho não é novo e o patronato se aprazia dele bem antes da Revolução francesa, quando ele confiava o trabalho a camponeses fora dos muros para escapar das regulamentações corporativas. Desconcentrar, descentralizar, descongestionar: substituir à grande massa incontrolável, “pequenas massas” disseminadas no país e que se têm bem nas mãos! Infelizmente, o momento não é propício e depois, seria necessário um acordo, um plano diretor: é ainda a concorrência que se opõe a ele semeando a discórdia entre os patrões.

Então? Como impedir a aterrorizante subida do proletariado? Não se pode de qualquer forma atirar no escuro. A política de extermínio convém aos períodos de desemprego; em 1848, ela era bem indicada: tinham tido razão em passar pelas armas os homens que custavam sem reportar. De qualquer forma, a economia liberal, esta admirável máquina, se encarregou de restabelecer o equilíbrio sozinha; não tinham feito quase nada além de lhes dar uma mãozinha e ninguém culpará de boa fé aqueles que fuzilam os operários para lhes impedir de morrer de fome. Mas estas mesmas razões proibem, em período de prosperidade, de entravar o livre desenvolvimento das forças econômicas. Qualquer que seja o crescimento da população operária, a oferta de mão de obra é ainda inferior à demanda: atirar no homem quando ele vale tão caro, isto é desperdício. De tempos em tempos o Governo pode se permitir, como em Fourmies, uma retificação local dos efetivos operários. Ainda assim é preciso agir com prudência: se a classe operária viesse a se irritar, perder-se-ia milhões. Taine e Renan aconselham recorrer às forças amenas do malthusianismo social do

qual os efeitos são suficientemente lentos para passar, sobretudo, despercebidos. Uma vez que – como Leroy-Beaulieu mostrou – a manobra ignora seus verdadeiros interesses (que lhe recomendam evidentemente morrer mais rápido e sem filhos), poderíamos tentar abrir-lhe os olhos. Nosso Governo deveria se designar duas tarefas: fixar o camponês à gleba e facilitar a continência do pobre. Faz-se uma campanha de discurso; nas Câmaras, nos comícios, na Academia, isto é apenas um grito: “A terra morre, a terra está morta, viva a terra!” Mostra-se com qual arte a França, até aqui, equilibrou uma na outra sua agricultura e sua indústria: é neste harmonioso balanceamento das forças produtivas que é preciso buscar o segredo de nossa felicidade de nossas virtudes. Não toquemos nisto, não tiremos do bom Deus a vontade de ser francês. O que significa, claro: mantenhamos a superioridade numérica dos rurais sobre os operários. “Enquanto a classe dominante exerce o poder absoluto, escreve Sr. Sauvy, ela é populacionista... Enquanto, por uma razão ou por outra, os dominados adquirem direitos e, em seguida, os dominantes deveres, a questão muda de aspecto... A dominação não sendo mais absoluta, a limitação do número de nascimentos se torna, senão necessária, ao menos vantajosa.”

O pai matava os operários excedentes; persuade-se o filho de lhes impedir de nascer; conselho excelente mas que era preciso poder seguir: em período de desenvolvimento industrial, a multiplicação dos trabalhadores serve aos interesses da produção; neste começo do século os proletários assustam à primeira vista porque eles são muito numerosos; mas a fonte verdadeira de seu jovem poder, é que eles ainda não são o suficiente; o apelo de mão de obra os valoriza, provoca a alta dos salários, limita os direitos reais do patronato: entre 1871 e 1910 o número anual de greves passa de 267 a 1073 e seu percentual de sucesso oscila entre 55 e 60%. Os oprimidos desfrutam ao mesmo tempo das vantagens do número e do benefício da raridade. E se os anarquistas se juntam ao patronato sobre o terreno da propaganda anticoncepcional, é porque eles fazem do malthusianismo uma arma da luta de classes.

Os capitalistas franceses são traídos por seu próprio capitalismo: este regime escravagista lhes impõe de exercer um poder discricionário sobre a massa; mas ele torna ao mesmo tempo a tarefa impossível aumentando continuamente suas necessidades de mão de obra. Tomada entre as exigências contraditórias da dominação e do ganho, o patronato arranca seus cabelos: como manter os lucros sem aumentar a produção? Como esterilizar o proletariado sem provocar a alta dos salários? Como fazer da França uma grande nação industrial conservando nela o aspecto demográfico de um país agrícola?

As respostas estão nas questões, mas nossos capitalistas, tomados entre o medo e a ganância, hesitam a procurá-las: é por isso que encontramos ainda duas correntes na França de 1914, uma “populacionistas” e outra malthusiana, onde cada uma corresponde a um dos termos da contradição. Aparentemente, o populacionismo acabará ganhando: o Governo faz dele sua doutrina oficial; mas isto não quase nada além de uma mistificação. Para combater verdadeiramente o declínio da taxa de natalidade, era preciso começar por alcançar que o custo de vida baixasse; e como se é bem resolvido, ao contrário, a por tudo em obra para impedir isto, a “política demográfica” de nossos ministros se reduz a uma barulheira declamatória e a medidas sem porte<sup>52</sup>. No entanto, tudo indica que a burguesia tenha secretamente feito a escolha da outra solução. O que surpreenderá talvez, é que ela o tenha escolhido *por ela mesma*: a brusca proliferação dos subúrbios parece provocar *intramuros* um colapso da natalidade. Como se, por não ter podido castrar os pobres, os ricos se

---

<sup>52</sup> Quem então sustenta o populacionismo? Os industriais? Jamais em sua vida: eles encontraram no malthusianismo econômico o meio de ajustar a oferta e a demanda de mão de obra. Não: são os proletários inatos, o militares e os párcos. Estes atrasados ainda sob o Antigo Regime, na época onde La Morandière aconselhava aos dirigentes de “multiplicar os sujeitos e os bestiais”; eles não notaram que a burguesia perdia um a um todos os seus poderes e que ela tinha entrado numa fase de *dominação relativa*. A grande indústria lhes dá satisfação de qualquer forma: seu populacionismo barulhento mascarará seus trabalhos subterrâneos de despovoamento.

castraram a si mesmos: a esterilidade burguesa se parece muito com uma conduta de choque<sup>53</sup>; a capital se torna o túmulo da raça. Em torno do mesmo momento, o Comitê de Forges, enquanto se gabando de continuar a “magnífica progressão dos anos precedentes”, faz seus primeiros ensaios de malthusianismo econômico. Tudo está no lugar: em 1914, resta apenas construir a máquina infernal que religará por um condicionamento recíproco as condutas abortivas da indústria e as da família burguesa. Para decidir o patronato não será preciso nada menos do que os grandes choques da guerra e do pós-guerra. A elite se deu conta de que as civilizações eram mortais: “Pobre França, nós a sangramos. O que fará o universo sem ela?” O universo se ri, como pensamos, mas estes lamentos acadêmicos escondiam um verdadeiro terror: e a guerra não estava em causa nem o carbono; entre 1917 e 1921 o patronato tinha adquirido a certeza de que a vitória final voltaria ao proletariado. Não era por hoje nem por amanhã, talvez, mas lentamente, certamente... Foi uma evidência atroz: mas sim, mas SIM! Estes bastardos vão ganhar. Depois de setenta anos, a burguesia não tinha aprendido nada nem nada esquecido e nem todos os perfumes da Arábia teriam podido lavar o sangue de suas mãos: ela se encontra de repente *a mesma* que em 1848, *a mesma* que em 1871, com os mesmos homens de frente a ela, os massacrados da Comuna, que seria necessário matar em vão pela terceira vez. Desta vez, eles acabariam por vencer: e ninguém teria pena dela, já que ela não tinha, em suas horas de glória, pena de ninguém. Nossos patrões se viram perdidos, a França burguesa se colocou a falar dela em termos comovidos. Dela, ou seja, do gênero humano, porque é tudo um, para ela, prever o fim do mundo ou o fim do capital: Visto que o operário é apenas uma besta, o tipo do homem está entre as patas de formigas: quando elas tomarem o poder, estas abelhas prodigiosas, nós perderemos nossos bens, nossas vidas, nossa honra e todas estas delicadezas pelas quais valia, ontem ainda, a pena morrer; os novos homens nos darão de comida às traças, o reino do homem se apagará no passado. E não contemos com a história para nos fazer justiça, sendo pós-golpe: as formigas a reescreverão. Nosso futuro está barrado por esta apavorante catástrofe que continuará a nos destruir depois de nossa morte e que faz de nós com antecedência, a nossos olhos, mortos vivos ou, melhor, erros explicados e corrigidos.

Na mesma época, sobre o mesmo continente, a raiva e o medo geravam em todos os lugares os fascismos: era, se eu ousar assim dizer, a reação “sã”: se os Italianos e os Alemães, com um século de atraso, recomencessem uma Saint-Barthélemy, seria a prova que eles contavam com a vitória que eles acreditavam no capital. No meio destes fanáticos, a velha burguesia francesa, carregada de anos e de crimes, figurou como derrotista. Napoleão III, la Boulange, as matanças, os campos da morte lenta: ela conhecia tudo e, finalmente, ela podia dizer que isto não levava a nada. O capitalismo produz sua própria morte; o proletariado se parece com a Hidra de Lerne: corte uma cabeça e renascerão dez. Então, melhor não cortá-las, estas cabeças abundantes: é melhor buscar o meio de fazê-las, todas juntas, partir-se no meio. Quando os burgueses do Sul e do Leste gritavam: “Às armas!” Os burgueses franceses respondiam: “Procrastine”; quando o estrangeiro gritava: “Pilhe e mate! Massacre!” os nossos respondiam: “Sub-alimente!” Sim, é entorno desta época que construímos, em casa, a máquina de dar a volta: já que o progresso do capitalismo o conduz a sua perda, pararemos o progresso; já que os bens deste povo devem passar cedo ou tarde para outras mãos, nos arranjaremos para produzir apenas o necessário e para consumir tudo o que produzimos; já que nos anunciam o crepúsculo do homem, nós prolongamos seu declínio em Ihe fabricando uma

<sup>53</sup> Estranha situação. Os lares burgueses (a não ser estes que pertencem a meios religiosos) praticam correntemente o *birth control* sob todas suas formas e o aborto. Mas esta mesma burguesia sustenta em seus votos um governo que pune com a prisão (às vezes até mesmo a morte) as práticas anticoncepcionais. A contradição seria enorme se não tivésemos o cuidado de ver que as mulheres burguesas estão muito raramente implicadas no processo de fabricante de anjos. Vemos na barra normalmente pequenas empregadas ou operárias. Tudo se passa aparentemente como se a classe dominante fosse malthusiana para ela mesma e populacionista para as classes dominadas. *Porém isto não é verdade*: porque ela deveria mostrar uma preocupação equivalente com a mortalidade infantil; ora, sabemos que ela vai procurar as crianças até no ventre das mães operárias para, depois, lhes deixar morrer como moscas. O patronato não deseja que haja *muitos* operários; ele deseja simplesmente tirar do proletariado o controle de seus nascimentos para que o ajuste da oferta e da demanda de mão de obra se opere no interior da máquina infernal que ele montou.

economia crepuscular. Já que a concorrência impulsiona a produzir mais, pararemos a concorrência; já que, nos dias de motim, o subúrbio vem ocupar as ruas de Paris, frearemos a concentração técnica para atrasar a concentração social. Isto se trata, em suma, apenas de para a história. Um momento. Um pequenino momento. Nossos patrões querem retardar o cataclisma de alguns decênios para ter o tempo de morrer em paz. Isto não apresenta nenhuma dificuldade visto que aceitamos arruinar o país: porque não se trata de adquirir forças novas, mas de saber utilizar nossas fraquezas e de reforçar cada uma por todas as outras: o mercado tente a se retrair? Perfeito: acabamos por estrangulá-lo elevando os preços. Os preços tendem a aumentar? Acentuaremos a tendência restringindo a produção. As matérias primas faltam? Excelente razão para passar para o controle do estrangeiro. As crianças estão raras? As tornaremos mais raras ainda reduzindo os pais ao desespero; o malthusianismo econômico se apoia sobre o malthusianismo social e o acelera: uma criança custa antes de render, é uma empresa nova que necessita de novos investimentos; quando a França inteira repugna modernizar a aparelhagem, não vamos nos divertir renovando sem necessidade o material humano. E depois o que? Frequentemente as renascenças econômicas foram acompanhadas de transtornos demográficos: queriam-se filhos porque se participava de uma empresa coletiva da qual eles viam o resultado. Mas nós só esperamos o dilúvio: por que fazer filhos se eles serão afogados? Persuadamos principalmente o operário que a França vai morrer, que a sorte do filho será pior do que a do pai: é o melhor meio de abrir-lhe os olhos para seus interesses. Dessa forma, no meio da barulheira fascista, nossa burguesia organiza um lento suicídio que será executado talvez em meio século. Ameaçada, ela primeiramente reagiu com condutas de choque; depois ela retomou em mãos estas condutas e as transformou em estratégia defensiva. Ela jogava a perdedora, ela jogará então que quem perde ganha. Nossa economia cambiante mudará cada vez mais lentamente e, um belo dia, ela parará de mudar: mas nós estaremos mortos; se os Russos anunciam então colocar suas mãos sobre nossa bela França, eles encontrarão apenas uma carniça e serão pegos. O malthusianismo francês está para o seu irmão ítalo-alemão o fascismo como a defensiva para a ofensiva, a resistência passiva para a ação, o feminino para o masculino, o pessimismo para o otimismo, em uma palavra, o negativo para o positivo. Em um e em outro caso, trata-se, para os dirigentes, de reestabelecer sobre os dirigidos a dominação absoluta: mas os nazistas queriam assentar seu poderio na força de seu aparelho repressivo; o burguês francês tira seu poder de um imobilismo depressivo que reduz à impotência seu inimigo de classe.

Nós temos a aflição dos patrões perante o crescimento numérico do proletariado: “Se ele crescer mais, ele nos come; se ele vier a diminuir, à indústria podem faltar braços.” O malthusianismo torna esses medos vãos: a produção estagna quando a produtividade tende a aumentar, as condições de um desemprego tecnológico estão reunidas, a *contenção* da classe operária parece então desejável sob todos os pontos de vista. Esta *contenção*, também, é ainda o malthusianismo que fornece os meios de realizá-la.

O proletariado cresce exageradamente porque os operários fazem filhos demais e porque os rurais deixam a terra em número alto demais. O imobilismo econômico permitirá ajustar um e o outro fator.

Os nascimentos, primeiro: a partir de 1935 o patronato ganha sobre toda a linha. Até lá nada havia acontecido: estes camponeses rudes se obstinavam a guardar a fecundidade das bestas. Mas bastam alguns anos de economia depressiva para provocar o colapso das taxas da natalidade operária: desta vez, eles entenderam; eles se abstêm, exatamente como os burgueses. Este recurso é submetido às práticas malthusianas, quiseram encontrar suas causas na evolução interna do proletariado. Isto não é falso: a classe produtiva se tornou mais homogênea e os filhos de operários são mais numerosos do que os filhos de camponeses. Mas, se os primeiros fazem menos crianças do que os segundos, é porque eles sofreram por mais tempo a prova da miséria das cidades e do desespero. Nós concordaremos, claro, que eles estão todos os dias mais produto deste universo técnico que eles produzem e que eles aprendem pouco a pouco as *técnicas* da vida e da morte: os pais eram submetidos às fatalidades do corpo, os filhos sabem controlá-lo. Mas o controle de

nascimentos é apenas um meio e que pode servir para fins bem diferentes; ele não pode explicar por si só a esterilidade repentina e teimosa das novas gerações: não basta conhecer as práticas malthusianas, ainda é preciso querer usá-las. Procuraremos nós a causa deste “abstencionismo” nas exigências inumanas da produção em série? Se quisermos. Mas, sob esta forma, a explicação fica insuficiente, já que não registramos a mesma baixa na taxa de natalidade nos países de capitalismo avançado. O trabalho do operário, especializado e sempre penoso; para que ele se torne de fato insuportável, é preciso que as normas novas sejam aplicadas no âmbito de uma economia depressiva. Pergunte principalmente aos lares operários porque eles não fazem mais filhos; as resposta não é duvidosa: “Nós conhecemos muito nossos sofrimentos para querer infligi-los a outros.” Condenados a viver no universo da repetição, eles não imaginam outro futuro para suas crianças além de seu próprio passado. De criminosa nossa burguesia se torna fazedora de anjos; ela persegue com seus métodos próprios a obra de seus pais: ao invés de massacrar, ela obriga o adversário a se dizimar com suas próprias mãos.

O êxodo rural em seguida: é preciso desacelerá-lo ou compensá-lo ou os dois. Nada mais fácil hoje: sabemos que o camponês não é atraído pelos fogos mortais das cidades, mas empurrado e conformado a eles pelo excesso de sua miséria; asseguremos-lhe então uma miséria sem excesso. As grandes emigrações do século XIX são ricas de ensinamentos. O primeiro, que se situa por volta de 1860, é devido à concentração de terras e às transformações consequentes da cultura: industriais invertem o mercado camponês; fabricaram, venderam arados, fertilizantes químicos: o rendimento e o preço da terra aumentaram, a demanda de mão de obra decresceu, inúmeros diaristas foram jogados nas estradas, outros os seguiram, menos miseráveis, mas que tinham perdido toda a esperança de um dia se tornar proprietários. A lição foi entendida: o malthusianismo freia a mecanização das técnicas agrícolas para preservar a fragmentação da propriedade. Sabemos que os transportes ocupam mais da metade do tempo consagrado à cultura. Perfeito: testemunharemos então nos cultivadores uma solicitude muito particular colocando os tratores fora de seu alcance conservando 800000 bons quilômetros de caminhos deteriorados. Que eles vão a pé, que eles raspem a crosta terrestre com suas velhas ferramentas, que eles plantem à mão nua: é a melhor garantia da estabilidade social. É verdade que os fatos sociais são circulares; e é também a fragmentação das propriedades que retarda a mecanização das técnicas: as pequenas explorações são muito exíguas para tirar individualmente grande vantagem da motorização. Desta forma o malthusianismo da indústria encontra sua justificativa na escassez da demanda<sup>54</sup>. E se, todavia, os camponeses se associassem? Se eles ousassem comprar os tratores em comum? “Neste domínio, dizem os especialistas, não se fará nada sem a associação.” Mas é que se trata de nada fazer: o regime tem tudo a temer das transformações sociais que as máquinas introduziriam nos campos. Felizmente, há a rotina: nossos camponeses não estão prontos para se entender. Deplora-se seu particularismo, mas se os protege às escondidas. O Estado faz tudo o que ele pode para salvar a preciosa ignorância camponesa: em 1949, o ministro da Agricultura recebeu 471 milhões para o ensino agrícola contra 14 bilhões ao ministério da Educação nacional para o ensino técnico e a aprendizagem artesanal. O resultado é que nos faltam 10000 instrutores. Graças a este déficit cuidadosamente mantido, em nosso país 2 a 3% dos exploradores agrícolas recebem uma instrução técnica; na Dinamarca 95%. Nós aqui muito tranquilos: o regime mistificador será exigido pelos próprios mistificados. A máquina gira em círculo.

O outro grande êxodo do século passado – aquele de 1880 – foi a consequência da concorrência estrangeira. Nossa economia agrícola continuava meio fechada; o desenvolvimento das comunicações coloca a América na nossa porta e o Novo Mundo despeja seus produtos alimentares sobre nossos mercados; os preços desabam: eis nossos fazendeiros na estrada mais uma vez. Aproximadamente um milhão de homens abandonam a terra; para obter outros, que eles fiquem em casa, recorre-se com toda pressa a medidas protecionistas. Mas depois? Como evitar o retorno do

---

<sup>54</sup> Mesmo assim também (quer dizer, colocando o ponto de equilíbrio da rentabilidade dos tratores em 15 hectares) seriam necessários por volta de 500000 tratores. Nós temos 130000.

desastre? Aumentando o rendimento? Seria preciso mecanizar: tiraríamos o progresso com uma mão para reintroduzi-lo com a outra; para impedir o êxodo de 1880 nós preparamos o de 1860. Então? Aproveitaremos-nos do clima para nos especializar na cultura de luxo como a Inglaterra se especializou na indústria de qualidade? Impossível: especializar a cultura é instruir o cultivador. E depois se obteria com golpe certo o que se quer evitar: o êxodo; para poder abordar os mercados exteriores, seria preciso mecanizar, motorizar, aumentar o rendimento, reduzir a mão de obra e os camponeses deixariam seu vilarejo. Sagrados camponeses: ao menor progresso, eles retomam a estrada! Felizmente o malthusianismo dá o meio de fixá-los: já que é o progresso que os cassa, é preciso protegê-los contra o progresso. Que eles produzam trigo, mais trigo, sempre trigo, ao preço o mais elevado, pelo trabalho o mais ingrato, com a técnica a mais atrasada: o chamado de mão de obra se tão maior quanto a produtividade de cada trabalhador será mais fraca<sup>55</sup>. Contra a concorrência de fora erguemos um muro atlântico, isolamos a França dos mercados mundiais; para a concorrência no interior, é mais simples ainda; basta destruir; uma vez que as grandes explorações do Norte e do Oeste não podem frear a produção tão comodamente quanto os industriais, o Governo vai ajudá-los: ele compra-lhes os produtos excedentes para destilá-los. Enfim, a França faz uma fogueira com suas colheitas e cada Francês, com o ventre oco, paga para ver a fumaça. O Estado engoliu bilhões no truque, mas o objetivo foi alcançado: é em nosso país que o pão custa mais caro<sup>56</sup> e que o cultivador é mais mal pago<sup>57</sup>. Porque este era o objetivo, não duvidem: mantendo nossos preços agrícola acima dos preços mundiais e nossos preços industriais acima de nossos preços agrícolas, o malthusianismo gera e conserva a cada instante, por uma criação contínua, o camponês francês, este monstro absurdo e doloroso que uma propaganda interessada quer fazer passar por sábio, que se mata de trabalhar para nada ganhar, crê possuir uma terra da qual ele não tem nem mesmo o usufruto, defende os interesses dos grandes proprietários e vota a cada cinco anos em sua miséria por medo de ficar mais miserável ainda. Este homem da natureza ignora que ele é um produto do artifício e que seu destino se fabrica em cidades como esta dos operários: mas o erguemos contra as cidades lembrando-lhe que seus credores moram lá e principalmente contra os operários lhes mostrando que suas reivindicações provocam a alta dos preços industriais. Se o camponês se pusesse a produzir mais e mais barato, se ele pedisse um número crescente de tratores com preços decrescentes, ele correria o risco de se dar conta um dia que ele tem interesses comuns com os trabalhadores industriais: é isto justamente o que não querem; a estabilidade exige que separemos as classes trabalhadoras por barreiras de incompreensão e de ódio: convencido de que é preciso dividir para reinar, o alto patronato mantém às nossas custas nos campos uma horda de bons selvagens cujos votos apoiam sua política.

Não é preciso pedir muito: o malthusianismo freia o êxodo crônico dos rurais, ele não o suprime. Sobre 1000 trabalhadores, contamos, em 1905, por volta de 480 agricultores; não encontramos mais do que 370 em 1930; em 1953 mais do que 329: a emigração subsiste então; mas ela muda de natureza e se orienta para os pequenos empregos de administração. É ainda um efeito de economia depressiva: endividado até o pescoço, morrendo de fome sobre uma terra hipotética, o camponês quer a segurança para seu filho; ele fará dele um funcionário. E depois, sobretudo o progresso técnico faz nascer ou desenvolve uma classe nova, aonde o rápido crescimento vai equilibrar e depois conter, parar e ultrapassar a do proletariado: a classe média assalariada. Sabemos que Colin Clark estabeleceu, para a maior parte dos países industriais, uma correlação estatística entre a renda nacional per capita e a proporção dos assalariados improdutivos (ou indiretamente produtivos) na produção ativa. Para adotar sua terminologia, o grupo secundário e o

---

<sup>55</sup> Nos Estados Unidos, nos dez últimos anos, a produtividade por trabalhador agrícola cresceu 5,5% por ano. Se realizássemos na França, para os vinte anos que vem, um crescimento anual de mesma amplitude, a renda da produção agrícola passaria de 2000 a 3500 bilhões, *mas* o número de trabalhadores diminuiria por volta de 30%.

<sup>56</sup> Em 1951-1952, 2880 calorias custam na Alemanha 55900 francos, na França 96000 francos.

<sup>57</sup> A receita bruta, para os dois quintos de nossas fazendas, não ultrapassa 300000 francos por ano.

grupo terciário<sup>58</sup> aumentam juntos e nas mesmas proporções até a Primeira Guerra mundial; é a época onde a indústria capitalista constitui ao mesmo tempo seus quadros e sua massa de mão de obra. Depois de 1918, o crescimento do terciário se acelera enquanto o do secundário se desacelera. O desenvolvimento universal dos escritórios e da administração corresponde ao esforço das empresas para se reorganizar em função do progresso técnico e da concentração industrial; centralizamos os serviços, “integramos” os diferentes setores da exploração, garantimos a rapidez das transmissões, encarregamos equipes especializadas de preparar as tarefas e reparti-las, de interpretar a conjuntura e de prever as flutuações do mercado, de regular a distribuição: o objetivo é de aumentar a produtividade garantindo o controle da produção. Ora, o esquema de Clark se encontra na França. Exceto, todavia, que ele se torne caricatural; em nosso país a produção estagnou a partir de 1929 e o crescimento numérico do proletariado recebe sua primeira interrupção em 1931 enquanto o inchaço do terciário não para de se acentuar<sup>59</sup>. É o efeito direto do malthusianismo: o fabricante não se preocupa em aumentar seu pessoal operário já que ele não pensa em produzir mais; ele aumenta seu pessoal administrativo porque ele quer racionalizar a empresa para produzir a menores taxas. Resultado: um excedente de 800000 pessoas ativas no terciário e um verdadeiro subemprego. Se, pelo contrário, quisessem satisfazer hoje as necessidades globais da nação seria preciso elevar em 46% a produção: é óbvio que isto é impossível, mas *principalmente* por causa da penúria da mão de obra. Aonde encontrar operários para construir os milhões de alojamentos que faltam? E se nos damos um prazo de dez anos, de vinte anos, como tapar os buracos do setor secundário a menos que tirando dos efetivos do primário e secundário? Mas o patronato se mantém bem: ele mantém um meio-desemprego nos “serviços” e mantém a França em estado de anemia crônica para frear o desenvolvimento das forças operárias. O malthusianismo não errou seu golpe: uma agricultura atrasada, um terciário em excedente e um proletariado deficitário, isto basta para garantir a estabilidade social. E, naturalmente, os patrões estão cobertos: a subprodução provoca o subconsumo, ou seja, o retraimento do mercado, que justifica por sua vez a subprodução. Tudo é para o melhor à condição de deixar uma parte da população morrer de frio no inverno e de fome ao longo de todo o ano.

Um governo que quisesse aumentar a taxa anual da produtividade, nós vimos que lhe seria necessário descongestionar o terciário; mas os patrões estão bem tranquilos: isto não se fará tão cedo e esta hemorragia, teoricamente possível, está praticamente proibida por causa das resistências *sociais* que ela levantaria. Porém o terciário tem seus baixa-renda cujo salário é no máximo igual ao de um trabalhador manual: poderíamos esperar destes fronteiros que eles não tenham dificuldades de passar de um setor a outro em caso de necessidade. É, bem, não exatamente: o emprego faz o empregado como o hábito faz o monge; por seu poder de compra o funcionário se aparenta ao assalariado produtivo, ele se distingue dele porque ele não produz. O trabalho da datilógrafa faz parte integrante das atividades de direção: nesta medida, ela se julga integrada às classes dirigentes. Para dizer a verdade, suas funções não estão muito distantes das do operário como ela crê; com certeza, ela não *produz*, mas enfim, é ela que dá sua materialidade aos significados elaborados nos escritórios: nisto, ela me parece muito próxima do tipógrafo que é um manual. O momento burocrático do pensamento é a conceitualização: o pensamento nega a realidade das coisas e sua própria realidade, a linguagem nega a existência do objeto designado: o burocrata se mantém no nível das estatísticas, dos possíveis e das ideias claras, ou seja, das ideias que não comportam sua própria superação. O pensamento só reencontrará sua profundidade reencontrando a materialidade; como ela não supera nunca mais do que os objetos, ela só se superará ela mesma se recebendo de fora o caráter de objeto. Enquanto ela digita uma circular, a datilógrafa transforma a ideia em coisa, ela

<sup>58</sup> Lembremos que, para Clark, a população ativa é dividida entre três setores:

Primário (pesca, florestas, agricultura);

Secundário (indústrias extrativas, energéticas e de transformação);

Terciário (transportes, comércio, bancos, seguros, administração, serviços privados).

<sup>59</sup> Em 1866, contamos na indústria de transformação 10 empregados contra 240 operários; em 1948, 10 contra 47.

realiza a superação recíproca da significação por sua materialidade e da matéria pela significação. Há então em seu trabalho com aquele do expedicionário, do carteiro, etc. – um caráter de produtividade. Mas é precisamente este caráter que os funcionários pretendem negar: eles creem participar na elaboração das instruções e das tarefas e passam ao silêncio sua função verdadeira que é de transformá-las inscrevendo-as no real. Por suas condutas e por suas aspirações, os “economicamente fracos” do terciário pretendem manifestar seu pertencimento às classes superiores. Mas eles apenas imitam seus padrões e o que suas atitudes dissimulam é a recusa obstinada de ser assimilados aos assalariados produtivos. Ele possuem apenas uma realidade social toda negativa já que eles não são o que eles pretendem ser e que eles rejeitam qualquer solidariedade com aqueles que se assemelham mais a ele. Bastou operar alguns levantamentos sobre os setores primários e secundários para erguer a miséria contra ela mesma criando este proletariado de colarinho branco que detesta os verdadeiros proletários porque tem horror à condição operária. No âmbito de uma economia expansiva, o mal seria menor: mesmo se, em seu conjunto, os “serviços” continuassem a crescer, as massas operárias cresceriam também; o aumento da renda nacional e a demanda de mão de obra continuariam a revalorizar o setor produtivo e favoreceriam as mutações como nos Estados Unidos onde vastos efetivos flutuantes estão agrupados de um lado e de outro da fronteira e sempre prontos a atravessá-la para invadir o terciário ou refluir no secundário segundo a conjuntura. Mas o imobilismo econômico gera o imobilismo social: a cada 100 filhos de operários nascidos há um quarto de século, 55 se mantiveram operários na grande e média indústria, 10 voltaram à terra e trabalham como operários agrícolas; 35 passaram a linha, dos quais 21 foram aumentar os efetivos do proletariado de colarinho branco. Em outros termos, um jovem filho de operário, por volta de 1930, tinha 65 chances em 100 de se manter operário, 86 chances em 100 de não sair das classes desfavorecidas. Se nós somamos a isto que o êxodo rural se desacelerou, que é praticamente impossível aos funcionários inferiores se elevar às situações burguesas, que os pequenos padrões estão protegidos e mantidos em seu lugar pelo Estado e a grande indústria, será necessário concluir que nossa economia abortiva dividiu em partes os grupos sociais e fez da França, senão de fato um regime de castas, ao menos, uma sociedade em via de estratificação. Vemos a vantagem: o malthusianismo não se contenta em reduzir o proletariado, ele acaba por isolá-lo; com certeza, entram nele ainda, acontece também de saírem dele: mas, cada vez mais, nasce-se e morre-se operário. E não é nada suficiente manter esta classe perigosa à distância: é preciso cercá-la. No século passado, a burguesia vivia em estado de sítio; hoje é ela que se arranja para sitiá-la. Cada um se agarra, por sua vez, ao que ele crê ser seu privilégio: o camponês à sua terra hipotecada, o pequeno patrão à sua miserável empresa, o funcionário subalterno ao seu emprego de morto de fome. Os grandes conduzem tudo; bastaria-lhes um sinal para arruinar essas gentes pequenas, mas eles se guardarão de fazê-lo; serão seus aliados, seus soldados. Estes homens que diferem em tudo uns dos outros possuem um ódio comum: o do proletariado. Sem o ódio do proletariado, o pequeno patrão perceberia que ele é vítima e cúmplice dos capitães de indústria, o camponês que sua terra lhe foge e se escorre como água, o funcionário que ele é explorado por seu empregador. Mas eles não veem nada: a não ser as reivindicações operárias que fazem os preços industriais subirem, aumentam a dívida do camponês e põem o pequeno empresário à beira da ruína, nada salva do abismo sombrio que os atrai e lhes repugna. O patronato francês se apoia em dois terços da nação para reduzir o terceiro à impotência.

Não procuram mais intimidar com massacres, mas enfraquecer do interior a combatividade operária; não hesitam em fechar o proletariado em uma situação sem saída e tão bem maquinada que ele se estrangula ou se rasga se ele tenta sair. O cerco do qual eu acabo de falar não é mais do que um sucesso todo exterior. Há mais: já que a produção produz o operário, e já que o malthusianismo é a característica dominante de nossa produção, o proletariado francês é sua vítima e o produto: nós veremos como ele está condicionado em sua luta mesma pelo mal contra o qual ele deve lutar.

1º Nossos pais nos dizem que a França teve seu proletariado de choque entre 1890 e 1911. E, pelo fato, é preciso reconhecer que a classe operária conduziu mais de 18000 greves durante

estes vinte e um anos. A contá-las por ano, distinguiríamos bem cedo máximos e mínimos. Mas uns como os outros estão em constante progressão: os primeiros passam de 261 a 1025, os segundos de 267 a 1525. O percentual de greves bem sucedidas, este também, não para de se elevar: ele era de 53% no fim do século, ele foi de 62% em 1910. Esta época abençoada termina com a Primeira mundial: em média as greves do pós-guerra foram mais numerosas. Mas, até em 1926, os mínimos e os máximos anuais estão em constante regressão e, sobretudo, o percentual de sucesso cai de 70% no ano 1919 para 35% nos anos 1930-1935. Depois da maré de 1936, o número de greves se manteve muito elevado, mas a tendência à regressão se retoma e se acentua: ela persiste ainda hoje e os percentuais de sucesso são inferiores à média. Deve-se acreditar de verdade que os operários eram mais corajosos no tempo do sindicalismo revolucionário e seus líderes mais espertos, mais dedicados? E qual seria, neste caso, a causa da mudança? A esta questão, os comentadores burgueses contorcem-se: “A causa, ó meu amo, a causa?” Há apenas uma: observem a elevação triunfal do proletariado até em 1919, o ano abençoado no qual o operário apenas fazia um voto para o atenderem e considerem o que avém em seguida: a multiplicação das derrotas, a recrudescência da miséria, o desabamento. 1920, ou o ano crucial. E porque 1920? Porque é o *ano do Congresso de Tours* e da cisão operária; daí em diante, o operariado tem seu câncer.

O operário perdendo coragem porque o cancro comunista o rói, é de qualquer forma muito besta. Porém, é *verdade* que registramos certo enfraquecimento de sua ação. Voltemos aos fatos e vejamos o que eles dizem. Nós veremos, sobretudo, que o número anual de greves e seu percentual de vitórias crescem até em 1912 com a industrialização. Nós notamos por outro lado que a curva ascendente comporta alguns recortes: por momentos, as greves se fazem mais raras e cada uma em particular tem menos chances de dar certo. A curva geral dos preços apresenta o mesmo aspecto: o período de expansão não vai sem crises menores. Se comparamos as duas curvas, salta aos olhos que os *mínimos* de uma e da outra se correspondem exatamente. De 1919 a 1935, a tendência se inverte, mas a relação não muda<sup>60</sup>: as greves aumentam com a alta dos preços e diminuem com a baixa. O sentido é claro: nos períodos de desenvolvimento, o operário está diferentemente *situado* na sociedade; ele é o objeto de uma demanda; isto significa que a renda nacional está em pleno crescimento e que a necessidade de mão de obra bastaria para provocar uma alta dos salários; se a classe operária tenta acentuar esta alta pela agitação social, é que ela exige participar do enriquecimento coletivo. Em outras palavras, o proletariado *passa para a ofensiva*, e tira sua agressividade da conjuntura. De resto, o regime da concorrência permite aos trabalhadores consolidar suas vitórias: as concessões que eles lhe rasgaram, o patrão não pode lhes devolvê-las; se ele quisesse compensar a alta dos salários por uma alta dos preços, ele estaria perdido: é-lhe preciso renunciar a seus lucros ou produzir mais: a *práxis* é pré-esboçada pelo movimento da economia: apanhado pelas correntes que o jogam em plena batalha, o operário se encontra agindo sem ter decidido agir e a eficácia de seus atos é diretamente proporcional à força de expansão de nossa indústria. O proletariado corta seu futuro do futuro do capitalismo. Nós sabemos no momento que este período feliz devia ter fim com o armistício de 1918. Mas a *práxis* cria sua representação dela mesma projetando ao infinito o futuro imediato que a gera: operários e patrões, por uma simples passagem pelo limite, projetaram perante eles o mito do progresso e a ilusão reformista. Bastaria que o proletariado perseguisse suas conquistas: ele obrigaria o capitalismo a produzir sem cessas mais e se aproximaria sem cessar da tomada do poder. É o que Jaurès exprimia por volta de 1902 em termos que nos parecem hoje chocantes mas que traduzem a esperança comum:

“É impossível aos sindicatos se organizar, se ampliar, se sistematizar sem intervir logo no funcionamento da sociedade capitalista... E no dia em que os sindicatos operários, mesmo pela inspeção, mesmo pelo controle, interveem também na constituição do maquinismo, no dia onde eles aconselham, onde eles impõem ao patronato tal máquina, tal aparelho técnico, eles colaboram, quer eles queiram ou não, com o patronato, na direção da máquina capitalista. E certamente eu não estou com raiva do proletariado por esta colaboração que é um começo de tomada de posse.”

<sup>60</sup> Com uma ressalva, que nós faremos mais à frente.

Desta forma o futuro verdadeiro, mas acabado do capitalismo liberal se prolongaria em ilusão de ótica até o infinito e o operário o consideraria seu próprio futuro. Esta falsa perspectiva excitava a combatividade operária dispondo, pela miragem do reformismo, a exploração para colaborar com seu explorador. Os operários não tinham esquecido as velhas Saint-Barthelémy, mas à medida que o universo burguês cedia à sua ação, a palavra de ordem do sindicalismo revolucionário se tornou letra morta; revolucionários e reformistas só se opunham mais frequentemente pela linguagem: quando a Revolução aparece depois de um progresso contínuo, o que é que a distingue de uma simples evolução? O proletariado se mantinha hostil aos policiais e aos programas, mas ele se inclinava a sair de seu exílio voluntário, a se infiltrar no inimigo, a “marcar presença”. Ele tinha aprendido que o fato social é, como diz Mauss, um fato total. Mas a verdade objetiva de sua luta, é que ela o integrava cada dia mais à sociedade capitalista e que devia desencadear, para acabar, a subordinação das organizações sindicais ao Estado.

Durante as depressões, ao contrário, o proletariado bate suas costas no muro. Ter-lhe-iam tirado a coragem? Certamente não. Mas se um mede sua combatividade pelo número de batalhas feitas, é preciso reparar que ele diminui: é que a greve perdeu sua eficácia: os desempregados constituem reservas onde o patrão não se priva de se servir; e depois, se a caixa anda mal, pegarão o pretexto dos conflitos sociais para fechá-la. Ontem o operário dizia sua palavra sobre tudo; hoje, se ele protesta, jogam-no na rua; felizardo se ele não for demitido sem ter dito nada. Ontem ele fazia parte integrante da usina, lhe parece hoje que é tolerado lá. Não é ele, certamente, que sofre esta desvalorização, é sua força de trabalho. Não impede que ele se sinta atingido em sua realidade de homem. Ele se cria indispensável: hoje repetem a ele que só a sorte ou a benevolência do patrão o mantém em seu emprego e que há, para tudo dizer, um tipo de injustiça a lhe dar trabalho quando o recusam a tantos outros; de tanto se ouvir repetir que ele tem sorte de não estar desempregado, o trabalhador tende a se considerar como um desempregado que teve sorte: enfim, em tempos de crise, é o desemprego que dá seu sentido ao trabalho. Ora, o desempregado é um produto de desintegração, um cidadão passivo que foi reprimido aos confins da sociedade e que conseguem mesquinamente nada fazer para que não seja dito que o deixaram morrer de fome. Desempregado em potencial, desempregado de verdade, o trabalhador se sente *excedente*: a crise o despoja ao mesmo tempo de seus poderes e de suas responsabilidades. Ele tinha a ilusão de “colaborar” com o capitalismo: ele realiza sua impotência; não basta mais, no momento, preencher corretamente o contrato de trabalho, se ele quer guardar seu posto, é preciso *merecê-lo*, se tornar aquilo que os contramestres e os patrões chamam de um “bom” operário. De resto, os empregadores aproveitam a ocasião para selecionar o pessoal: reenviarão as “cabeças fortes”, os sindicatos, os militantes, guardarão os outros, os que a resignação, o cansaço, os encargos familiares desviam de protestar; se opera então um tipo de preparação da classe operária: os melhores militantes desaparecem exilados nesta *no man’s land* que é o desemprego; eles perdem ao mesmo tempo seus meios de ação e o contato com as massas; entre aqueles que, apesar de sua relativa impotência, se mantém capazes de exercer uma pressão sobre o patronato, a proporção de resignados tende a aumentar. O trabalhador perdeu a ilusão de colaborar com o capital: ontem ainda, ele contribuía com sua ação reivindicativa para a expansão da indústria; hoje ele sofre os efeitos da depressão sem poder pará-la: sua integração progressiva o levaria a dividir as responsabilidades de seus exploradores; o exílio o torna mais isolado, ele perde todo contato com a sociedade que o exclui: é o que o torna particularmente hostil às manifestações políticas. “A consciência da classe operária, escreveu Lênin, não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão habituados a reagir contra *todos* os abusos, todas as manifestações do arbitrário *quaisquer que sejam as classes* que são vítimas delas e reagir justamente do ponto de vista social-democrata<sup>61</sup>.” Ele tem razão sem nenhuma dúvida, mas é infinitamente mais fácil “jogar as revelações políticas nas massas”, em período de desenvolvimento industrial do que em tempos de crise: entre elas e as classes dirigentes todos os laços são desfeitos, compreendido aí e sobretudo aquele da luta social; o antagonismo

<sup>61</sup> *Œuvres choisies*, Edition de Moscou, I. p. 22.

tende a dar lugar a uma relação de pura justaposição<sup>62</sup>. Não vamos concluir que o proletariado perdeu a memória de sua tarefa infinita: o que é verdade é que a conjuntura o priva de todo futuro obrigando-o a tropeçar em seus interesses imediatos: ele lutou para conquistar, ele luta para conservar. Nunca, porém, a verdade apareceu tão claramente: cada classe persegue a morte da outra; se o capitalismo quer salvaguardar seus interesses, é necessário que ele mantenha o proletariado acima do mínimo vital. Longe de impulsionar a indústria a produzir, as reivindicações mais humildes correm o risco de levá-la à ruína. E, na verdade, se a crise se agrava, ela pode conduzir à Revolução, ou seja, à explosão de uma economia minada por suas contradições interiores. Mas esta perspectiva ela mesma freia com frequência a ação sindical: quando as circunstâncias não favorecem os grandes movimentos, uma greve local corre o risco de ser reprimida pela força ou de arruinar a empresa.

A lição não será perdida: os patrões se baseiam nas observações que precedem para realizar artificialmente as condições objetivas do desânimo operário. O número de greves aumenta com a produção? Impedirão então a produção de crescer. Se ela cai abaixo de certo nível, incômodos insurrecionais são de se temer? Farão então, de forma que ela não decresça mais. Bastará manter a economia nacional em estado de crise latente. Uma consequência paradoxal do que nomeamos lei de ferro, é que as classes se refletem uma na outra: ao patronato progressista, proletariado de choque; ao patronato preguiçoso, proletariado cansado. Para obscurecer a consciência operária, nossos industriais escolheram se colocar de vigília; eles esperam que o estreitamento da produção será vivido no interior pelo proletariado sob a forma de uma anemia generalizada. Graças a suas práticas, com efeito, o proletariado francês está ao mesmo tempo em déficit e muito ligeiramente excedentário. Para uma economia que se proporia preencher com uma produção de massa todas as necessidades da nação, ele não é suficientemente numeroso: o malthusianismo o mantém então em estado de subdesenvolvimento. Mas para uma economia que se pretende ser feita depressiva, por medo da depressão, a classe operária arrisca a todo momento ser muito fornecida. De fato, a crise é nossa única perspectiva e o medo da crise condiciona tudo. Cercando-se de pequenas empresas como de um dispositivo de segurança, a grande indústria sugere que a catástrofe esteja em nossas portas; o Estado acaba por nos convencer pela extravagância de suas precauções: esta catástrofe, não é questão de conjurá-la completamente, mas podemos diferi-la por uma vigilância de todos os instantes. Nossa única esperança seria então a perpetuação do imobilismo. Certamente, há trabalho para todo mundo, mas é que a nação se impõe cruéis sacrifícios para *impedir* o desemprego; o operário seria a primeira vítima de uma conjuntura desfavorável; ele é então primeiro beneficiário da solicitude governamental; se param de barrar a rota aos produtos estrangeiros, ele se encontrará na calçada; e quando só deixassem entrar as mercadorias alimentares, seria a ruína de nossos fazendeiros, os camponeses retomariam o caminho das cidades e viriam inchar o proletariado no mesmo momento em que os mercados industriais suportariam as consequências do colapso dos preços agrícolas. Não é tudo: o patrão mesmo, seus assalariados mantém seu emprego por sua benevolência; se ele devia utilizar sem cerimônia a mão de obra estrangeira ou colonial, a discórdia e a concorrência arriscariam dividir a classe operária; se ele aperfeiçoasse seus procedimentos de fabricação sem aumentar a produção, o proletariado seria atingido pelo desemprego tecnológico. Em direito o operário francês é desempregado; se ele não o é de fato, é graças à proteção dos poderes públicos e do grande Capital. O farão então entender que nossa economia pode entrar em colapso ao menor sopro. Que ele se ponha de greve se ele quiser: tê-lo-ão prevenido que ele tem tudo a perder.

Falta convencê-lo que ele não tem nada a ganhar. Sobre este ponto, o malthusianismo faz maravilhas; o método foi desenvolvido por volta de 1936 e serve ainda hoje. Segundo o acordo

---

<sup>62</sup> Trata-se, claramente, da relação *social*: o laço econômico continua sendo a exploração. Quanto a esta pura contiguidade, não se deve entendê-la como uma relação verdadeira e permanente com o patronato mas como uma forma transitória que toma a luta de classes quando a combatividade operária tende a se aproximar de zero.

Matignon, “os salários reais deviam ser reajustados seguindo uma escala decrescente começando com 15% para os salários menos elevados e descendendo até 7% para os salários mais elevados”. De fato, não é impossível que o aumento total, sob a pressão das massas, seja elevado a 20%. O governo e os sindicatos sugeriram aos fabricantes de compensar o aumento dos encargos pelo da produção, mas o patronato se fez de surdo. Apoiado nos pequenos empresários que gritavam miséria, ele aumentou deliberadamente os preços. De maio a novembro de 1936, só para os produtos industriais, o índice dos preços por atacado indica uma alta de 35%. Esta alta foi perseguida durante toda a experiência Blum; ela sempre se manteve superior à alta dos salários. Em fevereiro de 1937, é Léon Blum mesmo quem declara, em um discurso aos funcionários: “A alta do custo de vida depois de oito meses sustenta um agregado dos assalariados de encargos superiores nas vantagens que o conjunto de medidas tomadas em seu favor puderam lhes dar.”

A partir de então, apertaram o cinto e o famoso “ciclo infernal dos preços e dos salários” foi organizado. É óbvio que ele nos será apresentado como uma inexorável lei da economia, mas isto é pura mentira e não há aqui nem lei, nem ciclo, nem inferno. A verdade, é que a “massa de rendimentos consumíveis” não pode crescer se a produção não cresce: a impressora de notas nunca enriqueceu ninguém. Reajustando os salários, se opera então apenas um deslocamento de rendas: falta decidir às despensas de quem esta distribuição irá se fazer. Em regime liberal, nós vemos, o patrão deve se acomodar com os novos encargos; em regime de monopólios, ele os sustentará pelo consumidor. A vantagem é dupla: levantam-se as classes médias conta o proletariado; divide-se, reina-se. E depois, o operário é mistificado: qualquer que seja efetivamente a alta do salário nominal, o poder de compra não varia. Tudo muda e nada muda; é que concedemos com uma mão aos assalariados, a outra mão o retoma e põe no bolso. Depois da vitória popular de 1936, não foram precisos dois anos aos patrões para reduzir o poder de compra da hora de trabalho ao seu nível de 1929. Sob a ocupação, ele caiu mais baixo ainda e, hoje, dez anos depois da liberação, ele não retomou seu nível de 1938: depois de um quarto de século, apesar das flutuações diversas e depois de conflitos sociais, o salário real do operário não se mexeu: ele parou de crescer ao mesmo tempo em que a renda nacional e só recomeçará com ela. Eis o passe de mágica que desconcerta os trabalhadores e não penso em insultá-los comparando-os a estes touros cheios de coragem que batem dez vezes na capa e param bruscamente, desapontados de ter encontrado apenas uma isca. O operário faz tudo o que pode, ele se impõe privações para ganhar a greve, ele chega esgotado à vitória e é para assistir a uma alta dos preços que volta tudo ao seu estado. Fazem de tudo para convencê-lo que ele perdeu sua luta: certos fabricantes levam o atrevimento até o ponto de elevar com pressa os preços da cantina para poder afixar as novas tarifas no próprio dia em que os assalariados obtiveram seu aumento. Foi preciso apenas um instante para reverter à situação. Sem crise e sem massacres, os patrões usaram a combatividade operária: o trabalhador perde toda esperança de vencer; que ele aja se ele quiser, sobre os salários, ele não fez nada se não bloqueia os preços; mas ele sabe muito bem que ele não bloqueará os preços a não ser tomando o poder e as outras classes parecem bem decididas a não deixá-lo tomá-lo. É preciso dizer que o proletariado, como nos períodos de crise, foi cortado de seu futuro? Não: mas nós vimos que este futuro é acima de tudo aquele do capitalismo<sup>63</sup>. Porém, é o imobilismo depressivo, em nosso país, que dá à nossa temporalidade suas duas características contraditórias: a repetição e a involução. A repetição, é a aparência imediata: os dias se seguem e se parecem; durante três séculos os filhos foram melhor nutridos e melhor abrigados do que os pais, mas depois de vinte e cinco anos nada muda e a massa de bens a dividir não cresce; se há gente que vive melhor é porque há outros que vivem pior. A Europa inteira nos chama de avarentos: e, certamente, esta provocação não pode se referir ao proletariado que, de qualquer forma, não tem os meios de ser avarento; mas ela também não concerne às classes médias: a mesquinhez está no sistema, não é preciso ver aí um caráter nacional, mas a situação coletiva que nossos senhores nos causaram. Nos países de capitalismo avançado, o avarento é um acidente individual que o movimento das trocas interrompe, mas nosso

---

<sup>63</sup> Simplesmente porque a empresa revolucionária, bem como a empresa reformista, se desenvolve nos âmbitos temporais do capitalismo.

malthusianismo desanima os investimentos e o dinheiro, em nosso país, tem um papel eminentemente conservador: já que o desviamos das novas empresas, ele nos leva a segui-lo em direção às mais velhas; nós temos medo dos riscos porque somos impedidos de tomá-los e acabamos por detestar o que é novo. É verdade que nós guardamos tudo; mas é porque nos fabricam um futuro que é a reprodução exata de nosso passado; os Americanos jogam fora antes de ter usado: amanhã os produtos serão melhores e mais baratos; aqui a mercadoria não mudará de qualidade, ela custará mais caro simplesmente. Como se espantar depois disso que uma habitação francesa se pareça com o ninho da gralha voadora? Vestidos de noivas, completamente usados, fitas desbotadas, caixotes destruídos, amarras: há em nossos armários vestígios suficientes e monumentos para traçar a história do meio século<sup>64</sup>. Parece que nós queríamos a todo custo manter um passado que se decompõe: mas é que nós temos medo do amanhã.

Este eterno retorno dissimula uma degradação contínua: tudo se usa; substituímos parcimoniosamente e principalmente, consertamos. O país mofa por baixo: velhas casas em velhas cidades, material ultrapassado nas velhas fábricas, velhas terras e velhas rotinas, populações envelhecendo, crianças velhas, crianças de velhos. Enquanto isso, os outros países, lançados em uma imensa aventura, erguem ao redor de nós suas muralhas de aço.

São elas que sobem, é certo: mas tudo se passa como se nós descendêssemos. Quando tudo muda, é preciso mudar para ficar o mesmo: querendo *acima de tudo* não mudar, nossa economia engendra sua própria morte e é esta morte que se torna nosso futuro: repetem-nos a cada dia que nossa grandeza está atrás de nós que nós nos afastamos dela cada dia mais, nos gabamos de não sei qual doçura de viver, que não conhecemos, que nossos pais conheceram, talvez, quando a aparelhagem era nova. Nós vivemos o tempo da recriminação e do arrependimento; a França é Joana a Louca deitada sobre seu belo marido apodrecendo. O pensamento burguês caiu na profecia, gostam de falar da Europa em “termos de destino”; predizem o dilúvio, mas isto é apenas uma maneira de cobrir nossa vontade de morrer em paz: o dilúvio, sim, mas depois de nós. Tateamos os muros, sondamos os pisos: isto se manterá até o juízo final.

A classe operária trabalha e combate neste clima debilitado. Ela não está desesperada; e os trabalhadores não estão contaminados pelo infame desejo de morrer tranquilos já que não lhes deixam nem mesmo viver em paz. Mas neste futuro de chumbo, que arrumamos para a França, como não veriam eles seu próprio futuro? O universo do trabalho manual sempre foi mais ou menos o da repetição. Ao menos o operário conservava, em período de expansão, a esperança de melhorar sua sorte; ao menos a miséria e a raiva impulsionavam, em períodos de crise aguda, a rejeitar o fardo que o esmagava e a tentar a Revolução. Mas tudo conspira hoje para convencê-lo que sua sorte não mudará, independente do que ele fizer. Levam a benevolência ao ponto de explicar a situação várias vezes por dia: que ele espera? Ele não sabe que a renda nacional está estagnada. Certamente uma distribuição mais justa das riquezas seria desejável e o grande patronato está pronto, de sua parte, a lhe conceder certas satisfações: infelizmente, é o que se pode fazer sem arruinar os pequenos patrões. E não têm eles, eles também, o direito de viver? Conclusão: nada se moverá, nada pode se mover. Por que o proletariado seria revolucionário? Há alguma coisa a perder. E porque reformista? Não há nada a ganhar. O operário não cai nestes painéis; mas, de qualquer forma, ele não pode evitar medir sua impotência. A Revolução, eu disse antes que ele ainda crê nela: mas ele não vai além de crer; não é mais sua tarefa cotidiana, ele perdeu a orgulhosa certeza de se aproximar dela por seus esforços; ele via antigamente no número sempre crescente de suas vitórias locais uma prova de seu poder sobre o universo; mas o malthusianismo, embotando suas armas, o despachou de sua tomada do mundo: ele provou que ele não temia nem o patronato – mesmo o mais duro – nem o Estado, nem o CRS; mas seu principal inimigo é um sonho sem rosto e sem corpo que ele não consegue apreender: o *preço*. No curso destes vinte últimos anos, os sindicatos elaboraram pouco a

---

<sup>64</sup> Ao chamado do abade Pierre, vimos bruscamente emergir impressionantes destroços: coberturas, aparelhos de aquecimento, velhos ternos, etc.

pouco a noção de “mínimo vital” e a de “escala móvel”: quiseram ver nestas ideias novas um progresso do movimento operário. Mas elas são, bem ao contrário, nascidas do malthusianismo: o imobilismo de nossa economia obriga o operário a lutar para manter o *status quo*. É o que permite melhor compreender sua repugnância atual pelas manifestações políticas. Porque os objetivos políticos e sociais do proletariado são progressistas por definição: quando ele é capaz de impor sua vontade sobre o terreno econômico, a ação política nasce dela mesma: é o significado dos progressos alcançados na luta cotidiana; mas quando a ação sindical espezinha, quando o operário é reduzido à defensiva, os fins políticos se declaram com relação aos fins econômicos; ela corre o risco de ficar no ar: precisamente porque elas são posições *avançadas*, o operário as considera de longe como esperanças ou desejos, mas ele continua inteiramente descolado delas e não encontra mais os caminhos que poderiam aproximá-lo delas. Mostram-no a perder de vista a repetição de seus trabalhos e de suas penas; se ele persiste em levar a Revolução ao fim, como poderia ele imaginar prepará-la? O mundo muda e a França não se move: o proletariado francês se pergunta se ele não caiu para fora da história. Na China uma sociedade nova se organiza; na URSS o nível de vida se eleva: o operário daqui nos conta estas novidades com sentimentos mitigados; ela exaltam sua coragem porque elas lhe provam que o progresso social é possível, ela o deprimem porque elas parecem demarcar que ele continua parado, separado de seus camaradas russos e chineses por uma distância que cresce sem cessar, e que a salvação, se ela um dia vem, deve vir do exterior. Eu voltarei nisto: mas, desde já, se nós queremos compreender, lembremo-nos o que nós sentimos sob a ocupação, enquanto nós esperávamos que os Aliados ganhassem por nós uma guerra que não tínhamos os meios de ganhar com eles<sup>65</sup>. Desta forma, a estratégia malthusiana permite ao patronato conservar a iniciativa: a economia depressiva comanda de fora a *práxis* operária, ela esboça no oco suas operações possíveis, ela define suas características, ela delimita seu porte e significado; é ela quem decide os fins e as chances de vitória. Desde que o trabalhador se engaje nesta ação pré-fabricada, ela se fecha sobre ele: ele se encontra aprisionado em um espaço manipulado que lhe impõe suas vias, sua curvatura e suas perspectivas; o desânimo do proletariado é um produto da subprodução industrial; ele traduz subjetivamente os limites que a estrutura da economia impõe à *práxis*.

2º O malthusianismo, então, que ter o operário enjoado. Mas isto não é ainda o suficiente: é preciso dividir para reinar.

Marchal mostrou que o número de greves, entre 1890 e 1936, cresce e decresce ao mesmo tempo em que a produção. Mas ele denunciou primeiro esta exceção notável: a partir de 1920, a frequência de greves e seu percentual de sucesso estão em pleno decréscimo; porém, até 1929, nossa economia continua em expansão. Explicam o fato pelos dissensos operários e não estão errados. Mas, estes dissensos, de onde vem? Ah! Me dirão. Da guerra, da traição socialista, da Revolução russa, de tudo menos do malthusianismo que não praticavam ainda enquanto elas apareceram. É verdade: o pluralismo sindical é anterior à estagnação industrial e nossos malthusianos encontraram o proletariado cortado em dois. Mas quem nos diz que eles não exploraram esta chance ao fundo e perpetuaram um estado provisório freando a produção?

O proletariado hierarquizado do outro pré-guerra é o produto da máquina a vapor. Esta substitui o músculo, mas não ainda a destreza; ela se mantém *dependente*: é preciso mantê-la, regulá-la, dirigi-la, controlá-la. O torno mecânico dispensa o operário de mover seu aparelho e aplicá-lo contra o material a ser cortado: resta preparar a tarefa, fixar a posição da peça, os ângulos de corte, as velocidades, etc. Por suas imperfeições mesmas, o torno define o torneiro: há perfis

<sup>65</sup> Havia os Resistentes, com certeza – e podemos crer que eu não subestimo a importância de sua ação; e havia também a invisível resistência passiva das massas: tudo isto conta. Há hoje em dia o Partido comunista e os militantes de sindicatos; há o peso enorme das massas e a ação que elas exercem à distância, fossem elas inertes, sobre todos os meios sociais. Mas a Resistência nasceu de nossa derrota militar; e as organizações atuais do proletariado tiram suas principais características do grande refluxo operário que começa com o malthusianismo.

especiais que a máquina não pode dar e que obteremos por um trabalho manual, efetuado por meio de aparelhos auxiliares; a operação e, conseqüentemente, o operador conservam em parte o caráter artesanal. O homem que a máquina exige, é a sociedade que o forma: ela o confere o saber profissional e a experiência técnica por um aprendizado de vários anos; a concorrência seleciona em seguida os melhores: aqueles que dão prova de delicadeza, de “pensamento”, de habilidade corporal, de iniciativa. Mas isto custa caro, fazer um operário qualificado: em regime de capitalismo liberal, são os pais que devem assumir a maior parte dos custos. Os camponeses que acabam de deixar a terra e os filhos de servente não têm, na maioria das vezes, nem os meios nem a vontade de seguir seu aprendizado<sup>66</sup>.

Desta forma, as exigências da máquina chegam até a prescrever o modo de recrutamento: os operários profissionais são filhos de operários profissionais ou de artesãos; esta aristocracia conta algumas conquistas, mas que são alcançadas sempre por direito de nascença. Certamente, o trabalhador de elite é explorado da mesma forma que seus camaradas: mas ele difere deles porque sua competência o designa apenas para dirigir uma máquina, é o produtor por excelência; agente principal e principal testemunho da transformação do material em produto fabricado, ele toma consciência de si na elaboração da coisa inerte. Para ele, o aprendizado representa muito mais do que uma formação técnica: ele vê nisto uma iniciação revolucionária e um rito de passagem que lhe abre o acesso de sua casta e do mundo operário.

A unidade do grupo de trabalho é ainda a máquina que assegura, ou melhor, é a operação complexa e sintética que o profissional efetua no meio da máquina e com a assistência de outros trabalhadores. Em uma empresa de mecânica, no começo do século, conta-se, de cem operários, vinte “mecânicos” que fizeram seus quatro anos de aprendizagem e que se consagram na montagem e ajustamento, sessenta perfuradores, entalhadores, frisadores, operários direitos e competentes que estão longe de ter a formação dos primeiros, enfim, vinte serventes que vivem separados das máquinas e não tomam nenhuma parte na fabricação. O mecânico dirige ao mesmo tempo sua máquina e seus homens: os operários semiquilificados que o rodeiam, ele os chama de seus “acessórios” e os faz “fazer pequenos reparos” para ele; os serventes, estes também, o obedecem: eles cumprem as baixas tarefas. Esta hierarquia técnica é sublinhada pela hierarquia dos salários: o profissional ganha sete francos quando o homem de pena ganha quatro. Nesta época, começa-se a falar de “massas” para designar a classe operária e isto está errado: as massas são amorfas e homogêneas, o proletariado de 1900 é profundamente diferenciado, a hierarquia do trabalho e dos salários se encontra integralmente sobre o terreno social e político. Os serventes mesmo, simples adição, não podem bastar para constituir “as massas”: é por abstração que os separamos dos outros operários e cada um deles está mais estreitamente ligado aos seus camaradas de pátio do que aos outros serventes da fábrica ou da cidade; a classe operária é constituída por uma multidão de sistemas solares, pequenos conjuntos estruturados que gravitam em torno de uma máquina. Estas equipes de trabalho comunicam pelo topo: a forma do aparelho sindical é determinada pela composição da classe operária: em 1912, a França conta mais de 6 milhões de trabalhadores manuais e a CGT tem apenas 400000 aderentes. Porém as greves são levadas duramente, redondamente, com disciplina, e nós vimos que elas venceram na maior parte do tempo: isto significa que um militante basta em geral para envolver uma quinzena de militantes não sindicalizados; na luta reivindicativa, os profissionais conservam a autoridade da qual eles usufruem durante o trabalho. Não todos, porém, já que eles aderem ao sindicato na proporção de um para três: os melhores entre eles, aqueles que têm o ânimo de se dar uma instrução geral e que juntam à vontade revolucionária a consciência mais clara da condição operária. À máquina a vapor corresponde um proletariado hierarquizado que produz, por sua vez, um sindicalismo de enquadramento à oficina por base, a empresa por campo de batalha e o operário de elite por militante.

---

<sup>66</sup> Em *Travaux*, Georges Navel mostra as dificuldades que encontrava ainda por volta de 1919 um filho de servente para se tornar profissional. Ele e dois de seus irmãos foram obrigados a enganar para se tornar montador, ou caldeireiro ou instalador sem passar pela fileira do aprendizado.

Parece que este era o bom tempo: um quarto de século depois de sua morte, nossas belas almas descobriram o sindicalismo revolucionário e não para de nos dá-lo de exemplo: na idade do ouro do Congresso de Amiens, a burocracia não existia; o aparelho sindical emanava diretamente do proletariado e se mantinha nele como um simples princípio interno de organização; a defesa dos interesses operários era garantida pelos operários mesmos, militava-se sem deixar a oficina, então sem perder contato com os problemas concretos da empresa. De fato, o estado maior bergsoniano da CGT se fazia campeão de espontaneidade: às vezes era Pelloutier quem evocava um “laço misterioso” unindo as organizações operárias e às vezes Greffuelhe quem vangloriava “a ação espontânea e criadora” do sindicalismo francês; o Eu sindical, em suma, mergulhava suas raízes no Eu profundo do proletariado. Antes da Primeira Guerra Mundial, a luta de classes tinha algo de eu não sei o que.

Claro, são absurdos: o ímpeto vital das classes trabalhadoras dissimulava a ditadura da elite profissional. A “minoría ativa” despreza o que ela chama já “a massa” e detesta a democracia. “Não é, diz Lagardelle, a massa pesada e retardada que deve se pronunciar aqui, como na democracia, antes de empreender a luta; não é mais o número que faz a lei. Mas ele forma uma elite agitada que, por sua qualidade, envolve a massa e a orienta nos caminhos do combate.” Traduzamos: a camada “superior” do proletariado se encarrega de fazer valer juntas suas próprias reivindicações e as dos “menos favorecidos”; esta elite pretende julgar sozinha o bem de todos e busca menos compreender as resistências populares de que quebrá-las. Eu não cometeria a injustiça de considerar que estes lutadores admiráveis traíram sua classe: se eles desconfiam de seus camaradas é que eles suspeitam que eles sejam mais rebanho do que revolucionários; eles guardam a preocupação constante de conciliar seus interesses com aqueles dos serventes e, no começo ao menos, em um país próspero e em via de industrialização, estas conciliações não são muito difíceis. Elas se tornam mais e mais raras nos últimos anos do pré-guerra. A luta operária tem duas caras: para a minoría ativa, é uma experiência concreta e um instrumento de emancipação; para a minoría que a segue, ela se mantém com frequência um imperativo abstrato. E quando os militantes conduzem as manobras em uma ação reivindicativa, podemos bem dizer, com nossas belas almas, que a classe operária se uniu na ação e que sua unidade lhe torna imanente; de fato, acontece mais e mais frequentemente que eles lutem em duas frentes: contra seus camaradas e contra os chefes de empresa. No topo, porém, encontramos um punhado de militantes cujas vistas são mais largas e que se intitulam orgulhosamente “minoría ativa”: contra o particularismo da elite eles se deram por objetivo defender os interesses gerais da classe. Mas quando ela tenta converter os profissionais ao sindicalismo da indústria e à centralização, esta minoría vai à contracorrente. A aristocracia operária continua favorável à “administração anárquica” e ao sindicalismo de trabalho. Eles teriam perdido a partida, os Pelloutier, os Pougier, os Merrheim, os Monatte sem a mutilação brusca da indústria.

1884: os primeiros transformadores práticos fazem sua aparição. Dez anos depois, o motor elétrico concorre em toda parte com a máquina térmica e permite impulsionar a mecanização: o progresso técnico reduz pouco a pouco a parte do operário na fabricação, o que conduz à desqualificação progressiva do trabalho manual. O novo torno produz novos torneiros: ele precisa apenas de um estalido que se transmite sozinho aos mecanismos de execução. De repente, entre os obreiros e os semiprofissionais, descobrimos este desconhecido, o operário especializado, que acede às máquinas como um profissional e preenche seu ofício sem aprendizagem<sup>67</sup> como um obreiro. Ele estava já lá, mas ninguém o tinha notado: de onde vem ele? De toda parte: às vezes é um rural que acaba de chegar à cidade, comumente ele era obreiro em outra indústria. Desde 1900, em Saint-Etienne, em certas oficinas da Manufacture d’Armes, “acontece que haja 50 mecânicos para 250 operários; todos os outros são antigos mineiros ou antigos tecelões<sup>68</sup>; eles têm nas mãos máquinas aperfeiçoadas que tornam inútil o saber profissional<sup>69</sup>”. Estes novos vindos são ainda tímidos: eles

<sup>67</sup> Ou depois de uma aprendizagem de muito curta duração.

<sup>68</sup> A mecanização está já muito avançada na indústria têxtil. O tecelões são OS que mudaram de máquinas.

<sup>69</sup> Citado por Collinet: *Esprit du syndicalisme*, p. 24.

não têm nem o tempo, nem a vontade, nem a força de se organizar sozinhos; eles pedem a ajuda da elite profissional e militante. Em 1912, Merrheim, no Congresso Confederal do Havre, prepara este discurso de um laminador do Leste: “Como querem os senhores que nós, pobres laminadores, que estamos cansados quando chegamos em casa, nos ocupemos do sindicato? Estes que poderiam se ocupar dele, os operários técnicos, criaram sindicatos de ofício.”

Como vemos, suas reivindicações são modestas: e se eles pedem o direito de aderir às organizações sindicais, é na intenção específica de delegar o quanto antes os poderes à elite. Mas a elite não se preocupa com eles: contra os novos vindos, ela defende calorosamente o sindicalismo aristocrático. Mais do que fusioná-los com os metalurgistas e os moldadores para formar uma federação da indústria, a Federação dos mecânicos, em 1910, prefere deixar a CGT. Em 1900, encontramos 51 sindicatos de indústria contra 34 sindicatos de ofício; em 1911, encontramos 142 contra 114: a proporção não mudou. Durante este tempo, sem qualificação, sem experiência sindical, sem instrução política, a OS é abandonada à propaganda e à opressão do patronato. Eu me lembro dos traços principais deste novo proletário, bruscamente conduzido pelas máquinas modernas e técnicas da organização<sup>70</sup>.

Fixado nos escritórios em função de diferentes operações que se executam ao mesmo tempo na empresa, o ritmo de seu trabalho se impõe a ele como uma força inimiga e o governo de fora; seu cansaço resulta menos de um gasto muscular do que de uma continuada tensão nervosa de um esforço constante para se adaptar a normas preestabelecidas; no fim do dia, ela adere à sua pele: ela o acompanha até o sono e é ela que ele encontra ao acordar; este cansaço crônico se torna uma segunda natureza e a maneira mesmo como ele sente seu corpo. Ele é inscrito em seu rosto, em seu caminhar, ele limita seus poderes e faz dele, no sentido próprio do termo, um homem *diminuído*.

A degradação do trabalho leva à desvalorização do saber; os patrões não amam que o operário seja instruído; nem sobretudo que ele seja inteligente: a inteligência afeta o desempenho: a OS e a máquina realizam uma simbiose tão perfeita que uma ideia de uma é assimilável a uma avaria da outra. Porém, a distração total é impossível: a evasão e o esquecimento provocariam tantos desastres quanto o pensamento lúcido; é necessário *estar lá*, uma vigilância sem conteúdo, uma consciência cativa que só se mantém acordada para melhor se suprimir. Mas se o operário se priva de seu próprio pensamento, é para abrir caminho ao dos outros: desde que a racionalização consagrou o divórcio da concepção e da execução, ele ignora o sentido de seus atos: roubam-nos dele, condicionam-nos de fora, decidem, por sua vez, seu fim e seu alcance. No momento mesmo onde ele se faz o agente da produção, ele se sente agido; no mais profundo de sua subjetividade, ele se prova como objeto. Cúmplice involuntário do patrão, ele se esforça por esquecer o pouco que ele aprendeu porque o conhecimento deixaria sua condição intolerável; ele se refugia na passividade porque o privamos de toda iniciativa; já que o despojaram de seu pensamento, como saberia ele que as ideias são o produto do homem? Ele se habitua a ver na ordem estabelecida pelos técnicos uma fatalidade exterior da qual ele é a primeira vítima. A história social da racionalização sustenta duas fórmulas. No fim do século passado, Taylor dizia aos operários: “Não tentem pensar; outros o farão por vocês.” Trinta anos depois, Ford dizia dos operários: “Eles não gostam de pensar por eles mesmos.”

A mecanização do trabalho altera as relações humanas. Antes de 1914, o proletariado era uma constelação: esta estrutura aristocrática não excluía nem a solidariedade nem uma ligação entre homens que lembrava vagamente a vassalagem. Entre o OS e as “elites”, a solidariedade do trabalho foi rompida: o profissional decidia a tarefa do obreiro; a do operário especializado, é o homem dos escritórios que decide; ele a decide de longe para todos, sem nunca ver ninguém: hoje o OS só tem relação com outros OS; ainda a máquina interpõe entre eles sua rigidez: cada um percebe a existência de seu vizinho sob a forma do ritmo coletivo ao qual ele deve se adaptar; o *outro* aparece

---

<sup>70</sup> É óbvio que não se trata aqui de fazer o processo da semiautomatização, o que seria absurdo, mas de mostrar seus efeitos *no âmbito da produção capitalista*.

com os atrasos, as faltas ou os fracassos: no universo mecânico a pessoa é um erro levando um déficit. A máquina semiautomática é o instrumento por excelência da massificação: ela faz as estruturas internas do proletariado arrebentar; restam moléculas homogêneas e separadas umas das outras por um meio inerte e sem elasticidade.

Isolando-o de seus camaradas, o trabalho parcelar reenvia o OS a si mesmo; mas ele apenas encontra em si uma essência geral e formal: o que ele faz todo mundo pode fazer, então ele é o mesmo que todos e sua realidade *pessoal* não é nada além de um milagre. Porém, necessidades imperiosas o levam à pura subjetividade do desejo e do sofrimento: fome, dor, cansaço o levam à preferência de si, mas sem justificá-la. Por que você e não eu? – Porque eu sou eu. – E quem é você, você? – O mesmo que você. A injustificável subjetividade entra em conflito com a intercambialidade objetiva. Ela resulta no plano individual em um profundo sentimento de inferioridade; no plano coletivo, as formas clássicas da luta reivindicativa fizeram seu tempo: a aparição destes trabalhadores sem valor profissional, *substituíveis* e obsecados pelo temor do desemprego correr o risco de tornar as greves ineficazes.

O que é sensível primeiramente, com efeito, não é tanto a promoção de um operário desconhecido, a liquidação dos antigos. Os mecânicos que a crise de 1907 jogou nas calçadas não serão reintegrados; em 1913, durante a greve das fábricas Renault, os especialistas ficam mais tempo do que os outros; eles se sabem insubstituíveis, o patrão acabará por ceder. O patrão não cede: ele os troca por máquinas e por operários sem qualificação; parece a todos que o operário profissional cumpriu seu tempo. Todavia, os OS se multiplicam e o sindicalismo vegeta, desmoralizado, privado de sua principal arma; a estes homens novos, sem tradição e nem passado, os velhos militantes não tem mais nada a dizer. E depois, de repente, em agosto de 1914, a guerra desvela os olhos dos sindicalistas: eles descobrem as massas; a surpresa foi dura quando eles os viram sair da terra gritando: “A Berlim!” Vinte anos de propaganda para acabar nesta loucura? “O que resta de nossa ação? Se questiona um militante. O que resta de nossas reuniões contra a guerra?” E um outro: “Em um vagão de gado, com outros homens que gritavam ‘A Berlim’, eu senti a falência da CGT, a falência dos educadores, a falência intelectual do país.” E Merrheim: “A classe operária era levantada por uma formidável onda de nacionalismo”, e Monatte: “A onda passou, ela nos levou.” Ignoradas depois bruscamente descobertas, as massas necessitavam da criação de um sindicalismo de massas, de um partido de massas, de uma propaganda e de uma ideologia novas. Incapaz de preencher estas tarefas o sindicalismo revolucionário descobre de repente que ele está ultrapassado! O aparelho da classe operária cai fora do movimento, a guerra surpreende os dirigentes sem as massas e as massas sem proteção; estas jovens multidões, vítimas da diferença que separa sua atividade produtiva de conteúdo real de sua esperança, não podem ser ainda por elas mesmas o que elas são em si: seu radicalismo, sua instabilidade, seu furor logo seguido de desânimo exprimem simplesmente o fato que a nova condição operária é insuportável; o mito fascinante da guerra triunfará algum dia suas aspirações revolucionárias e lhes fará tomar consciência da violência que está nelas: mas esta violência se mantém cativa, alienada.

É ainda da guerra que virá a desmistificação. Da guerra e não das circunstâncias da produção; não são os dirigentes sindicais, é a Somme, é Verdun que rasgarão a imagem ilusória que elas têm delas mesmas: “Quando eu os encontrei em Verdun, escreve Dumoulin, eles queriam todo mundo: os jornalistas, os deputados, os socialistas, os parisienses, os policiais, o atrasados. A impressão mais forte, a mais nítida entre eles era a do sensacionalismo, da mentira, do exagero, do erro.”

Quando elas refluem, em 1919, bêbadas de cólera e de desconfiança, as massas estão disponíveis. Um pouco em todos os lugares, na Europa, as revoluções vão depender do reencontro de soldados e de operários. Aqui dois milhões de desmobilizados se misturam aos três ou quatro milhões de operários que trabalham na fábrica. Mistura instável, explosiva: novos militantes incham os quadros da CGT. Parece que a Revolução era possível e a burguesia pronta “a consentir os mais pesados sacrifícios ao proletariado”. Mas a greve de junho de 1919 prova que as massas não

estavam prontas. De onde elas teriam estado? Quem as havia preparado? Em 2 de junho, os metalúrgicos parisienses abandonam o trabalho; a greve se estende a três sindicatos de Seine-et-Oise, conta-se 130000 grevistas, 80000 cartas sindicais são entregues. Greve meio-política, meio-corporativa: há reivindicações, mas também “uma grande angústia... um pensamento geral que interessa ao proletariado inteiro”. A greve é dirigida principalmente por um *Comitê de acordo*, organismo sindical que acabava de ser criado. Mas a imensa multidão dos novos sindicais – mais da metade dos grevistas – se desconfia de todos os delegados, esvazia o lugares de reunião sindicais, chama seus próprios representantes de vendidos e acaba por eleger um Comitê de ação que pretende se substituir ao Comitê de acordo. O Comitê de acordo, sobrecarregado, abdica de sua autoridade, nas mãos da Federação dos metais que toma posse da greve. O Comitê de ação faz irrupção em 22 de junho dos escritórios da Federação, exige assistir às sessões, chama os dirigentes de “sensacionalistas”. Porém, a Federação queria a greve geral. Ela chamou a reunião do Cartel interfederal. Este recusou estender o conflito mas desaconselhou os grevistas de retomar o trabalho sem ter obtido garantias. Ora, desde 26 de junho, o Comitê de ação mesmo, tirando as consequências de um desânimo bem anterior à decisão do Cartel, ordenou acabar com a greve. O fracasso foi total; voltavam às máquinas sem ter nada conquistado: as massas se encontravam nas presas de uma burocracia cujos métodos prudentes e as previsões de longo alcance as desconcertavam e elas tinham elegido um Comitê do qual a incompetência e a turbulência tinham comprometido a firmeza. O evento tem o valor de uma *indicação*: produto recente do novo maquinismo, as massas tinham necessidade de uma direção e de uma disciplina apropriadas à sua estrutura fundamental; elas recusavam os sindicalistas que as tinham recusado antes da guerra, elas teriam dignado se submeter apenas a uma autoridade de ferro combatendo implacavelmente o desequilíbrio constante das formações massivas. Aonde a encontraremos em 1919? Os dirigentes da SFIO e da CGT se acusam, se justificam, ou se confessam; eles só estão de acordo para condenar os novos vindos. A greve de junho lhes fornece novos “esperados” para sustentar sua sentença: um fala de “Comitês de desobediência e de indisciplina”. Outro deplora que os “instintos da multidão da rua que grita e que lincha tenham sido transportados em nossas reuniões”... Para um terceiro, é o pior sofrimento “de ter encontrado na França uma situação revolucionária sem espírito revolucionário nas massas”. Blum disse em 1921: “Nós sabemos o que são as massas desorganizadas... Nós sabemos atrás de quem elas vão um dia e atrás de quem elas estão no dia seguinte... Estes que teriam andado atrás de vocês na véspera seriam, talvez, no dia seguinte, os primeiros a jogá-los contra o muro... Não faremos a Revolução com estes bandos que correm atrás de todos os cavalos”.

E, todavia era preciso renunciar a fazê-la ou fazê-la com “estes bandos aí”. Desorganizadas, elas o eram sem nenhuma dúvida, mas era simplesmente a prova que lhes era necessária uma organização. Infelizmente, elas não podiam tirá-la delas mesmas por não ter tomado consciência de suas necessidades. Dilacerada entre uma aristocracia agonizante e uma multidão que esgotava suas revoltas na desordem, a classe operária seria reduzida à impotência?

Não: estes dilaceramentos pareciam provisórios; a situação não podia parar de evoluir: certamente, a organização não iria emergir bruscamente da multidão anárquica, mas já os mais jovens militantes da CGT e da SFIO se aproximavam dos kienthalianos e da oposição socialista; suas experiências de guerra lhes haviam levado todos a condenar a III Internacional; eles tinham decidido se colocar ao serviço das massas e lhes dar o aparelho que lhes fazia falta.

E depois, sobretudo supunha-se que o movimento de concentração iria se seguir e que ele conseguiria liquidar a aristocracia operária. Para se persuadir que os OS acabariam por constituir a quase totalidade do proletariado bastava, por volta de 1925, dar uma olhada nas estatísticas fornecidas pelos Estabelecimentos Ford<sup>71</sup>: nesta empresa, um trabalhador em com merecia ainda o

---

71

Percentual de	43%	36%	6%	14%	1%
trabalhadores					

nome de profissional; de dez operários, oito eram OS. Esta impiedosa degradação podia trazer horror: ela recolocava os orgulhosos militantes do sindicalismo revolucionário no posto deste sub-homens dos quais fala Marx. Mas, por outro lado, ela eliminava o obreiro. E principalmente, ela dava sua força ao movimento operário. Quando este “neoproletariado” tão homogêneo tivesse encontrado seus quadros e sua fórmula de combate, sua coesão seria mais rigorosa que nunca e a unidade operária deixaria de ser uma palavra.

Havíamos contado sem nossos malthusianos. Parando o movimento de concentração, eles recolocaram a unificação nos nuncas. A grande indústria não absorve mais do que 45% dos trabalhadores, o resto se divide entre 500000 empresas. Naturalmente não são sempre os estabelecimentos mais importantes que são os mais equipados: na indústria automobilística, o setor da construção é muito mais concentrado e muito menos automatizado do que aquele dos acessórios. Nada impede: a empresa média não tem os meios de impulsionar a automatização; a pequena empresa continua artesanal. Em 1948 dos 3677000 operários da indústria de transformação, contamos 1306000 profissionais, 1320000 OS e 1051000 obreiros. As duas primeiras categorias se equilibram mais ou menos<sup>72</sup>. A terceira é muito dividida: no Livro e no Prédio, onde os profissionais são muito mais numerosos, a estrutura arcaica do proletariado é conservada: a manobra trabalha sob suas ordens. Na siderurgia e no têxtil, é o OS quem domina; os profissionais se destacam da fabricação; eles formam equipes de manutenção e de ferramentas que não tem mais nenhum contato com os outros operários<sup>73</sup>: OS e obreiros formam então uma massa mais ou menos homogênea, de forma que bastam algumas horas ou alguns dias para transformar estes naqueles. Não seria preciso crer que este transtorno vá beneficiar o proletariado com uma experiência nova: ele provoca, ao contrário, uma ruptura de experiência e um desdobramento do *sujeito* histórico: a classe operária, para a maior alegria dos patrões, corre o risco de ser cortada em dois troços mais ou menos iguais, que não têm nem as mesmas estruturas, nem os mesmos valores, nem os mesmos interesses, nem as mesmas técnicas de organização e de combate.

#### a) Dualidade de valores

O operário profissional sempre fundou suas exigências na qualificação de seu trabalho. O verdadeiro produtor, a fonte única de toda riqueza, é ele; é ele quem transforma os materiais brutos em bens sociais. A ideia de greve geral, tão popular antes de 1914, nasce desta orgulhosa consciência de si: para fazer ruir a sociedade burguesa, o trabalhador terá apenas que cruzar seus braços; se ele reclama a propriedade de seus instrumentos de trabalho, é que ele é o único capaz de usá-los. De resto, nas pequenas empresas, seu saber técnico é raramente inferior ao do patrão; o sindicato agrupa as *competências* e se julga então habilitado a controlar a produção: ele se transformará muito naturalmente, no dia seguinte da Revolução, em órgão de gestão. Já que seus direitos se descolam de seus méritos, esta aristocracia não está longe de se considerar como a única vítima do capitalismo. No Congresso federal de 1908, esta intervenção de um mecânico traduz o sentimento geral: “Negar o valor profissional do operário, é mais ou menos dar circunstâncias

---

Duração de sua formação na Ford	de	Não mais que um dia	De um a oito dias	De uma a duas semanas	De um mês a um ano	Até seis anos
---------------------------------	----	---------------------	-------------------	-----------------------	--------------------	---------------

Tabela de Julius Hirsch: *Das Amerikanische Wirtschaftswunder*. Reproduzido por Friedmann: *Problèmes humains du machinisme industriel*.

<sup>72</sup> 35,5% contra 35,9%

<sup>73</sup> Frequentemente os locais da *fabricação* estão situados a vários quilômetros dos da *aparelhagem*.

atenuantes à exploração capitalista”. De onde um espírito magoado concluiria sem muita pena que a exploração dos obreiros não é, no fim das contas, tão criminosa. A elite operária não chegaria até lá: mas é verdade que ela consideraria seus auxiliares “pesos pesados”. Ela lhes reconheceria seus direitos? É duvidoso. Digamos que ela veria neles os objetos permanentes de sua generosidade. Este humanismo do trabalho é ambíguo: deveríamos estar felizes que ele realiza um progresso sobre o humanismo da riqueza. Porém, isto é só uma etapa; se paramos aqui, a multidão se manterá excluída da humanidade. É preciso, dirão vocês, merecer ser homem. É perfeito que possamos *adquirir* mérito. Mas o que farão vocês daqueles que não possuem o meio?

O novo proletário não pode argumentar sobre o menor mérito já que ele fez de tudo para lhe fazer entender que não há algum. Porém o cansaço e a miséria o sufocam: é necessário que ele morra ou que ele obtenha satisfação. Sobre o que então vai ele apoiar suas exigências? Bem, precisamente sobre nada. Ou, se vocês preferem, sobre elas mesmas: a necessidade cria o direito. Com a aparição das massas, uma inversão de valores se operou; a automatização radicalizou o humanismo. Não consideremos o operário especializado um homem orgulhoso e consciente de seus direitos: é um “sub-homem consciente de sua sub-humanidade” e que reivindica o direito de ser homem. O humanismo da necessidade é, por consequência, o único que tem por objeto a humanidade inteira: a liquidação do mérito faz saltar a última barreira que separava os homens. Mas este novo humanismo é uma necessidade por si só: ele é vivido *no oco* como o sentido mesmo de uma inadmissível frustração. Para os operários profissionais, o homem está feito, não lhe resta mais do que reorganizar a sociedade; para os OS, o homem está por fazer: ele é o *que falta ao homem*, o que está *em questão* para cada um de nós a cada instante, o que, sem ter nunca sido, corre o risco continuamente de ser perdido.

Tudo seria para o melhor se o humanismo do trabalho fosse progressivamente se apagando perante o humanismo da necessidade: e é o que teria acontecido se o malthusianismo não tivesse parado a revolução industrial. Hoje os dois humanismos coexistem e esta coexistência embaralha tudo: se o primeiro se petrifica e se impõe por si, ele se torna o inimigo do outro. As massas, outramente, são contaminadas secretamente pela ideologia da elite operária: perante os burgueses elas não têm vergonha, porque o melhor entre eles, o que quer que ele faça, não *merecerá* jamais os privilégios dos quais ele se beneficia; mas os profissionais pertencem ao proletariado, eles são explorados bem como o operário especializado e se eles vivem um pouco melhor do que ele esta diferença parece insignificante se compararmos seu nível de vida com o do burguês. E, sobretudo, eles pensam dever estas ligeiras vantagens a seu mérito. Se isto fosse verdade? Eu disse que eles eram, na maioria, filhos de profissionais: mas enfim, isto não está escrito em sua testa. O OS se diz que seus pais, se a eles fossem impostos alguns sacrifícios, teriam podido lhe colocar também em aprendizagem. Ou talvez, ele se reprime de ter perdido a vontade, a perseverança. A aparente desigualdade de condições destaca a seus olhos a desigualdade de valores: se o profissional tira seu valor de sua operação, o OS não vale nada, já que ele é, por definição, substituível. Enfim, ele tem vergonha perante aqueles que deveriam ser seus camaradas de combate; sua combatividade corre o risco de ser diminuída. Para livrar as massas do sentimento de sua inferioridade, foi preciso liquidar sistematicamente todos os valores socialistas do pré-guerra; foi preciso lhes fazer compreender que elas ofereciam a todos os homens a chance de olhar o homem e a sociedade *em sua verdade*, ou seja, com os olhos do mais desfavorecido; já que a evolução da técnica acabava por desqualificar o trabalho, esta última superioridade do homem sobre o homem, foi preciso mostrar a esta jovem barbárie, contra todas as morais e todas as elites, que as “superioridades” são mutilações, que a única relação humana é aquela do homem *real*, total, com o homem total e que esta relação travestida ou passada em silêncio, existe em permanência no seio das massas e só existe lá. Mas, à medida que a multidão se penetra desta ideologia radical, os profissionais, que veem seu *valor* ser contestado, se endurecem em suas posições. A aristocracia toma consciência de si quando a atacamos: desde os últimos anos do outro pré-guerra, por reação contra a subida das massas, teóricos bem intencionados batizaram de “cavalaria” o sindicalismo minoritário e quiseram fazer do militante um novo templário: déspota esclarecido, o profissional consente em se dedicar às massas

mas ele lhes recusa o direito de defender por si mesmas seus interesses. O pós-guerra operou uma nova preparação e o sindicalismo revolucionário desapareceu. Mas não seu espírito: mesmo no interior da CGT de 1921 a 1927, os partidários do sindicalismo da elite resistirão calorosamente aos comunistas. De 1919 a 1934, a CGT de Jouhaux é impedida de se burocratizar “devido à complexidade crescente das tarefas sindicais” mas o funcionário do sindicato representa apenas a elite operária e as massas ficam de fora da organização. Em 1936, enquanto Sémard declara, no Congresso de Toulouse: “Duas ideologias principais continuam a se afrontar no movimento operário e no movimento sindical. Estas duas ideologias são a de Proudhon e a de Marx.” Jouhaux tem razão de lhe responder: “Desde 1909, nunca eu ouvi antes militantes tomarem a palavra para expressar seus pontos de vista invocando Marx ou Proudhon.” Ele tem razão *na forma* mas na verdade ele afoga o peixe. Porque as duas tendências das quais fala Sémard não *principalmente* marxistas ou proudhonianas: elas existem no proletariado francês fora de toda cultura filosófica ou política. Perguntem a um militante comunista o que ele pensa da “*dignidade humana*”: ele encolherá os ombros. Será um acaso se, sob o reino de Jouhaux, a Federação dos metais e a CGT se declaram favoráveis à organização científica do trabalho, visto que ela “não afeta a dignidade humana<sup>74</sup>” e se estas mesmas palavras se reencontram em 1945 em uma declaração da CFTC? A “*dignidade*” do trabalhador profissional é a superioridade de sua operação. Ele *já* é um homem – já que ele é orgulhoso de seu trabalho – *já* livre – já que a máquina universal deixa um largo espaço para a iniciativa: em nome da liberdade e da dignidade, ele pede uma sociedade mais justa que reconhecerá seu valor e seus direitos. As massas, elas, não são *dignas*; a liberdade, elas não imaginam nem mesmo o que isto é: mas sua simples existência introduz, como uma farpa na carne, a exigência radical do humano em uma sociedade inumana.

### β) *Dualidade de interesses.*

Temos frequentemente notado – e eu não insistirei nisto – que a massa se curva a um ritmo de trabalho que repugna o profissional. No Estabelecimento Citroën, as greves de 1926 e 1927 opõem os equipamentos e a fabricação. Os sindicais – todos operários profissionais – queriam abaixar as normas de rendimento; os OS querem acelerar a cadência: já que, de qualquer forma, seu trabalho é uma maldição, do tanto que ele dá lucro; seu ganho das peças pode igualar o ganho horário do profissional: é uma revanche. Em seu nascimento, o trabalho na cadeia e nas máquinas semiautomáticas foi condenado pelos representantes do proletariado: mas, em longo prazo, ele produziu novos trabalhadores que vivem da mecanização e, bem ou mal, devem se declarar solidários a ela. Não é duvidoso, como efeito, que o “neoproletariado”, por sua própria função, responda às exigências da produção em série: ele apareceu aos Estados Unidos quando os fabricantes, sob a pressão da concorrência, quiseram aumentar o mercado interior e tomar as massas como clientela, aumentando o rendimento para abaixar os custos. Isto certamente não significa que as massas trabalhem para elas mesmas: entre o OS produtor e o OS consumidor se impõe a tela do lucro e da exploração. Mas não é menos verdade que a elevação do nível de vida acompanhe o crescimento da produtividade. Em 1949, por uma hora de trabalho, um operário americano produz quatro vezes mais que um operário francês. No mesmo ano, a renda nacional *per capita*, sobe para 1453 dólares nos Estados Unidos contra 482 na França. O interesse do OS, aqui, não é de intensificar seu esforço ou de aumentar o número de suas horas de trabalho: por um mesmo esforço e por um mesmo número de horas, ele deve exigir o aumento progressivo de sua produtividade. Mas isto não implica em nada menos do que o abandono das práticas malthusianas: será preciso renovar a aparelhagem, impulsionar a concentração, a racionalização e a automação. Porém, a sorte do profissional depende da manutenção de formas arcaicas da produção: ele tem de certa forma, aliança com o malthusianismo. Certamente, a elevação do nível de vida pode compensar da desqualificação

<sup>74</sup> Congresso confederado dos metais, 1927. Citado por ollinet, *ibid*, pp. 60-61.

do trabalho e o esmagamento da hierarquia dos salários: mas são os privilégios da elite que estão em jogo, sai fidelidade, sua “alegria de trabalhar” e sua dignidade, ou seja, a consciência de suas superioridades. Assim, as reivindicações das massas tendem a quebrar os quadros atuais de nossa economia; a elite, por outro lado, modera os seus para não provocar transformações que lhe seriam fatais.

γ) *Pluralismo sindical.*

A qualificação profissional exige e desenvolve no operário o julgamento, a iniciativa e o senso de responsabilidade; é ela também que o faz insubstituível. O empregador – ao menos nas pequenas empresas, aonde a automação é nula – se mantém bem muito próximo de seu pessoal, constituído em maioria por trabalhadores qualificados. Estes, pela fineza de sua operação, são postos em medida de exercer uma ação fina e contínua sobre o patronato; o “contato” e a tensão são mantidos pelo afrontamento perpétuo da aristocracia operária e dos industriais. À escala da empresa, esta elite, na medida mesma em que ela é dificilmente substituível, pode obter muito pela simples ameaça de greve e, finalmente, já que esta ameaça continua constantemente subentendida, pela negociação. O operário profissional tem suas vantagens em seu jogo: ele pode discutir, pechinchar; ele não usa de violência a não ser em última instância. Ele avança e recua, ameaça e reconcilia; ele se adapta à atitude patronal, à situação, à relação sempre variável das forças presentes, tudo *em palavras*: palavras que não são na realidade nem sopros de voz nem atos, mas *fichas* que colocamos no tapete e que podemos também retirar. Antes de passar à ação, o profissional pode retomar seu golpe quantas vezes ele quiser; chantagem e ameaças recíprocas, promessas, ruptura e retomada de negociações: estas manobras abstratas e quase simbólicas fazem frequentemente a economia de uma prova de força, uma solução transacional intervém no bom momento. A qualificação do sindical permite ao sindicato guardar sua liberdade de manobra.

Acrescentemos que esta elite é homogênea: sem dúvida o movimento de centralização deu nascimento a uma burocracia. Mas o militante de base pode se considerar com um dirigente em potência, ele não o cede a seus chefes nem em experiência nem em saber teórico; ele exerce sobre eles um controle efetivo e permanente; inversamente, a direção não pode ser enganar sobre os sentimentos da base: os sindicatos falam, dão sua opinião, as correntes de opinião se *manifestam*; eles contribuem todos e pessoalmente para fixar as grandes linhas da ação sindical. Contato permanente dos chefes e da base, pressão constante do trabalhador sobre os patrões: as duas condições de uma *política* sindical estão reunidas. Com as massas, as chances de negociação diminuem. Desqualificado, o trabalho cessa de ser um meio de ação por si mesmo. Enquanto os motores estão funcionando, o “fator humano” parece insignificante. De um mesmo movimento, o operário, privado da garantia que dava o valor profissional, e a direção cada dia mais longe se perdem um pelo outro no anonimato. Neste sentido, a nova condição do proletário tende a quebrar a continuidade de sua ação: para pesar sobre as decisões patronais, a resistência dos trabalhadores deve transpor certo limiar, abaixo do qual ele não é nem mesmo percebida. Em uma palavra, a greve – quer dizer, a violência – é seu único recurso. Mas esta “arma específica dos operários”<sup>75</sup> mudou de natureza: o profissional é indispensável; para bloquear a produção, ele só precisa ficar em casa. Certamente ele exerce uma violência: mas esta violência é legal e depois – a princípio ao menos – ela tende se manter abstrata e como passiva. Por fim, a reação patronal deve se conter em certos limites, o empregador pode, se ele ganha, multiplicar as sanções: ele terá problemas para fazer correr o sangue. Mas o OS, como produtor, sendo qualquer um, podem substituí-lo por qualquer um; não é então suficiente abandonar o trabalho, é preciso impedir que os outros não o façam. Depois de vinte anos de incertezas e hesitações, as massas encontraram a arma nova, a única que foi adaptada à

<sup>75</sup> Léon Jouhaux. Conferência ao Instituto superior operário, 1937

sua condição: a greve com ocupação das fábricas. Era violar o mais sagrado dos direitos burgueses, e se expor, conseqüentemente, à intervenção dos CRS. Notificações, bombas lacrimogêneas; se isto não basta, tiramos. Dirão-nos que as massas são mais encarniçadas, mais “más” do que a elite? Seria simplesmente absurdo. A verdade é que a evolução da técnica radicalizou a violência: para defender seu salário, o operário especializado deve arriscar sua pele.

Pela mesma razão, as massas não têm outra defesa além da ação massiva: se trata, por operações de conjunto levadas à escala nacional, de obter convenções coletivas que sejam válidas para ramos inteiros da indústria. Mas estas operações só são possíveis se as massas aderirem em um só movimento a uma só palavra de ordem. Ora, nós vimos, é errado que os caracterizemos como um tipo de unidade selvagem: elas são espalhamento molecular, agregado mecânico de solidões, puro produto da automatização das tarefas. Sem dúvida a estrutura em arquipélago é um limite puramente ideal da massificação: na realidade as forças desintegradoras encontram numerosos obstáculos. Em particular, quando a tensão social se relaxa, somente a presença do aparelho sindical – este sistema nervoso – conserva ao proletariado um “tônus residual”. Acaba que as massas operárias podem dificilmente passar por um exército em estado de alerta; certamente a luta de classes não para um instante: nenhum instante o operário para de sofrer a violência e de se opor a ela por sua simples realidade de homem. Mas a atividade dos indivíduos não prova em nada que as massas sejam elas mesmas ativas. É errado, nós vimos, que os tomemos por um *sujeito* coletivo do qual poderíamos “fazer a psicologia”. Os comportamentos da massa não são psicológicos de forma alguma e o pior erro seria compará-los às condutas das pessoas. O homem das massas é qualquer um, você ou eu; e suas atitudes pessoais não têm nenhuma importância; em si mesmo, ele é um agente consciente, mas as forças de dispersão, opondo-o seu vizinho como um *alter ego*, que lhe reflete sua impotência e dobra sua solidão, neutralizam sua atividade e produzem um conjunto coletivo que reage como uma coisa, como um meio material onde as excitações se propagam mecanicamente. As massas são o objeto da história: elas não agem nunca por *si mesmas* e toda ação da classe operária exige que elas comecem por se suprimir enquanto massas para aceder às formas elementares da vida coletiva. Não temos o direito de falar de uma “pressão” que elas exerceriam sobre seus empregados; e sua influência só pode ser negativa: os patrões sabem que a exploração, se ela ultrapassa certo limiar, age em sentido contrário das forças massificantes e corre o risco de provocar uma cristalização rápida das massas operárias em proletariado. Mas, no que concerne a ação cotidiana do militante, a contradição salta aos olhos: seu trabalho se exerce sobre as massas-objeto para lhes transformar em proletariado-sujeito; ele se esforça, onde quer que esteja, para liquidar sua estrutura granular em benefício de uma unidade orgânica. Ora, a unidade só pode se realizar se ela for dada na partida de qualquer forma: cada um, vendo sua solidão na do outro, só pode sair dela se o outro também sai; em uma palavra, onde quer que estejamos, é preciso que o começo esteja *fora*. Nas grandes concentrações industriais o modo de propagação mecânica pode, de partida, fazer papel de unidade. É o que chamamos de imitação: não a consideraremos uma ação coletiva, mas ela é este movimento anônimo que torna a ação possível: ao militante cabe transformar a maré contagiosa em uma operação precisa. Somente, é preciso acrescentar que a imitação mesma supõe uma certa unidade prévia. É verdade que as “leis da imitação” regem unicamente os setores sociais em estado de desintegração permanente<sup>76</sup>: o que eu imito em meu vizinho, não é o Outro, é eu mesmo transformado em meu próprio objeto; eu não repito seu ato porque *ele* o fez, mas porque eu mesmo, nele, acabo de fazê-lo. Enfim, é preciso que eu perceba sua situação e suas necessidades como *minha* situação e *minhas* necessidades de maneira que sua conduta me apareça *de fora* como um projeto brotando da minha cabeça; o imitador e o imitado são ao mesmo tempo intercambiáveis e separados e a conduta imitativa é o resultado de uma dialética da identidade e da exterioridade; o OS sendo qualquer um, o modo de propagação do movimento reivindicativo através das massas será contagioso porque cada um vê vir o outro como ele mesmo. Enquanto a

<sup>76</sup> Os membros de uma coletividade integrada diferem por sua função (e, conseqüentemente, sua situação) na medida mesma em que eles são ligados pela lei do grupo: diversos no seio da unidade, porque eles se imitariam? Eles cooperam.

massificação gera ao mesmo tempo o isolamento e a intercambialidade, ela dá luz à imitação como relação mecânica entre as moléculas; e a imitação não é uma tendência nem um caráter psíquico: é o resultado necessário de certas situações sociais. Ainda é preciso que estas ligações puramente mecânicas se fundem sobre uma síntese prévia que permite ao menos a *presença* dos imitadores e dos imitados, fosse a unidade puramente material do habitat ou da empresa; é necessária pelo menos a unidade do perigo corrido ou da esperança ressentida. Ora, a relativa disseminação da indústria francesa joga a favor do patronato. O afastamento não suprime a propagação contagiosa: ele eleva seu limiar; à distância o *mesmo* se torna o *outro*; para que a unidade da situação seja percebida, é preciso que a urgência do perigo aumente: somente circunstâncias excepcionais revelarão às massas dispersas a unidade concreta e presente do proletariado. Em 1936, para citar apenas um exemplo, o triunfo político da Frente Popular acionou a propagação contagiosa dos movimentos sociais: as massas aprendiam sua unidade percebendo-a fora delas na aliança dos três partidos populares e elas reagiam à sua maneira, quase mecanicamente, pela identidade de suas condutas; se o movimento não tivesse sido freado, ele teria se transformado cedo ou tarde em ação revolucionária.

As circunstâncias que realizam a cristalização das massas em multidões revolucionárias, a nomearemos corretamente “históricas”: elas são ligadas às transformações sociais, econômicas e políticas do continente; em outras palavras, elas não se reencontram todos os dias. Desta forma a passagem do estado de massa à unidade primitiva da multidão oferece necessariamente um caráter de intermitência; as massas são afetadas por uma inércia que as impede de reagir às excitações finas: não podemos esperar delas estes movimentos rápidos e rapidamente parados, estas demonstrações de potência e estas operações de detalhe, estas fintas e estas manobras que permitem exercer uma pressão contínua sobre o adversário sem entrar em luta aberta contra ele. De resto, as cristalizações primárias não têm equilíbrio: a mecanização do trabalho roubou o futuro dos operários: se eles se movem, é porque sua condição *presente* é inaceitável, é que eles entreveem a possibilidade de modificá-la aqui e a agora. Só podemos esperar deles que eles se cansem de sustentar uma ação de longo prazo: à rigidez e à descontinuidade que caracterizam os movimentos de massa, convém então acrescentar certa instabilidade.

Não vamos, sobretudo, concluir que o “neoproletariado” é mais reformista do que revolucionário: é bem o contrário. É verdade que só podemos mobilizar as massas pela defesa de interesses imediatos: mas, quando elas se minam, elas querem tudo, na hora. A propaganda burguesa as persuadiu que não poderíamos portar sem catástrofe a mínima mudança de sua condição. Assim, a realidade cotidiana se tornava a seus olhos um sistema rigoroso de proibições. Mas o que os arranca de seu estado de massa, é uma impossibilidade mais fundamental ainda: a de suportar suas necessidades mais tempo; perante esta impossibilidade maior, todas as proibições entrar em colapso e é a mudança que se torna sua possibilidade mais imediata; o desespero gera a esperança, a cristalização das massas em multidão gera a crença que tudo é possível. O operário qualificado pode se limitar a *algumas* reivindicações; as massas querem *tudo* porque elas não têm nada. Uma ação concertada, fundada em anos de experiência, em plena posse de suas técnicas e de suas tradições, consciente de ser uma empresa de fôlego pode se limitar no instante a um objetivo definido: mas já que as massas não têm memória coletiva e já que seus “despertares” são intermitentes, sua ação é sempre nova, sempre recomeçada, sem tradição nem prudência: nada a limita, nem o medo do fracasso nem a reflexão sobre a história: ela se põe em sua essência pura, como eficácia soberana e poder absoluto de mudar o mundo e a vida. Ao mesmo tempo, *todas* as necessidades se descobrem ao mesmo tempo. A palavra de “mínimo vital” diz bem o que ela quer dizer: abaixo deste limite, está a morte. Para o homem das massas, viver é justamente não morrer na hora. Em período “normal”, o trabalhador só pode saciar um número muito pequeno de necessidades: aquelas cuja não satisfação geraria sua morte; e já que as forças de dispersão o penetraram do sentimento de sua impotência, é preciso que ele exerça uma censura permanente sobre todas as necessidades que não são *vitais*. Meio reprimidas, meio mascaradas, estas necessidades não estão menos presentes toda hora: simplesmente elas não são reconhecidas nem nomeadas. Mas enquanto

uma brusca deterioração de seu nível de vida põe de repente o trabalhador em perigo de morte, um movimento popular nasce e as massas se transformam; na hora, a relação com o possível e com o impossível é invertida e as necessidades se desmascaram porque a ação pode satisfazê-las. Quando tudo é possível, fica intolerável “viver no mínimo”. A partir daí, o movimento popular vai cada vez mais longe a menos que ele se quebre contra a resistência armada do patronato: cada um de seus sucessos é um encorajamento para exigir mais; sempre mais radical sem cessar de ser imediato, ele põe necessariamente em causa o espaço mesmo da sociedade. Para a metade dos franceses, os salários oscilam ao redor do mínimo vital: se fosse preciso de um dia para o outro aumentar em um terço seu poder de comprar real, a França burguesa saltaria. Pouco importa então que os grevistas ou os manifestantes tenham ou não a vontade de fazer revolução: objetivamente, toda demonstração de massa é revolucionária: a começamos *para não morrer* e a continuamos *para viver*; e depois, mesmo se fosse possível, no âmbito do capitalismo, de satisfazer por uma política sustentada, por um trabalho de dez anos, de vinte anos, certos de suas exigências, o fato é que elas não têm o tempo de esperar: um burguês mal alojado pode ter paciência: ele está limitado, eis tudo; uma família de operários se acumula em uma favela: ela deve morrer ou se mudar. Mas aqueles que lhe prometem não existem ainda: como mudar ao menos que ocupem aqueles que já existem: para obter inteira satisfação, a multidão revolucionária deve tomar o poder<sup>77</sup>. Seria perfeito se a miséria não a pusesse em oscilação só nos casos em que o poder pode ser tomado. Mas como crer nesta “harmonia pré-estabelecida”? É verdade que todo “movimento de massas” é um começo de revolução; e, às vezes, as circunstâncias que determinam uma ação popular podem enfraquecer de um mesmo golpe a resistência das classes dirigentes. Mas a história heroica e sangrenta do proletariado basta para mostrar que as condições de uma vitória operária são raramente dadas todas juntas. E depois, o proletariado representa apenas um terço da nação e as massas são apenas uma fração deste terço. Para que elas possam ganhar um dia, é preciso prepara seu trinco: nutrir alianças no interior da classe operária e, precisando, fora dela, parar um plano, definir uma estratégia, inventar uma tática; é justamente o que elas não são capazes de fazer. Consequentemente, o papel do militante vai mudar completamente.

Em primeiro lugar, ele é um funcionário. Collinet diz muito bem: “A massa não pode por si mesma participar da vida sindical; ela dá sua confiança aos militantes responsáveis, os julgando sobre os resultados imediatos que eles lhe trazem.” Mas porque vem ele em seguida nos descrever um militante ideal que serviria de intermediário entre os dirigentes e as massas? Certamente, seria bonito que este mediador consagrasse sua jornada como os camaradas, “no trabalho puramente técnico e profissional”, ao mesmo tempo em que se elevando por uma sucessão de ascetismos acima de sua especialidade para julgar os problemas profissionais acima das profissões, para visar “os problemas sociais em sua generalidade”. Infelizmente, este personagem “enraizado” e “destacado”, tudo junto, não tem nada em comum com o OS contemporâneo; é um velho conhecido e Collinet, sob um outro nome, nos apresenta simplesmente o operário profissional e sindicalizado de 1900. Não nos espantemos se ele confessa reconsiderando que o “militante é raro e instável dentre os operários especializados”. Que certos homens sejam por sua vez destacados e situados, é possível: tudo depende da condição, da saúde, dos lazeres, da cultura, em uma palavra do gênero de trabalho. Mas aqueles que jazem esmagados sob o peso da Terra, não é possível que eles planem ao mesmo tempo sobre ela. À primeira vista, não há a mínima dificuldade de princípio a que um OS seja um excelente militante; o único impedimento sério pareceria vulgar e circunstancial: é a fadiga. Somente eis: esta fadiga não é um acidente; ela se acumula sem fundir, como as neves eternas, e é ela que faz o OS. Certamente ela passará: quando tiverem reduzido as horas de trabalho ou levado até o fim a automação. Mas o OS passará com ela. E depois nós não sonhamos com as possibilidades da indústria americana ou da indústria soviética nem com a condição do homem no ano 2000: eu vos falo de trabalhadores minados *ao mesmo tempo* pela fadiga e pela miséria. Desde 1912, os

---

<sup>77</sup> E quanto ela o fizer, seus dirigentes deverão *ao mesmo tempo* se empregar a satisfazê-la e lutar contra sua impaciência. Uma nova dialética nasce: é que é preciso uma empresa de fôlego para realizar o que ela exige no instante.

laminadores citados por Merrheim reclamavam de estar muito cansados para se ocupar do sindicato e desejavam explicitamente que outros o fizessem em seu lugar. Depois, as coisas só pioraram: parar ganhar *tanto quanto* em 1938, o operário deve trabalhar *mais*. Ele se levanta às quatro ou cinco horas, parte às seis, volta para sua casa às oito horas da noite, janta e se deita nove horas; ele reclama amargamente de ser privado da vida familiar: de onde queremos que ele tire tempo de militar? Os horários de trabalho têm, além disso, o efeito de impedir as reuniões sindicais, a menos que a façam no trabalho; frequentemente é preciso provocar os operários a desengatar se quisermos que eles deem sua opinião sobre uma questão que os concerne. Quanto aos “raros” militantes que satisfazem as exigências de Collinet, eu compreendo que eles sejam “instáveis”: eles são obrigados a perder o sono e, cedo ou tarde, eles desabam. A *menos* que eles abandonem o trabalho manual e que eles sejam mantidos pelo sindicato, ou seja, por seus camaradas. Certamente, é indispensável que o militante saia da massa: mas precisamente ele *sai*. Falarão vocês depois disto, de “traição comunista”? Vamos então! Esta “burocratização” é uma necessidade na época do *scientific management*; nos Estados Unidos, onde o PC ficou praticamente sem influência sobre a evolução sindical, todos os delegados operários das grandes usinas – aí compreendidos os “delegados de oficina” – são permanentes, assalariados pela seção local ou mesmo pelo empregador. A divisão do trabalho que se opera entre militantes e trabalhadores no seio das organizações corporativas apenas reflete aquela que se opera na fábrica e que criou o novo proletário; e a “burocracia” sindical é apenas a réplica exata da burocracia patronal. Já que “outros pensam pelo OS”, já que especialistas, nos escritórios da empresa, se encarregam de repartir as tarefas, é preciso que outros especialistas, em outros escritórios, pensem contra este pensamento e decidam as modalidades da ação reivindicativa. A eliminação do homem pelo homem<sup>78</sup> na fábrica deve ter sua contrapartida sindical, o “tandem do técnico e do OS” deve ser compensado por aquele do OS e do militante profissional. É uma pena? Pode ser; o que fazer? A forma do aparelho sindical é determinada pela estrutura do proletariado. E depois, por cima do mercado, estas denúncias são falsas. Collinet se revela quando ele emprega a palavra “elite” para designar suas equipes de mediadores: é o nome que se davam a “minorias ativas” do outro pré-guerra; nosso autor conhece certamente as massas e mostra uma louvável preocupação com seus interesses; mas, quando ele quer julgá-la, ele não consegue despojar os preconceitos aristocráticos e, embora ele não seja um proletário, ele fornece o meio de compreender os dissensos operários já que ele toma sobre uma parte do proletariado o ponto de vista da outra parte. Sim, é nem nome de uma antiga elite que ele critica a nova burocracia e sua inteligência das massas encontra seu limite no desprezo que ele tem delas.

Mas se nós aceitamos as perspectivas de um humanismo da necessidade, tudo muda e os novos funcionários são legitimados pela necessidade de que temos deles. Eles convêm melhor às massas do que qualquer elite, porque eles não têm a obrigação contraditória de defender ao mesmo tempo o interesse geral e um interesse particular. Querem dizer, talvez, que eles constituem também uma elite, mas isto não é verdade: o operário de elite, é aquele que cumpre o mesmo trabalho que seus camaradas e que milita *por cima do mercado*, ele é *primus inter pares*; seu ofício suplementar e voluntário lhe dá mérito, crédito, o direito de ser ouvido. O funcionário sindical nasceu, ao contrário, da divisão do trabalho: ele faz o que seus camaradas não têm tempo de fazer e, por esta mesma razão, ele não faz mais o que eles fazem. Já que eles retribuem seus serviços, ele não tem nenhum direito à sua gratidão nem outros poderes além daqueles que eles lhe delegaram. Há riscos, com certeza: e frequentemente foi observada a tendência da organização burocrática a se considerar seu próprio fim, mas contrariamente ao que disseram, é no sindicalismo de massa que este defeito é menos sensível. Certamente, é preciso abandonar para sempre a concepção romântica e participacionista de uma elite mergulhando suas raízes nas camadas profundas do inconsciente popular: as massas não têm mais inconsciente do que consciente, sendo pura dispersão mecânica; é bem verdade, por outro lado, que elas sejam incapazes de exercer um controle permanente e detalhado sobre o aparelho. É preciso concluir que podemos levá-lo aonde quisermos? É bem o contrário: sua disseminação mesma os subtrai de todas as influências. A velha ideia burguesa do

<sup>78</sup> A expressão é de Friedmann (*Où va le travail humain?*)

“condutor” é tão tenaz que os escritores políticos de hoje não conseguem se livrar dela. E Sr. Burnham disse sobre este sujeito besteiras bem surpreendentes. Collinet, muito mais prudente, não se atém de escrever: “A massa prova capacidades explosivas... Mas, estas extintas, ela renuncia em suas mãos os quadros em que se resume então a totalidade da vida sindical.” Ora, nada é mais falso: com certeza, as massas não possuem nem a vontade nem os meios de renovar os quadros, elas preferem conservar os dirigentes que elas possuem. Mas é menos pela rotina do que pela indiferença. Antes de 1914, quando davam a um militante as funções de secretário sindical, é porque ele mereceu a confiança de seus camaradas; mas em seguida, lhe obedeciam porque ele era secretário: no sindicalismo minoritário, a fonte da autoridade é em grande parte institucional. As massas de hoje zombam das instituições: e principalmente porque um número muito grande de OS ficam à margem das organizações operárias, se reservando de seguir as instruções quando eles as julgarem conforme a seus interesses. O operário profissional e sindicalizado obedece porque ele reconhece a autoridade dos dirigentes que ele eleger; quando o OS reconhece a autoridade de chefes que ele talvez nem mesmo contribuiu para eleger, é porque as circunstâncias o levaram lhes obedecer. Assim a ação equivale a um plebiscito: as massas não revoltam nunca, nem protestam nem exigem a renovação dos quadros e não podemos falar de uma pressão da base sobre os chefes: elas seguem ou não seguem, eis tudo. Isto quer dizer que elas se organizam em coletividade ativa ou que elas desabam e se abandonam às forças da massificação. E, segundo os resultados obtidos, os efetivos sindicais se incham ou se desincham: os quadros, claro, não são atendidos; somente acontece às vezes que eles constituam sozinhos a totalidade do sindicato. Se esta instabilidade favorece uma oligarquia de funcionários, isto não é duvidoso; mas é falso que ele encoraje a rotina: ela obriga, ao contrário, os dirigentes a retificar sem cessar sua política. Claro, este fluxo e refluxo não podem passar por *testemunhos* de satisfação ou de descontentamento: são signos involuntários e sintomas. Não importa: eles constituem à sua maneira um controle rigoroso mesmo que não consciente; as massas controlam o militante como o mar controla o timoneiro. Ele é chefe quando elas se agitam; quando elas se espalham, ele não é mais nada. Fosse ele mais preocupado com o aparelho do que seus camaradas, ele tem então o interesse geral pelo interesse particular; suas ambições pessoais, se há alguma, ele só pode realizá-las se inspirando às massas uma confiança cada dia renovada; e ele não lhes inspirará confiança a não ser que aceite de levá-las aonde elas forem. Em uma palavra, é preciso que ele seja *todos* para ser ele mesmo.

Não importa: ele quase não existe senão para elas, ele parou de fazer parte delas; ele dividiu a condição de seus camaradas, mas, desde que ele milita, ele não a divide mais. Como poderia ser de outra forma: as massas não são nada além de uma falsa união de solidões, dissimulando um perpétuo espalhamento; se ele tivesse ficado nelas, ele estaria condenado ao isolamento e à ineficácia como qualquer um. Em 1900, a diferenciação do proletariado permitia aos militantes se manter na classe: as diferenças profissionais garantiam a hierarquia; o fundamento do poder, era a ligação que unia o senhor profissional ao obreiro vassalo. As massas são de areia: se eu sou apenas um grão, como eu poderia comandar os outros grãos? A estranha realidade formal que chamamos “qualquer um” é apenas uma solidão comunicativa: eu sou qualquer um aos olhos de qualquer um; a meus olhos, qualquer um sou eu; no final, este caráter abstrato me escapa: ele está sempre em outro lugar; isto não teria importância se eu pudesse me definir por minha atividade singular; mas já que o operário especializado faz qualquer coisa, ele se reduz a esta essência abstrata que nem mesmo lhe pertence. Esta fuga perpétua da minha realidade explica a imitação, nós vimos: eu imito para recuperar minha realidade de pessoa, que se apresenta sempre como Outro e posto sobre o Outro; mas se qualquer um pretende me comandar, ele se transforma em *alguém* e eu lhe pergunto seus títulos. Certamente, quando as massas se mexem, os chefes saem das fileiras: mas é porque elas deixaram de ser massas e porque elas se cristalizaram em uma forma primária de coletividade da qual o chefe improvisado concerne e encarna a soberania difusa: quando elas voltam ao estado disperso, o chefe desaparece. O aparelho, este, permanece: ele justifica sua permanência por seu caráter institucional; mas a autoridade do militante é apenas um exílio: se ele dá ordens às massas em seu nome, é que ele se refere à sua unidade de ontem ou de amanhã, é que ele se fez o depositário de sua soberania em eclipses. Ele testemunha a esta multidão com suas metáforas

lembrando-lhe que ela foi uma sociedade terrível, violenta, autoritária e que exercia sobre cada um de seus membros uma pressão infinita. Resultado, as massas o mantêm à distância: elas não contestam sua autoridade já que elas não podem opor a ela uma outra e que sua estrutura dispersa lhes impede de ser uma fonte legítima de poder; porém, elas não a *reconhecem*: de fato, ela vem de *fora*, deste grupo integrado que eles deixaram de ser. A unidade do proletariado – que o aparelho sindical encarna em permanência – continua uma instrução abstrata ou um ideal irrealizável mais do que uma tese viva; há mesmo um tipo de anti-sindicalismo das massas: os operários sempre se desconfiam um pouco destes funcionários que, por mais dedicados que sejam, não compartilham inteiramente a condição operária. Quando as forças de massificação o trazem, a presença do aparelho impede a total desintegração do proletariado sem lhe garantir a inteira coesão da classe; ela mantém a população operária em um estado sem equilíbrio que não passa de oscilar entre a justaposição puramente mecânica e a composição orgânica. Soldadas por uma imperiosa corrente, as massas voltarão a ser uma coletividade; na organização sindical, elas recomeçarão a ver sua emanção e o número visível de sua unidade; reencontrando sua soberania difusa, elas *reconhecem* a autoridade dos funcionários<sup>79</sup>; pouco importa então que a maioria dos trabalhadores tenha ou não seu cartão do sindicato: as ordens são seguidas e o problema é julgado. É a rapidez que aglutina estas partículas discretas, é a *práxis* que as integra diferenciando, é o aparelho que opera a mediação entre todos e cada um. Mas a origem da corrente continua extra-sindical: é a fome, a cólera ou o terror que dão o movimento ou, às vezes, como em 1936, é o relâmpago repentino da esperança. Sem o organismo sindical, os movimentos parariam, talvez: sua presença mantém o semblante de unidade que permite sua propagação contagiosa; seus jornais e seus delegados suprimem as distâncias, colocam o operário de Strasburgo em contato imediato com aquele de Perpignan<sup>80</sup>. Mas ele é por si mesmo incapaz de *produzir* os movimentos; quando ele os desencadeia, é porque ele ultrapassou sua causa verdadeira. Porém, ele é responsável – em certa medida – por sua força, sua amplitude, sua direção, sua eficácia: cabe a ele esclarecer as massas sobre seus próprios fins, acelerar ou frear os desenvolvimentos locais em função da evolução geral. Ainda é preciso estar por dentro da conjuntura econômica, conhecer a situação social e a relação de forças presente. E, sobretudo, é preciso ser capaz de prever as reações operárias: o movimento que começa, é ele durável? É preciso o apoio de todos os recursos sindicais e levar o operário a se envolver nele a fundo? Ou não passa de um fogo de palha que é melhor deixar se apagar? Como decidir se não juntamos informações, operamos sondagens e consultamos as estatísticas. As massas não param de *dar sinais*: ao militante cabe interpretá-los; não é mais tempo de invocar não sei qual conhecimento confuso que nasceria do enraizamento nem de apoiar as decisões sobre alguma instituição criadora: sendo objeto por

---

<sup>79</sup> Mais ou menos. E em todos os grandes movimentos populares, observamos conflitos latentes ou declarados entre os chefes improvisados e os responsáveis sindicais. Na maior parte do tempo, são os “permanentes” que acabarão por levá-lo: eles possuem mais experiência. Ainda é preciso que eles coloquem suas competências ao serviço de verdadeiros interesses operários.

<sup>80</sup> O fatos que seguem mostrarão a importância da informação e o papel que ela pode ter para frear ou acelerar um movimento pretensamente espontâneo: em 1936, a primeira greve com ocupação de fábrica explode em Havre, em 11 de maio; no 13, em Toulouse, os operários das fábricas Latécoère param o trabalho e ficam na fábrica. Mas estas duas greves ficam desconhecidas em Paris; a imprensa sindical não fala uma palavra a respeito. Somente, na imprensa burguesa, *Le Temps* menciona em algumas linhas e sem detalhe. Em 14 de maio, em Courbevoie, nova greve no trabalho. Silêncio da imprensa. Enfim em 20 e, sobretudo, 24 de maio, *L’Humanité* aproxima as três greves e sublinha a novidade e a identidade do métodos de combate. No mesmo dia, 600000 manifestantes desfilam no Muro dos Federados, convidados pelo Comitê de acordo socialista-comunista e a CGT. Os operários aprendiam então ao mesmo tempo sua nova potência e os novos métodos de luta. Ora, a partir de 26 de maio o movimento de greve se estende a toda a região parisiense e, a partir de 2 de junho, a toda a França. O papel da *informação* é bem definido por algumas datas: o silêncio quase total da imprensa diferiu em doze dias a propagação do movimento. Desde que os jornais mencionaram as três primeiras greves, o movimento se generalizou. Toulouse e Le Havre foram colocadas às portas de Paris.

natureza, as massas se tornam o *objeto próprio* do militante<sup>81</sup> e há uma técnica das massas como há uma de navegação. O texto seguinte de *Força Operária* é característico:

“...Em nossa opinião, não importa que eles (os movimentos de greve de 1947) tenham por suporte as dificuldade materiais de vida da grande massa de pequenos e médios assalariados... Não é necessário acelerador para movimentar um veículo parado em uma ladeira. Basta soltar os freios. Quanto às características particulares deste movimento – porque cada processo grevista tem seus próprios – não deixaremos de lembrar o que nos ensinaram as técnicas de ciências nucleares, a saber que a origem da bomba atômica reside no desencadeamento de um fenômeno de reação em cadeia pelo qual se cumpre e se propaga a desintegração da matéria<sup>82</sup>.”

O caráter francamente mecanicista destas imagens faz um contraste impressionante com a fraseologia “organicista” do outro pré-guerra. Reconhecemos explicitamente o papel da propagação contagiosa e o caráter extrassindical das causas do movimento. Mas principalmente estes sindicalistas aterrorizados (eles deviam cedo deixar a CGT) confessam sem vaidade sua impotência: podemos frear, barrar um movimento, mas se os freios escapam ou se a barragem se rompe, o carro roda ladeira abaixo aonde a água correr sobre os baixos planos. Encontramos nestas páginas um eco do terror que Blum e os antigos sindicalistas experimentavam perante as massas: a secessão de FO é um salve-se quem puder.

Centralização, burocracia, técnica: estes traços do novo sindicalismo lhe são impostos pela natureza do “neoproletariado”. E é ainda ela que vai transtornar a tática sindical lhe acrescentando três novas características: manterão a agitação social, favorecerão a extensão das greves cada vez que isto for possível; se esforçarão para “radicalizar” os conflitos.

#### *A agitação permanente.*

As massas estão sempre atrasadas ou adiantas em relação a seus chefes. Mas não vamos concluir sobre sua estupidez ou sobre a infâmia dos burocratas: nós recairemos nos psicologismo. De fato, este deslocamento é apenas a projeção *temporal* da distância *espacial* que separa o militante de seu objeto; ele se explica pelo caráter conjuntural da técnica das massas. O militante de base está *em frente* aos camaradas que ele convida à ação: ele *lhes* fala e eles escutam; mas não é frequentemente que ele pode falar *com* eles. Um sindicalista, Guy Thorel, se exprime nestes termos: “Percorram as usinas, vão aos canteiros, conversem nos escritórios, assistam às reuniões em auditórios numerosos ou restritos. Escutem a voz dos militantes e observem a massa: vocês ficarão impressionados de constatar que há raramente diálogo entre os militantes e a massa. Há um monólogo dos militantes e uma grande passividade da massa. Esta passividade, acontece frequentemente que os militantes não consigam entabulá-la. A massa escuta mas não diz nada. E se vocês interrogarem diretamente qualquer um da massa, vocês frequentemente não obterão nenhuma reação que os esclarece.”<sup>83</sup>

Isto não espantará: estes homens são sós junto. Separados pelo cansaço e a miséria, qual dentre eles teria a audácia de falar em nome de todos? Aproximados pela consciência comum de seu isolamento, qual ousaria ainda falar em seu próprio nome? O militante se torna estrangeiro a eles: ele não lhes reflete ainda sua potência e sua unidade. Porém, é ele quem deve fazer as conjecturas sobre suas disposições, sobre o efeito que produziram seus discursos, sobre as possibilidades

<sup>81</sup> O que não prejudica naturalmente as relações *pessoais* que ele pode ter com os operários.

<sup>82</sup> Número de 12 de junho de 1947. *Força Operária* era ainda integrada à CGT e a posição de Jouhaux era ambígua: ele não queria nem aprovar as greves nem condenar os grevistas.

<sup>83</sup> Publicado em *Esprit*, julho-agosto de 1951, p. 170.

objetivas da situação. Admitindo que seu diagnóstico seja exato, é que a transmissão altera as mensagens transmitidas: as “centrais” recebem instruções de segunda mão, elas possuem raramente o “contato direto” e, quando enfim o topo ajunta todas as informações da qual ele dispõe, a síntese que ele opera é, ela mesma, apenas uma reconstrução da qual a probabilidade no melhor dos casos, não pode ultrapassar a de uma hipótese científica antes da verificação experimental. Naturalmente haverá uma contraprova: mas como é a ação ela mesma que ganha lugar de experimentação, o erro custa caro e pode conduzir a um desastre: em muitos casos, felizmente, não será necessário esperar o fim do conflito para perceber que a luta estava mal travada desde o começo; a ordem será logo seguida de uma contraordem. Mas, precisamente porque a massa é *diferente* dos militantes, o aparelho corre o risco de se isolar exigindo das tropas o que elas não podem dar na hora e, para retificar seu erro, os dirigentes correm o risco de chegar a reboque dos dirigidos. Com certeza a experiência, o julgamento, as qualidades pessoais intervêm em todas as escalas: é que o “autoritarismo” e o “seguidorismo” são o Charbyde e Scylla da ação sindical; os funcionários dirigem os movimentos por aproximações sucessivas: uma queda repentina à esquerda, uma queda repentina à direita. Eis porque os militantes têm por tarefa essencial “guardar o contato com as massas”. Estas palavras não teriam tido muito sentido no tempo do sindicalismo de elite. Dirão que elas não o têm ainda hoje? Porque enfim o próprio da dispersão molecular é tornar o contato impossível. Perdemos contato com um grupo, pelo intermediário de seus representantes, mas não com uma soma de suas partículas discretas. Se o militante quer “contatar” as massas, é preciso primeiro que ele lhes dê um semblante de organização. É este um círculo vicioso? Não, porque trata-se para ele de afetá-las sem cessar com uma maneira de heretismo coletivo para lhes manter em via de solidificação. E, como só a ação pode batê-los até lhes fazer “pegar”, multiplicar-se-ão as palavras de ordem para suscitar sem cessar os começos de ação: mesmo se esses começos não tem sequência, eles aproximam os indivíduos, provocam correntes emocionais, permitem provar e controlar a combatividade operária. Os patrões e a elite profissional tirarão disto pretexto para censurar a burocracia de preferir a desordem aos verdadeiros interesses operários: o “bom” sindicalista, atrás deles, age no bom momento, nitidamente para obter resultados limitados e termina a luta no momento em que estes resultados são obtidos. Mas esta luta fina e precisa, que começa e acaba na ordem, só é possível aos sindicatos de elite que são *inteiramente atividade*. A inércia das massas faz, ao contrário que o movimento lhes venha de fora; ela implica então sua contrapartida, a agitação, que tem por objetivo manter por uma preparação perpétua um rudimento de vida coletiva lá onde a morte corre o risco perpetuamente de se instalar. Sem a agitação, os grandes movimentos populares seriam mais hesitantes, eles gastariam mais tempo para nascer e acabariam mais facilmente.

#### *A extensão.*

O OS é “intercambiável”, a concorrência deu lugar ao monopólio: por esta dupla razão, a greve não pode mais dar certo ao nível da empresa; é preciso que ela se estenda a todo o ramo da indústria ou a toda a nação. Por fim, em cada fábrica particular a decisão escapa ao operário. Ou principalmente ele decide ainda mais sob pressão: antes da outra guerra, ele apreciava uma situação local, ele punha na balança os riscos e as chances, ele entrava em ação por interesses concretos; hoje, lhe pedem para se envolver em um movimento que o ultrapassa e do qual ele só pode talvez entrever o significado. O militante serve de intermediário entre o todo e as partes. O aparelho é identificado ao movimento que começa: assim o funcionário local fala *em nome do todo*: cada um de seus ouvintes está ainda isolado na massa mas o fazemos entender que o proletariado em todo lugar se recompõe: diz respeito somente a elas ceder à formação geral e escapar da solidão. Antes mesmo que a integração seja alcançada, eles provam a potência coercitiva de uma coletividade primária em via de decomposição. Isto não acontece sem alterar profundamente a democracia sindical, no sentido

clássico do termo. Desde que o sujeito coletivo<sup>84</sup> se manifeste, o reconhecemos na pressão que ele exerce sobre seus membros. As decisões são tomadas à alta temperatura. Certamente, é preciso deliberar e as massas ouvem decidir livremente a conduta a tomar. Mas elas sabem que a eficácia de sua ação será proporcional à potência da integração do grupo. Cada um pode dar sua opinião; mas, para que uma proposição seja mantida, não basta que ela seja *prática*: como o perigo de colapso subsiste em permanência no seio da unidade, é preciso que a moção proposta realize o *acordo de todos*. Se uma opinião falha ao reforçar a unidade coletiva, ela escorrega e desaparece sem deixar rastros, esquecida pelos mesmos que a experimentaram primeiro. Diremos que ele é o mesmo nas assembleias parlamentares, já que a minoria se inclina perante as decisões da maioria. Mas isto não é verdade de forma alguma: ela se inclina mas ela subsiste, justaposta à maioria como sua tentação permanente, e conserva suas pretensões de se tornar um dia majoritária. Nas massas, a maioria come a minoria. Ou principalmente, há minorias *em movimento* que se escusam e desaparecem desde que são contadas; e a unidade se refaz sem cessar pela liquidação dos oponentes: se eles resistem, irão até lhes fazer violência: aos olhos do grupo, o dissidente é um criminoso que prefere seu particular à opinião unânime, um tratado que, mais do que reconhecer seu erro, aceita o risco de romper a coesão operária. Nosso governo soube tirar proveito da situação: ele impôs a prática do referendo e estendeu o direito de voto aos não sindicalizados. Tratava-se, claro, de proteger os direitos do homem. De fato, queriam desfazer os laços coletivos. Esta trapaça mostra em plena luz do dia o abismo que separa uma democracia burguesa de uma democracia de massas. É verdade: votar com a mão para cima é ceder antecipadamente às pressões coletivas; mas o voto com boletim secreto mergulha as massas em sua dispersão original. Cada um, reencontrando sua solidão, exprime apenas o que ele pensa sozinho, na falta de saber o que ele pensaria *em grupo*; na hora, na reunião ou na oficina, ele *veria* seu pensamento se formar, ele o *entenderia*, ele o *apreenderia* dos lábios de seus camaradas; no momento sua opinião, se ele tem uma, não é mais do que sua ignorância da opinião dos outros. Pretendendo salvar a pessoa, nossos ministros o fizeram recair ao nível do indivíduo. Estas consultas favorecem a inércia: a decisão de lutar é tomada em comum, no calor; o entusiasmo é contagioso; mas no isolamento, a dúvida renasce: cada um tem medo da incapacidade dos outros, nos tornamos qualquer um. Um exemplo em mil: em novembro de 1947, os operários dos Estabelecimentos Citroën decidem fazer a greve no trabalho. A polícia interveio e faz evacuar a fábrica. Lá em cima, os poderes públicos organizam um referendo; o objetivo é manifesto: fazem os operários votarem em um meio-fracasso. A CGT lhes recomenda o quanto antes de se abster. O referendo acontece: e 10000 inscritos, há 3821 abstencionistas: estes são os duros, os que recusam de capitular. E, naturalmente, são também os mais hostis a esta forma de consulta popular. Entre os votantes, 1201 se declararam a favor da continuação da greve: de acordo com os primeiros sobre os objetivos e a tática, eles não seguiram os conselhos da CGT; é que eles entendem usar livremente o direito de voto, mesmo se é o Governo que lhes garante-o<sup>85</sup>. Ao todo, 5021 partidários da greve. A favor da retomada do trabalho: 4978 vozes. Ora, a greve começou sem voto prévio; mas é evidente que não ousaram decidi-la em uma maioria tão fraca. Dito de outra forma, os 5000 “duros” levaram os outros; os hesitantes se ajuntaram ao grupo por medo de ficar sozinhos, os oponentes são silenciados, abandonando sua resistência por ter reconhecido sua ineficácia. Eis então duas

<sup>84</sup> Eu entendo “sujeito coletivo” como *sujeito da práxis* e não sei lá qual “consciência coletiva”. O sujeito é o grupo *ajuntado* pela situação, *estruturado* por sua ação mesma, *diferenciado* pelas exigências objetivas da *práxis* e pela divisão do trabalho, antes improvisado e depois sistemático, que ela introduz *organizada* pelos dirigentes que ele escolheu ou que ele descobriu e encontrando *na pessoa deles* sua própria unidade. O que nomeamos o “poder carismático” prova bem que a unidade concreta do grupo é *projetiva*, ou seja, que ela lhe é necessariamente exterior. A soberania difusa se parece e se condensa na pessoa do chefe que a reflete em seguida a cada um de seus membros e cada um, na medida mesma em que obedece, se encontra, com relação aos outros e aos estrangeiros, depositários da soberania total. Se há um chefe, cada um é chefe em nome do chefe. Assim a “consciência coletiva” é necessariamente encarnada: é para cada um a dimensão coletiva que ele insere na consciência individual do outro.

<sup>85</sup> Poderíamos supor – mas os detalhes faltam e isto é apenas uma conjectura – que se trate de operários profissionais: eles são ao mesmo tempo “duros” e partidários de um sufrágio que garante os direitos individuais.

classificações diferentes; livre aos padrões de interpretar que a segunda é a única válida: de fato, eles são válidos os dois, mas eles correspondem a dois estados bem diferentes do grupo. É verdade que a evacuação das fábricas levou um golpe sério aos partidários da greve. Porém, sem o referendo esta continuava: e os indecisos se declaravam a favor dela, por falta de conhecer um meio de pará-la; o vote reaviva as hesitações dos “moles” e dá coragem aos oponentes. Assim, a greve traduz a brusca integração do grupo e a consulta provoca sua desintegração parcial. A unidade de combate é uma formação primária que se estabelece na paixão e se mantém frequentemente pelo constrangimento. Os funcionários sindicais são *autoritários* na medida em que o grupo os escolheu para exercer em seu nome a ditadura sobre cada um de seus membros.

### A radicalização

Nunca as massas *mandam*: elas não votam nos programas; elas indicam o objetivo a seguir; ao militante cabe encontrar o caminho mais curto. E suas exigências são tão simples que a realização parece primeiramente ao alcance das mãos: pão, casas, a revogação de uma lei desonestas, o fim de guerra. De fato, seu desejo mais elementar é separado de seu objeto pelo universo e só pode ser satisfeito se por um trabalho de longo alcance. Pão, casas? Nós vimos que seria preciso produzir mais e, conseqüentemente, renunciar completamente às práticas malthusianas, o que implica *ao menos*, que outra maioria se forme e que um novo governo imponha suas vontades aos grandes padrões. A ilusão “espontaneísta” inclina bons espíritos a crer que a exigência popular é uma política comprimida: bastaria *desdobrá-la* para encontrar nela o meio de satisfazê-la. Isto não é: a necessidade é apenas uma falta; ele pode fundar um humanismo, mas não uma estratégia. Reclamando pão, as massas levam seus representantes a lutar contra o malthusianismo; mas sua reivindicação não implica por *ela mesma* uma condenação das práticas malthusianas<sup>86</sup>. Assim, o militante se encarrega do conflito permanente que opõe o movimento revolucionário, cujas tarefas são infinitas; e o ímpeto revolucionário, que estabelece os fins subitamente para reclamar sua realização imediata. Já que elas não podem se mexer sem agitar a sociedade, as massas são revolucionárias por sua situação objetiva: para servi-los, os responsáveis devem elaborar uma política revolucionária. Mas, por isto mesmo, eles se opõem duplamente a elas: o objetivo preciso e limitado que eles propõem alcançar em tal momento da história é ao mesmo tempo muito longe e muito particular para suas tropas. Muito particular: na medida em que o fim que lhes propõem é apenas um meio de atingir outro meio, elas não reconhecem sempre os fins absolutos pelos quais elas aceitaram lutar e morrer. Muito longe: na medida em que este fim é apenas um resultado tático, ela se afasta da satisfação imediata que elas reivindicam. Porque para elas é tudo um só, reclamar pão ou o estabelecimento de uma ordem humana: mas elas não concluirão sozinhas que é preciso ser a favor ou contra a escala móvel. Em uma palavra, a essência mesma das massas lhes impede de pensar e de agir politicamente. E, sem nenhuma dúvida, a política do aparelho é a expressão prática e temporal de sua exigência; e, como elas representam as forças mesmas que podem realizar a empresa revolucionária, diríamos que elas são os meios desta política na medida mesma em que elas são seu fim. Mas, como a estratégia lhes continua por princípio estrangeira, não podemos continuar a falar propriamente que elas *fazem* esta política, mas principalmente que elas são seus instrumentos. Claro, os dirigentes se recusam a *manobrar* suas tropas: eles insistem sem cessar, sem cessar elas explicam e buscam convencer. Mas a dificuldade não vem dos chefes nem de suas relações com os soldados: ela manifesta simplesmente a contradição fecunda que opõe o imediato ao diferido, o instante à duração, a necessidade à empresa, a paixão à atividade. Convencidos que é realmente impossível mobilizar as massas para fins longínquos e abstratos, os dirigentes fazem um

<sup>86</sup> Ou se preferimos: *objetivamente* a satisfação destas exigências é incompatível com a manutenção de uma economia depressiva. Mas elas podem ser colocadas *subjetivamente* sem que os operários tenham qualquer conhecimento do malthusianismo.

uso constante do que chamamos o “duplo objetivo”; isto quer dizer que eles apoiam o objetivo mais geral e mais afastado sobre um objetivo imediato e concreto de mostrar, por trás do objetivo próximo, um objetivo longínquo que constitui, por assim dizer, sua significação política. Dessa forma, eles explicarão aos assalariados que a revalorização dos salários está ligada à cessação das hostilidades ao Vietnã e ao desarmamento geral. Em certo sentido, este uso tão depreciado do “duplo objetivo” é apenas uma maneira de *explicar* a história: descobrimos nas massas as consequências longínquas de sua ação reivindicativa, lhe ensinamos sob quais condições gerais suas condições particulares serão satisfeitas. E não é duvidoso, com efeito, que o proletariado, na circunstância presente, deva se impor o desarmamento se ele quiser elevar seu nível de vida e que, reciprocamente, ele freia cada dia “o esforço de guerra” na medida em que ele defende seu salário contra os patrões. Mas o caráter acertado da ação popular, seus “deslocamentos”, suas imprevisibilidades, seus bruscos enrijecimentos, seus imprevisíveis colapsos têm por efeito mostrar a “politização” do sindicalismo. Uma greve ganha aparece como um fato total; seu significado político não se isola. Uma greve perdida é o contrário: os trabalhadores retomaram o trabalho porque a classe sindical estava vazia? Pouco importa: parece sempre que eles tenham negado seus chefes; e o que eles repudiaram senão a “politização” da greve? O aparelho fica no ar, completamente abstrato, sua “distância das massas” se acentua; ele reveste aos olhos de todos os aspectos de uma burocracia política. Os chefes diziam às massas: lutando por seus salários, não esqueçam que vocês lutam *também* contra a guerra. Vencidos pela fome, as massas abandonam provisoriamente a luta: concluímos disso que elas zombam do desarmamento.

Ao fracionamento do proletariado corresponde uma fragmentação da soberania popular. Para a elite profissional, a soberania se funda sobre o mérito, ou seja, sobre a competência, a energia e a cultura: o obreiro não é “soberano”, de sua parte, a não ser na mesma medida em que ele é enquadrado, levado, controlado. Para o operário especializado, a soberania emana diretamente das massas e só delas; ela só faz um com o movimento pelo qual, sob a pressão de circunstâncias exteriores, elas se juntam em *corpo*. A classe operária é desfeita por um conflito de poderes.

O pluralismo sindical é então um efeito, mais que uma causa: certamente ele contribui para o crescimento das divisões operárias, mas ele apenas as reflete. Antes de 36, a CGT de Jouhaux agrupava essencialmente operários profissionais, funcionários ou trabalhadores dos serviços públicos e pequenos empregados; em geral, a “elite” do secundário e alguns elementos do terciário. Depois da fusão de 36, que se operou no calor e sob a pressão dos eventos, estes militantes se inquietaram: eles falavam já de colonização; com a aproximação da guerra, eles se apressaram por retomar sua liberdade. Depois da Liberação, os efetivos da CGT se incham de novo; a CFTC fica sozinha perante ela; a unidade orgânica está na ordem do dia. Mas quase em seguida os antigos militantes da CGT – Jouhaux reclamavam de não estar mais em casa. “Eles fingem ser estrangeiros em sua própria casa”, escreve Bothereau, em 1947. A frase é reveladora: a CGT de 45, apesar de seu nome venerável, tem todas as características de uma organização nova e que busca ainda sua via; mas a “elite” operária persiste em considerá-la uma instituição muito antiga e que lhe pertence: ele acolhe lá seus novos vindos como se fosse sua própria casa e deplora a má educação de seus convidados. Claro, estes militantes não pensam em incriminar seus camaradas da grande indústria racionalizada: são os dirigentes comunistas que eles acusam; sem eles, a unidade sindical se manteria sozinha. Mas as censuras que eles fazem ao PC atingem *primeiro* as massas. Os comunistas, dizem eles, preferem os trabalhadores desorganizados aos militantes experimentados: os primeiros são mais fáceis de manobrar do que os segundos. Mas não seria isto lhes fazer uma queixa de que eles representam as massas mais que a elite? Os novos dirigentes recorrem muito facilmente à violência, eles começam nas fábricas uma agitação sem fim que fere os interesses do proletariado, eles mostram nas negociações uma intransigência que arrisca fazê-los fracassar? Concebemos que esta barbárie escandaliza os militantes advertidos. Mas a violência, eu o mostrei acima, nasce da situação mesma;

a agitação é apenas uma luta contínua contra a ação das forças massificantes; quanto à intransigência, ela tem duas causas principais: é primeiro que a condição do OS é intolerável; é, em seguida, que ele não tem a possibilidade de *manobrar*; seu único recurso sendo a violência, é em um clima de violência que ele faz valer suas reivindicações: a fábrica está ocupada, os CRS, talvez, vão fazê-los evacuar; eles atirarão se resistirem; a situação não é propícia ao acordo: é preciso muita coragem e de cólera para enfrentar os perigos: as massas consideram então, corretamente, o patrão como o inimigo; as concessões, as conciliações, elas as tomam por traições: elas tudo que elas podem; se suas forças as abandonam, elas colapsam. Os dirigentes comunistas sufocaram a democracia sindical? Mas qual? A única que já foi praticada era aristocrática. A “elite” esqueceu que uma democracia pode ser autoritária se a autoridade emana das próprias massas. A “ditadura” sindical – se há ditadura – se exerce sobre a minoria em nome da maioria, mas seria absurdo crer que ela pudesse se exercer sobre a maioria ela mesma: não podemos nem mobilizar nem manobrar as massas, elas se determinam à ação quando elas se transformam em comunidade ativa sob a ação das circunstâncias exteriores. Os sindicatos “comunistas” são politizados? É que a existência das massas enquanto tais é incompatível com o regime econômico e social que as produz. Que me entendam: eu não digo que a estrutura atual do PC, seus objetivos e seus métodos sejam inteiramente e exclusivamente determinados pelas exigências objetivas do OS; este partido tem sua história, sua dialética própria; ele é condicionado pelo universo. Mas eu sustento que estas acusações visam as massas ao primeiro chefe: são elas que o militante de elite condena por pessoas interpostas; ele tem medo delas e elas o fascinam; amanhã a automatização das tarefas pode fazê-lo voltar ao posto de OS.

Os representantes da massa, por sua vez, acusam FO e a CFTC de fazer “maliciosamente” política e eles não estão errados. Quando tudo está ligado, o malthusianismo e a miséria, a alta dos preços, o rearmamento e a marshalização, recusar a política do PC é fazer a do Governo; de resto, a CGT-FO se apoia sobre o partido socialista e a CFTC sobre os ministros MRP. Conter as reivindicações operárias sobre o terreno econômico e profissional é querer mudar os efeitos sem tocar nas causas; é, sobretudo, deixar as mãos livres para a maioria parlamentar. Querem obter o máximo no âmbito do regime; pedem os menores favores e, para merecê-los, condenam o comunismo em discursos “apolíticos” e recebem “apoliticamente” os emissários dos sindicatos americanos. E porém eles alcançam também o militante de base, as censuras que a CGT faz aos dirigentes: depois de tudo, Força Operária, até em 1947, representava apenas uma “tendência” minoritária na CGT; nem Jouhaux nem seus tenentes queria tomar a iniciativa de romper a unidade e são os militantes do interior que impuseram a ruptura ameaçando não renovar seus cartões sindicais. Na conferência dos Amigos da Força Operária, convocados com pressa, os dirigentes propunha um compromisso: exigiriam dos “majoritários” a “democratização” da CGT. Em vão: os militantes não queriam saber de nada e o estado maior os seguiu relutantemente na secessão<sup>87</sup>.

Diremos nós que as massas fizeram fileira inteiras atrás da CGT? Que só os operários profissionais estão inscritos na FO ou na CFTC? Isto seria simplificar. Muitos operários qualificados ficaram na CGT por disciplina de classe<sup>88</sup>. Outros aderiram aos sindicatos autônomos. E depois o caráter confessional da CFTC vem ainda complicar o problema: em certas regiões, a corrente de descristianização ainda não penetrou nas massas. Contudo, tomando as coisas grosseiramente, nossa divisão se mantém verdadeira: a CGT polariza as tendências revolucionárias do proletariado mecanizado da grande indústria; a maior parte dos outros sindicatos representa a tendência reformista de uma elite profissional que luta contra uma desqualificação. Em um sentido, o pluralismo sindical é legítimo uma vez que ele o reflete em um rasgo profundo; em outro, é uma catástrofe para a classe operária já que a pluralidade dos *aparelhos* agrava os conflitos lhe dando uma configuração e limites a cada uma das tendências e obrigando cada grupo a se definir por sua oposição aos outros.

<sup>87</sup> As greves do verão passado permitem, ao contrário, esperar uma aproximação imposta pela base.

<sup>88</sup> A Federação do Livro, por 28000 vezes conta 18000, decidiu em 1947 ficar na CGT, apesar de uma longa tradição reformista.

Mas, de qualquer forma, o rasgo tem uma causa mais profunda: é o presente mais belo que o malthusianismo patronal deu à classe operária.<sup>89</sup>

Les Temps Modernes, nº 81, julho de 1952;

84-85, outubro-novembro de 1952; 101, abril de 1954.

---

<sup>89</sup> Este malthusianismo está hoje ultrapassado (1964). Mas será necessário muito tempo antes que as estruturas sociais que derivam dele pudessem dar lugar a novas estruturas e que a luta sindical se adapte a novas necessidades.